

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

CARLOS ALBERTO SEIBERT

**OS MORADORES DO LOTEAMENTO CEVAL NA HISTÓRIA DE MARE-
CHAL CÂNDIDO RONDON (1991–2007): UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
FORMAÇÃO DO SETOR URBANO-INDUSTRIAL FRIGORÍFICO E A LUTA
POR MORADIA**

Marechal Cândido Rondon

2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S457m	Seibert, Carlos Alberto Os moradores do loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991-2007):um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia / Carlos Alberto Seibert. - Marechal Cândido Rondon, 2008. 213 p. Orientador : Prof. Dr. Paulo José Koling Dissertação(Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008 1.Marechal Cândido Rondon(PR)- História.2. Frigorífico. 3. Vila operária. 4. Loteamento Ceval.5.Moradores. 6. Ministério Público. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título CDD 21.ed. 981.62 307.76 CIP-NBR 12899
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Helena Sotério Beijo CRB-9ª/965

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

CARLOS ALBERTO SEIBERT

**OS MORADORES DO LOTEAMENTO CEVAL NA HISTÓRIA DE MARE-
CHAL CÂNDIDO RONDON (1991–2007): UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
FORMAÇÃO DO SETOR URBANO-INDUSTRIAL FRIGORÍFICO E A LUTA
POR MORADIA**

Dissertação apresentada como exigência parcial do título de Mestre em História, na linha de pesquisa Estado e Poder, do Curso de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Sob a orientação do professor Dr. Paulo José Koling.

Marechal Cândido Rondon

2008

CARLOS ALBERTO SEIBERT

**OS MORADORES DO LOTEAMENTO CEVAL NA HISTÓRIA DE MARE-
CHAL CÂNDIDO RONDON (1991–2007): UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
FORMAÇÃO DO SETOR URBANO-INDUSTRIAL FRIGORÍFICO E A LUTA
POR MORADIA**

Dissertação aprovada como exigência parcial do título de Mestre em História, na linha de pesquisa Estado e Poder, do Curso de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Pela banca formada pelos professores

Prof. Dr. Paulo José Kolling
Orientador

Prof. Dr. José Fernando Kieling
Membro

Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva
Membro

Carlos Alberto Seibert
Pós-graduando

Aos moradores do Loteamento Ceval
Davino Vieira dos Santos (*in memória*)
Celso Hinkel (*in memória*)
Bernadete Taube (*in memória*)

Primeiramente,
Agradeço a Deus a Meishu-Sama e aos meus antepassados por ter me dado a oportunidade de estar no mundo.

Aos meus pais, Carlos Evaldo Seibert e Celina Angela Seibert, e à minha família, agradeço todo o amor, carinho, compreensão e respeito.

Aos amigos da UNIOESTE, que me "aturam" todos os dias, em especial aos professores e colegas do mestrado

Tenho muito a agradecer e a muitas pessoas.
Não cito nomes para não ser injusto com ninguém.

Meus agradecimentos especiais a:

Paulo José Koling, Valdemir José Sonda, Marcos Smaniotto e

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho

Principalmente as pessoas mais importantes da minha vida

“Maria eTiago”.

O fato de me perceber no mundo,
com o mundo e com os outros
me põe numa posição em face do mundo
que não é de quem nada tem a ver com ele.
Afiml, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta,
mas a de quem nele se insere.
É a posição de quem luta para não ser apenas objeto,
mas sujeito da História
(FREIRE, 1996)

RESUMO

Esta dissertação trata da participação dos Moradores do Loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991–2007), se propõe a fazer um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia. Este processo teve início em 1963 e continua até o momento. A problematização enfoca as relações entre os múltiplos sujeitos sociais envolvidos: trabalhadores, empresários e empresas, do frigorífico, moradores do Loteamento Ceval, governo municipal, estadual e federal, imprensa e Ministério Público. No primeiro momento a análise está voltada para a formação do espaço urbano-industrial da cidade que ocorreu concomitantemente com a formação do frigorífico de carne suína de Marechal Cândido Rondon no período de 1963-1996. Juntamente com esse processo formou-se a Vila Operária no frigorífico de Marechal Cândido Rondon que, em 1991, fez parte de uma negociação envolvendo Governo Municipal e a empresa Ceval Alimentos. A partir dessa negociação as casas, da então Vila Operária, foram transferidas para o atual Loteamento Ceval. No Loteamento Ceval, além da ilegalidade, os moradores estão submetidos aos efeitos da poluição, aos riscos à integridade física, moral e saúde, à degradação ambiental, à baixa qualidade de vida, e o desemprego, à marginalização, ao descaso do poder público e, principalmente, a discriminação e à segregação social. A partir de 2004 enquanto pesquisa e extensão, a atuação da Universidade contribuiu decisivamente para a organização do acervo documental que resultou no Procedimento Administrativo Ministerial nº 01/2003, no qual peritos do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, de Curitiba, subsidiaram a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Marechal Cândido Rondon na confecção da Ação Civil Pública Ambiental, Autos 225/2005. Desta forma, enquanto órgão da Justiça, esta Promotoria atuou visando a defesa dos direitos difusos, especialmente, neste caso, em defesa do meio ambiente e da integridade física e moral dos moradores.

Palavras-chave: Frigorífico, Vila Operária, Loteamento Ceval, moradores, Ministério Público

RESUMEN

Esta disertación trata de la participación de los Moradores del Loteamiento Ceval en la historia de Marechal Cândido Rondon (1991–2007), se propone a hacer un estudio de caso sobre la formación del sector urbano-industrial frigorífico y la lucha por morada. Este proceso tuvo inicio en 1963 y continúa hasta el momento. La problematización enfoca las relaciones entre los múltiples sujetos sociales implicados: trabajadores, empresarios y empresas, del frigorífico, moradores del Loteamiento Ceval, gobierno municipal, estadual y federal, prensa y Ministerio Público. En el primer momento el análisis está direccionado para la formación del espacio urbano-industrial de la ciudad que ocurrió simultáneamente con la formación del frigorífico de carne porcina de Marechal Cândido Rondon en el período de 1963-1996. Juntamente con ese proceso se formó la Villa Obrera en el frigorífico de Marechal Cândido Rondon que, en 1991, hizo parte de una negociación envolviendo Gobierno Municipal y la empresa Ceval Alimentos. Desde esa negociación las casas, de la entonces Villa Obrera, fueron transferidas para el actual Loteamiento Ceval. En el Loteamiento Ceval, además de la ilegalidad, los moradores están sometidos a los efectos de la polución, a los riesgos a la integridad física, moral y salud, a la degradación ambiental, a la baja calidad de vida, y el desempleo, a la marginación, al descaso del poder público y, principalmente, la discriminación y a la segregación social. Desde 2004 como investigación y extensión, la actuación de la Universidad contribuyó decisivamente para la organización del acervo documental que resultó en el Procedimiento Administrativo Ministerial nº 01/2003, en el cual peritos del Centro de Apoyo Operacional a las Promotorías de Protección al Medio Ambiente, de Curitiba, subvencionaron a 2ª Promotoría de Justicia de la Comarca de Marechal Cândido Rondon en la confección de la Acción Civil Pública Ambiental, Autos 225/2005. De esta forma, en cuanto órgano de la Justicia, esta Promotoría actuó visando la defensa de los derechos difusos, especialmente, en este caso, en defensa del medio ambiente y de la integridad física y moral de los moradores.

Palabras-llave: Frigorífico, Villa Obrera, Loteamiento Ceval, moradores, Ministerio Público

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Regiões de Abrangência do Mercado de Carne Suína e de Migrações dos Trabalhadores	23
MAPA 2: Estado do Paraná - Cidades de Abrangência do Mercado de Carne Suína e Migrações dos Trabalhadores.....	29
MAPA 3: Região Oeste do Paraná – Cidades de Abrangência	31

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População da Sede e do Município (1971-1996).....	30
TABELA 2: População e Área do Município (1956-1996).	30
TABELA 3: Dívida declarada na concordata do Frirondon.....	58
TABELA 4: Dívida declarada na concordata da Óleolar/Frimesa – Sistema financeiro	59
TABELA 5: Dívida referente às NPRs dos suinocultores de Mal. Cândido Rondon	64
TABELA 6: Situação geral NPRs suinocultores em Marechal Cândido Rondon.....	67

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Capa do Jornal O Presente com destaque ao caso Ceval.....	131
IMAGEM 2: Imagens aéreas de 1980, 1996 e 2005, da área industrial, com detalhe para a área da Vila Operária (1980) e do Loteamento Ceval (1996)	133
IMAGEM 3: Carnê de IPTU 1995	146
IMAGEM 4: Carnê de IPTU 2007	146
IMAGEM 5: Imagem aérea do Loteamento Ceval, com detalhe circular onde foi retirado o cascalho	152
IMAGEM 6: Imagem aérea do Loteamento Ceval	160
IMAGEM 7: Manifesto de Apoio em Solidariedade a Ecocidadania	186
IMAGEM 8: Capa da ACPA.....	196

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Ampliação do frigorífico (1974/75).....	51
FOTO 2: Ampliação do frigorífico (1974/75).....	51
FOTO 3: Visão do complexo industrial em 1979	82
FOTO 4: Visão do complexo industrial em 1979	83
FOTO 5: Plantação de ervilhas.....	84
FOTO 6: Fábrica de Ração da Swift-Armour	84
FOTO 7: Trabalhadores da Swift-Armour durante a festa do mun. na dec. de 1980....	88
FOTO 8: Werno Scherer e Roberto Alzáibar	88
FOTO 9: Produtos da Swift Armour	89
FOTO 10: Box da Swift-Armour na festa nacional do boi no rolete na dec. de 80	89
FOTO 11: Visão área do parque industrial (anos de 1960/70).....	110
FOTO 12: Vila Operária 1980.....	112
FOTO 13: Casas da Vila Frigorífico ou Vila Operária	112
FOTO 14: 1ª casa transportada da Vila Operária para o Loteamento Ceval	126
FOTO 15: Semilda Terezinha Kuhn e José Alves dos Santos. Lot. Ceval	126
FOTO 16: Casa da família Hinkel no Loteamento Ceval	128
FOTO 17: Registro do casal Hinkel na cozinha da casa	128
FOTO 18: Casal Mário e Bernadete Taube	130

FOTO 19: Ângela Taube	130
FOTO 20: Nelci e Francisco This.....	131
FOTO 21: Barranco provocado pela retirada do cascalho	152
FOTO 22: Fumaça da Caldeira da Indústria de Óleos Sperafico 25/10/2004.....	161
FOTO 23: Lagoas do Frigorífico Vital Peixes	161
FOTO 24: Infiltração de resíduos proveniente das lagoas da Vital Peixes.....	166
FOTO 25: Infiltração de resíduos proveniente das lagoas da Vital Peixes.....	166
FOTO 26: Desmoronamento da casa da Sirlei Francisco dos santos.....	178
FOTO 27: Desmoronamento da casa da Sirlei Francisco dos santos.....	178
FOTO 28: Madeleine Rocha e Francisco This	186
FOTO 29: Acesso ao Loteamento Ceval.....	190
FOTO 30: Placa de Aviso dos Autos nº 225/2005	190
FOTO 31: Moradores diante do Fórum, audiência pública.....	191
FOTO 32: Reunião dos moradores do Lot. Ceval com advogada.....	192
FOTO 33: Reunião dos moradores do Lot. Ceval com advogada.....	192
FOTO 34: Moradores do Loteamento Ceval lendo a ACPA.....	196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACPA	Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005
APS	Associação Paranaense de Suinocultura
ARDCS	Associação Regional em Defesa da Ecocidadania e da Cidade Sustentável
ARENA	Aliança de Renovação Nacional
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEPAL	Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIROSA	Companhia Industrial Rondonense de Óleo Sociedade Anônima
CIRSA	Comércio e Indústria de Rações S/A
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná
COODECAR	Secretaria Municipal de obras
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
COTRIGUAÇU	Cooperativa Central Regional Iguaçu
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Coligação Rondonense de Ação
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
CRP	Coligação Rondonense de Partidos
ERTOL	Escritório Regional de Toledo
FAN	Frente Ampla de Notícias
FRIRONDON	Frigorífico Marechal Cândido Rondon
FUNDEMAR	Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
INGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPI	Imposto sobre a Produção Industrial
IPTU	Imposto Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
MP	Ministério Público
NPR	Nota Promissória Rural
PAM	Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003
PDC	Partido Democrático Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSA	Peste Suína Africana
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
SOCIEDADE HABITACIONAL	Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Município de Marechal Cândido Rondon-Pr
SUDCOOP	Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USA	Estados Unidos

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1: Estatuto Social da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Município de Marechal Cândido Rondon.
- Anexo 2: Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da Sociedade Comunitária junto ao Registro de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica, Comarca de Marechal Cândido Rondon.
- Anexo 3: Lei nº 2.601, de 24/04/1992, que dispõe sobre o uso urbanização do Lote Rural nº 50/A/B.
- Anexo 4: Decreto no 054/94, de 28/06/1994, da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, Estado do PR.
- Anexo 5: “Contrato de Concessão de Direito Real de Habitação”, firmado entre a Sociedade Comunitária e os moradores (cópia de um deles, datado em 20/09/1994).
- Anexo 6: Autos de Penhora e Avaliação – Autos de Execução nº 422/00, Comarca de Marechal Cândido Rondon – Poder Judiciário/Vara Civil.
- Anexo 7: Escritura Pública de Compra e Venda da Matrícula 19.081 do Lote Rural nº 50/A/B, do 11º Perímetro, da Fazenda Britânia, com área de 24.000 m².
- Anexo 8: Ofício nº 081/2003- IAP/ERTOL, de 10/03/2003; e, Laudo Técnico (Relatório de INSPEÇÃO Ambiental nº 029/DEPOL/ERTOL/2002 (*sic.*), de 06/03/2003, expedido pelo IAP/ERTOL.
- Anexo 9: Manifesto de Apoio e Em solidariedade à Ecocidadania.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O FRIGORÍFICO DE CARNE SUÍNA E A CONSTRUÇÃO DA VILA OPERÁRIA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1963-1996)	22
1.1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1960-1996).....	28
1.2 - O FRIGORÍFICO MARECHAL CÂNDIDO RONDON (FRIRONDON) E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL (1963-1978)	32
1.3 - A AMPLIAÇÃO DO FRIRONDON: A VINDA DA MARIPÁ E DA FRIMESA/RUARO (1969-1979).....	46
1.3.1 - A concordata do grupo Frimesa/Ruaro	53
1.3.2 - O movimento gerado a partir da concordata da Frimesa/Ruaro e as notas promissórias rurais.....	63
1.4 - MELHORAMENTO GENÉTICO, PESTE SUÍNA AFRICANA E A ESTIAGEM. 68	
1.5 - A SWIFT ARMOUR S.A. (1979 a 1989).....	73
1.5.1 - A Swift-Armour para além do Frigorífico	87
1.6 - A CEVAL ALIMENTOS (1989-1996)	91
A VILA OPERÁRIA E O LOTEAMENTO CEVAL NA HISTÓRIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1991-2007): UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO DO SETOR URBANO-INDUSTRIAL FRIGORÍFICO E A LUTA POR MORADIA.....	101
2.1 - A VILA OPERÁRIA E AS CLASSES TRABALHADORAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON NA DÉCADA DE 1970/80.....	108
2.2 - A TRANSFERÊNCIA DA VILA OPERÁRIA E A FORMAÇÃO DO LOTEAMENTO CEVAL.....	116
2.2.1 - O Loteamento Ceval e as primeiras “Irregularidades”	134
2.2.2 – O loteamento Ceval e a primeira iniciativa de regulamentação	139
2.3 - A DÍVIDA ATIVA (IPTU) E A AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	144

2.4 - A LUTA DOS MORADORES PARA MUDAR A RUA SÃO MARCOS E PARA DAR FIM À RETIRADA DE CASCALHO PELA PREFEITURA MUNICIPAL	150
MORADORES DO LOTEAMENTO IRREGULAR CEVAL PARA ALÉM DO LOTEAMENTO	155
3.1 – AS CONSEQUÊNCIAS DA POLUIÇÃO GERADA PELA INDÚSTRIA DE ÓLEOS SPERAFICO E PELO FRIGORÍFICO VITAL PEIXES SOBRE OS MORADORES DO LOTEAMENTO CEVAL	159
3.1.1 – Qualidade de vida e saúde dos moradores do Loteamento Ceval	170
3.1.2 – Moradores em situação de risco	176
3.2 – BUSCANDO OUTROS CAMINHOS	183
3.2.1 – Nova forma de luta: velhos inimigos	188
CONCLUSÃO	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
FONTES ORAIS	203
FONTES PROCESSUAIS	205
FONTES DE IMPRENSA	205
TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS E TCCs	206
ARTIGOS	206
ARTIGOS RELACIONADOS AO PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE O LOTEAMENTO CEVAL	207
BIBLIOGRAFIAS	207
FONTES DA WEB	211
ANEXOS	211

INTRODUÇÃO

Um salário bom durante 12 meses em muitos casos é melhor do que uma colônia de terra, sem querer desprezar os agricultores, que são uma parte importante da atividade econômica de qualquer município.

As cidades só conseguem crescer com solidez através da industrialização. Alguns também acham que o crescimento não é sinônimo de progresso. Isso sempre é muito discutível, porque o progresso não vem sozinho. Ele vem acompanhado de problemas que as cidades precisam inteligentemente resolver. Mas é muito melhor ter problemas gerados pela industrialização para resolver do que ter os mesmos ou mais problemas gerados pela falta de indústrias e, conseqüentemente, pela falta de emprego e pela baixa arrecadação de um município (O Presente, 2007).

O editorial do Jornal *O Presente*¹ sintetiza os principais aspectos desta dissertação de mestrado, cuja temática principal é o Loteamento Ceval. Esta pesquisa nasceu da preocupação de historicizar os processos sociais da formação do espaço urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia dos moradores do Loteamento Ceval, no município de Marechal Cândido Rondon, localizado na porção extrema do Oeste do Estado do Paraná, na fronteira com o Paraguai, durante o período de 1970 a 2000.

A origem do Loteamento Ceval pode ser resumida da seguinte forma: o imóvel do Lote Rural n.º 50/A/B, do 11º Perímetro, da Fazenda Britânia, com área de 24.000 m², foi destinado como local para a transferência das casas que a Empresa Ceval Alimentos possuía em sua área interna (*Vila Operária*) e que, até então, eram usadas como residência por funcionários do frigorífico. Todavia, o loteamento resultou de uma negociação realizada entre o Município de Marechal Cândido Rondon, seu Agente Habitacional (Sociedade Comunitária de Habitação popular de Marechal Cândido Rondon) e a empresa Ceval Ali-

¹ O Presente. Ano 15 – nº 2135, 05/07/2007

mentos, em 1991, como forma intermediária de pagamento dos serviços em infra-estrutura prestados pelo governo municipal à empresa (ACPA, 2005).

Em 1992 os moradores transferiram as casas de madeira adquiridas da Ceval Alimentos para o novo local, porém, até a presente data o loteamento permanece “irregular”, pois tanto os moradores não possuem escritura dos lotes, como não há registro do Projeto do Loteamento junto aos órgãos públicos (Registro de Imóveis e Prefeitura), nem licenciamento ambiental (IAP/ERTOL). Além disto, no ano de 2000 o Município moveu ação de cobrança judicial da dívida ativa (IPTU), com penhora do imóvel, contra o proprietário titular (Sociedade Habitacional), sem o conhecimento dos terceiros implicados, os moradores (ACPA, 2005).

Além da insegurança gerada pela situação de irregularidade e inúmeros prejuízos que os moradores vêm sofrendo ao longo destes 17 anos, os problemas se agravaram no transcorrer dos anos de 1992 a 1994 em função das ações realizadas pela municipalidade. A primeira ação diz respeito à divisão da Rua São Marcos em duas vias de terra, cada uma compreendendo uma mão paralela com um desnível de aproximadamente um metro de altura entre as duas vias. Tal situação fazia com que, nos dias secos a pista de cima desbarancasse e em dias de chuva ocasionava inundação em 50% das moradias localizadas no lado de baixo da Rua São Marcos. No mesmo período a Secretária de Viação e Obras da Prefeitura passou a retirar cascalho, no lado de baixo e nos fundos da Rua São Marcos, fato este, que acentuou o processo de desmoronamento do solo em pelo menos 12 dos 25 lotes do lado de baixo da Rua e também na parte dos fundos do loteamento. A retirada do cascalho formou um barranco com aproximadamente 10 metros de profundidade presente no local até hoje.

Os moradores do Loteamento Ceval também estão sujeitos às agressões ambientais provenientes das indústrias de Óleo Sperfico e do frigorífico Vital Peixes. O frigorífico de peixes foi instalado em 1999 e possui três lagoas para decantação dos resíduos do processo de industrialização, como tais lagoas estão na área vizinha e é mais alta do que o terreno do Loteamento, começaram a ocorrer infiltrações em algumas casas do loteamento, além do quase insuportável mau cheiro. Já a Indústria de Óleos Sperfico proporcionou a emissão de poluentes atmosféricos que prejudica a qualidade do ar. Sendo assim, essas duas indús-

trias afetam diretamente a qualidade de vida² de quem vive no loteamento e contribuem para agravar os problemas de saúde pública que atinge os moradores. Além da poluição atmosférica e das infiltrações, as condições inerentes ao terreno com presença de material rochoso e com formação de cascalho aliado à existência das fossas sépticas residenciais, tornam a situação ambiental mais grave, principalmente nos períodos de chuva, aumentando os riscos à integridade física e prejudicando a saúde e a qualidade de vida dos que vivem no local.

A luta dos moradores do Loteamento Ceval pelo direito à moradia e ao pertencimento à cidade teve outros desdobramentos a partir de fins do ano de 2002, quando passou a contar com o envolvimento de integrantes da comunidade acadêmica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). A busca pelo entendimento da origem e dos problemas do Loteamento Ceval proporcionou a elaboração do Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003(PAM), de 31/03/2003, que após tramitação inicial, a Juíza da Vara Cível da Comarca de Marechal Cândido Rondon acatou, parcialmente, o PAM dando origem à Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005(ACPA).

A primeira *Audiência Pública* da ACPA foi realizada no dia 11 de novembro de 2005, sendo que até a data da inclusão do Termo de Audiência de Conciliação, o processo já possuía 988 (novecentos e oitenta e oito) páginas. A partir da constituição da ACPA, a Dr.^a. Angélica Koefender Maia passou a acompanhar o processo, na condição de advogada dos moradores. Até a última reunião realizada com os moradores em 28 de junho de 2008 os Autos nº. 225/2005 possuíam 1710 (um mil setecentos e dez) páginas.

A compreensão das origens da formação do Loteamento Ceval e o entendimento das forças sociais responsáveis pela configuração do seu tecido urbano-industrial obrigou-nos a voltar a análise para a formação urbano-industrial da cidade ocorrida concomitantemente com a formação do complexo do frigorífico de carne suína em Marechal Cândido Rondon no período de 1963-1996. Cabe ressaltar que o tema central dessa pesquisa trata da história da Vila Operária (1969-1991) e do Loteamento Ceval (1991-2008). No entanto, a Vila Operária e o Loteamento Ceval são produtos ou *subprodutos* desse processo de industrialização.

A história tradicional apresenta esse processo como resultado exclusivo da ação heróica dos ‘grandes homens’, proprietários e dirigentes da indústria (BURKE, 1992, p. 12).

² O conceito de qualidade de vida é um conceito abrangente e no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas, os aspectos mais importantes e usados como parâmetro serão discutidos no capítulo III.

Ao privilegiar os dirigentes, a história tradicional limitou a compreensão do processo histórico, pois não percebeu a imensa complexidade do fenômeno histórico e ignorou a ação dos trabalhadores. A crítica à história tradicional não nega que as personalidades individuais exerceram papel histórico significativo, mas, permite compreender que a história é fundamentalmente realizada por homens comuns, por seu trabalho, sua criação, seus sonhos e lutas. Por história tradicional entendemos algumas obras que contribuíram para a construção de uma “versão oficial” da história de Marechal Cândido Rondon, SAATKAMP (1984) e WEIRICH (2004).

A metodologia utilizada buscou compreender a totalidade das relações concretas em torno do Loteamento Ceval. Porém, a totalidade não significa todos os fatos, mas sim, a realidade como uma concretude, dialética, na qual ou da qual a formação do Loteamento Ceval pode vir a ser racionalmente e historicamente compreendida. Deste modo, tratar o Loteamento Ceval em sua totalidade significa compreendê-lo como síntese de múltiplos fatos e determinações (MARX, 1984, p. 409-417).

Neste sentido, ao entrarmos em contato com os problemas do Loteamento Ceval, o primeiro momento da busca foi para compreender a situação de “irregularidade”, dos riscos à integridade física e à saúde pública e à degradação ambiental presentes no local. No entanto, essa realidade estimulou-nos a tratar das origens desse loteamento, pois faltava compreender o processo de formação urbano-industrial do município que possibilitou a formação do Loteamento Ceval. Ou seja, faltava conhecer a parte submersa da história que não é imediatamente visível e que não é abordada pela historiografia oficial sobre o município. A historiografia que nega a existência da classe trabalhadora, da classe que vive do próprio trabalho, como ficou claro no livro *Conheça seu município*, utilizado nas aulas de história e geografia, no ensino fundamental (1ª a 4ª série) do município: “o progresso que Marechal Cândido Rondon desfruta hoje é resultado do trabalho do colono desbravador, que venceu os desafios e lutou com sacrifício, sendo testemunha de importantes vitórias” (WEIRICH, 2007, p. 30).

Com o objetivo de entender o Loteamento Ceval a presente dissertação foi estruturada na forma de três capítulos. Como cada capítulo possui problemática e periodicidade específica e está baseado em fontes diferentes, a apresentação da organização do texto, a seguir, não se limitará ao breve resumo do capítulo, além disso, serão apresentadas e discutidas as fontes utilizadas na construção e compreensão do Loteamento Ceval.

O primeiro capítulo procurou compreender os meandros da formação do complexo do frigorífico de carne suína em Marechal Cândido Rondon, durante o período de 1963-1996. O processo histórico de formação do complexo, que inclui a construção do frigorífico e da Vila Operária foi resultado do entrecruzamento de diferentes sujeitos históricos que respondem de maneira diferente aos desafios de seu tempo. Desta revisão da historiografia local e regional, ora proposta, o objetivo fundamental é dar voz aos seres humanos comuns, trabalhadores do frigorífico e moradores da Vila Operária e do Loteamento Ceval, trabalhadores que devido à posição que ocupam nas relações de produção formam efetivamente a classe trabalhadora.

Portanto, cabe analisar as formas de participação da classe trabalhadora entrecruzadas com os empresários, com as empresas, com os agricultores, com os agentes públicos e com os governos do município e do Estado. Essa perspectiva permite uma compreensão ampla das formas de ação dos múltiplos sujeitos históricos, envolvidos no projeto urbano-industrial e possibilita compreender a história local e regional para além da ação ‘heróica’ dos proprietários e dos ‘grandes vultos’ que a historiografia tradicional/oficial consagrou.

Para compreender o processo de constituição do complexo urbano-industrial, as reflexões propostas neste capítulo foram pautadas e mediadas por três grupos de fontes: os arquivos da *Rádio Difusora*, *Jornal O Alento* e as entrevistas *Orais* realizadas com ex-trabalhadores dos frigoríficos e/ou moradores do Loteamento Ceval.

As principais fontes utilizadas no capítulo foram os arquivos do noticiário Frente Ampla de Notícias (FAN) da Rádio Difusora. Foram analisados aproximadamente 360 livros referentes ao período de 1966-1996. Quanto à leitura e uso dessa fonte, cabe destacar que, para o momento, não pretendemos fazer a crítica da Rádio, enquanto aparelho ideológico de construção de hegemonia, bem como não será aprofundado a crítica à imprensa local. Através do FAN foi possível perceber aspectos do processo histórico da construção do complexo frigorífico e do espaço-urbano industrial, como também das condições vividas pelas classes trabalhadoras no referido período. A mesma metodologia foi utilizada em relação ao *Jornal O Alento* referente aos anos de 1979 e 1980.

No segundo capítulo discutimos a formação da Vila Operária e do Loteamento Ceval. A Vila Operária foi construída na área do frigorífico para oferecer moradia aos trabalhadores desta indústria no período de 1969-1991. Em 1991 a empresa Ceval Alimentos decidiu retirar as casas da Vila Operária e a grande maioria das 56 famílias foi transferida para o Loteamento Ceval, onde muitas vivem até hoje. Ao longo desses 17 anos os mora-

dores deste loteamento convivem com uma série de irregularidades, ilegalidades jurídicas, descaso dos poderes públicos, ilícitos ambientais e riscos à integridade física e moral, à saúde pública e à qualidade de vida.

As fontes utilizadas no segundo capítulo foram as Entrevistas Orais, os arquivos do FAN também são expressivos, pois apesar dos seus limites, indicam questões da Vila Operária e das condições vividas pela classe trabalhadora nas décadas de 1970 e 1980. Outra fonte utilizada foi o Procedimento Administrativo Ministerial (PAM) nº 01/2003 e a Ação Civil Pública Ambiental (ACPA), Autos nº 225/05 que tramita na Vara Cível da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Outro documento que faz parte da ACPA, de caráter importantíssimo, é a *Petição Inicial* onde a Promotora de Justiça, Dr^a. Silvia Tessari Freire dá encaminhamento do PAM à Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Marechal Cândido Rondon, onde *propõe e, pede deferimento* da ACPA. Esta Petição apresenta os fatos envolvendo o Loteamento Ceval em ordem cronológica e sob a interpretação da legislação vigente.

Cabe destacar que o PAM e a ACPA são as principais fontes utilizadas neste capítulo, no entanto, não podem ser consideradas fontes meramente jurídicas, uma vez que foram produzidas pelos próprios moradores, pelo Município, pela Sociedade Habitacional e pelos integrantes do projeto de extensão “*Loteamento Ceval (1991 -): memórias e imagens dos problemas sócio-ambientais*”. Tal documento representa parte da história desse loteamento.

No terceiro capítulo foi analisado o envolvimento de integrantes da comunidade acadêmica da UNIOESTE, através do projeto de extensão. No transcorrer do processo de inserção dos pesquisadores junto ao Loteamento possibilitou tanto uma maior tomada de consciência por parte dos moradores, no tocante aos seus direitos de cidadãos, quanto à organização de uma série de fontes documentais anexadas ao PAM.

Também foi objeto de análise neste capítulo os efeitos da poluição industrial oriundos da Indústria de Óleos Sperfico e do frigorífico Vital Peixes. Certamente as duas indústrias contribuem para as agressões ambientais e agravam os problemas de saúde, afetando a qualidade de vida dos moradores. A soma dos vários problemas apresentados no Loteamento Ceval, como a precariedade das construções, os efeitos da erosão, as características do solo, a declividade do terreno, a ação do município na retirada do cascalho e as infiltrações oriundas das lagoas de decantação do frigorífico de peixes têm colocado algumas famílias em situação de risco.

Além de analisarmos o processo de formação da ACPA também foram apresentadas as principais ações dos sujeitos envolvidos com a luta dos moradores do Loteamento Ceval. Ações do executivo, legislativo, Promotoria Pública e dos moradores.

CAPÍTULO I

O FRIGORÍFICO DE CARNE SUÍNA E A CONSTRUÇÃO DA VILA OPERÁRIA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1963-1996)

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade (LEFEBVRE, 2006, p.53).

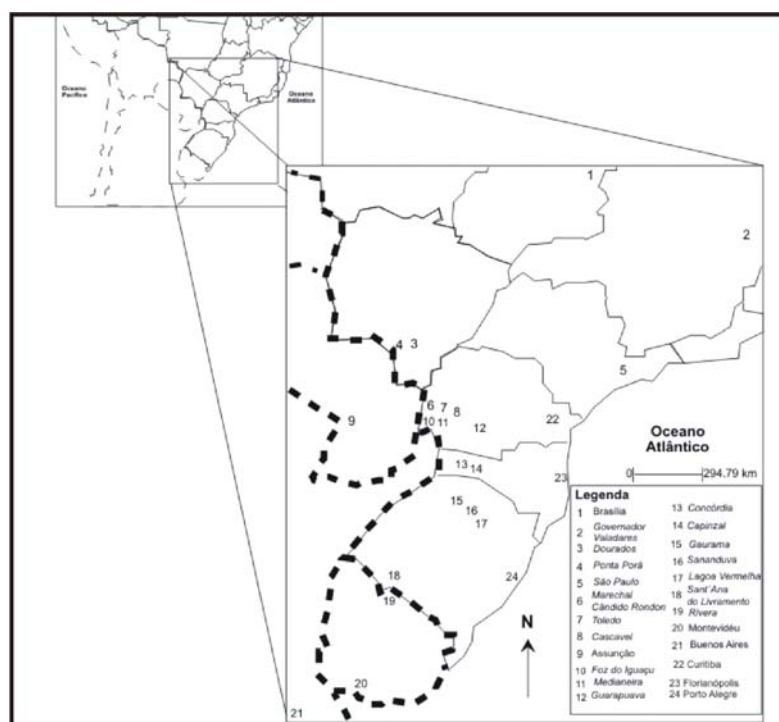
A compreensão da lógica da produção da cidade de Marechal Cândido Rondon e o entendimento das forças sociais responsáveis pela configuração do seu tecido urbano, dentro de uma perspectiva pautada nas lutas e nas contradições das classes sociais, ocupam destaque nesta análise da cidade no período de 1963 a 1996. A produção e reprodução do espaço social e da territorialidade é uma necessidade do modo de produção capitalista e condição para sua existência que, ao longo da história, foi se modificando e, conseqüentemente, transformou os espaços³.

O tema central dessa pesquisa trata da história da Vila Operária (1969-1991) e do Loteamento Ceval (1991-2008) em Marechal Cândido Rondon. Entretanto, a formação urbano-industrial da cidade ocorreu concomitantemente com a formação das primeiras indústrias locais, principalmente com a formação do frigorífico Marechal Cândido Rondon

³ Raquel Rolnik diferencia espaço e território, o espaço independe do sujeito, o espaço é geograficamente determinado, é a configuração física de um lugar, é materialmente percebido. A noção de território se contrapõe à do espaço, falar de território é falar da subjetividade, portanto não existe território sem o sujeito, porém pode existir um espaço sem que haja sujeitos. O espaço real vivido é o território. Pensar em território é perceber o espaço como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais e das transformações econômicas, sociais, políticas que se dão juntamente com a própria construção e apropriação do espaço ou na construção e reconstrução permanente do espaço. Rolnik enfatiza de forma muito interessante essa percepção da importância do espaço e do território na vida das pessoas. O território só existe na medida em que ele é marca, na medida em que ele é constituído pelo sujeito social (ROLNIK, 1992, p.28,29).

(FRIRONDON) ocorrido em 1963. Essa estreita relação entre indústria e formação urbano-industrial torna-se importante para a compreensão da realidade social deste município.

Para compreender esse processo histórico foi necessário consultar várias fontes, tais como os documentos fornecidos pelos moradores, entrevistas orais e matérias da imprensa. Essa análise aborda uma multiplicidade de sujeitos sociais envolvidos: trabalhadores da indústria, agricultores, empresas, empresários, políticos, sindicatos, instituições financeiras, instituições religiosas, associações, promotoria, advogados e os governos municipal, estadual e federal. A abrangência geográfica também ultrapassa o âmbito local, toma dimensão regional, macro-regional, estadual, nacional e internacional. Para visualizar essa amplitude do ponto de vista geográfico foi elaborado o mapa 1, este permite visualizar a abrangência do mercado de carne suína e das principais migrações dos trabalhadores que atuaram no frigorífico.



MAPA 1: Regiões de Abrangência do Mercado de Carne Suína e de Migrações dos Trabalhadores

Fonte: Base Cartográfica: www.ibge.gov.br Acesso em 25 jun. 2007

O ponto de partida da pesquisa consiste em compreender os meandros da formação do complexo⁴ do frigorífico de carne suína em Marechal Cândido Rondon, durante os anos

⁴ O termo complexo se refere à relação entre os múltiplos sujeitos social e suas relações com a formação da cidade. O conceito de complexo industrial é discutido por Ricardo Rippel em seu estudo econômico da industrialização de Toledo, onde, utiliza-se das definições de José Graziano da Silva (1991) que considera duas definições para o termo complexo industrial. “A primeira refere-se a um conjunto de atividades inter-

de 1963 a 1996. O processo histórico de formação do complexo, que inclui a construção do frigorífico e da Vila Operária⁵ é muito rico, resultado do entrecruzamento de diferentes sujeitos históricos que respondem de maneira diferente aos desafios de seu tempo. A história tradicional apresenta esse processo como resultado exclusivo da ação heróica dos ‘grandes homens’, proprietários e dirigentes da indústria⁶.

Ao privilegiar os dirigentes, a história tradicional limitou a compreensão do processo histórico, pois não percebe a imensa complexidade do fenômeno histórico e ignora a ação dos trabalhadores. A crítica à história tradicional não autoriza a crer que as personalidades individuais não exerçam papel histórico significativo, mas, permite compreender que a história é fundamentalmente realizada por homens comuns, por seu trabalho, sua criação, seus sonhos e lutas.

Desta revisão, ora proposta, o objetivo fundamental é dar voz aos seres humanos comuns, trabalhadores do frigorífico e moradores da Vila Operária e do Loteamento Ceval. Analisar as formas de participação desses sujeitos entrecruzados com os empresários, com as empresas, com os agricultores, com os agentes públicos e com os governos do município e do Estado. Essa perspectiva permite uma compreensão ampla das formas de ação dos múltiplos sujeitos históricos, envolvidos no projeto urbano-industrial, permite compreender a história local e regional para além da ação ‘heróica’ dos proprietários e dos ‘grandes vultos’ que a historiografia tradicional consagrou⁷.

Para compreender o processo de constituição do complexo urbano-industrial, as reflexões propostas neste capítulo foram pautadas e mediadas por três grupos de fontes: os

relacionadas, agregadas por um ou mais critérios previamente definidos, em que a noção de complexo nada mais é do que um recorte estático obtido a partir de qualquer tipo de critério de agregação de atividades consideradas afins. A segunda enfoca a visão de que um complexo é formado por uma série de relações multiterminadas de encadeamento, de coordenação ou de controle entre seus vários elementos membros e /ou etapas do processo” (RIPPEL, 1995, p. 8).

⁵ Conjunto de casas localizadas junto ao frigorífico destinado às famílias dos trabalhadores do frigorífico no período de 1969 a 1991. Em 1991 as 56 famílias foram transferidas para o Loteamento Ceval, (assunto tratado no capítulo seguinte).

⁶ A história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no trama da história (BURKE, 1992, p. 12).

⁷ Por história tradicional, compreende-se algumas obras que contribuíram para a construção de uma “versão oficial” da história de Marechal Cândido Rondon, principalmente na década de 1980. Nesse período, a municipalidade passou a promover ações no sentido de construir uma memória germânica sobre a cidade. Nesse contexto foi publicado o livro *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*, de Venilda Saatkamp. Sobre as condições em que esta obra foi produzida consultar Emílio Gonzalez, “as camadas da memória: perfil da produção historiográfica e memorialista sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon / PR” (GONZALEZ, 2004, p. 186)

arquivos da *Rádio Difusora*, *Jornal O Alento* e as *Entrevistas Orais* realizadas com ex-trabalhadores dos frigoríficos e/ou moradores do Loteamento Ceval.

A Rádio Difusora do Paraná⁸ teve como primeiro proprietário Arlindo Alberto Lamb⁹ e foi ao ar em 19 de novembro de 1966, inicialmente tinha o nome de Rádio Difusora Rondon (URNAU, 2003). Em 1974 Arlindo Alberto Lamb deu a Rádio Difusora de presente de casamento para sua filha. A partir daquele ano a Rádio Difusora passou a ser administrada por Élio Edvino Winter¹⁰. Em 1994 a Rádio Difusora (AM e FM) foi vendida para Alcides Waldow¹¹ e Dirceu Sperafico¹² (SMANIOTTO, 2007, p.37).

Esta emissora possui o registro escrito, contendo os resumos dos programas da Frente Ampla de Notícias (FAN)¹³ que foram ao ar desde os primeiros anos da Rádio e permanece até os dias atuais. Hoje esse acervo documental é importantíssimo por ter dados que permitem compreender a formação da indústria e da Vila Operária em Marechal Cândido Rondon.

Os registros estão organizados na forma de livros onde estão arquivadas as matérias lidas nos programas. As matérias são primeiramente escritas na íntegra ou em forma de resumo para, posteriormente, serem lidas ao vivo ou gravadas para ir ao ar. As matérias da Rádio Difusora são analisadas levando em consideração que esta empresa comercial e empresarial tem dono e seu dono tem classe e, sendo assim, possui interesse da classe. Para tanto, a Rádio Difusora não é um instrumento neutro com função ou missão de informar, como mídia comercial e empresarial, porta-se como um partido burguês. Partido no sentido de Gramsci, pois age como instrumento formador de consenso, orientador e organizador,

⁸ Sobre a Rádio Difusora do Paraná e, especificamente, os arquivos da Frente Ampla de Notícias, consultar Iraci Maria Urnau (2003), Marcos Alexandre Smaniotto (2007) e Marli Terezinha Szumilo Schlosser (2005).

⁹ Arlindo Alberto Lamb foi o primeiro prefeito eleito do município pela coligação PTB/PL, com mandato de 1961 a 1965 (WEIRICH, 2004, p.62).

¹⁰ Empresário dono de imobiliária, presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon (ACIMACAR) nos períodos de 1980/81 e 1983/84. Foi um dos diretores da Itaipu binacional 1989/91.

¹¹ Empresário do ramo imobiliário e fazendeiro no Mato Grosso (SMANIOTTO, 2007, p.37).

¹² Proprietário da Agrícola Sperafico (Toledo e Marechal Cândido Rondon), fazendeiro no Mato Grosso e no Paraná, deputado federal 2003/06 e 2007/10 pelo Partido Progressista Renovador (PPR), hoje, Partido Progressista (PP) (SMANIOTTO, 2007, p.37).

¹³ Tendo em vista que o programa Frente Ampla de Notícias da emissora Rádio Difusora do Paraná é utilizado como uma das principais fontes neste capítulo, exigindo sua referência, a partir deste momento o Programa passa a ser indicado da seguinte forma: **FAN** (Frente Ampla de Notícias), seguida da indicação do número do volume (**v**) em que se encontra arquivada a matéria (O volume são as matérias jornalísticas encadernadas mensalmente), o número da edição do programa (**Ed**) e a data da veiculação do programa (dia/mês/ano), conforme exemplo: FAN, v, Ed 33,3/1/1967. Nos casos em que não há indicação da edição este dado não constará, permanecendo: FAN, v, 33,3/1/1967.

componente essencial da construção da hegemonia¹⁴. A concepção de mundo que passa a ser construída em Marechal Cândido Rondon, num sentido Gramsciano é a perspectiva de que a “indústria” promove o “progresso”.

O conceito de hegemonia empregado na compreensão do processo histórico refere-se a duas concepções clássicas idealizadas por Lênin e Gramsci. “Para Lênin hegemonia é a direção política, no entanto, para Gramsci hegemonia é a direção cultural e moral da sociedade” (GIANNOTTI, 2008, p. 34). Neste sentido, trataremos o termo hegemonia como construção de uma cultura que valorize a industrialização e com isso permitia a direção política da cidade de Marechal Cândido Rondon.

O livro número um (01) FAN traz uma matéria assinada por Elio Winter que assumiu a direção da emissora em 1974. Foi na sua administração que se iniciou a organização do acervo das matérias jornalísticas em forma de arquivos. Esse fato está registrado na primeira página do livro número 01 que apresenta as principais notícias divulgadas pela rádio no período de 14 de novembro de 1966 a 28 de fevereiro de 1967.

A história se faz dia a dia. A Rádio Difusora Rondon conta a história do município de Marechal Cândido Rondon e da região Oeste do Paraná desde 14 de novembro de 1966, através de sua reportagem diretamente dos locais em que a notícia está acontecendo (nas chamadas reportagens externas), bem como através de transmissões especiais, mas, sobretudo através do seu programa “FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS”, levado ao ar entre as 13,00 e 14,00 horas, diariamente (FAN, v 1, Ed. 01, 14/11/1966 a 18/02/1967).

O projeto de registrar diariamente as matérias divulgadas pelo jornal possibilitou a formação do arquivo existente na Rádio Difusora. Sobre o trabalho de organização e catalogação dos arquivos da Rádio, Elio Winter comenta:

Ao assumirmos a direção da emissora em 1974, encontramos um arquivo precário dos textos desse noticioso. Realizamos a classificação expurgamos os textos relativos às notícias nacionais e internacionais, ordenando apenas as relativas à região e ao município. Esperamos que o trabalho desta coletânea possa interessar estudiosos da vida, costumes e atividades de nossa gente (FAN, v 1, Ed. 01, 14/11/1966 a 18/02/1967).

¹⁴ A categoria HEGEMONIA no pensamento gramsciano é concebida enquanto direção e domínio, isto é, como conquista, através da persuasão e do consenso, não atuando apenas no âmbito econômico e político da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. A hegemonia é a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social, não se restringindo ao aspecto político, mas compreendendo um fato cultural, moral, de concepção do mundo (GRAMSCI, 2002, p.87–95).

Foram analisados os livros da Frente Ampla de Notícias do período de 1966 a 1996, muito próximo do período da construção inicial do frigorífico e de seu fechamento definitivo. Portanto, foram analisados aproximadamente 360 livros, levando em conta que as matérias jornalísticas são diárias, e que há dias em que existem muitas matérias, o tamanho de cada volume sofre variações, cada volume pode apresentar variações em torno de 200 a 500 páginas aproximadamente. Neste momento, esse dado não é possível de ser verificado com exatidão, pois os volumes não possuem paginação. Outra característica importante a ser destacada é o fato de que os volumes possuem reportagens de outras instituições, como a prefeitura, a câmara de vereadores e outros jornais escritos de circulação local, regional e nacional, que eventualmente eram lidas nos programas.

Outra fonte fundamental foram às matérias do Jornal *O Alento*¹⁵. O lema desse jornal estampado na primeira página era pertinente à época e para os grupos sociais que representava: “pensamento e ação em prol do progresso”. O jornal *O Alento* apresenta várias matérias sobre o período em que o frigorífico pertencia a Swift-Armour, porém, só foi possível pesquisar os anos de 1979 e 1980, pois apenas estão disponíveis na prefeitura.

Inúmeras vezes o historiador se depara com a perspectiva de ter de buscar nos jornais do passado, determinadas “provas” ou informações dos acontecimentos que se referem ao objeto de estudo. Como o registro diário, o jornal Frente Ampla de Notícias permite acompanhar, de forma ampla, as transformações que ocorrem na sociedade, com isso, torna-se uma fonte reveladora das contradições sociais presentes no processo de formação do espaço urbano-industrial da cidade.

O jornal falado da FAN e o semanário *O Alento* proporcionam uma documentação escrita extremamente rica para a compreensão do passado, no entanto, não podem ser considerados como totalidade na explicação da história. Nesse sentido, a entrevista oral permite tecer uma análise histórica das experiências dos trabalhadores do frigorífico a partir da leitura que estes fazem do passado e do presente vivido. No entanto, a entrevista oral não será utilizada como mero complemento à documentação escrita, mas como instrumento que possibilita, a partir das falas dos seus atores, compreender os significados atribuídos por eles ao vivido. Além disso, na medida em que a documentação escrita não elucida a

¹⁵ As edições do jornal *O Alento*, de 1979 e 1980 estão disponíveis nos arquivos da prefeitura do Município de Marechal Cândido Rondon. Jornal semanal de propriedade da editora Marechal S. A Ltda. CGC 77.838.596/001.54, Rua Santa Catarina s/nº, prédio da gráfica Escala. Tinha por dirigentes: Ralf Koniaczniak, Haari Strenske, Ido Welp, Frederico Von Borstel. Redator e diretor responsável Hugo Ewalt Balko, diretor comercial Richardt Balko e o repórter era Oliveira dos Santos.

complexidade do processo, através da memória dos trabalhadores é possível fazer essa mediação.

Foram realizadas 4 entrevistas em 2004 e 25 entrevistas entre 2005/06/07, as pessoas escolhidas para as entrevistas de forma geral, são aquelas que tiveram mais tempo de trabalho no frigorífico, exerceram funções diferenciadas na linha de produção e morou ou mora no Loteamento Ceval. Outra opção foi entrevistar algumas mulheres, uma inclusive que nunca trabalhou no frigorífico, mas é a esposa de um do ex-empregado da Ceval Alimentos, Bernadete Taube, que pelas condições de dona de casa e mãe de uma menina deficiente, vive intensamente e por mais tempo os problemas do bairro.

As entrevistas foram realizadas, em parte, de forma dirigida e, por outra, aberta, de maneira que os informantes pudessem sentir-se à vontade ao relatarem suas lembranças¹⁶. Cabe destacar que ao longo dos últimos 5 anos, mantivemos contato com os moradores do Loteamento Ceval e, nesse sentido, é pertinente a afirmativa de Roger Chartier, para quem o historiador contemporâneo causa inveja, na medida em que ele mesmo pode construir arquivos e manter um encontro direto entre o objeto e o sujeito, pesquisado e pesquisador: “antes de tudo, inveja de uma pesquisa que não é uma busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra à vida” (CHARTIER, 1996, p. 215).

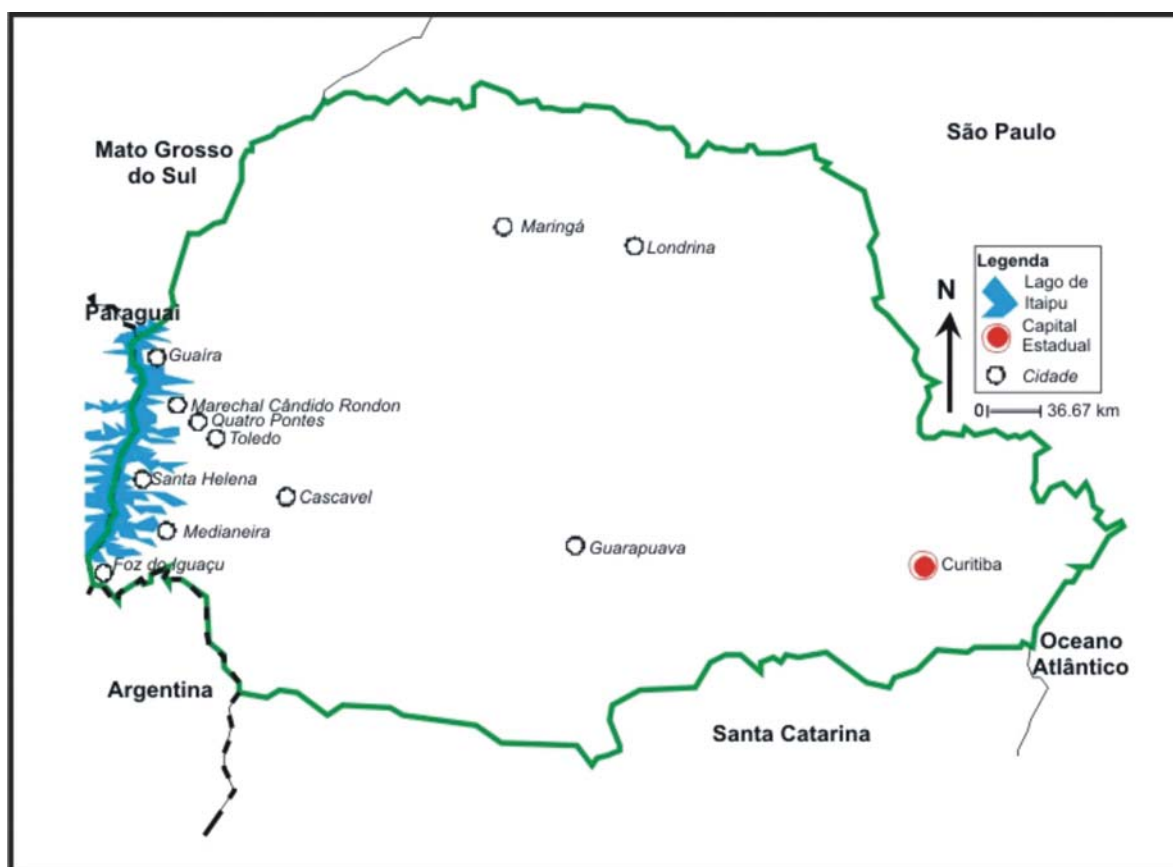
1.1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1960-1996)

O município de Marechal Cândido Rondon, localizado no extremo Oeste do Estado do Paraná, teve sua emancipação política em 25 de Julho 1960, quando foi desmembrado do município de Toledo e que pertencia anteriormente a Foz do Iguaçu. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizado pela Prefeitura Municipal, em 2006 a sua população era de 41.014 habitantes, sendo a urbana formada por 31.250 habitantes (76,2%) e a rural de 9.764 habitantes (23,8%)¹⁷.

¹⁶ As transcrições foram realizadas de forma literal, apenas corrigimos alguns erros de português, sem perder o sentido e a originalidade das falas.

¹⁷ MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Página Oficial do Município, disponível em: <<http://www.mcr.pr.gov.br>>. Acesso em: 3 fevereiro 2007.

O mapa 2 mostra o Estado do Paraná com destaque para o lago da Itaipu binacional e as principais cidades do Estado que formavam os primeiros pontos do mercado de carne suína nas décadas de 1970/80 e início da década de 1990.



MAPA 2: Estado do Paraná - Cidades de Abrangência do Mercado de Carne Suína e Migrações dos Trabalhadores

Fonte: Base Cartográfica: www.ibge.gov.br Acesso em 25 jun. 2007

Os quadros 1 e 2 permitem visualizar as variações populacionais no município de Marechal Cândido Rondon no período de 1950 a 1996. Em 1960 a população total do Município era de 12.848; em 1970 era de 43.776, e, em 1980 era de 56.210 habitantes; já na década de 1991 a população era de 35.105, essa redução decorreu da construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, em 1982, cujas águas do reservatório inundaram aproximadamente 12% das terras de Marechal Cândido Rondon e em consequência disso houve muitas emigrações. Outro fator que determinou a redução da população local foi a emancipação política e administrativa dos distritos de Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste realizados em 1992.

Ano	Pop. Total da Sede	% PTM	Pop. Urb.	% PUT	Pop. Rural	% PRT
1970	9.912	22,6	3.661	51,0	6.251	17,1
1980	24.325	43,3	19.866	79,2	4.459	14,3
1991	22.982	65,5	19.987	90,7	2.995	22,9
1996	37.608	71,6	20.547	90,6	6.381	42,8

% PTM – sobre a população total do município; % PUT – sobre a população urbana total do município; % PRT – sobre a população rural total do município. Fonte: Censos Demográficos do IBGE. Elaborado e organizado por Lia Dorotéia, 1997.

TABELA 1: População da Sede e do Município (1971-1996).

Fonte: PFLUCK Lia Dorotéia. Mapeamento Geo-ambiental e Planejamento Urbano: (Marechal Cândido Rondon-PR/1950-1997).

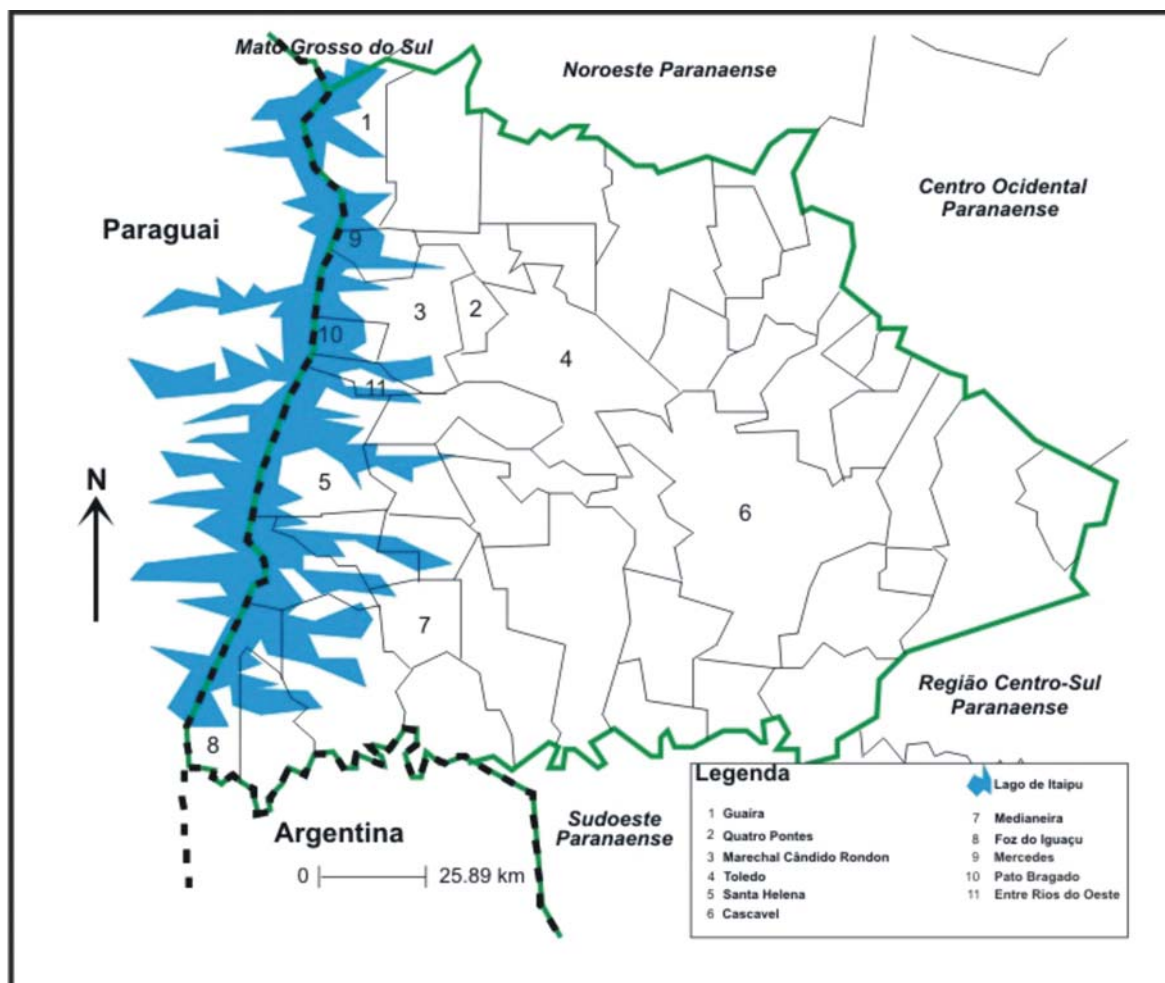
Ano	Pop. Total	Área/Km ²	Hab/Km ²	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
1950	20 ₁	-	-	20	-	-	-
1956	1.200 ₂	-	-	580	48,3	620	51,7
1960 ₃	12.848	1.206,00	10,65	9.906	77,1	2.942	22,9
1970	43.776	1.206,00	36,30	7.189	16,4	36.587	83,6
1980	56.210	1.206,00	46,60	25.076	44,6	31.134	55,4
1991 ₄	35.105	881,76	39,82	22.028	62,7	13.077	37,3
1996	37.608	881,76	42,65	22.685	60,3	14.925	39,7
1996 ₅	46.461	881,76	52,69	30.974	66,7	15.487	33,3

Notas: (1) dados referentes somente aos moradores de Zona Bonita (atual cidade de Marechal Cândido Rondon); (2) Oberg e Jabine (1960:48); até 1960, o município era distrito de Toledo; (4) em 1982, 12% do município foi alagado; 1991, quatro distritos foram desmembrados, diminuindo a população em 14.196 habitantes (4.332 população Urbana e 9.864 população Rural) e a área municipal em 16,94%; (5) levantamentos da prefeitura municipal; Censos Demográficos do IBGE: 1970, 1991 e 1996. Elaborado e organizado por Lia Dorotéia Pfluck, em 1998.

TABELA 2: População e Área do Município (1956-1996).

fonte: PFLUCK Lia Dorotéia. Mapeamento Geo-ambiental e Planejamento Urbano: (Marechal Cândido Rondon-PR/1950-1997).

O mapa 3 mostra a região Oeste do Paraná, os principais municípios relacionados com a produção e comercialização de carne suína e com a migração dos trabalhadores.



MAPA 3: Região Oeste do Paraná – Cidades de Abrangência

Fonte: Base Cartográfica: www.ibge.gov.br. Acesso em 25 jun. 2007

Em 28/08/1978 a lei municipal nº 1297 criou a Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon (FUNDEMAR). Em 1979 a FUNDEMAR realizou um estudo técnico visando justificar a implementação de alguns cursos superiores no município de Marechal Cândido Rondon. Esse estudo foi enviado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, dando elementos para a avaliação do pedido de Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon (FACIMAR). A FUNDEMAR foi a entidade mantenedora dos cursos da FACIMAR até a estadualização em 1980. Esse parecer técnico apresenta alguns dados importantes para contextualizar Marechal Cândido Rondon no final da década de 1970.

Essa região é composta por 20 municípios, dentre os quais os mais importantes eram Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Essa região teve um desenvolvimento espantoso, passando de uma população de 136.000 em 1960 para uma população de 1.090.000 hab. em 1975. Em termos percentuais essa foi a Região que mais cresceu nes-

tes anos com um aumento de mais de 700% enquanto que a segunda região em crescimento demográfico neste mesmo período foi Umuarama, com 252%. (FUNDEMAR, 1978).

Os anos 70 foram difíceis para os trabalhadores, tanto do campo como da cidade, mas, essa “lógica” não pode ser universalizada, pois em termos de movimento econômico, envolvendo indústria, comércio e prestação de serviços houve crescimento, é o que apresenta o parecer técnico da FUNDEMAR. O parecer cita dados fornecidos pela Agência de Rendas Estadual que apontam que em 1976 o movimento foi de Cr\$ 1.685.331.416,00 passando, em 1978 para Cr\$ 2.634.470.828,00. Ou seja, um incremento de 57% em apenas dois anos num período de crise nacional. Estes dados demonstram o crescimento econômico local, principalmente das atividades ligadas à indústria, ao comércio e à prestação de serviços.

A participação municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) também colabora no sentido de compreendermos que houve uma acumulação e um crescimento capitalista nos anos 70. O retorno do ICM ao Município, de Marechal Cândido Rondon em 1972 foi de Cr\$ 1.637.831,00 e, em 1979, de Cr\$ 48.057.569,77, um crescimento na arrecadação de 29 vezes em apenas 7 anos, colocando o Município em 9º lugar em arrecadação no Estado do Paraná. Dos 10 municípios com maior retorno de ICM, três eram da região Oeste do Estado: Cascavel, em 5ª lugar, Toledo 7º lugar e Marechal Cândido Rondon, em 9ª lugar (FUNDEMAR, 1978).

Marechal Cândido Rondon possuía, na época, 160 empresas industriais, 300 empresas comerciais e mais de 160 empresas de prestação de serviços, destacando-se o frigorífico com capacidade para abater até 600 suínos por dia, a indústria de Óleo de soja com capacidade para processar 300 toneladas por dia, um Laticínio que recebia 50.000 litros de leite diários, uma fábrica de ração e uma de fécula (FUNDEMAR, 1978).

1.2 - O FRIGORÍFICO MARECHAL CÂNDIDO RONDON (FRIRONDON) E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL (1963-1978)

Para apresentar e expor a “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade (LEFEBVRE, 2006, p.3).

O final da década de 1960 e praticamente a totalidade da década de 1970 marcaram o Extremo Oeste paranaense e a cidade de Marechal Cândido Rondon pela formação das

primeiras grandes indústrias e pelos processos de *modernização agrícola*¹⁸. A industrialização caracteriza a sociedade moderna, tanto que é conceituada por alguns autores como “sociedade industrial” (LEFEBVRE, 2006, p.3). Nesse sentido, a industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre a formação do espaço urbano-industrial em questão.

Compreender o processo de formação urbano-industrial torna-se fundamental na medida em que possibilita analisar a formação do Loteamento Ceval, e, descobrir a parte submersa do “iceberg”, ou seja: da história que não é visível imediatamente e que não é abordada pela historiografia oficial do município. Exemplo disso é o suplemento *conheça seu município*¹⁹ no qual se afirmou que “o progresso que Marechal Cândido Rondon desfruta hoje é resultado do trabalho do colono desbravador, que venceu os desafios e lutou com sacrifício, sendo testemunha de importantes vitórias” (WEIRICH, 2007, p. 30).

A compreensão da lógica da produção da cidade de Marechal Cândido Rondon e o entendimento das forças responsáveis pela configuração de seu tecido urbano-industrial, dentro de uma perspectiva de luta de classes, ocupam destaque nesta análise da cidade no período de 1963 a 1996. A produção e reprodução do espaço social são uma necessidade do modo de produção capitalista e condição para sua permanência e que ao longo da história foi se modificando e, conseqüentemente, transformando os espaços.

A partir da formação do frigorífico local de carne suína é possível entender a formação histórica da realidade social local e regional, dando ênfase às experiências vividas pelos trabalhadores que podem se constituir ou não, em oposição aos propósitos das classes dominantes.

Logo após a emancipação política, iniciava-se o processo de industrialização urbana e, junto com a indústria, o sonho do progresso. O frigorífico Marechal Cândido Rondon S.A., Indústria e Comércio (FRIRONDON) foi um símbolo desse progresso. Na manhã de 3 de janeiro de 1967 a Rádio Difusora do Paraná, através do programa Frente Ampla de Notícias, anunciava com a manchete: “empreendimentos industriais”, o progresso que estava chegando.

Vários empreendimentos industriais estão em estudo ou já em fase de construção no município. O frigorífico está em vias de conclusão, aguar-

¹⁸ Sobre a produção da historiografia regional Laverdi conclui: “as análises sobre a região nos pós-1970 desenhavam-se em uma matriz em que parece haver dois pólos: de um lado, um conjunto de condições macroestruturais, fundadas numa conceituada modernização do campo, e, de outro, o colono ou novo trabalhador urbano vivendo sob as mais diferentes formas de subordinação a essas realidades” (LAVERDI, 2005, p. 62).

¹⁹ Trata-se de um material didático pedagógico das disciplinas de Geografia e História, dirigido especialmente a alunos do ensino fundamental da rede pública municipal.

damos a chegada de maquinaria. As construções estão virtualmente prontas. É uma iniciativa particular que dará cunho diferente ao município. Por sua vez, a Ciroso esta também dando tudo, prevendo seu funcionamento ainda este ano. Está sendo escavado o local para a instalação da balança destinada a receber as cargas de soja enquanto que os muros dos depósitos estão sendo levantados a todo vapor. São obras que entusiasma os que desejam ver a grandeza desta terra que escolhemos como novo lar. Por sua vez o aeroporto também continua em ritmo acelerado. As máquinas estão procedendo ao nivelamento, enquanto o rolo compressor especialmente cedido pela quinta companhia de fronteiras, está consolidando o solo. Estão sendo esperados vários caminhões caçamba do departamento estadual de estradas, numa colaboração que possibilita a conclusão na data prevista (FAN, v 1, Ed. 33, 3/1/1967).

Nas décadas de 1960 e 1970, esta região representou uma nova fronteira ao capital agroindustrial no setor de carne suína, haja vista o perfil da produção agrícola de suínos e sua integração no mercado nacional. Neste setor, em Marechal Cândido Rondon, essa história deve ser abordada levando em consideração, pelo menos, três aspectos interligados: – do ponto de vista do capital se caracterizou pela mobilidade empresarial, pela mudança de proprietários e da origem e porte dos investimentos e pela necessidade de atrair mão-de-obra especializada e disciplinada; – do ponto de vista do governo municipal, pela atuação do poder público municipal no fomento ao processo de industrialização e na relação com os suinocultores; – no tocante aos trabalhadores, suas trajetórias foram marcadas pelas migrações, pelos embates em torno da busca por trabalho, da insegurança gerada pela mobilidade empresarial e pela luta por moradia (SEIBERT e KOLING, 2006, p.2).

A Rádio Difusora do Paraná, ao divulgar algumas matérias, apresenta os dilemas e antagonismos presentes na sociedade, decorrentes do modelo econômico vigente. A relação campo e cidade, discutida na matéria “A agricultura em foco”, compara o trabalhador do campo com o da cidade, mostrando as supostas vantagens dos agricultores em relação aos trabalhadores da cidade.

No dia de ontem, tivemos oportunidade de conversar com vários senhores agricultores, e foi debatido o problema da crise do dinheiro e do baixo preço dos produtos. Porém, fazendo uma comparação com o salário mínimo, com a cerveja, sal e farinha, ainda com os preços de outras épocas, o amigo do interior não está em tão maus lençóis como o elemento da cidade. O preço do suíno, está na base de 800 cruzeiros velhos por quilo, mesma coisa que uma cerveja. O salário está na base de 82 cruzeiros novos, algo incompreensível, em comparação com épocas passadas. Em Quatro Pontes, existe um senhor que durante o presente ano, com sua família, deverá vender por aproximadamente 20 milhões de cruzeiros velhos, em suínos. Para a próxima semana, estará vendendo por quase 10 milhões de cruzeiros. Quem trabalha na cidade, jamais em toda a sua vi-

da, vai conseguir juntar 5 a 10 milhões, muito menos 20. Devemos ser otimistas, e encarar a situação com mais otimismo, e ter um pouco de paciência. O povo está cheio de promessas, mas comparando com o que já foi feito, acreditamos que o governo de Costa e Silva venha na realidade ajudar em tudo, principalmente à agricultura e pecuária. Vamos para frente, para o bem do Brasil, e da região do Oeste do Paraná. (FAN, v 2, ed. 76, 4/3/1967).

Nessa matéria, o repórter procura convencer o agricultor sobre a sua condição privilegiada no sistema socioeconômico. O agricultor deveria vangloriar-se da sua situação econômica em relação ao trabalhador da cidade, essa fervorosa defesa da política econômica do governo militar se deve, em parte, pela grande propaganda que o governo militar fazia em relação ao projeto de *modernização agrícola*²⁰ do Brasil.

Em relação ao processo de expansão do capitalismo no Brasil, criou-se o mito de que o subdesenvolvimento era representado pelas atividades relacionadas à agricultura, ao setor primário da economia, e que a forma para se desenvolver era justamente o investimento na formação urbano-industrial. Sobre o papel da agricultura na expansão do capitalismo, Francisco de Oliveira recusa essa perspectiva em relação ao período do pós-1930.

Por seu sub-setor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a não elevar o custo da alimentação principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial. Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do exército industrial de reserva (OLIVEIRA, 1987, p. 20).

No primeiro eixo da análise de Oliveira é possível compreender as transformações estruturais da passagem do modelo agro-exportador de desenvolvimento para o industrial. Em seguida, procura romper com a visão dualista, subdesenvolvimento e desenvolvimento, da história econômica do Brasil, adotada pelos intelectuais ligados a Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina (CEPAL). Para Oliveira o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram criados a partir das relações capitalistas de produção.

Mesmo com as particularidades do período e da abrangência da análise desenvolvida por Francisco de Oliveira em relação às características da acumulação capitalista no

²⁰ Marli Schlosser, ao analisar propagandas da Rádio Difusora do Paraná, apresenta uma perspectiva na qual a mecanização do campo foi um processo praticamente inevitável, um projeto executado e legitimado socialmente. A execução desse projeto teve auxílio do programa de marketing do governo militar, sobre a mecanização da agricultura e seus efeitos *positivos* (SCHLOSSER, 2000, p. 73).

Brasil, evitando uma comparação anacrônica, ela é pertinente, pois possibilita compreender os projetos realizados no final da década de 60 nesta região. Os primeiros empresários ligados à indústria começam a orientar e a organizar o consenso e a visão de mundo, em torno da industrialização e que esta traria o progresso para Marechal Cândido Rondon e ao Oeste paranaense. Desta forma, a Rádio Difusora torna-se orgânica na construção dessa visão de mundo aliando-se à classe empresarial para dar a direção da política, da economia e da cultura urbano-industrial.

Uma das estratégias para consolidação da visão de mundo em que a indústria seria a portadora do progresso é desenvolvida através da cobertura de todos os eventos em torno da formação industrial, a Rádio Difusora acompanhou o dia-a-dia dos empresários e das primeiras indústrias de Marechal Cândido Rondon. As matérias jornalísticas relatam o primeiro apito da indústria, as viagens dos proprietários, as visitas de técnicos, dos diretores, as reformas e ampliações. Praticamente todas as movimentações em torno das primeiras indústrias de Marechal Cândido Rondon eram acompanhadas pela imprensa local.

Pode-se dizer que a industrialização do setor agropecuário em Marechal Cândido Rondon teve início em 1963, com a criação do Frirondon e da Companhia Industrial Rondonense de Óleo Sociedade Anônima (CIROSA). Essas indústrias representavam para as classes dominantes e para os “intelectuais orgânicos²¹” da Rádio Difusora um marco para o progresso, e como tal, a industrialização passou a ser sinônimo de cidade e do moderno.

Este sentimento foi proclamado nas ondas da Rádio Difusora do Paraná, por exemplo, ao anunciar um empréstimo do governo através da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (CODEPAR) para finalizar as obras da Cirosa.

Parabéns aos diretores e ao povo de Marechal Cândido Rondon que agora já possuem mais um meio de empregar as suas horas dentro da lavoura, agora plantando soja. Veja, Estado, Município e indústrias, e você plantando soja... Sai da frente por que aqui vai Marechal Cândido Rondon O município da produção (FAN, v 2, ed 141, 1/6/1967).

Para facilitar a compreensão do processo de industrialização da economia de Marechal Cândido Rondon no contexto do Extremo Oeste do Paraná, é necessário também situar a perspectiva da economia nacional em torno da industrialização: “Do ponto de vista da

²¹ Intelectuais orgânicos são aqueles que se dedicam a defender/criar a ideologia de um grupo específico. São os que “dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1991, p. 3). Gramsci também diferencia os intelectuais do tipo urbano e rural, “os intelectuais de tipo urbano cresceram juntamente com a indústria e são ligados às suas vicissitudes” (GRAMSCI, 1991, p. 12)

industrialização brasileira propriamente dita, o golpe de 1964 não trouxe nenhuma mudança nos rumos por ela tomados desde 1955” (MENDONÇA, 1995, p. 67). O papel da ditadura militar foi de consolidar e redirecionar a opção do modelo econômico implantado nos anos 50 e, com isso, foram mantidas as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Metas²².

Nessa perspectiva, a história da industrialização brasileira do pós-64 pode ser dividida em três períodos: a) 1962-67 – fase caracterizada como de crise e recessão; b) 1968-74 – fase da retomada do crescimento industrial, vulgarmente conhecida como “milagre econômico brasileiro”; c) de 1974 até a presente – fase em que o “milagre” entrou em total e completo declínio (MENDONÇA, 1995, p. 68).

No que se refere ao capital nacional, o primeiro período caracterizava-se como um momento de crise, não havia capital suficiente para continuar mantendo o crescimento da estrutura industrial brasileira. Do ponto de vista do capital externo, buscavam-se vários empréstimos estrangeiros, haja vista a facilidade que havia no momento, a seu modo o golpe militar pôs fim à instabilidade política e à agitação das classes trabalhadoras. Do ponto de vista dos recursos internos, o regime usou da velha forma do arrocho salarial para superar as crises econômicas.

Neste contexto do capitalismo nacional, o Frirondon foi criado em 14 de Outubro de 1963 (SAATKAMP, 1984, p.156), inicialmente pelos comerciantes, Alfredo Nied, Afonso Diesel, Osvino Rodolfo Zart, Arnildo Dreier, Helmuth Koch, Carlos Kleemann e Nelson Aloísio Hack e alguns agricultores. Segundo Dorvalino Bombardelli²³, este grupo empresarial abriu um escritório próximo ao antigo terminal rodoviário de Marechal Cândido Rondon com a finalidade de captar recursos financeiros através da venda aberta de ações do frigorífico aos interessados, principalmente para suinocultores e comerciantes.

Alfredo Nied trabalhava com a comercialização de suínos desde 1954 e sua casa comercial foi uma das primeiras a negociar neste ramo. Segundo Bombardelli, os suínos adquiridos por Nied eram revendidos para o frigorífico Wilson²⁴, na cidade de Ponta Gros-

²² Conjunto de idéias denominadas de nacional-desenvolvimentismo visava a realização de 31 metas, voltadas para quatro setores da economia: energia, transporte, indústria de base e alimentação. Também chamado de tripé da industrialização brasileira, era dividida da seguinte forma: empresas produtoras de bens de consumo duráveis (a cargo do capital estrangeiro), pelas produtoras de bens de consumo correntes (a cargo do capital nacional) e pelas indústrias de base (a cargo do Estado) (MENDONÇA, 1995 p. 57).

²³ BORBARDELLI, Dorvalino. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 7 nov. 2006. Dorvalino Bombardelli (66 anos), advogado e contador, foi proprietário do primeiro escritório de contabilidade de Marechal Cândido Rondon, sendo responsável pela contabilidade do Frirondon de 1963 a 1969. Reside à Rua Mem de Sá, nº. 515.

²⁴ Vera do Prado Lima Albornoz (1997) analisa a trajetória das grandes companhias frigoríficas de carne norte-americanas na região Sul do Brasil, entre elas a Wilson, Swift, Armour, Morris e Cudahy.

sa, Paraná. Naquele momento, a suinocultura fazia parte do conjunto da produção, porém não era considerada a principal fonte de renda dos agricultores. Tendo em vista sua crescente integração ao mercado nacional, as atividades da suinocultura e da comercialização da carne adquirem maior relevância em toda cadeia produtiva (criação, comercialização, industrialização e mercado consumidor).

O grupo Frirondon organizou o empreendimento e gerenciou as funções segundo o perfil dos principais sócios. Todavia, faltava-lhes conhecimento profissional em relação à montagem dos equipamentos e à fabricação de derivados de carne suína. Conforme o relato de Bombardelli (2006), Alfredo Nied e Afonso Diesel tiveram destaque na direção da empresa: Alfredo Nied foi diretor comercial e Afonso Diesel, diretor industrial. Eles contrataram os primeiros funcionários, captaram o capital dos agricultores, compraram o terreno onde foi construído o frigorífico, os materiais necessários à construção da planta industrial, mas não foi iniciada a produção, pois faltavam-lhe experiência e conhecimento nesta área.

Não existia na cidade uma pessoa que soubesse colocar a indústria em operação. Para tanto, entraram em contato com o Jacob Brescianini, na cidade de Arroio do Meio/RS, e o convidaram para trabalhar no frigorífico. Brescianini possuía vasta experiência no ramo, havia trabalhado em vários frigoríficos, principalmente na Sadia em Concórdia (SC), e na Chapecoense em Chapecó (SC). Em 1967 Brescianini mudou-se para Marechal Cândido Rondon e assumiu seu novo emprego junto ao Frirondon, estranhou o fato de que mesmo tendo sido fundado a mais de três anos, o frigorífico ainda não havia iniciado o abate por falta de equipamentos, de dinheiro para a compra de suínos e de experiência industrial na montagem e operação da produção (BRESCIANINI, 2006).

Jacob Brescianini nasceu no dia 08 de junho de 1921 em Palasolo, Província de Brescia, na Itália, migrou para o Brasil em 1934, fixando-se na cidade de Caçador, SC. Mais tarde transfere-se para Concórdia, SC onde trabalhou como músico na montagem de uma banda para o frigorífico da Sadia, dividia sua tarefas como músico e contador da empresa Sadia. Entre 1967 e 70 trabalhou como gerente no Frirondon e, por volta de 1970, pediu demissão e passou a dedicar-se à música e aos trabalhos na fábrica de sabão de sua propriedade.

Jacob Brescianini teve destacada importância nos primeiros anos do frigorífico, graças ao seu vasto conhecimento técnico, em relação à montagem da linha de produção e operacionalização do frigorífico. No Frirondon, coube-lhe executar o planejamento da produção, do cálculo dos custos e até do financiamento para fomentar a produção. A monta-

gem da linha de produção só foi possível devido a um financiamento conseguido junto à Codepar. Obtido os recursos, Nied e Brescianini foram a São Paulo e compraram às máquinas da firma Hermann, os diretores do Frirondon já haviam realizado um pedido de equipamentos em São Paulo, porém, como observou Brescianini, não correspondia às necessidades do frigorífico, pois havia itens inadequados. Diante dos erros dos diretores/proprietários, ele refez o pedido de acordo com o porte do frigorífico e das condições locais.

A empresa Hermann realizou a instalação dos equipamentos, conforme noticiado no programa FAN, no dia 25 de novembro de 1968.

Ontem, nossos ouvintes e associados do frigorífico, tiveram oportunidade imensa de trazermos aos nossos microfones os técnicos que estão trabalhando na montagem das máquinas do frigorífico, senhores: Arnipo Montanini e Joaquim Caçula da Silva. Estes senhores, já nossos amigos, estarão trabalhando incessantemente, para o bem do desenvolvimento desta nossa indústria, que pretende lançar-se avante dentro do cenário industrial, que está dispondo nossa região. Conforme nosso contato mantido com esses técnicos, a duração do serviço dentro das instalações do frigorífico será de aproximadamente 30 dias (FAN, v 5, ed 57, 25/11/1968).

Essa expectativa em relação à indústria pode ser compreendida como um processo com dois aspectos: “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social” (LEFEBVRE, 2006, p. 9). No entanto, esse processo é complexo e conflitante, pois a industrialização não produz apenas empresas, operários e chefes, mas também estabelecimentos diversos, instituições bancárias, técnicos e políticos. Este processo de construção do futuro, alicerçado na indústria vai se constituindo junto com a da Rádio Difusora. Com isso, é possível entender o ufanismo do locutor e o anúncio inclusive do apito da fábrica.

Às 23,50 horas do dia 31 de Dezembro de 1968 até minutos deste ano os moradores aqui dentro de Marechal Cândido Rondon puderam notar algo de diferente em som, e que vinha de longe. Ficamos sabendo que era o apito do frigorífico Marechal Cândido Rondon, que foi inaugurado nesta data tão simbólica na entrada de um novo ano, que deverá ser para todos os anos das realizações. O ecoar deste apito de uma indústria para nosso município foi mais um grito de alerta saudando a todos, por certo de felicitações ao ano de 1969, que pode marcar o ano de um avanço a esta importante indústria (FAN, v 5, ed 602, 6/1/1969).

O FAN de 1969 transformou a inauguração do frigorífico no fato mais importante para a cidade. Não é possível afirmar que essa perspectiva que a Rádio Difusora divulgava era hegemônica, porém, é possível pensá-la enquanto representação de uma visão de mundo e de poder local, em que seus interesses não conflitavam com os interesses dos diferentes níveis de governo militar, municipal, estadual e federal.

O frigorífico de vagar, mas firme: reportagem dessa emissora aproveitou uma hora de folga ontem a tarde para dirigir-se ao local onde está sendo montado o frigorífico Rondon, um empreendimento de vulto que será o marco inicial da industrialização do nosso município. Em companhia dos senhores *Jacob Brescianini*, do Sr. *Arthur Diesel* e do professor *Bauer-mann*, contador da firma, visitamos as dependências dessa indústria em fase de montagem já adiantadíssima. Vimos ali a maneira como essa obra vem sendo atendida pelos diretores, sempre presentes e atendendo a todos os setores onde é chamada a sua presença. Possantes locomóveis, geradores, serpentinas, máquinas, tudo está indo para os respectivos lugares, proporcionando futuramente um escoamento rápido e uniforme dos produtos nas marchas de vai e vem que devem realizar até sua completa e definitiva industrialização. *Dentro de dias mais, e será levantada altaneira chaminé de ferro de 30 e tantos metros de altura, que expelirá aos borbotões a fumaça do progresso.* Essa obra deve ser vista não somente pelos acionistas, que devem estar eufóricos pelo apresamento das obras, mas também por pessoas que interessem conhecer a obra de tanta magnitude. Saímos otimamente impressionados dessa visita e estamos rendendo homenagens à coragem e espírito pioneiros de nossa gente (FAN, v 5, ed 606, 10/1/1969, grifo do autor).

No entanto, mesmo tendo as máquinas instaladas o frigorífico levou ainda seis meses para iniciar o abate, conforme anúncio realizado na manhã de sábado pela Rádio Difusora, exaltando o grande momento histórico para o progresso de Marechal Cândido Rondon, finalmente o “grito histórico do primeiro suíno a ser abatido”, foi registrado pela FAN, da seguinte forma:

O frigorífico Rondon limitada começou o abate hoje. A reportagem dessa emissora esteve no frigorífico para assistir ao início da atividade. Os suínos foram todos banhados segundo manda a técnica. Depois disso subiu o primeiro suíno para a rampa da morte. O suíno era de propriedade da família Vorpagel e o segundo da família Heidrich que foram as primeiras famílias a vender seus suínos ao frigorífico. O grito histórico do primeiro suíno a ser abatido, registrou-se às 10 e 30 horas da manhã de hoje. Os suínos dali seguem para o tanque de água fervendo, dali a pelagem seguindo seu curso normal até o completo descarnamento. Grande número de acionistas e curiosos assistiram a primeira atividade do frigorífico Rondon limitada. Hoje à tarde continua a atividade, podendo outros interessados dirigirem-se ao frigorífico para testemunhar a atividade dessa indústria. *Amanhã no programa do frigorífico às 12 horas, mais detalhes*

a respeito desse fato que marca época na atividade industrial do município, alertando aos estudantes que estão preparando o esboço histórico do município, que ali está matéria para não ser esquecida (FAN, v 6, ed 733, 21/6/1969, grifo do autor).

Nos primeiros anos, os produtos industrializados receberam a marca RONDON. Quase toda a carne era transformada em embutidos (salame, mortadela, presunto, salsicha, banha e outros). Parte dessa mercadoria era vendida com uso de uma Kombi nos municípios da região e outra parte era vendida na cidade de São Paulo, transportada através de caminhão, por Alfredo Nied (BRESCIANINI, 2006).

Mesmo com tamanha euforia em relação à industrialização e seu significado enquanto progresso, o quadro de trabalhadores era limitado em se tratando de conhecimento técnico especializado. Tanto que, com o início e ampliação da produção, houve a necessidade de contratação de mais funcionários, porém especializados. O próprio Brescianini foi à cidade de Medianeira para contratar três famílias e também para Guarapuava, onde contratou Alcides Massaro²⁵. Massaro possuía vasta experiência em outros frigoríficos na região Sul do país.

Massaro gerenciou os serviços internos do frigorífico, trabalhou com todos os grupos de empresários, com exceção da Ceval Alimentos²⁶, pois se aposentou no dia 30 de setembro de 1986, quando ainda trabalhava para a Swift-Armour²⁷. Ao ser entrevistado Alcides Massaro destacou a sua experiência como trabalhador em Frigoríficos de carnes, avaliando as condições de trabalho nesse setor.

As condições eram difíceis. Naquele tempo não tinha nada. Em Sananduva, pelo amor de Deus, os charques era todo no chão e era tudo no muque. O que era mais ou menos era na Sadia, em Concórdia ali dava bem. Era trabalho de empreitada, trabalhava limpando pezinho e cara de porco só na água quente... Água quente e fria... Em Sananduva tinha que carregar caminhão na base de 40 quilos gelado nas costas. Não tinha proteção não tinha roupa, não tinha nada. Era a roupa que a gente tinha em casa.

25 MASSARO, Alcides. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling. Marechal Cândido Rondon, 29 abri. 2007. Alcides Massaro, 79 anos, nasceu aos 05/06/1927, na cidade de Gaurama/RS. Com 15 anos de idade já trabalhava no frigorífico daquela cidade e trabalhou em várias cidades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No RS trabalhou e residiu em Gaurama, Lagoa Vermelha e Sananduva; no Estado de Santa Catarina trabalhou em Pirituba e Capinzal; e, no Paraná, trabalhou em Guarapuava e Marechal Cândido Rondon. No período de 1964 a 1970 trabalhou no Açougue Estrela, em Guarapuava, quando foi procurado por Jacó Brescianini e Afonso Diesel, a convite dos empresários veio conhecer o Frirondon, após analisar a proposta dos empresários locais, aceitou, e mudou-se para Marechal Cândido Rondon em dezembro de 1970.

²⁶ Agro Industrial de Cereais do Vale S. A, (CEVAL), foi à última empresa proprietária do frigorífico de carnes suínas de Marechal Cândido Rondon, no período de 1989 a 1996.

²⁷ A Swift-Armour foi a 3ª empresa proprietária do frigorífico no período de 1978 a 1989.

Hoje não. Tem casaco tem bota. Naquele tempo não tinha nada (MASSARO, 2007).

Nos relatos de suas experiências Alcides Massaro enfatizou sua importância como trabalhador experiente e conhecedor de várias cidades e várias empresas. Sua trajetória é fundamental para entender o que foi o frigorífico e as impressões que teve da cidade de Marechal Cândido Rondon quando chegou para trabalhar.

Em 1970, aqui não tinha nada. Essa vila do portal pra cá tinha uma casa. Não tinha nada, era puro barro (...) Ali no lago que estão fazendo era puro barro. Tinha o tal de Afonso Diesel que era dono do Frigorífico, ele trazia os empregado. Daí chegavam atrasados por que ali não podia subir, tinha que empurrar a Kombi de tanto barro que tinha. Não tinha condições (MASSARO, 2007).

Madeleine Carla Rocha²⁸, filha do Alcides Massaro, relatou o processo itinerante vivido pela família. Ao falar da sua vida e das experiências no setor de frigorífico de carne, destacou.

Nasci em Sananduva e tenho 41 anos. Meus pais moravam em Guarapuava, a gente veio pra cá através do Frigorífico Maripá. Na época, meu pai foi convidado pra trabalhar neste frigorífico e a gente, então, veio de Guarapuava, aqui, onde estamos até hoje. Faz trinta e cinco anos que residimos em Marechal Cândido Rondon (...)

Quando eu vim pra cá, eu era muito jovem, quando comecei a trabalhar, comecei no Trento Brandalize. Eu era uma caixa no Trento Bradalize. Trabalhei dois anos lá, onde surgiu a oportunidade de trabalhar na época. Depois, tinha mudado de Frigorífico Maripá, passou a ser Swift-Armour, na época surgiu a oportunidade de trabalhar lá, vim trabalhar com auxiliar do financeiro. Eu trabalhei 15 anos lá, onde a Swift vendeu pra Ceval (ROCHA, 2004).

Carla Rocha trabalhou na Swift-Armour em dois períodos, inicialmente nos anos de 1980 a 1983, e no segundo momento de 1984 a 1989, quando a Ceval Alimentos passou a ser proprietária do frigorífico, permaneceu na Ceval mesmo após o fechamento da unidade

²⁸ ROCHA, Carla. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 23 out. 2004. Madeleine Carla Massaro da Rocha trabalhou como auxiliar administrativo no frigorífico Maripá/Frimesa, Swift-Armour e Ceval Alimentos. Após o fechamento da unidade local do frigorífico foi transferida para Dourados/MS e continuou trabalhando na Ceval. Primeira entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda em 23 de outubro de 2004, realizada na sua residência no Loteamento Ceval. Segunda entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling em 18 de maio de 2007, realizada na sua residência no Jardim das Torres.

local. Tanto na Swift-Armour quanto na Ceval Alimentos trabalhou como auxiliar de escritório.

O progresso da cidade e da região, tão almejado pelas classes dominantes e difundido pela Rádio Difusora, concretizava-se com o suor dos trabalhadores. Foi o trabalho dos operários, o motor da indústria que gerou a riqueza dos empresários, mas, esse fato é negado pela historiografia “oficial”. Para contrapor essa perspectiva que enfatiza a história dos ‘grandes homens’ é necessário recuperar a história dos trabalhadores enquanto experiência de classe. Nesse sentido, “a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram” (THOMPSON, 1987, p. 10). Essas experiências são fundamentais para compreender as relações entre as classes sociais envolvidas, num município que se constituiu rapidamente, num primeiro momento, através da agricultura, e, posteriormente, com a agroindustrialização.

No final da década de 1960, a indústria se apresentava como alternativa de vida para os trabalhadores atingidos pelo êxodo rural e pela falta de perspectiva no campo. Nesse mesmo período a ação do Estado é fundamental, pois passa a ser uma alternativa para solucionar os problemas do capital, diretamente ligados à agroindustrialização.

Antes mesmo que o Frirondon pusesse a indústria para funcionar, a taxa tributária cobrada pelo Estado sobre o suíno já era questionada e debatida entre agricultores e empresários não só em nível local e regional, mas também em esfera estadual. Em 1969, o apresentador do programa FAN leu a notícia publicada no jornal do Estado intitulado: “Nota do jornal do Estado fala sobre ICM”, o imposto sobre circulação de mercadoria que estava sendo implantado.

ICM sobre o suíno – atendendo solicitação da câmara municipal de Marechal Cândido Rondon, o deputado Paulo Poli debateu, naquele legislativo, aspectos da nova pauta tributária do suíno. A seguir, o parlamentar transmitiu as reivindicações daquele município – maior produtor de suínos no Brasil – ao secretário Rubens Baião Leite, da fazenda. Diante da argumentação de que os criadores estão pagando ICM inclusive sobre fretes, o titular da pasta da fazenda prometeu re-estudar a pauta do suíno, dispondo-se, inclusive, a ir até Marechal Cândido Rondon, para debater o assunto com criadores da região (FAN, l 5, v 651, 8/3/1969).

Naquele momento, 1969, o governo federal não possuía capital suficiente para continuar mantendo o crescimento da estrutura industrial. No primeiro momento, o arrocho salarial foi a alternativa, mas não a solução para a crise profunda da falta de crédito público para fomentar a indústria e retomar o crescimento. Para o capital externo, ligado às multi-

nacionais, a opção foi os empréstimos fora do país. No segundo momento, o governo militar promoveu a concentração de empresas e capitais no país. Para Sonia Mendonça, o governo usou a tática do favorecimento intencional das grandes empresas estrangeiras ou nacionais. Ou seja, a solução da crise é ajudar o rico a ficar mais rico.

Procurava-se antes de mais nada, eliminar as empresas de menor porte e de estrutura técnica considerada “pouco moderna”, de modo a gerar “sobras” de maquinaria, de crédito, de mercado etc. – que se destinavam a elevar a produção e o lucro de um pequeno número de grandes empresas, sem necessidades de gastos vultuosos com tecnologia nova ou mesmo de emitir moeda (MENDONÇA, 1995, p. 68).

Esta foi a estratégia política, usada para racionalizar os recursos disponíveis à industrialização, eliminando os mais fracos, e, com isso, diminuiu o número de empresas que competissem pelos recursos escassos. Paralelo a isso, foi aberta uma série de facilidades de crédito, capitais e tecnologia às grandes empresas. Uma das formas utilizadas pelo governo militar para provocar a falência das pequenas e médias empresas foi através da criação de novos impostos, tais como: Imposto sobre a Produção Industrial (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Na avaliação da Sônia Mendonça, as pequenas e médias empresas ficaram “incapazes de arcar com o peso de novos tributos, já que produziam em menor escala e com custos maiores do que as grandes unidades fabris, a pequena e a média empresa acabavam cedendo espaço aos oligopólios” (MENDONÇA, 1995, p. 70).

Diante desta reflexão proposta por Sônia Mendonça, é possível pensar a ação do Estado nesse contexto específico da formação do capitalismo, mas, por outro lado, abre-se também a perspectiva de resistência a essa tática do capitalismo defendido pelo Estado, por setores bastante diversificados da sociedade. No caso específico, Marechal Cândido Rondon e região destacam-se as ações de alguns líderes políticos, empresários e, principalmente, os suinocultores que, pelas evidências, na sua maioria eram acionistas do frigorífico.

No triênio 1967/68/69, Rondon atingiu uma grande produção de suínos, sendo destacado como “município de maior criação do Estado do Paraná”. Em 1967 produziu 410.000 suínos, em 1968 a produção foi de 450.000 e em 1969 de 490.000 suínos (SAATKAMP, 1984, p. 138). Vinilda Saatkamp trata da formação do frigorífico como sendo um marco histórico, destacando os proprietários, dirigentes e a produção, que são apresentados de forma cronológica. Os dirigentes aparecem como sendo os grandes sujeitos da história, o que contribui para construção de uma memória oficial.

No ano de 1969 os agricultores e empresários de Marechal Cândido Rondon, se uniram e conseguiram influenciar os rumos da política agrícola para o setor de carne suína no Estado, tanto que, no dia 1º de maio, o então secretário da fazenda do Estado do Paraná, Rubens Bailão Leite, fez uma reunião com agricultores e empresários com o objetivo de resolver o problema decorrente da taxaço do ICM:

São estes problemas de relevante importância e que não se pode deixar passar como o vento por sobre as matas. Deve-se aproveitar a ocasião, e quando por ocasião da vinda do senhor secretário da Fazenda no próximo dia 1º de Maio, e da reunião com sociedade, autoridades e a classe agrícola, líderes ou compradores de produtos como suíno, tragam em pé as discussões desta parte de grande interesse a toda região, (...) é, portanto de extrema necessidade que criadores, agricultores, líderes agrícolas, membros de sindicatos e autoridades constituídas reunam-se dia 1º de maio, recepcionem o digno secretário e expressem seu desejo de ver este preemente problema resolvido de uma vez por todas. *É a data oportuna*, e se não fizermos agora, não poderemos chorar por outra oportunidade (FAN, v 6, Ed 638, 26/4/1969, grifo do autor).

A leitura das fontes possibilita uma interpretação do processo de construção hegemônica da indústria e do comércio em relação à agricultura. As ações do Estado visavam à criação das condições para acumulação capitalista industrial e para cooptação de recursos para o Estado através de taxaço que seriam investidos nas empresas multinacionais. Porém, com a resistência local, o governo federal traz para Marechal Cândido Rondon o Centro Agropecuário Municipal (CAM). A nota do FAN esclarece o que seria esse centro e qual sua finalidade.

O representante do ministério da agricultura de Curitiba informou ao senhor prefeito que pretende o ministério instalar em breve no município um CAN, centro agropecuário municipal para execução desse projeto que já funciona a todo vapor em quatro municípios paranaenses deverá *a prefeitura destinar a verba do fundo de participação e parte do ICM, que toca ao município, cabendo ao ministério da agricultura entrar com verba mais ou menos 30 vezes maior*. Destina-se ao planejamento moderno da agricultura do município, distribuição de máquinas agrícolas, tratores do ministério, distribuição de semente selecionada, cuidados modernos e técnicos de pecuária e uma série de outras ações (FAN, v 6, Ed 733, 21/6/1969, grifo do autor).

Parte da sociedade estava mobilizada para salvaguardar os interesses de classe e, portanto, baratear o custo da matéria-prima, e criar assim, as bases para acumulação industrial local. Por outro lado, o representante do Ministério da Agricultura tenta convencer as

lideranças locais que o repasse do ICM vai contribuir com o desenvolvimento local. Mas o debate não se restringia ao município, tanto que o prefeito municipal Werner Wanderer²⁹ foi a Curitiba para debater com outros prefeitos do Paraná o ICM.

Junto com mais 162 prefeitos do Paraná, esteve o Senhor prefeito municipal debatendo o caso da parte do ICM que está sendo retida pelo Estado. O Estado tem em seu poder a bela soma de 9 bilhões de cruzeiros, importância que está sendo reclamada pelos municípios que se sentem prejudicados. Para isso houve uma grande reunião no salão de atos solenes do DER em Curitiba. A secretaria da fazenda ficou de solucionar o caso, para amainar a grita dos prefeitos que se sentem prejudicados (FAN, v 6, Ed 733, 21/6/1969).

Com relação ao desfecho da questão do ICM sobre o suíno, o assunto não foi completamente explicado, não sendo possível, para o momento, saber como o governo readequou a tributação sobre produtos agrícolas nesse período. Cabe apenas destacar que a classe burguesa interessada em baixar o custo da matéria-prima da indústria local e regional se mobilizou para esse fim, pois tinham a consciência de que a matéria-prima barata proporcionava possibilidade real de aumento da acumulação de capital na indústria local e consequentemente enriquecimento dos empresários da cidade, mesmo que isso fosse contra os interesses políticos e econômicos do governo militar.

1.3 - A AMPLIAÇÃO DO FRIRONDON: A VINDA DA MARIPÁ E DA FRIMESA/RUARO (1969-1979)

Vimos que, a partir do final da década de 1960, a região do Extremo-Oeste paranaense, na qual está localizado Marechal Cândido Rondon, foi palco de transformações econômicas e sociais bastante complexas, principalmente com a construção das primeiras indústrias locais como a CIROSA e o FRIRONDON. Durante este período, os representantes do capital defendiam que a vinda de empresas de outras regiões traria concorrência ao capital local, no entanto, essa visão econômica protecionista hegemônica, localmente perde força no início da década de 1970 com a venda de ações do frigorífico para empresários da região.

²⁹ Prefeito eleito com o apoio do prefeito anterior Arlindo Alberto Lamb (PTB), exerceu o mandato de 1965 a 1970 pela coligação PTB/UDN (WEIRICH, 2004, p. 63) Posteriormente foi eleito Deputado Estadual e Federal pelo PFL, atual DEM e hoje está no Partido Progressista (PP).

Na análise de Jacob Brescianini, o Frirondon funcionou muito bem nos anos de 1969/70. Nesse período havia mais ou menos 70 funcionários e a marca Rondon, utilizada pelo Frirondon, era muito procurada na região e tinha ótima aceitação no mercado em São Paulo. Além de embutidos, o frigorífico começou a vender os suínos em partes, sendo que a Sadia S.A., de Toledo, comprava o pernil congelado. Com o aumento da demanda, alguns diretores e acionistas do Frirondon defenderam a necessidade de ampliação da produção.

Com essa intenção o futuro do frigorífico começou a ser disputado. Brescianini (2006) afirma que defendeu a necessidade de abrir um posto de venda em São Paulo para facilitar a colocação da marca Rondon no mercado paulistano. Contrapondo-se a essa estratégia empresarial estavam os gerentes comercial e administrativo que julgavam que a empresa não teria condições de sustentar o investimento em São Paulo, pois geraria um aumento das despesas da empresa.

Diante desse quadro de propostas, o grupo avaliou a necessidade de conseguir mais capital para ampliar a produção e a comercialização dos produtos industrializados. Como estratégia de ampliação, decidiu colocar no mercado ações para serem vendidas a novos acionistas. Isto possibilitou que o Grupo Maripá, da cidade de Toledo, se associasse ao Frirondon. Em relação à Maripá, esta era uma das filiais de um grande grupo empresarial do Oeste paranaense chamado Grupo Frimesa/Ruaro, que tinha sua principal empresa na cidade de Medianeira³⁰. Por mais irônico que possa ser a marca Frimesa era concorrente direta da marca Rondon no mercado consumidor paulistano. Isso poderia até ser uma tática comercial, mas, segundo Bombardelli (2006), essa prática centralizou o faturamento das mercadorias na unidade de Medianeira. Com isso a situação financeira do frigorífico local começou a apresentar dificuldades.

O grupo Frimesa/Ruaro era formado por várias empresas, localizadas em cidades do Oeste do Paraná. Na cidade de Medianeira havia o Frigorífico Medianeira S.A., Armazéns Gerais Medianeira Ltda, e Distribuidora Frimesa S. A; em Marechal Cândido Rondon, Frigorífico Rondon S.A. Indústria e Comércio; na cidade de Cascavel, Rações Castor Ltda e Indepel Ltda (Fábrica de Rações); além da Oleolar de Céu Azul. José Paulo Ruaro

³⁰ Sobre a empresa MARIPÁ, sabe-se apenas que era associada ao grupo FRIMESA/RUARO. Não temos informações precisas de como foi a aquisição das ações do Frirondon pela Maripá. Ficam algumas perguntas que, por enquanto, não possuem resposta: os diretores do Frirondon sabiam que a Maripá pertencia ao Grupo Frimesa/Ruaro? Caso tivessem essas informações as ações teriam sido negociadas da mesma forma para esse grupo? Podem ter sido os próprios diretores da Frimesa/Ruaro que negociaram as ações do Frirondon? Será que para o Frirondon naquele momento interessaria a origem do capital?

era o diretor industrial da Oleolar de Céu Azul e o empresário Alfredo Pascoal Ruaro, diretor presidente das organizações Frimesa. Com relação ao capital da empresa, a família Ruaro era a principal acionista (50%) o grupo Dalcanale possuía (30%) e os outros 20% eram de pessoas da região (FAN, v 39, 30/11/1977).

A influência da Frimesa na unidade local começa a ser notícia local, conforme destacado no FAN, com o noticiário: “uma importante visita no dia 19 de Agosto de 1977”, quando os diretores do grupo Frimesa faziam vistoria na unidade de Marechal Cândido Rondon.

Esteve hoje em visita às instalações do Frigorífico Rondon onde manteve contato com José Zaniol diretor presidente da entidade, o Sr. Alfredo Pascoal Ruaro, Diretor Presidente das Organizações Frimesa e principal acionista da empresa. A visita de rotina do empresário se fez acompanhar de José Paulo Ruaro – diretor industrial da Oleolar de Céu Azul e ainda Euclides Biázus Engenheiro Agrônomo da Oleolar. Depois de visitar esta célula da organização que dirige, Alfredo Ruaro seguiu para uma das suas fazendas no interior deste município. À tarde ele retorna a Medianeira (FAN, v 37, 19/8/1977).

Desde o início do frigorífico até os primeiros anos da década de 1970 havia uma tendência entre os empresários locais em evitar a vinda de empresas de outras regiões para explorar o mercado da carne suína no município. No entanto, com as constantes crises na suinocultura e com a falta de experiência dos dirigentes do frigorífico, aos poucos as empresas da região com mais poder econômico foram assumindo o controle do frigorífico Rondon. Primeiro foi a Maripá, e depois a Frimesa/Ruaro. Tudo indica que o Frirondon tinha bons lucros até 1975, mas, não podemos afirmar que a unidade de Marechal Cândido Rondon gerou a falência do grupo Ruaro. O contrário parece mais certo, ou seja: o grupo Frimesa/Ruaro faliu e, conseqüentemente, essa falência atingiu a unidade local.

Alfredo Pascoal Ruaro, além de ser o principal investidor do Frirondon, passou a ser também o principal acionista da empresa. Com isso, conseguiu apoio de outros acionistas e decidiram ampliar o frigorífico. A ênfase em relação ao aumento dos investimentos na unidade local da Frimesa/Ruaro foi destaque no FAN.

Acionistas do Frigorífico Rondon S/A estiveram reunidos ontem em assembléia Geral Extraordinária, que contou com a presença do Dr. Gil Ailton de Miranda, representando o Frigorífico Medianeira e ao mesmo tempo representando o principal acionista Alfredo Pascoal Ruaro. A proposta de aumento do capital social de 12 milhões de cruzeiros para 31 milhões e 500 mil cruzeiros foi aprovada. O capital aumentado será utilizado de

reserva da correção monetária, lucros em suspenso, lucros à disposição da assembléia, e a integralização em dinheiro no valor de 15 milhões 195 mil, 173 cruzeiros e 30 centavos. Segundo o diretor presidente do Frigorífico Rondon S/A, José Zaniol, em 30 dias os acionistas que quiserem fazer subscrição, poderão fazê-la. Neste prazo deverão se declarar quanto à subscrição ou simplesmente se abster (FAN, v 38, 13/9/1977).

O grupo Frimesa/Ruaro assumiu a direção dos rumos econômicos da filial de Marechal Cândido Rondon e novas estratégias foram aprovadas. O grupo investiu fortemente na readequação da planta do frigorífico. As principais mudanças foram a ampliação da capacidade de produção, ampliação do número de casas da Vila Operária e abertura de um açougue de carne no próprio frigorífico para atender os consumidores locais.

O Frigorífico Rondon S/A Indústria e Comércio abriram hoje de manhã as portas do seu açougue com a finalidade de atender ao público de Mal. C. Rondon, bares, lanchonetes e restaurantes, servindo no local unicamente carne de porco devidamente inspecionada. A comunicação foi feita na tarde de ontem de que, esse novo departamento de venda direta de carne suína ao consumidor entraria em funcionamento na manhã de hoje, e atendendo a partir de então durante o expediente comercial. Pessoa ligada à diretoria da empresa deu a conhecer que inicialmente a venda aberta será somente para carne suína inspecionada e, havendo possibilidade de mais tarde haver a comercialização de outros produtos do ramo do grupo Frimesa (FAN, v 38, 13/10/1977).

Com a abertura do capital local para o capital de origem regional, o frigorífico começou a ampliar sua planta, novos trabalhadores migraram do campo para a cidade e, somando-se a outros, intensificaram a constituição da nova paisagem social do espaço urbano-industrial. A trajetória de vida desses trabalhadores possibilitou compreender o processo histórico para além da história oficial, dos ‘grandes vultos’, dos proprietários, dos que viviam da exploração da força de trabalho dos outros, e reconhecer e dar voz aos seres humanos comuns que através do seu trabalho, sua criação, seus sonhos e lutas fazem parte da história.

Nessa perspectiva é fundamental destacar os trabalhadores da indústria que estão totalmente vinculados ao capital: “em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolavelmente unidos, como *o caracol e sua concha*” (MARX, 1988, p. 411). Como aponta Ricardo Antunes, “recuperar, em bases totalmente novas, a unidade inseparável entre *o caracol e sua concha*, eis o desafio mais candente da sociedade moderna” (ANTUNES, 2005, p. 21).

Para compreender a formação do espaço urbano-industrial e o processo de construção das desigualdades sociais, destacamos o testemunho do Roberto Herdt³¹ e Vinilda Herdt³², que têm suas trajetórias de vida vinculadas ao processo de industrialização em Marechal Cândido Rondon. Roberto Herdt nasceu em São Bonifácio/SC, em 1965, com 17 anos migrou com a família para Quatro Pontes, distrito de Marechal Cândido Rondon, logo em seguida, mudou-se com a família para linha Três Voltas onde compraram meia colônia de terra. Vinilda Herdt nasceu em concórdia/SC em 1964, juntamente com a família migrou para Quatro Pontes em 09 de junho de 1973 Roberto e Vinilda casaram, tiveram três filhos: Marcio, Marlene e Darci. No ano de 1974 Roberto e Vinilda ficaram trabalhando na lavoura com a família e em 1974 mudaram-se para Quatro Pontes onde o Roberto Herdt começou a trabalhar de ajudante numa serraria de propriedade do João Arcanjo.

A relação do Roberto Herdt com o frigorífico teve início em 1975 quando veio a Marechal Cândido Rondon procurar trabalho e foi contratado como servente de pedreiro na obra de ampliação da Frimesa/Ruaro. Posteriormente passou a trabalhar na função de serviços gerais para a empresa Frimesa/Ruaro, Swift-Armour e Ceval. Sobre esse momento, 1975, Roberto Herdt, assim lembrou-se:

Eu vim procurar emprego. Nós estávamos trabalhando de diarista, ajudando a puxar tora do mato. Daí, de repente, surgiu a vaga que precisavam de servente e daí eu fui fazer a consulta. No outro dia fui lá e trabalhei um tempo de servente e no final da obra eu trabalhei de pedreiro. Daí eu pedi se a gente não podia pegar outro serviço para aprender e eles me disseram pra comprar umas ferramentas que os pedreiros ensinariam. Graças a Deus eu aprendi um pouco. Daí encerrou a obra, daí abriu o Frigorífico e eu continuei na parte do abate dos porcos (HERDT, 2007).

No período de ampliação da planta do frigorífico Roberto Herdt trabalhou como servente de pedreiro, juntamente com mais 27 trabalhadores que fizeram as obras de ampliação da planta do frigorífico, foi construído também um refeitório e uma ‘república’ para solteiros junto à Vila Operária. Nesse período a Vila Operária possuía seis casas. Al-

³¹ HERDT Roberto. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling. Marechal Cândido Rondon, 13 maio 1996. Roberto Herdt, (61 anos), aposentado, trabalhou na função de ‘serviços gerais’ nas empresas Frimesa/Ruaro, Swift-Armour e Ceval. Reside juntamente com a esposa e filho na Rua São Marcos s/n, Lote 02 quadra 003. Seu primeiro trabalho no frigorífico foi de servente de pedreiro, posteriormente foi contratado para trabalhar no frigorífico.

³² HERDT Vinilda. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling. Marechal Cândido Rondon, 13 maio 1996. Vinilda Herdt, (64 anos), do lar, reside com o esposo Roberto Herdt e um filho na Rua São Marcos s/n, Lote 02 quadra 003.

cides Massaro dispõe de algumas fotos da obra em construção. As fotos 1 e 2 registram o frigorífico em construção em 1973/74.



FOTO 1: Ampliação do frigorífico
(1974/75)
Fonte: Acervo particular de Alcides Massaro



FOTO 2: Ampliação do frigorífico
(1974/75)
Fonte: Acervo particular de Alcides Massaro

Para Brescianini (2006), a venda das ações para o grupo Frimesa/Ruaro foi o maior erro da administração e dos acionistas do Frirondon, pois, além de perder o comando administrativo do frigorífico, as transações econômicas ficaram centradas em Medianeira e o comércio de carne ficou atrelado à estrutura da Frimesa/Ruaro. Com isso, o dinheiro das vendas não chegava ao caixa da empresa em Marechal Cândido Rondon, as vendas diminuíram e o frigorífico não conseguia pagar os agricultores que forneciam suínos. Segundo Brescianini o desvio de mercadorias e a ‘sabotagem’ da marca RONDON no centro comercial de São Paulo colaboraram para a quebra do Frirondon.

A situação foi se agravando e a dívida do Frirondon com os agricultores foi aumentando até não se sustentar mais. Numa tentativa de superar esta crise local, o Frirondon fez um financiamento junto ao Banco do Brasil, expedindo “hipotecas” a serem pagas pelo banco. Certamente que os empréstimos eram realizados em nome do Frirondon, porém com o aval da central Frimesa. Posteriormente a produção local foi desativada, houve a demissão de parte dos funcionários, outra parte foi direcionada para a execução da obra de reen-

genharia da planta do Frigorífico e uma parte foi transferida para o frigorífico da Frimesa/Ruaro, localizada na cidade de Medianeira.

Entretanto, após este período de investimento e com as disputas internas, e mesmo com algumas tentativas de reabertura do Frirondon, como a que aconteceu em 1977 com a abertura do açougue do frigorífico, a produção não foi reativada. E a unidade local da Frimesa/Ruaro entrou com pedido de concordata deixando a massa falida.

Aqui em Marechal Cândido Rondon, dia 29 de novembro, o Frigorífico Rondon S/A entrou com o pedido de concordata preventiva. O doutor José Carlos Lins dos Santos, juiz designado da Comarca, recebeu e mandou ser processada a concordata no dia 2 deste mês, após terem apresentado todos os documentos necessários ao pedido e não terem títulos em protesto (FAN, v 40, 06/12/1977).

A concordata do grupo Frimesa/Ruaro gerou situação de angústia e agitação social em Marechal Cândido Rondon e na região Oeste paranaense. O assunto tomava conta de todas as conversas, principalmente entre os funcionários das empresas. No Frigorífico Medianeira eram 520 famílias, na Oleolar 250 famílias, no Frirondon 200 famílias, em toda região o número de famílias atingidas diretamente ultrapassava a 1.000 casos. Além das famílias dos funcionários a falência da Frimesa atingiu um considerável número de agricultores e comerciantes da região Oeste do Paraná, através das Notas Promissórias Rurais (NPRs) ³³.

Aproximadamente um ano após o pedido de concordata, no dia 24 de outubro de 1978, foi decretada a falência do frigorífico Medianeira, da Frimesa, pelo então Juiz de Direito Cível de Medianeira, Vicente de Paula Xavier, que, no mesmo ato, também expediu mandado de prisão preventiva contra quatro dirigentes do complexo industrial.

Após a falência do grupo Frimesa/Ruaro, o frigorífico de Marechal Cândido Rondon foi adquirido pela Swift-Armour S.A., a qual administrou a unidade local por 10 anos. Já a Ceval Alimentos foi a proprietária no período de 1989 a 1996. Compreender as dinâmicas e as ações dessas empresas, suas relações com os governos municipal, estadual e federal, e com os trabalhadores do frigorífico, é importante no sentido que elas estão diretamente relacionadas com a construção da Vila Operária e do Loteamento Ceval, que hoje está em situação “irregular”.

³³ Nota Promissória Rural (NPR) era um título bancário recebido pelo agricultor no ato da venda dos suínos, e, faturado em bancos. Caso a NPR não fosse resgatada pelo devedor, no caso o Frirondon e a Frimesa/Ruaro, o banco deveria ser reembolsado pelo próprio agricultor que averbava (endossava) a nota promissória ao receber pela venda da sua produção.

1.3.1 - A concordata do grupo Frimesa/Ruaro

O jornal *Fronteira do Iguaçu*, da cidade de Cascavel, na sua edição de 29 de Novembro de 1977, relatou a falência do grupo Frimesa/Ruaro com a seguinte matéria: “o fim do império econômico”, esta matéria jornalística foi transmitida pelo FAN, na mesma data.

Tudo parecia sólido para o grupo, diz o jornal, até que um dos jornais de Curitiba publicou uma pequena nota nos meados da semana dizendo que estava para estourar uma grande bomba no setor financeiro do Oeste paranaense e que todos deviam preparar os ouvidos para a explosão. Ela veio através do juiz que decretou a concordata do grupo FRIMESA ainda na semana passada.

O valor do débito é de 550 milhões e diante da qual o diretor de uma das empresas do grupo, *José Paulo Ruaro*, espera que o governo intervenha em favor da economia do oeste paranaense. *Prossegue ainda afirmando que, sem a interferência é até possível que as nossas empresas caiam nas mãos das multinacionais que não perdem oportunidade para ampliar seus campos de ação.* Encontra-se na capital do estado o diretor presidente da Frimesa, *Alfredo Paschoal*, cuja vinda é esperada por todos do grupo como última esperança. Em Curitiba está trabalhando com autoridades governamentais e instituições bancárias, uma maneira de levar os fundos que a empresa precisa para seu fortalecimento. Outra tentativa para salvar a situação do grupo, que começou a se agravar em 1975, foi junto a *Cotriguaçu*, à qual foi oferecido todo o complexo sem que houvesse um acordo final. Numa das empresas do grupo, a *Oleolar*, os funcionários a partir do dia primeiro de dezembro entrarão em férias coletivas por tempo indeterminado. Nos últimos tempos a fábrica só tem funcionado uma vez por semana. A sombra do Império Industrial estava mais de cinco mil pessoas representadas pelas famílias dos 1.500 trabalhadores. *Quanto ao Frigorífico Rondon, uma das empresas do grupo, o jornal Fronteira do Iguaçu nada comenta. No entanto é sabido que existem notas promissórias rurais relativas principalmente à compra de suínos, vencidas com até 60 dias, e que provavelmente deverão ser reembolsadas.* NPR é o título recebido pela venda dos suínos e descontado em bancos, que, se não resgatado pelo devedor, no caso do Frigorífico, deverão ser reembolsados. Tão logo circularam os boatos de que a Frimesa estaria pedindo concordata, os primeiros comentários diziam que uma elevada quantia estaria depositada na Suíça. O fato foi desmentido pelas Relações Públicas Nilo Deitos. Concordata é um acordo entre um negociante falido e seus credores, prescindindo estes da liquidação e comprometendo-se aquele pagamento dos débitos em um prazo estipulado. Com redução da quantia devida. A situação é bastante delicada, e muitas cooperativas regionais possuem um grande haver também do grupo. É evidente a participação das empresas do Grupo Frimesa na economia de muitos municípios da região. Num desses municípios, Planalto, a Frimesa é responsável por mais de 80% da arrecadação, e por outro lado, outros desta região recebem em seus orçamentos valores bastantes consideráveis relativos ao ICM, isto

sem considerar os empregos que oferecem as empresas do Grupo (FAN, v 39, 29/11/1977, grifo do autor).

O empresário José Paulo Ruaro, na entrevista concedida ao jornal Fronteira do Iguaçu, demonstrou sua consciência em relação à política econômica do governo militar no período, esperando que o governo interviesse em favor da economia do Oeste paranaense, e da sua empresa, alertando, ainda, o ouvinte e as autoridades regionais sobre a possibilidade de suas empresas caírem nas mãos das multinacionais.

A situação do grupo era crítica e começou a se agravar a partir de 1975, tanto que antes do pedido de concordata, o complexo do Grupo Frimesa/Ruaro havia sido ofertado à Cooperativa Central Regional Iguaçu COTRIGUAÇU³⁴. As matérias do FAN indicam que a Frimesa estava negociando com a Cotriguaçu desde início do ano de 1977, porém essa negociação só veio a público depois do pedido de concordata da Frimesa. As reuniões entre os diretores das cooperativas integrantes da Cotriguaçu começaram a ser divulgadas a partir de novembro de 1977 e a decisão pela aquisição do grupo Frimesa só aconteceu em abril de 1978. As cooperativas associadas divergiam sobre a compra da Frimesa.

Quatro cooperativas agrícolas estariam a favor e outras quatro contra a aquisição pela Cotriguaçu do acervo de máquinas e equipamentos das empresas do Grupo Frimesa. Estariam a favor da transação as Cooperativas de Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Cafelândia. Contrários à transação Toledo, Palotina, Campo Mourão e Capanema. Dia 25, próxima quarta-feira é que os lances finais serão desenrolados. Se for mantido o atual quadro é bastante provável que a aquisição não se proceda, principalmente por dois fatores: a dificuldade de exportação para os Mercado Comum Europeu, fechados atualmente para a carne brasileira e o perigo de uma cisão na Cooperativa regional (FAN, v 41, 20/01/1978).

Os contrários alegavam que as cooperativas deveriam preocupar-se mais com seus problemas internos e que a questão social advinda da concordata do Grupo Ruaro deveria ter outra solução. A rede bancária oficial, principal credora, procurava estimular essa transação para facilitar o recebimento dos recursos emprestados ao grupo Frimesa. Estes bancos começaram a se organizar para salvaguardar seus interesses e receber o dinheiro que haviam emprestado para a Frimesa.

³⁴ Cooperativa Central Iguaçu (Cotriguaçu) formada por oito cooperativas do Paraná, que compreendem os municípios de Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Cafelândia, Toledo, Palotina, Campo Mourão e Capanema. (FAN, v 39, 29/11/1977).

Nos dias 10 e 11 de novembro foi feita, em Curitiba, uma reunião de representantes do grupo com os Bancos do Brasil, Banestado, Badep e BRDE, e a direção da Cotriguaçu, quando foi constituída uma comissão técnica assessorada por seis advogados para estudar a viabilidade da negociação e determinar o patrimônio real dos equipamentos do grupo. Se o grupo em concordata aceitar o laudo dos técnicos, e forem negociados apenas os equipamentos, sem incluir o passivo e ativo, acredita-se que o negócio será concluído com a Cotriguaçu. Diretores da empresa disseram ontem que, se por outro lado, o grupo concordatário não concordar dificilmente terá condições de se recuperar. A própria Cotriguaçu está interessada no andamento das concordatas, para levantar-se exatamente o débito do grupo. E, com isso, procura evitar que o processo se transforme em falência, quando então não teria mais condições de concluir as negociações (FAN, v 39, 30/11/1977).

O presidente da Cotriguaçu, Roberto Wipych, em entrevista ao *Domingo Difusora*³⁵, manifestou-se favorável à compra, desde que os laudos periciais indicassem condições favoráveis. Por outro lado, afirmou que uma condição para que a Cotriguaçu adquirisse o complexo da Frimesa era de que os suinocultores, avalistas de NPRs, não fossem responsabilizados pela dívida bancária. Essa se tornou uma questão central que pesava na decisão da compra da Frimesa, pois os bancos estavam pressionando os agricultores com o objetivo de receberem as NPRs.

No mês de abril de 1978, após várias reuniões entre os diretores das cooperativas associadas à Cotriguaçu e os bancos credores, foi negociada a aquisição da Frimesa. As matérias da FAN não trazem detalhes se a Cotriguaçu comprou todas as unidades da Frimesa, mas apontam para o fim da apreensão social e econômica que atormentava o Extremo Oeste paranaense.

Frimesa/Oleolar acertam com Cotriguaçu. A partir de uma contraproposta aceita pela Cooperativa Central Regional Iguaçu, ficou definida a aquisição do acervo Frimesa/Oleolar. Desde o início do ano, que os negócios estão sendo entabulados, a partir da concordata as empresas que foram o Grupo Regional. Apesar de não haver sido divulgado o montante da transação, foi aceito por ambas as partes. Na próxima semana os contatos passarão a ser efetivados com os Bancos credores, em número aproximado de 20, que deverão analisar a viabilidade em ser dado sinal a essa questão que perdura por alguns meses. Por isso se acredita que até o final da próxima semana possa ser anunciado o fechamento do negócio, quando a Cotriguaçu, passaria a ativar as empresas que tem se constituído numa apreensão sócio-econômica para a região (FAN, v 43, 22/04/1978).

³⁵ Programa de entrevistas realizado aos domingos pela Rádio Difusora do Paraná.

A Cotriguaçu não reativou a operação das unidades adquiridas da Frimesa e esse fato permitiu uma nova reorganização das grandes empresas do agronegócio na região Oeste, conforme matéria divulgada no Jornal *O Alento*, a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste (SUDCOOP)³⁶, em 1979, após a aquisição do frigorífico Medianeira, a Central cooperativa teve condições de operar no segmento da carne suína com a marca Frimesa. No mesmo ano a empresa adquiriu as unidades de leite dos laticínios Rainha, de Marechal Cândido Rondon e Cascavel, marcando o início da industrialização e comercialização de produtos lácteos com a marca Rei do Oeste.

Em 1979, a Sudcoop comprou o frigorífico Medianeira, e o fato foi destaque na imprensa local.

Sudcoop dará impulso à suinocultura da região com empréstimo de 200 milhões junto ao Banco Nacional de Crédito cooperativo (BNCC), a juros de 15% ao ano, 160 milhões serão destinados para aquisição e 40 milhões para readequação de equipamentos. O rebanho suíno do Oeste é estimado em 312 mil cabeças e do sudoeste em 1,3 milhões de cabeças. Os endossantes de NPRs estarão liberados de quaisquer compromissos segundo disse o presidente da Sudcoop Romildo Bortoli (*O Alento*, Ano 1, nº 18, 30/11 a 06/12/1979)

Na mesma matéria do *O Alento* que trata da compra da Frimesa de Medianeira pela Sudcoop, o jornal informou que a dívida da Frimesa girava em torno de 400 milhões de cruzeiros, sendo que a Sudcoop pagou 160 milhões para a Frimesa/Ruaro e previa ainda gastar mais 40 milhões em remodelação das instalações. Na mesma edição do jornal consta uma matéria que o próprio Presidente da República, João Batista Figueiredo, anunciou um empréstimo de 200 milhões de cruzeiros para a Sudcoop durante visita em Curitiba.

A primeira empresa do grupo Frimesa a pedir concordata foi a Oleolar. Esta entrou com o pedido no Cartório Civil de Matelândia no dia 22 de Setembro de 1977. A segunda concordata foi pedida dia 25 de Setembro na cidade de Medianeira, pelo Frigorífico Medianeira. No dia 5 de dezembro de 1977, o juiz Jamil Lourenço, titular da 1ª Vara Cível da

³⁶ A história da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste (SUDCOOP) começou em 13 de dezembro de 1977, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Cinco cooperativas: Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda (Coasul), Cooperativa Agropecuária Capanema (Cooagro), Cooperativa Mista Francisco Beltrão (Comfrabel), Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda (Candul) e Cooperativa Agropecuária Sabadi Ltda (Coopersabadi), juntam-se e formam a Central Sudcoop com o objetivo de industrializar e comercializar a produção de seus cooperados. Já em 1978 deu-se início às atividades administrativas e também somaram ao grupo as seguintes cooperativas do Oeste do Paraná: Cooperativa Agrícola Mista Rondon (Copagril), Cooperativa Agroindustrial Lar (Lar), Cooperativa Agrícola Consolota Ltda (Copacol), Cooperativa Agroindustrial (C. Vale) e Cooperativa dos Produtores de Suínos e Leite do Oeste do Paraná (Cooperlac) e a extinta Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda (Coopagro), In: <http://www.frimesa.com.br/principal.php?linha=3&menu=1&submenu=0>. Acesso em 4 Jul. 2007.

Comarca de Cascavel, deferiu o pedido de concordata preventiva da empresa Comércio e Indústria de Rações S/A (CIRSA), empresa de Cascavel. Em Marechal Cândido Rondon o frigorífico Rondon S/A entrou com pedido de concordata preventiva no dia 29 de Novembro de 1977. José Carlos Lins dos Santos, juiz designado da Comarca, recebeu e mandou ser processada a concordata no dia 2 de Dezembro de 1977 (FAN, v 40, 6/12/1977).

As justificativas para o pedido de concordata da unidade de Marechal Cândido Rondon foram divulgadas no FAN, no dia 6 de dezembro de 1977. Na mesma matéria a indicação do juiz, Dr. José Carlos Lins dos Santos, que nomeou a firma Nied & Cia como comissária da concordata.

A direção do Frigorífico Rondon S/A esclarece na petição, que nada impediria a atividade do Frigorífico, mas que, devido às oscilações dos preços da matéria prima, tornava-se necessário a obtenção de capital de giro e que em razão da situação das outras empresas do grupo houve redução de crédito, impedindo sua atividade normal. Do total devido de 70 milhões 321 mil 622 cruzeiros e 26 centavos, apenas 45 milhões entraram em concordata. Os 25 milhões restantes são de créditos reais de garantia e de credores privilegiados. Os principais débitos relacionados são em Nota Promissória Rural (NPR) no valor de 4 milhões no Banco do Brasil, 5 milhões no Bamerindus, 2 milhões de cruzeiros no Banestado e 500 mil no Unibanco (FAN, v 40, 6/12/1977).

A partir dos valores divulgados no FAN em relação à situação financeira do Frirondon, foi possível montar uma tabela que permite visualizar a situação da empresa bem como os bancos credores.

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	VALOR Cr\$	Valor aproximado (real)
Banco do Brasil	7.800.000,00	259.814,10
Itaú	196.000,00	6.528,66
First National City Bank	4.900.000,00	163.216,55
Banco Sul Brasileiro	1.500.000,00	49.964,25
Bamerindus	3.400.000,00	113.252,30
Banco Econômico	5.800.000,00	193.195,10
BRDE	23.800.000,00	792.766,10
Banestado	25.000,00	832,74
Bamerindus	75.000,00	2.498,21
Impostos e contribuições previdenciárias	25.000.000,00	832.737,50
Total	72.496.000,00	2.414.805,51

A terceira coluna da tabela 2 referente à dívida do Frirondon trata-se de uma atualização aproximada, com base nos índices de correção de valores da caderneta de poupança. Para chegar a esses valores em (real) foi utilizado o serviço (Calculadora do cidadão), disponível na página da Internet do Banco Central do Brasil. Porém, esse serviço é disponível somente a partir de 01/02/1992, ou seja, no período de 1977 a 1992 não foi possível atualizar os valores, sendo assim, os valores são meramente comparati-

vos, não sendo considerado valor exato atualizado da dívida. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br>>. Acesso em 11 de maio de 2008.

TABELA 3: Dívida declarada na concordata do Frirondon.

Fonte: FAN. v 40, 6/12/1977. Tabela organizada pelo autor.

O pedido de concordata, divulgado pela Frimesa Oleolar, foi argumentado nos seguintes termos:

Segundo justificativa para a concordata da Oleolar, apresenta na petição encaminhada a juízo, os prejuízos da empresa resultaram das oscilações dos preços da soja, interna e externamente; por isso a indústria precisou cumprir contratos a longo prazo com prejuízos; nessas condições não podia concorrer com as multinacionais que predominam no setor, as cooperativas, com maior apoio governamental, tinham o controle da soja e isto dificultou a aquisição da matéria-prima pela indústria. A outra causa foram os encargos financeiros elevados, pelos financiamentos contraídos. Outra causa citada como principal por agentes financeiros, foi a má administração financeira do grupo, reconhecida inclusive por um diretor. Um técnico ligado a um banco oficial chegou a admitir que as acusações de envolvimento de contrabando de soja, que existem contra a empresa Cerport, que antes estava ligada ao grupo, também prejudicaram a Frimesa na obtenção de novos financiamentos bancários que necessitavam a sua recuperação (FAN, v 39, 30/11/1977).

A partir da relação dos bancos credores é possível perceber a proporção da dívida contraída pela Frimesa. Esse relatório foi entregue junto com as alegações necessárias no pedido de concordata.

A Oleolar é a empresa em situação mais difícil: o seu passivo atinge Cr\$ 570,3 milhões, contra um ativo declarado em juízo de Cr\$ 796,3 milhões. No passivo, o total de créditos com garantia real atinge Cr\$ 225,1 milhões, créditos privilegiados (INPS, FGTS, salários, etc.), Cr\$ 105,8 milhões, e passivo quirografário (desconto de duplicatas, de promissórias rurais e outras operações bancárias normais em que não se exige garantias reais), Cr\$ 284,5 milhões (FAN, v 39, 30/11/1977).

Com base nos dados disponíveis no FAN foi possível montar a tabela 4 com os valores aproximados a partir de 01/02/1992. É importante observar a quantidade de instituições financeiras existentes no período, essas instituições tiveram peso decisivo nas ações do Estado naquele momento.

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	VALOR Cr\$	Valor aproximado (real) *
Banco de Desenvolvimento Econômico do	116.300.000,00	3.896.131,71

Paraná (Badep)		
Banco do Brasil	46.300.000,00	1.542.229,85
Banco Econômico	10.800.000,00	359.742,60
BRDE	4.500.000,00	149892,75
Banco do Brasil	101.100.000,00	3.367.590,45
Banco Sul Brasileiro	5.500.000,00	183.202,25
Banco Lar Brasileiro	6.800.000,00	226.504,60
Bamerindus	Fonte não legível.	
Banco Econômico	443.000.000,00	14.756.108,50
Banco do Estado do Paraná	19.000.000,00	632.880,50
Banco do Estado de Santa Catarina	18.600.000,00	606.232,90
First Nacional City Bank	8.400.000,00	279.799,80
Bank of London e South América Limited	5.200.000,00	173.209,40
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	2.000.000,00	66.619,00
Banco Nacional	4.200.000,00	139.899,90
Banco Itaú	2.600.000,00	86.604,70
Banco Franco Brasileiro	20.688,00	689,11
Banco do Estado do Rio de Janeiro	1.500.000,00	49.964,25
Banco Mercantil do Brasil	6.300.000,00	209.849,85
União de Bancos Brasileiros	4.000.000,00	133.238,00
Banco Safra	310.800,00	10.352,59
Créditos de dezenas de agricultores e comerciantes da região.	Valor não especificado	
Total	1.137.588.000,00	37.892.487,49

TABELA 4: Dívida declarada na concordata da Óleolar/Frimesa – Sistema financeiro

(*) confira o destaque desta tabela na Tabela 3

Fonte: FAN, v 39, 30/11/1977 e v 40, 6/12/1977. Tabela organizada pelo autor.

Na edição do FAN de 9 de fevereiro de 1978, foi destacada a matéria vinculada pelo jornal *O Paraná*, referente à entrevista com o advogado Célio Ferreira³⁷ que falou sobre o grupo Ruaro e acusando-o de praticar a chamada “falência fraudulenta”, que, seria motivada por duas razões: o próprio grupo Ruaro estava desesperadamente, tentando vender o acervo falido e não havia logrado êxito e, a outra, por se tratar de um “ano político”, a empresa utilizava-se da concordata de forma sensacionalista.

Sobre a possibilidade de uma solução partida do governo estadual, diz que não há viabilidade constitucional para que o governo estadual solucionasse o caso das Notas Promissórias Rurais, porque, para isso ele teria de valer-se do erário público, e aí, qualquer cidadão do povo poderia usar contra ele, a ação popular, além de outras responsabilidades penais. Esclarece, outrossim, pelo contrário, o governo federal está investindo de

³⁷ As fontes não especificam quem o advogado Célio Ferreira estava representando. No entanto, tudo indica que era um dos representantes das instituições financeiras.

legitimidade e interesse, para pedir a declaração judicial de insolvência das empresas concordatárias, e após isto, constituir as respectivas diretorias, e assumir as empresas através de intervenções federais. Informa que a Comissão de Financiamento da produção é uma autarquia federal que através do Banco do Brasil opera com dinheiro do governo, destinado no Orçamento da União, a ajuda à produção nacional. E nesse dinheiro do governo, o “Grupo” locupletou-se (isto é: enriqueceu-se) em mais de quarenta milhões de cruzeiros, fazendo dizerem por aí que até a união entrou pelo cano. Logo, considera o advogado Célio Ferreira, dinheiro do governo é dinheiro da Nação, e segundo os ditames constitucionais, esse ato autoriza o Governo, diretamente, ou pela autarquia nomeada, intervir nas empresas privadas que assim se locupletem. Finaliza a análise dizendo se o que nasce do desespero é insolucionável, mas, do insolucionável, muita coisa pode ser salva, se formos prudentes e não confundidos as vias de soluções (FAN, v 40, 9/2/1978).

Outros fatos convergem com a análise de Célio Ferreira, e apontam para possíveis ações fraudulentas não apenas envolvendo o Grupo Frimesa/Ruaro, mas também em relação à administração do Frirondon no lançamento de NPR a serem recebidas no banco, sem a entrega do produto, ou seja, a emissão de notas de entrada de suíno sem a devida entrega da matéria-prima. Essa questão tornou-se pública através do FAN, em Maio de 1978, com a matéria dizendo que a direção da Frimesa movia ação contra ex-funcionários do Frirondon.

A direção do Frigorífico Rondon S/A, integrante do Grupo Frimesa, deu entrada na justiça, na semana passada, a uma ação de prestação de contas contra ex-funcionários da indústria rondonense, ora em concordata. Procura a ação, responsabilizar o desvio de cerca de 102 mil cruzeiros, mas que deverá se elevar para até 700 mil ou 1 milhão de cruzeiros. *Segundo um levantamento contábil, teria sido constatado que eram emitidas notas fiscais de compra de suínos e descontadas NPRs em nome de agricultores que possuíam limites nas casas bancárias.* Esses agricultores eram conversados, segundo o que foi apurado, de que o dinheiro seria ocupado para pagamento de INPS e outras contas. De acordo com o levantamento contábil, as notas fiscais eram extraídas e não existe a contrapartida de lançamento de suínos, o que levou a direção da empresa a investigar, constando que realmente não havia sido adquirido suíno algum. A ação de prestação de contas visa apurar “aonde é que teria ido parar o dinheiro”. Dos 11 milhões de NPRs sem liquidação, cerca de 1 milhão seriam originadas desta forma de transação. É uma dívida do frigorífico, mas o dinheiro não foi sacado pela empresa, que não foi favorecida, mas é a devedora. Inicialmente, 2 ex-funcionários estão arrolados na ação, para responder em juízo sobre o ato praticado (FAN, v 43, 03/05/1978, grifo do autor).

Portanto, uma série de fatores determinou a falência do grupo Frimesa: má administração, empréstimos tomados em condições desfavoráveis, possível desvio de verbas, possíveis depósitos em contas secretas na Suíça onde a firma tinha um escritório, expansão

mal planejada que resultou no endividamento perigoso, crescimento fictício das empresas do grupo através de balanços forjados e práticas de corrupção.

A direção do grupo Frimesa, sob a alegação de que a quebra de suas empresas afetaria profundamente a economia regional e, conseqüentemente, provocaria um grande problema social, elaborou um memorial e entregou ao Governador do Estado, Jaime Canet Júnior, pedindo que o governo interviesse a favor da empresa, sendo esta uma estratégia para sensibilizar o governador. Além do memorial, o grupo Frimesa pagou passagens e estadias a líderes políticos, líderes rurais, presidentes de clubes de serviço e a quem pudessem ter influência, levando à Curitiba gente de diversas cidades da região a fim de pressionar o Governador do Estado.

Porém o governador, perante 50 líderes aproximadamente, revelou propriamente aquilo que era do seu conhecimento como uma série de irregularidades praticadas pela administração anterior e a atual do grupo Frimesa, negando-se categoricamente a intervir no assunto que é bastante melindroso (FAN, v 40, 08/12/1977).

A situação angustiante em que se encontrava a região era provocada pelo deferimento da concordata das empresas que constituíam o grupo Frimesa. O assunto tomava conta de todas as conversas, principalmente entre os funcionários das empresas. No Frigorífico Medianeira eram 520 famílias, na Oleolar 250 famílias, no Frirondon 200 famílias, em toda região o número de famílias atingidas diretamente ultrapassava a 1.000 casos. Além das famílias dos funcionários, a falência da Frimesa atingiu um considerável número de agricultores e comerciantes da região Oeste do Paraná, através das NPRs.

Aproximadamente um ano após o pedido de concordata, no dia 24 de outubro de 1978, foi decretada falência do frigorífico Medianeira, da Frimesa, pelo então Juiz de Direito Cível de Medianeira, Vicente de Paula Xavier, que no mesmo ato, também expediu mandado de prisão preventiva contra quatro dirigentes do complexo industrial, ligados à central em Medianeira.

Apesar da decretação ter sido registrada no dia 20, somente ontem de manhã, as 7h30m foi afixado a sentença na entrada do frigorífico e lacrada as entradas. Uma guarnição do 6º batalhão da polícia Militar foi destacada para impedir possíveis tumultos. Com base no artigo 193 da lei falimentar e artigo 132 do código de processo penal brasileiro, *foi decretada a prisão preventiva contra Alfredo Paschoal Ruaro, Carlos Paschioni, Egon Werner Berch e Adair Tomazetto*. Ontem havíamos noticiado que apenas contra dois diretores, Alfredo Paschoal Ruaro e Adair Tomazetto pesaria o mandado de prisão preventiva. No entanto, os jornais da região

incluem em suas edições o de mais dois, Egon Berch e Carlos Paschioni, além de abrir possibilidades para que no decorrer do processo, novos nomes sejam incluídos. A falência teria sido decretada após uma análise total da documentação envolvendo o pedido de concordata, a insistência dos agricultores que têm sob sua responsabilidade as notas promissórias rurais – NPR e ainda de empresas credoras (FAN, 24/10/1978, grifo do autor).

Sobre a situação em que se encontrava a região no período, o deputado estadual de Francisco Beltrão, Deny Schwarz (MDB), faz um pronunciamento forte na tribuna da Câmara da Assembléia Legislativa. O conteúdo do pronunciamento foi divulgado na primeira página do jornal *O Paraná*, no dia 15 de maio de 1978.

Deny Schwarz pediu imediata prisão dos proprietários dos grupos Oleolar e Frimesa, protestando contra a presença de policiais na assembléia realizada em Medianeira. Disse o parlamentar, que esses policiais devem seguir à Rua das Flores (em Curitiba), para prender os diretores da Oleolar, da Frimesa, que pela justiça tiveram suas prisões preventivas decretadas há muito tempo, e que estão livremente nesta capital, a usufruírem os grandes lucros, os grandes ganhos que tiveram, as custas dos homens que produziram que venderam e que não receberam. Continuando seu pronunciamento, Deny Schwarz afirmou que “não há necessidade nem de ir buscar na Suíça os desavergonhados que tiveram a coragem de falir fraudulentamente, empresas, para viverem à custa do suor do nosso povo. Ali na Rua XV, (em Curitiba), podem ser detidos diversos diretores que têm prisão preventiva, e que estão gozando, inclusive, de manifestação da justiça paranaense.” Sobre a presença de policiais em Medianeira, asseverou que o bispo de Foz do Iguaçu foi até o comando da PM em Cascavel para saber as razões do gesto. Segundo Deny Schwarz, esse bispo foi prevenido que aquele aparato militar se faz presente porque o próprio deputado Deny Schwarz havia prometido e havia dito que os colonos deveriam fazer piquetes em frente aos bancos que estivessem a prejudicar as atividades do meio rural. Antes de finalizar, foi taxativo: *são os banqueiros que tem pressionado os colonos de Medianeira e região, são os banqueiros que temem, e estão temendo, que deste país, daqui a pouco, seu povo pegue em armas para resolver os problemas. Porque aí está a promessa, e onde estão as soluções?* (FAN, 12/5/1978, grifo do autor).

A hipótese da ‘concordata fraudulenta’ torna-se pertinente, no sentido que o grupo Frimesa/Ruaro e os bancos usaram a ação dos suinocultores e a chamada ‘agitação social’ para forçar o Estado a assumir as dividas das NPRS. Com essa manobra, o que na aparência foi ajuda aos suinocultores, na verdade foi repasse de dinheiro público para as instituições bancárias e para o grupo Frimesa/Ruaro. O movimento gerado pelas cobranças da NPRS será analisado no subtítulo seguinte.

1.3.2 - O movimento gerado a partir da concordata da Frimesa/Ruaro e as notas promissórias rurais.

Com o pedido de concordata da Frimesa/Ruaro duas questões em torno das NPRs se tornam relevantes no período: a primeira foi a cobrança das NPRs feitas pelas instituições bancárias e, a outra, foi a emissão de NPRs falsas pelos administradores do Frigorífico local. A ação dos bancos em pressionar os agricultores ganhou destaque nacional e gerou uma forte mobilização em torno da questão. Por outro lado, a emissão das NPRs falsas foi deixada de lado ou não era interessante para a imprensa local divulgar o “roubo” no frigorífico. A situação das NPRs no extremo Oeste do Paraná ultrapassou os limites e os interesses locais e regionais e ganhou destaque estadual e nacional.

O jornal Estado de São Paulo, de 21 de janeiro de 1978, publicou uma matéria sobre o pedido de concordata do grupo Frimesa/Ruaro e sobre a cobrança das NPRs. A notícia foi lida no FAN.

Cerca de 10 mil agricultores do oeste do Paraná estão sendo pressionados – os métodos vão desde insinuações até ameaça de confisco de propriedade – a pagar um débito que pode ultrapassar Cr\$ 150 milhões, pelo aval que deram às Notas Promissórias Rurais emitidas pelas empresas concordatárias do Grupo Frimesa/Oleolar, o aval, dado ao documento que paga a própria produção, é exigência do sistema bancário. E como os agricultores se encontram em período de descapitalização, em face do baixo preço de suínos e da soja, *as lideranças da região temem que ocorra um problema social de graves conseqüências*. E a tensão está aumentando, pois nas negociações que se desenvolvem para a Cotriguaçu assumir o acervo do grupo (apenas o acervo, sem envolver-se com o passivo e o ativo) dificilmente surgirá uma solução para o problema dos agricultores. (FAN, v 41, 21/01/1978, grifo do autor).

A NPR é o título recebido pela venda dos suínos e descontado em bancos, porém, se não fosse resgatado pelo devedor, no caso a Frimesa, o banco deveria ser reembolsado pelo agricultor que averbava (endossava) a nota promissória ao receber pela venda da própria produção. O grupo Frimesa tinha um acordo com os bancos credores e estes pagavam as NPRs e posteriormente eram quitadas pela Frimesa. Com o pedido de concordata da Frimesa e a suspensão do pagamento das dívidas da empresa, os bancos começaram a cobrar as NPRs dos avalistas, no caso dos próprios suinocultores.

A cobrança das NPRs pelos bancos desencadeou uma mobilização social em toda a região, a partir das informações obtidas junto aos documentos do Frente Ampla de Notícias

é possível indicar um quadro desta situação em Marechal Cândido Rondon conforme demonstrado na tabela 5 a seguir.

BANCO	VALOR NPRs Cr\$	Valor aproximado (real) *
Bamerindus	5.000.000,00	166.547,50
Banco do Brasil	5.000.000,00	166.547,50
Banestado	2.000.000,00	66.619,00
Unibanco	500.000,00	16,65
Total	12.500.000,00	416.368,75

TABELA 5: Dívida referente às NPRs dos suinocultores de Mal. Cândido Rondon

(*) confira o destaque desta tabela na Tabela 3

Fonte: FAN, v 40, 6/12/1977. Tabela organizada pelo autor.

Até a metade da década de 1960 a suinocultura se constituía num importante rendimento econômico para a região, mesmo com alguns momentos de crise e a atividade estava sendo recuperada nos anos 70. Embora não chegasse a atingir a rentabilidade dos anos 60, passou a ser uma opção para o agricultor enfrentar as frustrações das safras de grão. Nem bem a suinocultura recuperava-se da falência da Frimesa explodia uma nova crise que ameaça o setor. Vários segmentos da sociedade começaram a se mobilizar em relação às cobranças das NPRs realizadas pelos bancos.

Forte mobilização social começou a ocorrer e se articular em Marechal Cândido Rondon, inicialmente liderada pelos sindicatos Rural e dos Trabalhadores Rurais.

O Sindicato Rural e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que ontem realizaram um encontro no Salão Ijuí, tomando posição quanto ao que deveria ser efetivamente realizado. Naquele encontro constatou-se que muitos deles estão com responsabilidade que chega a ultrapassar 1 milhão de cruzeiros. Muitos, por outro lado, mostram-se inconformados com os bancos que não protestaram os títulos, muitos dos quais vencidos há 5 meses, e agora com a concordata não estariam dispostos a assumir este ônus, transferindo-o ao suinocultor. Cerca de 80 interessados redigiram e assinaram um documento apelando ao governo do estado que interceda a favor deles. Outros interessados, que possuam NPR e não assinaram o documento poderão fazê-lo segunda-feira no Sindicato dos Trabalhadores Rurais ao lado da delegacia de polícia. Reivindicarão que o governador não permita que o ônus seja repassado ao produtor. Ao dar a informação Alcido Biesdorf afirmou que nos primeiros dias, será o documento entregue na capital do estado (FAN, v 40, 31/12/1977).

Tanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais como o Sindicato Rural, e políticos de Marechal Cândido Rondon e região, se mobilizaram em prol da questão da NPRs.

Acompanhado do vereador de Iguaporã Pedro Rauber, encontra-se na capital do estado o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon Alcido Biesdorf. Em Curitiba, mantém contato com os deputados estaduais Ivo Tomazoni, presidente da Assembléia Legislativa e Werner Wanderer, além do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, deputado José Lázaro Drumont. Procurarão obter uma audiência com o governador do estado, Jaime Canet Junior, ou com algum secretário por ele indicado. Pedro Rauber e Alcido Biesdorf acompanhados dos parlamentares paranaenses levarão às autoridades do Estado, a preocupação dos suinocultores rondonenses. Isto se deve à concordata do Frigorífico Rondon S/A que trouxe a luz a existência de mais de 11 milhões de cruzeiros em NPR descontadas nos bancos (FAN, v 40, 4/1/1978).

Os bancos começaram a cobrar as NPRs dos agricultores, somente o Banco do Estado do Paraná (Banestado) não estava executando a dívida dos agricultores, mas o Bamerindus, o Banco do Brasil e o Unibanco exerciam forte pressão sobre os agricultores para receber o pagamento das dívidas. Em matéria do programa da FAN, foi reproduzido o destaque nacional dado à questão das NPRs.

Esta manchete vem impressa nas páginas do jornal o Estado de São Paulo do dia 21 de janeiro passado, contando alguns detalhes sobre a situação aqui em Marechal Cândido Rondon, sem insinuações, mas com afirmativas e notícia vinculada nesse importante órgão de imprensa escrita diz assim – “se confirmada a pressão devem os agricultores que acham-se envolvidos, procurar a diretoria regional; dar conhecimento do assunto pois, foi o próprio que garantiu, segundo o jornal que os gerentes dão ordem para pressionarem os agricultores” – a cidade citada há 600 km da capital é de acordo com os fatos a nossa (FAN, v 41, 25/1/1978).

Mesmo com a existência das mobilizações sociais, os bancos começaram a executar as NPRs na Justiça. O caso do suinocultor Juracy Maria Hermes foi uns dos primeiros casos e desencadeou uma série de reações das lideranças locais e regionais, tendo sido notícia divulgada no jornal Estado de São Paulo.

O Bamerindus encaminhou hoje o primeiro título executivo extrajudicial para cobrança do avalista de NPR, na qual é devedor o Frigorífico Rondon S/A. A ação movida atinge o valor de Cr\$ 6.974,08, correspondente a venda de 678 quilos de suínos ao frigorífico. *Juracy Maria Hermes, ao vender os suínos ao Frigorífico Rondon, recebeu uma Nota Promissória Rural, que para ser descontada teve que afirmar aval e endosso ao título, que foi negociado no Bamerindus.* Com a concordata do frigorífico, a apreensão começou a dominar os produtores que realizaram este tipo de negócio, fazendo com que classes sindicais e classistas, além de políticos, se mobilizassem em busca de uma solução para o caso das NPRs. Com a entrada para execução do título executivo extrajudicial contra Juracy Ma-

ria Hermes, estima-se que novas pressões surgirão para definição imediata desse problema que vem protelando por vários meses (FAN, v 44, 21/6/1978, grifo do autor).

A execução judicial do agricultor Juracy Maria Hermes, no dia 21 de Junho de 1978, fez com que novas ações fossem desencadeadas, pois essa execução colocou fim ao acordo realizado entre lideranças políticas e instituições financeiras. O acordo apontava para a não execução judicial das NPRs assinadas pelos suinocultores.

O então deputado estadual Werner Wanderer (ARENA) teve uma audiência no dia 01 de Junho de 1978 com o governador do Paraná, Jaime Canet, e com o então diretor do Banco do Brasil da região, João de Mattos Leão. Dessa reunião ficou acertado que o diretor do banco do Brasil viajaria a Brasília para reunir-se com o presidente do Banco e com o Ministro da Fazenda para elaborar uma proposta para o caso e liberar os agricultores da necessidade de pagar as NPRs.

Com relação ao desfecho da mobilização gerada em torno das NPRs, a solução encontrada, do ponto de vista da classe empresarial e política foi que o governo federal deveria assumir a dívida da empresa Frimesa/Ruaro.

Werner, de acordo com o que destaca a 2ª página do jornal “O Paraná”, estará apresentando requerimento hoje na Assembléia Legislativa, solicitando que o Banco Central autorize repasse de verbas aos bancos, no valor da importância que devem os agricultores da região, em notas Promissórias Rurais, que assinaram relativas à venda de seus produtos às empresas concordatárias do Grupo Frimesa (FAN, v 45, 27/6/1978).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), à época liderada pelo pastor Werner Fuchs, também participou no movimento gerado pela cobrança das NPRs e, em reunião realizada na cidade de Medianeira, no dia 21 de Março de 1979, foi formulado um documento que ampliou, em muito, as questões até então colocadas pelos líderes sindicais e autoridades políticas da região. Este documento aprovado em assembléia e assinado por 720 pessoas foi encaminhado a vários segmentos (Governo, Ministério da Agricultura e da Justiça, autoridades civis e religiosas, bancos, sindicatos e imprensa regional, dentre outros).

Este documento, além das questões referentes às NPRs, alertou sobre a situação dos funcionários da empresa falida e sobre a existência, em Medianeira, de 800 lotes não escriturados que as firmas falidas venderam e depois hipotecaram para fins de conseguir mais financiamento junto aos bancos. Este fato gerou questionamentos em relação às práticas

bancárias, afinal de contas, se os bancos sabiam que os lotes tinham sido vendidos, não poderiam aceitá-los como hipoteca. O documento apontou que a maioria dos compradores dos lotes eram operários da própria Frimesa.

Em 27 de março de 1979 foi realizada uma reunião da CPT em Marechal Cândido Rondon, durante a qual foi produzido um manifesto em apoio aos agricultores da região e foi aprovado o documento da assembléia realizada em Medianeira. Nesse documento foi esboçada a situação geral das NPRs conforme especificado na tabela 6.

SITUAÇÃO	VALOR Cr\$	Valor aproximado (real) *
Produto entregue mediante NPR, mas sem dinheiro.	3.250.000,00	108.255,88
Produto entregue - crédito em conta corrente.	4.100.000,00	136.568,95
Agricultores com NPRs que assinaram carta de acordo aos bancos.	16.000.000,00	532.952,00
Agricultores com NPRs que não assinaram carta.	7.300.000,00	243.159,35
Agricultores que não assinaram e o caso esta na justiça.	3.050.000,00	101.593,98
Total	33.710.000,00	1.122.863,25
Agricultores que já pagaram a NPR ao banco (com juros).	1.700.000,00	56.626,15

TABELA 6: Situação geral NPRs suinocultores em Marechal Cândido Rondon

(*) confira o destaque desta tabela na Tabela 3

Fonte: FAN, 27/3/1978. Tabela organizada pelo autor.

Como desfecho do caso o governo federal assumiu as dívidas, conforme foi divulgado no FAN no dia 5 de maio de 1979.

O secretário da agricultura do Paraná, Reinhold Stepahnes anunciou ontem que o governo decidiu assumir as responsabilidades sobre as notas promissórias rurais, tirando dos agricultores um pesado fardo dos ombros, desta forma, ficou decidida a suspensão imediata da cobrança judicial das NPRs, e que os agricultores que já pagaram as promissórias rurais, poderão ter seus valores ressarcido, visto que o Banco do Brasil e banco Central estudam determinado assunto (FAN, 5/5/1979).

Em 26 de maio de 1979 o secretário da agricultura Reinhold Stephanes anunciou um ‘pacote agropecuário’ do governo federal, os bancos do Brasil e Central assumiram 100 % das dívidas referentes às NPRs (FAN, v. 300, 26/05/1979). Em 11 de julho de 1979 o jornalista da Rádio Difusora leu matéria publicada no jornal O Paraná, dando a notícia que

o Banco Central havia completado a operação e os produtores rurais estavam livres dos endossos e avais que os vinculavam às NPRs nas operações efetuadas com os grupos Frimesa e Comabra.

O relatório apresentado no documento da CPT especifica a situação vivida pelos agricultores em Marechal Cândido Rondon e revela que realmente os bancos estavam pressionando e ameaçando os suinocultores para que pagassem as NPRs. A comprovação de que os bancos pressionaram os agricultores põe em evidência que o Estado assumiu as dívidas dos agricultores porque também era pressionado pelos bancos. O Estado assume o prejuízo causado pela concordata da Frimesa/Ruaro para salvaguardar os interesses dos bancos.

1.4 - MELHORAMENTO GENÉTICO, PESTE SUÍNA AFRICANA E A ESTIAGEM

Para compreender de forma ampla o período de 1963 a 1996 faz-se necessário abordar também algumas das dificuldades dos suinocultores. De forma geral vimos as expectativas em relação ao frigorífico em Marechal Cândido Rondon e à industrialização no Extremo Oeste paranaense. Começamos a relacionar a formação das indústrias com a cidade e com a formação do espaço urbano-industrial, com destaque para a formação da Vila Operária. Todavia, neste período a suinocultura era parte importante da sociedade, essa é a razão deste subtítulo, compreender as expectativas e as lutas dos suinocultores pela valorização do seu trabalho. Além dos dilemas vividos com a cobrança das NPRs, os suinocultores enfrentaram a necessidade de renovação e melhoramento do rebanho, a incidência da peste suína africana (PSA) e a seca que atingiu a região no período.

Com relação ao melhoramento genético do rebanho, o mesmo foi qualificado com a importação de matrizes e reprodutores de países europeus.

Marechal Cândido Rondon, está se desenvolvendo técnica e financeiramente, caminhando para grandes empreendimentos. Temos ainda para registrar nas páginas deste informativo a chegada da primeira remessa de suínos da Raça LANDRACE, tipo carne, procedentes da Holanda e importados pelas Granjas A PIONEIRA e GRALHA AZUL, o total encomendado é de sete cabeças, num valor acima de vinte mil cruzeiros. Também nos próximos dias, deverá chegar para a granja A PIONEIRA SUÍNOS DA ALEMANHA (FAN, v 13, 15/9/1971).

O melhoramento genético do suíno passou a ser financiado pelas instituições ligadas à agricultura. Em 1972, a expectativa em relação à criação de suínos fez com que os suinocultores procurassem financiamento para aquisição de matrizes de raça. Em matéria do FAN foi divulgada uma lista de suinocultores que tiveram empréstimo aprovado junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Avisamos que a Copagril através de seus técnicos já fez um levantamento em 35 cooperados interessados em financiamento para a suinocultura, sendo que os primeiros oito cooperados já poderão comparecer na Acarpa para efetuarem o orçamento do referido financiamento: os agricultores contemplados são: Arnildo Hartke, Fredolino Dreyer, Edwino Van Der Sand, Jacob Claudino Scherer, Otomar Gerhardt, Elio Becker, Inácio José Kappes, Lino Dassoler, que poderão dirigir-se hoje no escritório local da Acarpa, a verba para estes financiamentos provém do B.R.D. E (FAN, v 15, 10/5/1972).

Além da preocupação vivida pelos suinocultores em melhorar o rebanho suíno, os anos de 1970 foram marcados também pela constatação de um surto de PSA na região Oeste do Paraná. O primeiro alerta sobre a peste suína foi feito em 1969, conforme divulgação do FAN, junto com a notícia houve grande trabalho de conscientização dos suinocultores sobre a necessidade de vacinação do rebanho.

O fato de estar a peste suína grassando nossa região é motivo de preocupação das autoridades de nosso município. O fato foi nos dado a saber na manhã de hoje quando estiveram em nossa redação os doutores Laginski e Ceconello. As incidências desta doença nos rebanhos suínos tomam diferentes lugares como Quatro Pontes, Margarida, Novo Horizonte e nas redondezas da sede municipal (FAN, v 6, ed 738, 26/6/1969).

Nos anos de 1969/70 a peste suína Africana passou a ser um problema que atingiu as regiões produtoras de suínos do Brasil e os estados começam a criar as barreiras sanitárias. Diante destas circunstâncias o sindicato Rural realizou ações no sentido de conscientizar os criadores de suínos em relação à PSA e os prejuízos em decorrência de surto na região.

Notícias vindas das divisas entre os Estados do Paraná e São Paulo, e de Santa Catarina com o Paraná, vem dando conta da preocupação das autoridades sanitárias, por um surto de epidemia suína. Informa-se que na divisa entre Paraná e São Paulo, em Ourinhos, grande número de caminhões transportando suínos estão retidos por causa do fato. Ontem mantivemos palestra com o Dr. Leopoldo Pietrówski, veterinário do Sindicato Rural desta cidade, que nos informou ter recebido credenciais para reali-

zar uma fiscalização dentro das possibilidades, em todas as cargas de suínos que abandonarem o município rural em direção a São Paulo ou outros estados do centro do país. Para isso a Inspetoria sanitária animal fez entrega ao Dr. Leopoldo de credenciais bem como de talões para liberação de cargas. Em face disso, todos os que transportarem suínos para fora do município deverão passar pelo Sindicato para receber a liberação de sua carga. Alertamos que sem esse documento gratuito, suas cargas poderão ficar retidas na divisa, com grandes prejuízos. Interessante seria que os transportadores de suínos mantivessem contato com o Sr. Leopoldo, que poderá dar as instruções necessárias para facilitar tudo. E para conhecimento geral, damos aqui uma nota oficial para a qual pedimos a grata atenção de todos os que participam no negócio de suinoculturas (FAN, v 9, ed 1.061, 31/7/1970).

A peste suína Africana atormentou os suinocultores durante toda a década de 1970, no entanto, a situação tornou-se mais grave no final dos anos 70 e início dos anos 80, devido à intervenção do Estado com ações de combate e prevenção à peste suína. Foi no município de Santa Helena que os primeiros focos da PSA começaram a ser detectados na região Oeste. Após a constatação do surto, uma equipe da Secretaria da Agricultura abatia os suínos na propriedade do produtor.

Equipes do Ministério e Secretaria da Agricultura encontram-se hoje na cidade de Santa Helena, procedendo ao abate de um número estimado em 600 cabeças de suínos. Embora oficialmente não tenha sido confirmada, fontes bem informadas asseguram que num raio de 500 metros da Granja Sbartelotto, onde foi constatado o foco da peste suína africana, todos os suínos serão abatidos. A medida visa controlar a área focal, impedindo o possível alastramento do vírus para outros rebanhos (FAN, v 45, 28/7/1978).

Durante o ano de 1978 houve muitos casos de notificação da PSA na região. Esse fato fez com que várias estratégias de disciplinar o criador comessem a ser organizadas pelo poder público e as empresas. Em Marechal Cândido Rondon a prefeitura passou a recolher restos de alimentos que eram destinados à alimentação dos suínos.

A Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos está mantendo a partir de hoje um caminhão especial da municipalidade, que está efetuando um programa de recolhimento de restos de alimentação nos bares, restaurantes, hotéis e hospitais da cidade.

Esta medida, adotada em conjunto pela Secretaria de Viação e pela Secretaria de Saúde, visa incrementar as medidas da higiene da cidade, bem como evitar que estes restos de alimentos sejam recolhidos por pessoas e por sua vez tratados para animais, principalmente suínos, uma vez que este método é um grande agente transmissor de doenças (FAN, v 45, 26/6/1978).

Fato, ou estratégia de empresas do setor? Não é possível constatar, mas a matéria provocante foi destaque do jornal Frente Ampla de Notícias, que alerta sobre uma possível concorrência desleal em relação ao mercado mundial da carne suína.

Um mito de descrença e excitação envolve os produtores de suínos de todo Brasil, mais levados a crer que alguma multinacional esteja por trás de todo o caso. Mais aumenta a desconfiança por saberem que técnicos americanos são os especialistas que são encarregados de procederem às análises laboratoriais, por sinal, feitas em um único laboratório que é considerado capacitado. Para um depoimento técnico, FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS ouviu o Dr. Olímpio Giovanelli, chefe do Núcleo de Cascavel da Secretaria da Agricultura, que foi perguntado sobre se a peste suína africana é real ou se existem dúvidas quanto à efetiva contaminação de alguns rebanhos pelo vírus (FAN, v 45, 2/8/1978).

Aceitar a tese de que a PSA foi invenção das multinacionais para dominar o mercado, é passivo de questionamentos, no entanto o ‘medo’ das multinacionais existiu de fato ou foi discurso dos empresários ligados ao capital nacional visando conseguir subsídios públicos para o setor? José Paulo Ruaro, um dos proprietários do grupo Frimesa/Ruaro alertava sobre os riscos das multinacionais em pronunciamentos realizados desde 1977 (FAN, v 39, 29/11/1977).

Em fevereiro de 1980 de posse de um estudo feito por uma organização ligada ao setor de alimentos e agricultura³⁸ afirmou: “não teve peste suína africana no Brasil”, a notícia revigorou as dúvidas existentes em torno da PSA que envolveu os suinocultores dos Estados do Paraná e Santa Catarina, onde tiveram rebanhos dizimados por determinação das autoridades sanitárias. No início de março de 1980 o deputado Estadual Nelton Miguel Friedrich³⁹ levantou a questão, apresentou relatório do estudo e pediu abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para que os fatos fossem devidamente esclarecidos e apurados (FAN, v 170, 16/02/1980).

A hipótese de que a PSA foi uma farsa, uma estratégia das multinacionais com pretensão de dominar o mercado foi defendida e denunciada em outras regiões do Estado. Em

³⁸ A notícia não exemplifica qual organização realizou o referido estudo.

³⁹ Deputado Estadual, 1979-1983, PR, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, PR, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, PR, PMDB Filiações Partidárias: MDB, 1973-1979; PMDB, 1980-1988; PSDB, 1988-1989; PDT, 1990-1994. PORTAL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ 1988/2008 20 ANOS. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/constituicao20anos/parlamentaresconstituientes/parlamentaresconstituientes/bioconstituientes.html?pk=10332> >. Acesso em 30 jun.2008.

Ponta Grossa, o engenheiro agrônomo Bley Junior assim se manifestou sobre a PSA: “uma artimanha farsa, que deu condições para avanço das multinacionais, na pretensão de dominar o mercado” (FAN, v 65, 20/08/1980).

Além da PSA, a estiagem dos anos 1978/79 agravou a situação dos agricultores e moradores da região. O vereador rondonense João Natálio Stein representante do distrito de Entre Rios do Oeste, em sessão na Câmara dos Vereadores caracterizou a situação vivida na região.

Disse Stein que em Entre Rios orações sob forma de culto ecumênico foram feitas para que chovesse, e a iniciativa fora dos estudantes e professores de Entre Rios, do Ginásio Pio XII. Por isso, mostrava-se contente em ver os estudantes como cristãos. Referiu-se ao problema da longa estiagem e o prejuízo que a agricultura está sofrendo. Finalizando conclamou a todos os agricultores para que venha receber a Jaime Canet Junior neste domingo (FAN, v 42, 18/3/1978).

Norton de Macedo⁴⁰ fez um pronunciamento no dia 7 de Março de 1978, onde apresentou alguns dados sobre a situação da estiagem no Paraná. Segundo o parlamentar, o Paraná respondia, no período, por 20% da produção agrícola brasileira. Alegou que as causas da tragédia econômica vivida na região são conseqüências da devastação indiscriminada e da conquista irracional da natureza.

Em seu pronunciamento, destacou que “há regiões, do estado, principalmente a do extremo-oeste, que tem Marechal Cândido Rondon e Palotina como principais centros produtores, onde esta quebra deverá ultrapassar a 70%. Após também tecer breves considerações a outras culturas, obtidas apenas de sobrevivência, que sofreram perdas quase totais, assegurou que é sobre esse quadro que se delineiam e se anunciam sérios problemas sociais”. “Antevê-se o abandono das áreas rurais, a perspectiva do desemprego em massa, o agravamento da deplorável situação dos bóias-frias, o risco da própria sobrevivência dos pequenos proprietários” (FAN, v 42, 20/3/1978).

Os anos 70 foram marcantes na região pelos fatores econômicos e climáticos. A falência da Frimesa e a conseqüente cobrança das NPRs, a longa estiagem que atingiu a produção de milho, o que encareceu o custo da produção de suínos, além da PSA que atormentava os produtores e os funcionários do setor do frigorífico da região que estavam desempregados. Esses fatores, associados à política agrícola e às decisões econômico-

⁴⁰ Deputado Federal eleito pela ARENA (1975-1979)

financeiras do governo militar, transformaram a região num local de efervescência social que gerou enorme preocupação aos governos municipal, estadual e federal.

1.5 - A SWIFT ARMOUR S.A. (1979 a 1989)

O grupo Frimesa/Ruaro encerrou as suas atividades em 1977 e durante cerca de um ano o frigorífico permaneceu desativado. No ano de 1978 o frigorífico teve a produção restabelecida pelo Governo Federal, através do programa federal de políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar⁴¹.

No caso de Marechal Cândido Rondon, o uso da estrutura do frigorífico, além de abastecer os centros urbanos, passou a regular o mercado da carne. A ação do governo federal, através da COBAL, acalmava a revolta dos suinocultores atingidos pelas NPRs. O FAN de 7 de agosto de 1978 anunciou que o frigorífico voltava a funcionar através da ação da COBAL.

Após longa paralisação, o frigorífico Rondon voltará a ser ativado. O principal motivo é a recepção de suínos para o abate, que serão comprados pela COBAL, CIBRAZEM. Em reunião havida em Curitiba entre COBAL, CIBRAZEM e representantes do Ministério da agricultura, teria sido decidido que o porco de 1ª qualidade, tipo carne, seria comprado a Cr\$ 12,00 o quilo, Durok tipo-misto a Cr\$ 10,80 e o comum a Cr\$ 9,60. Serão adquiridos suínos com peso vivo acima de 80 quilos e peso Máximo aberto, sem limite. Para tanto, outros frigoríficos que estão paralisados serão ativados, a exemplo do frigorífico Rondon, que amanhã recebe-

⁴¹ “As políticas públicas de distribuição de alimentos no Brasil podem ser divididas em duas fases: a primeira, caracterizada pela forte intervenção do governo federal no sistema de abastecimento interno de alimentos, entre as décadas de 60 e 80, visando atender a população urbana em franco desenvolvimento no país; e a segunda fase, onde o foco das políticas públicas visa atender populações carentes que ficaram a margem do crescimento econômico, a partir da década de 90” (VILELA, 2006, p. 2).

Segundo Pierre Santos Vilela, as intervenções governamentais nas políticas públicas de abastecimento se concentraram entre os anos de 1960 a 1980, e foram respostas as mudanças na base econômica e na estrutura social ocorridas no Brasil no final da década de 50 e início da década de 60. Essas transformações na sociedade brasileira tornaram a distribuição de alimentos mais complexa e onerosa. Para resolver o problema de abastecimento de alimentos nos centros urbanos o Governo João Goulart criou diversos órgãos para atuar na regulação e na distribuição de alimentos, nesse momento foram criados órgãos como a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

“O governo criou, em 1968, o Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (GEMAB), cujo objetivo era estabelecer alternativas para a intervenção do governo no abastecimento. Dentre as propostas elaboradas pelo grupo encontrava-se a de criação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), sob a coordenação da COBAL. O Sinac previa a instalação das Centrais de Abastecimento próximas aos principais centros urbanos” (VILELA, 2006 p. 3).

Essa política pública do governo federal possuía dois objetivos: diminuir o preço e aumentar a oferta e a qualidade dos produtos destinados aos trabalhadores urbanos; apoiar o pequeno produtor agrícola.

rá a ligação da energia elétrica. Segunda-feira próxima deverá entrar em operação, pelo mesmo grupo que antes o administrava, porém sob a gerência administrativa de uma pessoa indicada pelo Banestado, os suínos, segundo a mesma fonte, serão adquiridos à vista, cujo pagamento será feito pelo Banestado, órgão repassador de recursos do Banco do Brasil, especialmente liberados para este fim (FAN, 7/8/1978).

A COBAL, atuando no frigorífico em Marechal Cândido Rondon, amenizou as crises locais e regionais decorrentes do processo de falência da Frimesa/Ruaro e da estiagem dos anos 78/79. Com a COBAL atuando no Frirondon, o Estado controlaria a oferta e a procura de carne suína na região e amenizaria a crise vivida pelos produtores, além de atender parte da demanda de mão-de-obra desempregada na região. Conforme Luiz Carlos Cetin, presidente do Sindicato dos Frigoríficos do Estado do Paraná, “os ministérios da fazenda e da agricultura já concordaram em fazer o repasse de recursos para a COBAL, que estocaria o excedente da produção” (FAN, 8/8/1978).

Durante o período da concordata o Frirondon passou a operar como um prestador de serviços para o abate, resfriamento e congelamento. Essa estratégia do governo federal para amenizar a crise regional foi adotada para os frigoríficos que se encontravam em concordata na região do Extremo Oeste paranaense. Durante o segundo semestre de 1978 o Frirondon passou a abater aproximadamente 100 cabeças de suínos por dia. Essa produção era destinada a abastecer o mercado consumidor de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Cabe destacar que antes da concordata a unidade local abatia, em média, 450 suínos por dia.

Com a crise da suinocultura na região, a participação do produtor rondonense no mercado de carne suína caiu significativamente. Para o assessor administrativo do Frirondon, Eldor Bouflér, “a participação da suinocultura rondonense no processo de industrialização chega somente a 10%, isto se deve principalmente à imagem formada em razão da concordata da empresa, decretada no final do ano passado” (FAN, 8/8/1978). Os produtores de suínos diminuíram seu plantel com medo de não conseguir vendê-lo.

Em 1977, José Paulo Ruaro, diretor/proprietário da empresa falida Frimesa/Ruaro, expôs em sua fala a concorrência das empresas nacionais com as internacionais e o perigo que as multinacionais representavam para a economia regional. O discurso do proprietário do grupo frimesa/Ruaro tinha como objetivo gerar medo entre produtores e trabalhadores para que estes pressionem o governo estadual e federal a pagar a conta. O argumento utilizado pelo Ruaro era uma forma de defender os interesses econômicos do seu grupo. No

entanto, esse “medo” das multinacionais não ocorreu somente na região Oeste paranaense, fato semelhante ocorreu no início do século XX, quando as primeiras multinacionais do setor de carne começaram a instalar-se no Estado do Rio Grande do Sul.

Para compreender o exemplo do Rio Grande do Sul, faz-se necessário apresentar de forma abreviada a formação das primeiras indústrias de carne da América. Conforme Vera do Prado Lima Alborno (1997), “com a corrida do ouro, nos Estados Unidos, a carne tornou-se importante para alimentar os mineiros” (ALBORNOZ, 1997, p. 91). Neste contexto a Phillip Armour fundou em 1867, na cidade de Chicago, um matadouro com capacidade de abater 30.000 porcos por ano. Os abates eram feitos no inverno e a carne era cortada em pedaços e acondicionada em barris de salmoura, posteriormente era vendida nos mercados do Oeste dos USA. No mesmo período, Gustavus Swift transferiu seu açougue para Chicago que na época era o centro do mercado de carne norte-americano. A Swift Company iniciou no setor de carnes com um capital de 300.000 dólares e em 20 anos já possuirá um capital de 25.000.000 de dólares.

A nova tecnologia de refrigeração da carne, aliada à formação das primeiras redes ferroviárias do país, possibilitou a expansão da indústria de carne nos USA. As empresas de carne passaram a controlar as vias férreas, organizando uma rede de distribuição de carne para todo o país. Outra forma de expandir o mercado da carne, utilizado pelos frigoríficos dos USA, foi a união de várias empresas do mesmo setor. Essa prática ficou conhecida como “truste”⁴² da carne”.

Formando, na verdade, um cartel, esse acordo entre Swift, Armour, Wilson, Morris e Cudahy foi chamado nos Estados Unidos de “meat trust” ou truste da carne. Essas grandes sociedades controlaram quatro quintos do comércio atacadista de carne nos Estados Unidos. Fábricas de couro, cola, adubos e sabão “faziam igualmente parte desse truste”. Constituindo-se num dos maiores problemas do governo americano entre os anos de 1890 a 1910, esses aglomerados de capital, “combinados em corporações, tinham o objetivo de controlar linhas determinadas de negócios, juntamente com as ferrovias” (ALBORNOZ, 1997, p. 91)

A história norte-americana foi caracterizada pela liberação econômica total dos anos de 1870-1890, a era do capitalismo *laissez faire*⁴³, que proporcionou a formação dos

⁴² Denomina-se truste (do inglês “confiar”) a situação em que pessoa ou empresa possui ou controla um número suficiente de produtores de certos artigos de modo a poder controlar livremente o preço dele.

⁴³ *Laissez faire*: termo utilizado no modelo econômico denominado *Fisiocracia* (França, século XVIII). No final daquele século o termo passou a fundamentar o *Liberalismo*, traduzindo o termo, seu significado é: *deixa fazer, deixa passar*. (PROGRAMA EDUCATIVO DÍVIDA EXTERNA, 1995, p. 11-18).

trustes, principalmente no setor da carne e do petróleo. Esse processo de formação dos chamados *monopólios* gerou um movimento⁴⁴ contra a formação dos trustes, movimento este que forçou o Estado a tomar medidas de contenção e regulamentação da economia durante os anos de 1890-1914.

Conforme Alborno (1997), esse processo de regulamentação e controle sobre a indústria de carne norte-americana levou essas indústrias a expandir-se para outros países. Em 1923 a Nova Zelândia impediu temporariamente a entrada da Armour no país, mas o Brasil, a Argentina e o Uruguai não consideraram as práticas monopolizadoras e permitiram a instalação dessas empresas em seus respectivos territórios.

Sendo assim, em 1907 a Swift comprou o frigorífico “La Plata” na Argentina. Em 1908 a Armour, Swift e a Morris compraram o frigorífico “La Blanca” na Argentina. Em 1911, a Swift comprou o frigorífico “Montevideu” no Uruguai e em 1917 o frigorífico “Artigas” foi comprado por um consórcio formado pela Armour e Morris. Em 1918, os Parques de Chicago possuíam seis frigoríficos no Brasil, sendo, dois em São Paulo e quatro no RS. No RS a Swift estava instalada nas cidades de Rio Grande e Rosário, a Armour e a Wilson em Sant’Ana do Livramento (ALBORNOZ, 1997, p. 93).

Em 1911 e 1912, as empresas com capital norte-americano detinham 58,50 % das exportações para a Inglaterra, as empresas inglesas 29,64 %, e as Argentinas 11,86 %. O domínio do mercado de carne tornou-se possível a partir da cooperação entre as empresas norte-americanas e a infra-estrutura de transporte marítimo inglês, essa parceria utilizou-se também das ferrovias e com isso, formou um “super-truste” da carne no Brasil (ALBORNOZ, 1997, p. 93). Desta forma, “os cinco grandes de Chicago” procuravam na América do Sul repetir o binômio que os havia enriquecido na América do Norte: abundância de gado e ligação ferroviária, claro que os baixos salários e o pouco preço da carne, auxiliaram no investimento dos excedentes de capitais” (ALBORNOZ, 1997, p. 93).

⁴⁴ Na década de 1890, durante o chamado Movimento Progressista, um profundo sentimento de indignação contra os grandes negócios varreu boa parte dos Estados Unidos. Era preciso por um basta nos paxás americanos (expressão usada por Henry D. Lloyd, um combativo jornalista de Chicago). Havia uma crença generalizada de que as corporações gozavam de liberdade demais, enquanto o homem comum, o operário, o trabalhador, o empreendedor principiante, o modesto comerciante, e o pequeno granjeiro, estava desamparado, sujeito como um cristão jogado às feras na arena do mercado. Um mercado em que só os grandes ursos brancos levavam vantagem. Além disso, havia de parte dos empregadores e do estado controlado por eles, fosse ele Federal, Estadual ou Municipal, uma total indiferença pela sorte dos trabalhadores, dos pequenos. Em 1906, o Presidente Theodor Roosevelt entrou na justiça federal com um processo contra as práticas monopolistas. Com esse ato o Presidente passou a ser apelidado de “trust buster”, “o espancador dos trustes” SCHILLING Voltaire. O Truete e a Democracia J.D. Rockefeller e a Standard Oil Co. As Grandes Fortunas. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/truste.htm>. Acesso em 03 de jul.2008.

As multinacionais tinham como estratégia montar suas indústrias próximas às ferrovias e nas regiões fronteiriças, por dois motivos claros: facilitar o escoamento da produção e o contrabando de carne para os mercados consumidores. Das quatro multinacionais montadas no RS naquele período, três foram projetadas para usar a Ferrocarril Central Del Uruguay⁴⁵, a Armour e a Wilson em Livramento, e a Swift em Rosário. Todas usavam os trens que iam até Riveira (ALBORNOZ, 1997, p. 94).

Diante da “invasão” das multinacionais e da falência das charqueadas provocada pela industrialização da carne, o Governo do RS concedeu isenção da taxa de exportação por trinta anos e isenção de impostos de importação de máquinas para as indústrias frigoríficas de capital nacional. Essa ação do Estado proporcionou a instalação do frigorífico *Rio Grande* na cidade de Pelotas em 1917 (ALBORNOZ, 1997, p. 95). Essa estratégia do Estado tinha como principal objetivo “criar uma barreira ao monopólio das empresas estrangeiras” (ALBORNOZ, 1997, p. 95), que nesta ‘altura do campeonato’ já possuíam quatro plantas de frigoríficos no Estado.

As cinco grandes de Chicago, Armour, Swift, Morris, Wilson e Cudahy eram indiscutivelmente cartelizadas, embora juridicamente separadas (GORNATTI apud ALBORNOZ, 1997, p. 125).⁴⁶ Provavelmente em função das investigações que sofria nos USA a Armour mudava muito de nome, somente em Livramento, a firma teve três nomes: Companhia Armour do Rio Grande do Sul, Armour of Brazil Corporation e Frigorífico Armour do Rio Grande do Sul S.A. Em 1972 as cinco empresas norte-americanas fundiram-se formando a Swift-Armour S.A. Indústria e Comércio (ALBORNOZ, 1997, p. 125).

A vinda dessa multinacional para Marechal Cândido Rondon começou a ser debatida a partir do mês de outubro de 1978. No mês de novembro daquele ano, as negociações já estavam praticamente concluídas com a Swift-Armour, pois o Frirondon não teria depositado 40% da dívida referente à primeira parcela da dívida da concordata. Segundo matéria da FAN, “o frigorífico Swift-Armour alugaria as instalações por um período de seis meses, com opção de compra depois de findo este prazo. A Swift-Armour assumiria neste tempo os 40% da dívida do frigorífico Rondon” (FAN, 5/12/1978).

A expectativa era grande no dia de ontem, uma vez que às 11 horas da manhã deveriam sair de São Paulo, com destino a Marechal Cândido

⁴⁵ Ferrovia ligando Montevidéu-Riveira, acabava na estação Armour, que passava também no Wilson, em Sant’Ana do Livramento (ALBORNOZ, 1997, p. 93).

⁴⁶ GORNATTI foi o último gerente do frigorífico em Livramento. In: (ALBORNOZ, 1997).

Rondon, os diretores do frigorífico Rondon S/A e do frigorífico Swift, já com as negociações de arrendamento concretizadas (FAN, 23/12/1978).

No entanto, mesmo com as negociações concretizadas, havia ainda a necessidade de homologação do contrato pelo juiz de direito Paulo Roberto Hilgemberg, da Comarca de Marechal Cândido Rondon. As negociações foram autorizadas pelo juiz e ocorreram de forma reservada.

O pouco sabido faz parte de um edital expedido pelo juiz da comarca autorizando as negociações, que consistiram no arrendamento pelo prazo de 6 meses, durante os quais seriam quitadas as obrigações pendentes da 1ª parcela da concordata, já vencida. De posse do alvará expedido pelo juiz Paulo Roberto Hilgemberg, as negociações foram concretizadas na tarde de ontem. No entanto deverá ser aposta a assinatura do titular da comarca, homologando a decisão. Ontem à tarde, por parte do fórum, nenhuma informação transpirou. Porém pouco antes das 18 horas, certo clima de otimismo junto aos funcionários do frigorífico, indicava que algo havia acontecido. A reportagem da Difusora colheu então informações do comissário da concordata, o administrador de empresa Walmor Nied, tendo este afirmado que as negociações haviam sido concluídas naquela tarde. Não adiantou mais nada, exceto que, terça ou quarta-feira da próxima semana, detalhes das negociações seriam colocados a par da população (FAN, 23/12/1978).

No mesmo dia, a equipe de jornalismo da Radio Difusora entrevistou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon, Alcindo Biesdorf, que declarou:

A reativação do frigorífico Rondon será de muita importância para o município. Porém considerou que a Swift deverá encontrar muita dificuldade no início, nos primeiros meses, em razão de que cerca de 90 % dos produtores de suínos do município estão comprometidos com o sistema integrado da Sadia, e acho muito difícil que seja conseguido 200 cabeças para abate diário, ainda mais 600 que segundo se informa, seria a meta inicial da empresa arrendatária. Acredita que em razão da boa colheita de milho o rebanho de suínos tende a aumentar, normalizando o abastecimento nos meses de maio em diante (FAN, 23/12/1978).

No mês de janeiro de 1979 a Swift-Armour depositou em juízo o valor de 1 milhão e 440 mil cruzeiros, relativos aos dois primeiros meses de aluguel da instalação do frigorífico Frirondon (FAN, 5/1/1979). Estiveram em Marechal Cândido Rondon três diretores da Swift-Armour que vieram de Santo André, SP. Dentre eles, o engenheiro chefe da empresa

Itiberê Martinatto que avaliou o frigorífico, planejou alterações na planta e agendou o início da contratação dos trabalhadores.

Dentre os diretores da Swift-Armour Roberto Alzáibar possuía experiência na unidade de Sant'Ana do Livramento e passou a gerenciar o frigorífico local.

Chegou ontem em Marechal Cândido Rondon, Roberto Alzáibar, uruguaio radicado no Brasil há 16 anos, procedente da cidade gaúcha de Santana do Livramento, para assumir a gerência do frigorífico em Marechal Cândido Rondon. Ontem inspecionou todas as instalações, e o núcleo residencial. Concedeu entrevista para Frente Ampla de Notícias. Assinalou Roberto Alzáibar que dia 23 deste mês, serão iniciados os trabalhos de recrutamento de pessoal, para a partir de 1º de fevereiro ser dado início à industrialização de suínos (FAN, 13/1/1979).

Roberto Alzáibar⁴⁷, natural do Uruguai, veio para o Brasil em 1962, juntamente com seu pai, engenheiro agrônomo da Swift. Filho primogênito estudava ciências econômicas, como parou de estudar, seu pai para castigá-lo, o colocou para trabalhar no frigorífico Swift-Armour onde ficou por vinte e seis anos. Trabalhou em Sant'Ana do Livramento, Porto Alegre, Canoas, Cruz Alta e Marechal Cândido Rondon.

Em 1979 era controlador da fábrica em Sant'Ana do Livramento, quando soube que a Swift-Armour estava comprando um frigorífico novo. Na época se prontificou a trabalhar no novo empreendimento da multinacional. Uma semana depois foi convidado pela diretoria de São Paulo para trabalhar em Marechal Cândido Rondon no Oeste do Paraná.

No dia 11 de janeiro de 1979 me chamaram na diretoria da Swift em São Paulo e me convidaram para ir para Marechal Cândido Rondon no Oeste do Paraná, lógico que eu estava interessado, eu aceitei. No dia 12 eu estava em Marechal Cândido Rondon. Eu lembro porque meu filho menor, naquela época, estava de aniversário, estava fazendo dois anos e eu cheguei a Marechal Rondon. Assim, extremamente ansioso, porque eu tinha recebido ótimas informações da cidade, da colonização, da fartura da cidade, enfim, da limpeza, da ordem e fui conhecer o frigorífico. O frigorífico estava sendo formado, as instalações eram boas, um frigorífico pequeno, mas, para o abate de suínos era ideal. Fui até Livramento e logo em seguida, duas semanas depois, eu fui com minha mulher e meus filhos para Marechal Rondon para começar trabalhar. A Swift tinha arrendado o frigorífico inicialmente, ano de 1979 o arrendamento era de acordo com a quantia de suínos abatidos o compromisso era no mínimo de 10 mil suínos mensais e nós atingimos sem problema. No primeiro ano atingimos esses volumes (ALZÁIBAR, 2007).

⁴⁷ ALZÁIBAR Roberto. Entrevista concedida a Paulo José Koling. Porto Alegre/RS, 19 jun. 2007.

Segundo Roberto Alzáibar, a Swift-Armour, no final de 1978, possuía quatro grandes unidades, sendo três no Estado RS (Sant’Ana do Livramento, Rosário do sul e Santa Rosa) e outra em Santo André/SP. A opção da empresa em alugar o frigorífico em Marechal Cândido Rondon foi estratégica pela proximidade com a unidade de Santo André/SP. A localização facilitou e barateou os custos com transporte da matéria-prima até a indústria de Utinga, em Santo André/SP. Antes da Swift-Armour alugar a planta do frigorífico local, já possuía relações comerciais com produtores de Santa Rosa/RS que eram da região Oeste paranaense, com também comprava suínos nessa região.

Em janeiro de 1979, Roberto Alzáibar fez uma previsão da produção mensal e indicou uma meta de abates de 400 cabeças/dia. No mesmo mês, havia contratado aproximadamente 100 pessoas. Eulálio Machado de Barros foi o responsável pela compra dos suínos na região e as carcaças eram envidas para Utinga, SP, onde eram industrializadas (FAN, 15/1/1979).

Para Alzáibar a grande dificuldade enfrentada pela Swift-Armour não foi a oferta de matéria-prima, mas o problema era conseguir matéria prima de qualidade, isso ocorreu porque a empresa não possuía sistema integrado (fornecimento de ração). Por outro lado, a maior concorrente na região era a Sadia que possuía um sistema de integração e com isso dominava o mercado de suínos na região. A Sadia abatia, naquela época, três mil suínos por dia. Essa situação forçou a Swift-Armour a comprar suínos de intermediários que traziam suínos do Sudoeste, principalmente de Planalto e Dois vizinhos. Mesmo com tais dificuldades a produção industrial se comportava dentro das previsões até superando as metas estabelecidas, apesar de a capacidade de industrialização ser superior. Em entrevista concedida ao programa Frente Ampla de Notícias, Alzáibar fez um relatório dos cinco primeiros meses de atuação da Swift-Armour em Marechal Cândido Rondon.

No mês de Fevereiro, quando foram iniciadas as atividades, foram abatidas 8.959 cabeças de suínos, em 23 dias, uma média de 390 cabeças. No primeiro mês o fornecimento de suínos para o abate, do município de Marechal Cândido Rondon, correspondeu a 25%. No mês de Março, estava previsto um abate de 7.500 cabeças, mas chegou a 9.147 em 25 dias de trabalho, reduzindo a média para 366. Em Abril, a meta da industrialização é produzir 8.500 cabeças e para Maio 450 cabeças diárias. Roberto Alzáibar informou que os primeiros dias, o suíno que era entregue ao frigorífico, procedente deste município, era de baixa qualidade, mas agora, espécimes de excelente qualidade estão sendo abatidas, mostrando que o suinocultor desperta novamente diante de uma melhor remuneração. Quanto à possibilidade de a Swift vir a adquirir o acervo do frigorífico Rondon, afirmou desconhecer, porque a decisão se daria a nível de direto-

ria, mas que, se solicitado a opinar, se diria favorável à negociação. Ele acredita que mesmo antes de ser extinto o contrato de locação a direção da Swift-Armour S.A. irá se decidir pela aquisição do acervo do frigorífico Rondon S/A (FAN, 6/4/1979).

Durante o primeiro semestre de 1979, a Swift-Armour pagava aluguel da planta do frigorífico, porém, no mês de julho iniciaram-se as negociações para aquisição da unidade industrial do frigorífico. Juntamente com a intenção da compra a empresa anunciava a nova meta de abate diário de 600 cabeças, conforme matéria divulgada em agosto de 1979.

A população suína do município, estimada em 150 mil cabeças, tende a aumentar para 200 mil, em razão do preço de Cr\$ 24,70 atualmente pagos pelo frigorífico, o que vem estimular o incremento. Como até setembro, o abate diário será de 600 cabeças, acredita que somente Rondon e outros municípios vizinhos fornecerão o suficiente para industrializar, deixando de ser necessário a aquisição em municípios do Sudoeste, como vem ocorrendo atualmente (FAN, 27/7/1979).

Na manhã de 13 de dezembro de 1979 chegou a Marechal Cândido Rondon um táxi aéreo trazendo os diretores do frigorífico Swift-Armour e o advogado da empresa. Na manhã daquele dia foram concluídas as negociações e assinado o contrato de compra e venda do frigorífico Rondon.

Detalhes técnicos atrasaram a elaboração da escritura de transferência do acervo concordatário, cuja assinatura estava marcada para as 10 horas, pelo frigorífico Rondon. Assinaram a transferência Roque Perinazzo diretor administrativo e Luiz Mário Wilciéski diretor executivo, diante da presença de Claudio Ruaro, ex-diretor da empresa, além do diretor da Swift-Armour Orlando Barbosa (FAN, v 58, 13/12/1979).

A foto 3 possibilita observar o complexo do frigorífico de Marechal Cândido Rondon, formado pela indústria e pela Vila Operária.



FOTO 3: Visão do complexo industrial em 1979

Fonte: Acervo particular de Roberto Alzáibar

A foto 4 possibilita visualizar a planta do frigorífico e a Avenida Rio Grande do Sul que passa em frente ao frigorífico.



FOTO 4: Visão do complexo industrial em 1979

Fonte: Acervo particular de Roberto Alzáibar

Após aquisição do frigorífico local pela Swift-Armour, esta iniciou uma série de investimentos procurando diversificar a produção. No ano de 1980, a empresa local começa a introduzir novos produtos com a marca Swift-Armour. Nesse ano ainda, a empresa plantou uma lavoura experimental de ervilhas junto ao horto florestal do município. Segundo o gerente do frigorífico, Roberto Alzáibar e os técnicos responsáveis, a produção foi surpreendente, chegando a 4.400 Kg por hectare, o que significava uma produção muito superior às lavouras do Sul do país, onde a empresa tinha tradição no cultivo desse produto.

Neste mesmo período a Swift-Armour começou a implantar o sistema de produção integrada com 560 matrizes e um número equivalente a 20 % de machos. Esse projeto constou com uma parceria com a empresa Agrocere-Pic que forneceu as matrizes (FAN, 31/10/1980). Com financiamento de Cr\$ 538,6 milhões o Banco de Desenvolvimento do Paraná, a Swift-Armour projetava a implantação de uma unidade multiplicadora de suínos híbridos para 600 matrizes, além de uma fábrica de rações, com capacidade de produzir 48 mil toneladas de ração por ano (FAN, v. 68, 06/11/1980).

A foto 5 registra a vistoria feita pelo gerente do frigorífico Roberto Alzáibar à plantação de ervilhas da Swift-Armour. A foto 6 destaca os trabalhadores da fábrica de rações da Swift-Armour em janeiro de 1987.



FOTO 5: Plantação de ervilhas
Fonte: Acervo particular de Roberto Alzáibar



FOTO 6: Fábrica de Ração da Swift-Armour
Fonte: Acervo particular de Francisco Antonio This

É importante observar que a imagem da Swift-Armour apresentada até este momento é basicamente a imagem empresarial. A mudança do proprietário impõe novas formas de organização do trabalho, onde o controle e o ritmo de trabalho passam a ter maior exigência por parte da direção. A mudança na organização do trabalho produziu outras memórias em relação à Swift-Armour, memória como a do trabalhador Alcides Massaro, “vinha gente de São Paulo a cada 15 ou 20 dias para ver como que estava dentro do Frigorífico” a “empresa era boa de trabalhar, ali a gente tinha que trabalhar” (MASSARO, 2007).

Embora o ano de 1979 trouxesse esperanças e mudanças na vida dos trabalhadores que possuíam vínculo com frigorífico, o mesmo não ocorreu com o excedente de trabalhadores desempregados naquele período. A vinda de Swift-Armour para Marechal Cândido Rondon não resolvera a crise vivida pelas classes trabalhadoras da época. É possível perceber que os indicadores sociais das condições de vida dos trabalhadores de Marechal Cândido Rondon continuaram evidenciando as dificuldades inclusive de prover a própria alimentação. Durante o período que o frigorífico ficou desativado, entre o fechamento da Frimesa/Ruaro e abertura da Swift-Armour, os trabalhadores desempregados do frigorífico viveram muitas dificuldades, principalmente os moradores da Vila Operária. Roberto Alzáibar, quando assumiu a gerência da unidade local da Swift-Armour, assim relatou sobre a situação dos moradores da Vila Operária e sobre o futuro deles na Swift-Armour em Marechal Cândido Rondon.

Encontramos o pessoal com muita dificuldade porque não tinha emprego. Viviam de trabalho eventual, trabalhavam capinando roça, enfim, mas moravam nas casas. Não tinham energia elétrica, não tinham água porque água era do frigorífico, mas se mantiveram nas casas. Quando nós chegamos, quando começamos, havia a incerteza do sucesso. Tinha a dúvida sobre a disponibilidade de suínos para abater. Então, contratamos o pessoal para pagamento semanal, porque caso tivéssemos que indenizar os funcionários, o aviso prévio seria semanal. Então, para não comprometer mais o nosso investimento, contratamos por semana. O pessoal passou a receber, primeiro recebeu a pendência que tinha com a Frimesa, a Swift pagou, e depois o pessoal passou a receber semanalmente. Com isso, o pessoal passou a movimentar bastante a cidade, que antes quase cem pessoas trabalhavam na Frimesa. Nós tínhamos em torno de 70, 80 no início logo em seguida cresceu o número de funcionários, então isso movimentou bastante. Nós ligamos a energia elétrica, ligamos a água enfim, começamos a vender carne aos funcionários a preço de custo. Nós vendíamos 14 quilos por semana (ALZÁIBAR, 2007).

A crise econômica do período em que o frigorífico ficou desativado, fez com que o governo municipal incrementasse uma política de distribuição de alimentos e de refeições para as classes trabalhadoras. Essa política de distribuição de alimentos permaneceu no município mesmo com a instalação da Swift-Armour em 1979. A nota à imprensa nº 008/80 encaminhada à Rádio Difusora na data de 04 de janeiro de 1980 e assinada pelo então chefe da comunicação social, Arno Kunzler, destacou a oferta de refeições às crianças e adultos durante o período de férias.

ESCOLAS DO MUNICÍPIO OFERECEM REFEIÇÕES DURANTE AS FÉRIAS. Treze escolas de Marechal Cândido Rondon, precisamente as que mais possuem alunos carentes matriculados, estarão oferecendo refeições durante o período de férias. Estas escolas atenderão também crianças que não estejam matriculadas devidamente, para através da escola proporcionar alimentação as crianças não somente nos períodos em que freqüentem a escola, mas também durante as férias. O programa especial de férias do setor da merenda escolar recebeu 11.000 kg de alimentos para alimentar durante 60 dias. Os gêneros recebidos em maior quantidade são caldo de carne, arroz, óleo de soja, proteínas testurizadas e macarrão de soja (FAN, v 58, 04/01/1980).

Em algumas dessas escolas as próprias mães assumiam a tarefa de fazer as refeições, principalmente nos períodos de férias das merendeiras. A mesma nota à imprensa destaca quantitativamente a busca pelas refeições.

O setor local da merenda escolar em seu relatório anual informou que durante o ano de 1979 foram servidas nas escolas 1.907.770 refeições. O total de alimentos recebidos em 1979 foram 34.576 kg para atender a demanda nas mais de 100 escolas primárias do município chegando ao ex-

pressivo número de 2 milhões de refeições servidas durante o ano (FAN, v 58, 04/01/1980).

Além das refeições servidas nas escolas, inclusive nos períodos de férias, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) recebeu alimentos referentes ao mês de fevereiro. A Nota à Imprensa nº 037/80, de 17 de janeiro de 1980, destacou a quantidade de alimentos que serão distribuídos durante o mês de fevereiro às famílias carentes do município: “Ao todo são 8.110 kg, distribuídos em 100 kg de leite em pó, 1.710 kg de açúcar, 3 mil kg de arroz, 1.800 kg feijão, 1.500 kg de fubá e 1500 kg de farinha de mandioca” (FAN, v 58, 17/01/1980).

Conforme nota à imprensa nº 458-80, o então prefeito Verno Scherer⁴⁸ palestrou para as famílias que recebiam alimentos do INAN, o evento foi realizado no Centro Social Urbano e contou com a participação de 115 pessoas no período da manhã e 160 pessoas no período da tarde. Após as palestras as famílias receberam os alimentos referentes ao mês de outubro de 1980 (FAN, v 67, 16/10/1980).

O programa de distribuição de refeições foi ofertado aos moradores da Vila Operária e proximidades do frigorífico. As refeições eram servidas na Escola Valdomiro Lissen, o que permite constatar que a Swift-Armour não dava conta de resolver a questão do desemprego naquele momento.

A diretora Lory Speck da escola Valdomiro Liessen, nas proximidades do frigorífico deu a conhecer que o estabelecimento que dirige iniciou hoje a servir refeições aos menores ou adultos carentes, dentro do plano estabelecido pela merenda escolar. As refeições forma servidas entre 10 e 11 horas, segundo observação, desde crianças de colo até adultos estiveram fazendo suas refeições na parte da manhã de hoje, número que poderá ser aumentado com o passar do tempo (FAN, v 58, 24/01/1980).

No relatório anual de 1980 consta a distribuição de 96.900 kg de alimentos para aproximadamente duas mil pessoas (FAN, v 70, 01/01/1981).

As notas à imprensa, divulgadas pela Rádio Difusora, retrataram a dura realidade enfrentada pelas classes trabalhadoras, decorrente em grande parte, do modelo econômico nacional que gerou êxodo rural, da estiagem de 1978/79 e do desemprego urbano, decorrente, em parte, da falência e do fechamento da Frimesa/Ruaro. No entanto, se para as classes trabalhadoras a situação era de extrema necessidade, para as classes políticas ligadas ao

⁴⁸ Prefeito municipal pela Aliança de Renovação Nacional ARENA (1979-1980)

Governo municipal a vinda da Swift-Armour torna-se oportunidade de construir consenso e domínio da política partidária municipal.

1.5.1 - A Swift-Armour para além do Frigorífico

No período de 1979-1989 Swift-Armour teve participação significativa tanto na administração do Werno Scherer (1979-1985) como na do Ilmar Priesnitz (1986-1988). Durante o tempo em que esteve em Marechal Cândido Rondon, a Swift-Armour atuou na organização e planejamento das principais festas do município, tanto na Oktoberfest⁴⁹, como na Festa Nacional do Boi Assado no Rolete⁵⁰.

A foto 7, de março de 1980, registrada pelo jornal *O Alento*, destaca conversa do Roberto Alzáibar com o prefeito Werno Scherer. O tema da conversa segundo a matéria jornalística foi a produtividade da empresa após um ano de atuação em Marechal Cândido Rondon. A foto 8 registra a participação da Swift-Armour na festa Nacional do Boi no rolete nos anos 80.

⁴⁹ Instituída em 1987, a partir de projeto desenvolvido pela Câmara Junior de Marechal Cândido Rondon. A oktoberfest tinha como principal objetivo resgatar a suposta tradição dos descendentes alemães e o estilo germânico (WEIRICH, 2004, p. 127).

⁵⁰ Instituída oficialmente pela câmara municipal de vereadores, no dia 27 de novembro de 1978, a partir do projeto de Lei nº 1308 do então vereador Ariovaldo Luís Bier (WEIRICH, 2004, p. 124).



FOTO 7: Trabalhadores da Swift-Armour durante a festa do município na década de 1980

Fonte: Acervo particular de Roberto Alzáibar



FOTO 8: Werno Scherer e Roberto Alzáibar

Fonte: Jornal *O Alento*, Ano I, nº. 29 – Mal. Cândido Rondon

As fotos 7 e 8 evidenciam a articulação entre a indústria e o Governo municipal. Esse apoio mútuo foi evidenciado na Nota à Imprensa nº 561-80, que divulgou um jantar de confraternização no pátio da Swift-Armour.

Na noite passada a Swift-Armour, filial de Marechal Cândido Rondon, promoveu um jantar festivo entre todos os seus funcionários, prefeitura municipal, deputado Werner Wanderer, secretários da prefeitura, vereador Élio Lino Rusch e outros convidados (FAN, v 69, 9/12/1980).

As notas à imprensa também são indícios da ligação política existente entre poder executivo, legislativo, Rádio Difusora e direção da Swift-Armour.

No ano de 1980 a Swift-Armour funcionou a “pleno vapor”. Os lucros da empresa também cresceram, conforme pode ser visto na matéria publicada no *O Alento*, referente ao primeiro ano de produção. A empresa divulgava a superprodução de 131.300 (cento e trinta e um mil e trezentos suínos) cabeças abatidas e o pagamento de 334 milhões de cruzeiros aos produtores, além dos 100 milhões de cruzeiros pagos pela compra do Frigorífico, correspondente à última parcela.

A foto 9 exhibe os principais produtos da Swift-Armour. A foto 10 registra o Box da Swift-Armour no parque de exposições, durante a festa do município, com destaque para o projeto de produção e industrialização de ervilhas da unidade industrial de Marechal Cândido Rondon nos anos 1980.



FOTO 9: Produtos da Swift Armour
Fonte: Acervo particular de Roberto Alzáibar



FOTO 10: Box da Swift-Armour na festa nacional do boi no rolete na década de 80
Fonte: Acervo particular de Roberto Alzáibar

A Swift-Armour coordenou, organizou e deu todo apoio logístico para a realização da primeira Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon. Sobre a participação da empresa na Oktoberfest Roberto Alzáibar assim relembra.

Nós assumimos a festa e eu coloquei o pessoal do frigorífico para trabalhar na festa. Eu posso te dizer tudo o que foi feito no parque de exposições. O parque de exposições tinha um pavilhão comercial, nós modificamos, fizemos o restaurante, puxamos os blocos para o lado de fora, cobrimos e ficou o restaurante e as mesas. Fizemos piso de concreto, fizemos o galpão crioulo, o restaurante alemão. No ano seguinte se fez o galpão da suinocultura, a pista de rodeio no primeiro ano. No café não se fez nada, mas nós fornecíamos toda a parte de alimentos, isso nós fazíamos no frigorífico para o café colonial (ALZÁIBAR, 2007).

Além dos lucros obtidos pela empresa, os anos 80 tiveram intensa atividade social, conforme exemplificou Roberto Alzáibar.

Eu acredito que nos anos 80 a Swift era atividade de confiança, era empresa que participava, participava muito em promoções, em colégios, igrejas, comunidades e nós sempre participávamos. Nós fizemos as lagoas de tratamento de água, a terraplanagem, a fábrica de ração, o padrão e o transformador da energia. Então, isso nos obrigava, por uma questão humana inclusive, a uma recepção muito grande com a cidade, com o município. A primeira produção de ração da fábrica que foi uma bandeira que se leva muito tempo para construir, o dia que o pessoal começou eu estava no painel e nós fizemos um churrasquinho, estava lá o Verno Scherer, nós éramos parceiros (ALZÁIBAR, 2007).

A Swift-Armour foi uma empresa orgânica com a prefeitura e com o governo municipal. No entanto, mesmo obtendo bons lucros a multinacional vendeu a unidade local. O

processo de venda da Swift-Armour começou a se tornar público no início de janeiro de 1989, porém no dia 28 de fevereiro de 1989 foi confirmada sua venda.

Segundo informações que circulam nos meios econômicos nacionais, um grande negócio deve ser concretizado durante o decorrer da semana. Trata-se da venda do grupo Swift-Armour para o grupo Bordon, de São Paulo, que hoje é um dos maiores do ramo a nível internacional. Segundo as informações, a venda está praticamente certa por 26 milhões de dólares, sendo 5 milhões a vista e o restante em 36 meses. A transação fará com que o grupo Bordon salte para o primeiro lugar em termos de indústria alimentícia no país. Em Marechal Cândido Rondon esta notícia traz grande expectativa, uma vez que uma das grandes indústrias do nosso município, o frigorífico terá novo mando e provavelmente nova estrutura (FAN, v 167, 28/02/1989).

O grupo Bordon assumiu o frigorífico e anunciou a intenção de ampliar o potencial de abate. No entanto, de forma surpreendente no dia 25 de maio de 1989 o FAN noticiou a compra do frigorífico pela Ceval Alimentos.

Em apenas 4 meses foram feitas duas transações de compra e venda do frigorífico Swift-Armour de Marechal Cândido Rondon. O primeiro comprador foi o grupo Bordon e nesta semana foi fechado o negócio transferindo a indústria para a Ceval, pertencente ao grupo Hering, de Santa Catarina. Com a matriz na cidade de Gaspar, a Ceval se constitui numa das maiores empresas brasileiras de industrialização e comercialização de produtos alimentícios, sendo na atualidade a maior exportadora de soja. Segundo informações da diretoria da empresa, a posse definitiva do complexo se dará na próxima segunda feira, quando aqui estarão seus diretores (FAN, v 170, 25/05/1989).

Neste período, de janeiro a maio de 1989, o frigorífico continuou abatendo normalmente. O FAN não produziu nenhuma matéria explicando o motivo da passagem tão rápida do grupo Bordon em Marechal Cândido Rondon. Para Roberto Alzáibar, o grupo Bordon comprou todos os frigoríficos da Swift-Armour⁵¹ do território nacional. No entanto, logo em seguida negociou algumas unidades, como foi o caso de Marechal Cândido Rondon que foi revendida para a Ceval.

⁵¹ Em 2005 a Friboi passou a deter a marca Swift-Armour na Argentina. Hoje as linhas da Swift respondem por 20% da receita de industrializados do Friboi no mercado brasileiro, a Friboi, é a quinta maior indústria de carne do mundo em volume de produção, só perdendo para multinacionais americanas, entre as quais se destacam a Tyson Foods e a Cargill (SALOMÃO, 2004).

1.6 - A CEVAL ALIMENTOS (1989-1996)

Em maio de 1989 a Ceval Alimentos⁵² adquiriu o frigorífico do grupo Bordon em Marechal Cândido Rondon, como parte de um plano de expansão e de diversificação das atividades. Conforme anunciava o FAN suas metas eram:

Os novos proprietários do frigorífico de Marechal Cândido Rondon, a Ceval Agro industrial S/A encontra-se em Marechal Cândido Rondon realizando os primeiros trabalhos de base para assumir definitivamente a unidade industrial. A Ceval, classificada entre as três maiores exportadoras brasileiras, fez aquisição de todo o complexo rondonense da Swift-Armour, incluindo a fábrica de rações. Recentemente este complexo havia sido vendido para a Bordon e agora para a Ceval, que por sua vez tem como primeira meta a ampliação no volume de abate de animais (FAN, v 170, 26/05/1989).

A Ceval entrou no setor de carnes em 1980 com a aquisição do frigorífico Seara, indústria de frangos e suínos, localizada na cidade de Seara (SC). Posteriormente, a Ceval Alimentos ampliou este setor com outras aquisições de empresas nos estados de São Paulo e Paraná. A unidade local da Ceval manteve todos os funcionários do frigorífico, havendo, inclusive realizado a rescisão dos contratos com a Swift-Armour no dia 30/05/1989 e admissão no dia seguinte 1/06/1989, pela nova proprietária da indústria e da fábrica de ração. O novo diretor do frigorífico, Wilmar Guilherme Spengler, apresentou as principais metas da nova empresa: aumento no volume de abates diário e melhoria genética dos suínos (FAN, v 170, 03/06/1989).

⁵² A Ceval - Agro Industrial dos Cereais do Vale S.A. foi criada em 1972, por iniciativa de um grupo de empresários catarinenses da Cia. Hering, com a finalidade de comercialização e industrialização de cereais do Vale do Rio Itajaí. Sua primeira unidade industrial foi inaugurada em 1973, em Gaspar-SC, e durante a década de 1970 os negócios se expandiram para outras cidades do Estado. Em 1976, a Ceval lançou o óleo Soya, que se tornou uma das marcas mais consumidas no país. Na década de 1980, a empresa começou a atuar em outros Estados, com a aquisição de unidades de armazenamento em cidades do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná e Mato Grosso. Em 1980, a Ceval entrou no setor de carnes com a aquisição do Frigorífico Seara, indústria de frangos e suínos, localizada na cidade de Seara/SC, e ampliou este setor com outras aquisições de empresas nos Estados de São Paulo e Paraná. Em 1988, concluiu a construção da unidade industrial de Campo Grande-RS, e iniciou, na cidade de Gaspar, a construção da unidade industrial de produção de margarinas, cremes e gorduras hidrogenadas. Neste mesmo ano adquiriu uma unidade de refino de soja em Luziânia/GO e uma unidade de industrialização de milho em Sarandi/PR. Adquiriram também, nos Estados de São Paulo e Paraná, empresas no setor de soja e óleos e iniciaram a construção de unidades industriais de soja em São Paulo, Bahia e Mato Grosso. Em 1990, a empresa já era considerada uma das três maiores no setor alimentício do país. A Ceval foi adquirida pelo grupo Bunge em 1997. No dia 22 de dezembro de 1998, foi aprovada sua cisão parcial; o negócio de carnes foi isolado, constituindo a Seara Alimentos S.A., e todos os outros empreendimentos da Ceval - soja, óleos e margarinas - foram transferido para a Santista Alimentos, atual Bunge Alimentos. Fonte: Centro de memória BUNGE. Fundação Bunge, Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br> Acesso em: 25 maio 2007.

A Ceval Alimentos atuou como proprietária do frigorífico durante o período de 1989 a 1996. Suspendeu, porém a produção da unidade em 1994, e manteve-se por mais dois anos, como mero entreposto. A Swift-Armour recebeu do governo municipal, terreno, terraplagem, rede de água, luz, os lotes para construir a fábrica de ração, lagoas de tratamento de resíduos, óleo diesel e outras formas de incentivos. A Ceval Alimentos desde o início de suas atividades em Marechal Cândido Rondon manteve negociação com outros municípios, como por exemplo, Dourados/MS, com o objetivo de barganhar incentivos fiscais. A matéria da Rádio Difusora traz detalhes dessa negociação.

O prefeito Dieter Seyboth segue viagem para a cidade de Gaspar, no Estado (SC), acompanhado do secretário de indústria e comércio Willand Schurt e do empresário Élio Winter. O objetivo da viagem é manter contato com a direção do grupo Ceval, que é proprietária do frigorífico de nossa cidade, visando à ampliação do abate de suínos em até mil cabeças ao dia. O prefeito Dieter Seyboth debaterá também com a direção da empresa sobre a possibilidade de o frigorífico local iniciar o abate de aves, para isso apresentará um demonstrativo da produção de aves em Marechal Cândido Rondon e região que viabilizam o início da operação da Ceval com aves. Trava-se uma disputa bastante acirrada, pois o município de Dourados, MS, que também conta com unidade frigorífica do grupo Ceval, também reivindica o abate de aves, sendo assim, quem apresentar a melhor proposta mais viável terá o benefício. A Ceval, desde que adquiriu o frigorífico em Marechal Cândido Rondon apresentou muitos progressos, tanto em termos de aumento do abate diário de suínos, como também em termos de geração de empregos, uma vez que a curto espaço de tempo já contratou 40 novos funcionários, absorvendo significativo percentual de mão-de-obra que estava ociosa em nosso município (FAN, v 170, 03/06/1989).

Dieter Seyboth foi eleito prefeito em 1988, tendo como vice Verno Sherer pela Coligação Rondonense de Partidos (CRP)⁵³. Nesse período, o governo municipal elaborou um projeto de lei que tratava dos benefícios para a instalação e ampliação de indústrias no município. Esse projeto foi encaminhado ao poder legislativo e no dia 12 de setembro de 1989 foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. A justificativa apresentada pelo poder executivo foi que “este projeto, visava dotar o município de maior poder de barganha, para atrair novas indústrias, e evitar perda de indústrias como as ocorridas em anos anteriores” (FAN, v 174, 12/09/1989).

Além das intenções da empresa, o que chama atenção na reportagem anterior é a disputa entre as cidades de Marechal Cândido Rondon e Dourados/MS pela empresa Ceval.

⁵³ Formavam a CRP: o Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Democrático Social (PDS) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (URNAU, 1988, p. 51).

O fechamento da Ceval Alimentos repercutiu no processo eleitoral municipal em 1996⁵⁴, que teve como um dos pontos centrais do debate o desfecho do caso da Ceval Alimentos e sua vinculação com o governo anterior. O grupo político de oposição, liderado pelo PFL, acusou a gestão do PMDB como responsável pela saída da empresa do município e sua transferência para Dourados, pois o município não teria atendido a proposta de incentivos solicitada pela Ceval Alimentos, além de perder aproximadamente “500 postos de trabalho”.

Compreender a mobilidade geográfica e o jogo de interesses fiscais do capital possibilita ampliar o debate ocorrido nas eleições para o governo municipal em 1996. Essa discussão vai além dos interesses eleitorais e partidários locais, pois também passa pela nova recomposição do capital nacional após as eleições de Fernando Collor de Melo para presidente da república em 1989. Nesse período, a abertura do mercado econômico internacional afetou o mercado de carne suína brasileiro, conforme matéria vinculada na Rádio Difuso. A importação de carne suína apresentou reflexos negativos para a suinocultura.

O deputado Sabino Campos, presidente da comissão de agricultura da Assembléia Legislativa, afirmou que os reflexos da importação de carne suína autorizada pelo governo federal já começa a fazer sentir principalmente nas regiões produtoras. Estes reflexos, diz Sabino, manifestam-se principalmente nos preços da carne que vinha apresentando um crescimento gradativo e seguro e agora entrou em declínio acentuado e preocupante (FAN, v 172, 14/07/1989).

Para compreender a situação da suinocultura no contexto do Governo Collor, faz-se necessário retornar a análise das matérias jornalísticas do FAN a partir do ano de 1988, mais precisamente no dia 15 de março daquele ano, que tratava da crise da suinocultura. O diretor da Swift-Armour, Roberto Alzáibar avaliou a situação da suinocultura nos seguintes termos.

De 1982 a 1986 a suinocultura teve desempenho normal em Marechal Cândido Rondon, e a partir do plano cruzado começou a sua decadência, fazendo com que os criadores abatessem grande número de matrizes, além de animais terminados e até leitões. O período de 1987/88 está sendo considerado um dos piores para a suinocultura em face do aumento dos preços das rações, a diminuição do consumo e super oferta de carne que ocorreu no período (FAN, v 156, 15/03/1988).

⁵⁴ Iraci Maria Wenzel Urnau (1998) analisou o processo político partidário de Marechal Cândido Rondon, enfatizando o período militar e pós-militar, enfocando os primeiros governos municipais entre 1985 a 1991 e a polarização da disputa entre PMDB e PFL.

A crise enfrentada pela suinocultura desencadeou outro movimento de suinocultores que durou até 1990. Ainda em 1988 o então presidente da Associação Paranaense de Suinocultura (APS), João Luiz Seimertz, assim definiu o período: “agora que o mercado apresenta reação com o preço da carne subindo o que atende em parte os reclames dos produtores rurais o governo quer crucificar o porco com autorização da importação da carne suína de países vizinhos” (FAN, v 165, 28/12/1988).

As medidas econômicas do governo Sarney, permitiram a importação de carne suína, o que gerou nova crise para o setor. O FAN noticiou a situação da suinocultura brasileira da seguinte forma:

Estão chegando mais de 55 mil toneladas de carnes de porco importadas. A revelação-denúncia foi apresentada ontem pelo presidente da Sudcoop, Sr. Seno Lunkes, durante encontro da organização dos comitês educativos de Cooperativas do Oeste. Recentemente frigoríficos da região receberam carregamentos de carne congelada procedente da Europa e fora dado a conhecer que se tratava de estoque antigo que se encontrava em Paranguá e Santos ainda por ser retirado. Agora, Segundo Seno Lunkes, a entrada destas 55 mil toneladas de carne importada será em benefício de poucos e em prejuízo de todos os suinocultores (FAN, v 178, 05/01/1989).

As medidas econômicas tomadas pelo Sarney tornavam inviável a suinocultura no Brasil, e o movimento dos suinocultores abrangia os Estados do Sul.

Suinocultores vão fechar frigoríficos nos estados do sul: Reunião desenvolvida em Concórdia Estado de Santa Catarina, no último dia 09 do corrente, os representantes dos suinocultores dos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, analisaram com profundidade a situação da suinocultura no momento. Depois de debater a atual situação os integrantes da Associação Brasileira de criadores de suínos, Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, Associação Catarinense de criadores de suínos, Associação Paranaense de suinocultores e Associação Paulista de criadores de suínos, redigiram um documento que endereçado aos três secretários de agricultura dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Neste documento, os produtores, expõem as dificuldades encontradas pela classe e solicitam atendimento de reivindicações diversas, como maior atenção no setor técnico ao suinocultor, melhor condições de linhas de crédito eliminação da bitributação, formação de CPI para investigar a importação de carnes, somar forças para a distribuição de lucros e venda de milho direta ao produtor através da CFP. No mesmo documento, os produtores de suínos, apresentam uma estatística onde o custo de um quilo de suíno vivo mediante levantamento da Embrapa, hoje está avaliado em 18 cruzados e 39 centavos e o suíno é vendido ao preço de 13 cruzados e 50 centavos. Mediante estas reivindicações e a estatística, os suinocultores, prometem se não houver uma solução acontecerá o fechamento dos frigoríficos em

lução acontecerá o fechamento dos frigoríficos em 01 de março vindouro, num boicote à comercialização de carnes, para isso fechando os frigoríficos barrando a entrada e saída de produtos (FAN, v 179, 13/02/1990).

Após essa reunião, as associações de suinocultores foram a Brasília apresentar suas reivindicações, os suinocultores da região foram representados por Arno Kunzler, vice-presidente da Assuinoeste, uma das exigências das associações de produtores de suíno foi a criação de uma CPI da carne importada (FAN, v 179, 16/02/1990).

Em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Melo assumiu a Presidência da República e no dia seguinte, por meio da Medida Provisória 168/90 (depois convertida na Lei 8.024/90), instituiu o Plano Brasil Novo, ou Plano Collor I, como ficou conhecido. O plano econômico voltou a atingir o setor de carne suína.

Medidas econômicas do governo estão preocupando e prejudicando suinocultores. Suinocultores, afirmam serem os prejudicados com as medidas do governo Collor de Mello, que na última semana, já caíram 40 por cento e ainda tiveram seus prazos de pagamento dilatados. Em contrapartida, os insumos, milho, farelo de soja e medicamentos continuam com os mesmos preços, sem alteração, mas uma vez prejudicando a categoria. Os produtores de suínos, segundo o vice-presidente da Assuinoeste, Arno Kunzler, não poderão ser os financiadores do plano econômico do governo, ao passo que atacadistas, frigoríficos e correntes mais fortes do setor jogam o problema para frente e o sacrifício deve ser dividido entre todos. Kunzler, afirma que a classe deseja colaborar com as medidas contra a inflação, mas, entendem que não poderão suportar esta situação por muito tempo (FAN, v 180, 27/03/1990).

As consequências das medidas econômicas tomadas pelo Governo Collor levaram o movimento dos produtores de suínos a boicotar a comercialização de suínos na região Oeste do Paraná. Os boicotes começaram no dia 02 de março de 1990 e tiveram fim em abril do mesmo ano com a recuperação dos preços “O setor de suinocultura do Paraná, neste início do mês, apresentou uma reação em termos de venda de suíno vivo para abate, junto a frigoríficos e casas especializadas” (FAN, v 181, 10/04/1990).

Para Carla Rocha o movimento dos suinocultores afetou a indústria: “olha eu não me recordo muito bem, a gente não participou muito, mas esta época eu sei que foi bastante pesado. A empresa teve que fazer algumas paradas, porque na verdade ficou sem a matéria-prima. Então, naquela época foi muito ruim, devido à greve dos suinocultores” (ROCHA, 2007).

Passado o período de crise da suinocultura, em 1990, a Ceval anunciou a ampliação da capacidade de abate na unidade de Marechal Cândido Rondon.

Três meses é o prazo estabelecido em cronograma pela diretoria executiva da Ceval para estarem concluídos os trabalhos de ampliação da fábrica em Marechal Cândido Rondon visando ampliar a capacidade de abates de suínos. Atualmente o frigorífico está abatendo 500 suínos por dia e a partir de então passará a abater 700 cabeças (FAN, v 186, 11/09/1990).

Do ponto de vista empresarial, a ampliação da unidade local foi necessária para atender os interesses do capital nacional, pois, precisavam ajustar-se às novas condições de concorrência internacional. Em relação ao momento, Élio Winter, diretor da Rádio Difusora, reproduz a lógica do Collor da seguinte forma: “o presidente Collor está numa cruzada pela modernização da nossa economia. Já disse e repetiu que só os competentes é que vão sobreviver. Os despreparados vão quebrar” (FAN, v 188, 10/11/1990).

A nova realidade da economia nacional marcada pela opção em favor da abertura econômica, e do projeto político neoliberal, impõe uma visão de mundo em que o desemprego era consequência da falta de preparo do trabalhador. Essa visão de mundo começa a tomar destaque nos editoriais da Rádio Difusora. Ainda em novembro de 1990, Élio Winter assim expõe a sua interpretação sobre o desemprego.

Todos os dias cerca de 5 ou 6 pessoas vêm pedir emprego na Rádio Difusora. E nós estamos precisando de gente para trabalhar conosco. Estamos precisando de secretária, recepcionista, telefonista, caixa, locutores e programadores. Conversando com outras firmas de nossa cidade soubemos que eles também estão procurando pessoas para trabalhar em serviços de escritório. Então alguma coisa não está certa. Pois se existem tantas pessoas procurando emprego por que existe tanta falta de pessoal? É muito simples: os candidatos que se oferecem para trabalhar não têm preparo suficiente. Não estamos falando de experiência, estamos falando de preparo mínimo. Faltam pessoas que saibam como atender um telefone. Não encontram secretárias que saibam bater uma carta comercial por conta própria. Não se encontram secretárias que consigam bater três linhas numa máquina de escrever sem rebater letras. Que conheçam pelo menos um pouco de português (FAN, v 186, 10/11/1990).

Devido ao desenvolvimento tecnológico e às transformações nas relações de trabalho, a década de 90 apresentou mudanças na política educacional, as ações educacionais, tanto do Estado como das empresas, visaram instrumentalizar a classe trabalhadora a operar as máquinas e a dominar as novas tecnologias que chegavam ao Brasil: “a ação peda-

gógica voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades” (ARCO-VERDE, 2006, p. 13).

Em 1992, a Ceval, em parceria com a prefeitura, realizou um programa de alfabetização dos funcionários do frigorífico. No mês de maio de 1992 a Ceval e prefeitura de Marechal Cândido Rondon firmam convênio de parceria educacional.

Na manhã de hoje, tendo por local o gabinete do prefeito Dieter Seyboth, aconteceu a assinatura do termo de parceria educacional, entre prefeitura municipal e a empresa Ceval, visando o desenvolvimento do projeto municipal de alfabetização de adultos no município. Representou a empresa Ceval o seu superintendente, Alzemiro Haut, e assinou como testemunha a secretária de educação, Venilda Saatkamp, deste projeto que está em andamento na Ceval, tornou-se um exemplo para outras empresas do município. O superintendente da Ceval espera com este projeto, dotar os seus funcionários de um alto conhecimento que resultará em qualidade e produtividade, dentro do plano de valorização do funcionário desenvolvido pela Ceval. A professora Venilda Saatkamp, titular da pasta de educação de Marechal Cândido Rondon, destaca a importância do projeto para o município e principalmente para pessoas que não puderam cursar o ensino de primeira a quarta série (FAN, v 206, 20/05/1992).

Este projeto educacional visava qualificar o trabalhador para desempenhar as novas funções advindas do desenvolvimento tecnológico. A necessidade de alfabetizar o trabalhador surgiu a partir da constatação da própria empresa que o trabalhador não conseguia assimilar as novas técnicas, mesmo à empresa desenvolvendo cursos de treinamento o funcionário não conseguia aplicá-lo, gerando prejuízos ao capital. Com isso havia a necessidade de alfabetizar os tabeladores da Ceval. Sobre o programa, assim destacou o então gerente da Ceval, Alzemiro Haut:

O programa surgiu quando a Ceval descobriu que o volume de cursos e treinamentos ministrados aos funcionários não estava trazendo os resultados esperados. A empresa fez um levantamento das causas dessa deficiência e chegou à conclusão que o funcionário não estava assimilando o conteúdo do treinamento, não porque não quisesse, mas porque tinha deficiências na sua formação escolar básica. Foi então que a Ceval entrou em contato com a prefeitura municipal de Marechal Cândido Rondon, foi tomado conhecimento do programa básico de alfabetização de 1ª a 4ª série. De forma pioneira e inovadora a Ceval, unidade de Marechal Cândido Rondon firmou convênio com o poder público e já em fevereiro de 92 implantou o programa de alfabetização básica, formando a primeira turma na data de ontem (FAN, v 213, 02/12/1992).

A empresa Ceval também readequou a planta do frigorífico, aumentou a capacidade de produção, instrumentalizou os trabalhadores com programas educacionais, transferiu os moradores da Vila Operária para a área do atual Loteamento Ceval. No entanto, apesar de tantas ações a empresa transferiu-se em março de 1994 para Dourados/MS, conforme divulgação no programa Frente Ampla de Notícias.

Desativado o abatedouro da Ceval: 120 desempregados em Marechal Cândido Rondon. Definitivamente está desativada a indústria de abate de suínos da Ceval em Marechal Cândido Rondon. A indústria abatia 800 animais por dia e foi transferida para a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Os animais continuarão sendo recolhidos pela unidade local da Ceval que ficará responsável pelo pagamento e posteriormente pelo transporte ao município Sul Matogrossense. Em torno de 120 funcionários estão sendo demitidos, entretanto, a direção da empresa está fazendo o possível para encontrar outros locais de trabalho a estas pessoas (FAN, v 228, 07/03/1994).

A transferência da Ceval já vinha sendo cogitada há algum tempo, porém, com a concretização do fechamento da unidade local o fato passou a ser debatido no meio político, a reportagem mostra como o governo municipal procurava justificar a saída da Ceval de Marechal Cândido Rondon.

Desativação do abatedouro da Ceval É Questão Administrativa e não política. “apesar das ações da administração municipal, a modernização da indústria em Marechal Cândido Rondon significaria cifras tão elevadas que não seria possível manter-nos o abatedouro”. Nesses termos, o superintendente da unidade local da Ceval. Ivo José Dreher se manifestou sobre a transferência da indústria de abate ao município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul. A desativação da unidade de abate em Marechal Cândido Rondon gerou uma série de especulações, onde inclusive, alguns segmentos da sociedade questionam o trabalho da administração municipal na tentativa de intervir para que a indústria não se transferisse para Dourados (FAN, v 228, 10/03/1994).

Não restam dúvidas que a Ceval transferiu-se para Dourados porque teve vantagens do ponto de vista capitalista. Todavia, o fato foi usado e caracterizado como sendo questão de administração pública municipal. A saída da Ceval também gerou debate na câmara dos Vereadores em Marechal Cândido Rondon.

Prefeito Ademir Bier rebate críticas de vereador oposicionista: Na sessão ordinária do legislativo rondonense realizada na última segunda-feira, o prefeito Ademir Bier foi alvo de sérias acusações de parte do vereador Valdir Port, da banda oposicionista da CRP. Naquela ocasião, ao utilizar-

se do grande expediente, o vereador teceu algumas considerações em relação ao fechamento do abatedouro da Ceval. “Portinho” não poupou críticas à administração municipal que, segundo ele, além de não trazer novas indústrias é responsável pelo fechamento das já instaladas no município. (FAN, v 228, 18/03/1994).

Ademir Bier foi eleito prefeito em 1992, tendo como vice Ariston Limberger pela Coligação Rondonense de Ação (CRA) ⁵⁵. O então vereador Valdir Port, ‘Portinho’, era da Coligação Rondonense de Partidos (CRP), essa configuração partidária tende a prevalecer na pequena política ⁵⁶ rondonense, tendo pequenas alterações, mas mantendo a polaridade PMDB/PFL. Em 1996 prestes ao fechamento do entreposto para compra de suínos da Ceval em Marechal Cândido Rondon, o tema da saída da empresa voltou a ser debatido na pequena política.

Vereador diz que oposição não quer a Ceval em Rondon antes da eleição. Agora como vereador novamente e anteriormente como secretário municipal da indústria, comércio e turismo, Ítalo Fumagali têm se empenhado pessoalmente visando o retorno da unidade frigorífica da Ceval para Marechal Cândido Rondon. O prefeito Ademir, o vice Ariston e o próprio Fumagali estiveram em Santa Catarina tratando diretamente com a direção da Ceval, para saber das possibilidades da indústria investir novamente aqui. O Governo do Estado foi procurado e a princípio manifestou interesse em colaborar com as intenções do Governo municipal, através da secretaria de estado das relações de trabalho. Agora surge uma informação de que setores da oposição local estariam trabalhando para que a Ceval não retorne a Marechal Cândido Rondon neste ano, principalmente em razão das eleições municipais (FAN, v 253, 11/04/1996).

As matérias da Rádio Difusora demonstraram indícios da barganha política eleitoreira em torno da saída da Ceval. No entanto, a Rádio Difusora, não apresentou, neste período, nenhuma matéria em relação aos trabalhadores desempregados da Ceval, isso demonstra a posição política ideológica da empresa rondonense e sua opção pela classe dominante.

No período de 1989 a 1992 o governo municipal foi exercido pela CRP e de 1993 a 2000 pela CRA. Porém, é possível perceber que a relação com a Rádio Difusora não teve

⁵⁵ Formavam a CRA: o Partido do Movimento Democrático brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e partido Democrático Cristão (PDC) (URNAU, 1988, p. 51).

⁵⁶ Antonio Gramsci estabelece a diferença entre a pequena e a grande política. Segundo ele, “a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela distribuição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela dominância entre diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2002, p. 21).

muitas alterações. No governo dos dois grupos (CRP e CRA) a Rádio Difusora continuou recebendo as matérias referentes à prefeitura, as matérias aparecem com timbre oficial da prefeitura, essa relação permite concluir o caráter governista da emissora rondonense.

É possível constatar que as notícias divulgadas pela Rádio Difusora no período de 1966 a 1996 tendem a acentuar a ação das lideranças políticas e empresariais do município. De modo geral, a Rádio Difusora priorizou a cobertura jornalística das empresas que foram proprietárias do frigorífico, os movimentos dos agricultores, as ações do governo, as ações das lideranças políticas. No entanto, quando o assunto diz respeito aos trabalhos do frigorífico ocorre o chamado ‘silêncio’ jornalístico.

O próximo capítulo trata justamente da formação da Vila Operária e do Loteamento Ceval. A análise baseia-se na experiência de vida dos trabalhadores ligados ao complexo frigorífico de Marechal Cândido Rondon que moravam na Vila Operária e que em 1991 foram transferidos para o Loteamento Ceval. Também serão discutidos as condições de vida dos ex-trabalhadores da Ceval Alimentos e moradores do Loteamento Ceval, os principais enfrentamentos tanto em relação às empresas que foram proprietárias do frigorífico como em relação às ações do governo municipal.

CAPÍTULO II

A VILA OPERÁRIA E O LOTEAMENTO CEVAL NA HISTÓRIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1991-2007): UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO DO SETOR URBANO-INDUSTRIAL FRIGORÍFICO E A LUTA POR MORADIA

São casas simples
Com cadeiras na calçada
E na fachada
Escrito em cima que é um lar
Pela varanda
Flores tristes e baldias
Como a alegria
Que não tem onde encostar
E aí me dá uma tristeza
No meu peito
Feito um despeito
De eu não ter como lutar
E eu que não creio
Peço a Deus por minha gente
É gente humilde
Que vontade de chorar
CHICO BUARQUE

Os homens fazem sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diariamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1978, p.17).

As epígrafes deste capítulo antecipam alguns dos pontos principais a serem abordados. O primeiro, analisar a formação da Vila Operária e do Loteamento Ceval. A Vila Operária foi construída na área do frigorífico para oferecer moradia aos trabalhadores da indústria de carne suína em Marechal Cândido Rondon no período de 1969 a 1991. Em 1991 quando a empresa decide retirar as casas da Vila Operária, a grande maioria das 56 famí-

lias foram transferidas para o Loteamento Ceval onde muitas vivem até hoje. O segundo, analisar porque ao longo desses quase 17 anos, os moradores deste loteamento convivem com uma série de irregularidades: ilegalidade jurídica, descaso dos poderes públicos, ilícitos ambientais e riscos à integridade física e à saúde pública.

Para compreensão desse processo foi preciso trabalhar com fontes orais dos próprios moradores. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os moradores que foram da Vila Operária, e com moradores que mudaram para o Loteamento Ceval após 1992. Além disso, os arquivos do Frente Ampla de Notícias (FAN) ⁵⁷ também são expressivos, pois apesar dos seus limites, indicam questões da Vila Operária e das condições vividas pela classe trabalhadora nos anos 70 e 80. Outra fonte utilizada foi Procedimento Administrativo Ministerial (PAM) nº 01/2003⁵⁸, que após tramitação inicial a Promotoria Pública transformou-o numa Ação Civil Pública Ambiental (ACPA) nº 225/05⁵⁹ que tramita na Vara Civil da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Outro documento que faz parte da ACPA de caráter importantíssimo é a Petição inicial⁶⁰ em que a Promotora de Justiça, Dr^a. Silvia Tessari Freire⁶¹ dá encaminhamento do Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003 a Excelentíssima senhora Doutora Juíza de direito da Vara Cível da Comarca de Marechal Cândido Rondon, onde *propõe e pede*

⁵⁷ Ainda em relação às fontes pesquisadas, é necessário esclarecer que as condições e uso das entrevistas realizadas com os moradores e dos arquivos do Frente Ampla de Notícias (FAN) já foram especificados no primeiro capítulo desta dissertação.

⁵⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – 2ª. PROMOTORIA DA COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Procedimento Administrativo nº 01/2003. Marechal Cândido Rondon, de 31/03/2003. Tendo em vista que o Procedimento Administrativo nº 01/2003, possui 278 páginas e será utilizado como uma das principais fontes, a partir deste momento, esta fonte é indicada da seguinte forma: **PAM** (Procedimento Administrativo Ministerial), seguido do ano **2003**, e página, conforme exemplo: (**PAM, 2003, p. 1**).

⁵⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – 2ª. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Autos nº 225/05. Ação Civil Pública Ambiental. Marechal Cândido Rondon. Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon - Vara Cível. Abril/2005. Como se trata de uma importante referência para os capítulos seguintes, a partir desse momento usa-se a abreviatura: (ACPA, 2005, p.1).

⁶⁰ A petição inicial, também chamada de peça de ingresso, peça atrial, peça vestibular, peça preambular ou exordial, dentre outras denominações, é considerada como o ato jurídico processual mais importante praticado pela parte autora dentro do processo, isto porque, em regra, define os limites da litiscontestatio em relação ao titular do direito perseguido, além de ser o ato por intermédio do qual provoca-se a jurisdição a ser exercida pelo Estado-Juiz. Como se não bastasse, a petição inicial, em uma análise mais ampla, representa o próprio exercício do direito de ação, pois é ato introdutório do processo, ao qual todos os demais irão se seguir e manter estreita co-relação com o objetivo de alcançar o fim maior do processo, qual seja, a tutela jurisdicional através da sentença de mérito. No dizer de Humberto Theodoro Júnior, "O veículo de manifestação formal da demanda é a petição inicial, que revela ao juiz a lide e contém o pedido da providência jurisdicional, frente ao réu, que o autor julga necessária para compor o litígio" (THEODORO JÚNIOR, 2000:313).

⁶¹ FREIRE, Silvia Tessari. Promotora de Justiça. MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Paraná. 2ª promotoria de Justiça da Comarca de Marechal Cândido Rondon, promotoria de Proteção ao Meio Ambiente. Marechal Cândido Rondon, 26 abr. 2005.

deferimento da Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005. Esta Petição apresenta os fatos envolvendo o Loteamento Ceval em ordem cronológica e sob a interpretação da legislação vigente.

Quanto ao Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003 e a Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005, estes necessitam uma apresentação e discussão mais detalhada. No entanto, os caminhos para se chegar a Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005 são tratados no capítulo três.

Para problematizar a construção do espaço urbano de Marechal Cândido Rondon, de forma ampla e que contemple a multiplicidade de sujeitos envolvidos e aborde aspectos diversos das relações estabelecidas entre os agentes sociais, é necessário compreender a rede de interesses existentes entre os grupos empresariais e o poder público municipal, bem como a participação dos trabalhadores do setor do frigorífico de carne.

Essa análise é realizada a partir da compreensão da formação do complexo do frigorífico de carne suína de 1963 a 1996, que foi apresentado no capítulo anterior. Juntamente com a indústria de carne suína formou-se a Vila Operária, local destinado à moradia dos trabalhadores da fábrica, porém em 1991, a empresa Ceval Alimentos, então proprietária do frigorífico, através de uma negociação com o governo municipal, realizou a transferência desta Vila Operária para o local que hoje é denominado de Loteamento Ceval.

Nos estudos sobre a história local predomina uma abordagem dos ciclos econômicos, associando a importância da suinocultura e da agroindustrialização como sinônimo de progresso e o trabalhador urbano-industrial é silenciado, ou simplesmente ignorado. Porém, com a formação das primeiras indústrias em Marechal Cândido Rondon a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, houve um grande esforço para reorganizar o trabalho e controlar os trabalhadores em todas as circunstâncias de seu cotidiano. Nesse contexto, a Vila Operária aparece como tentativa para solucionar o problema da habitação operária. A iniciativa foi da própria indústria, através de relações paternalistas entre patrões e empregados, visando, inclusive, baratear o custo da mão-de-obra.

A formação do loteamento Ceval foi marcada por uma multiplicidade de interesses dos principais grupos e sujeitos sociais envolvidos no setor. No capítulo anterior foi possível compreender essa formação histórica e a análise das inter-relações construídas entre os sujeitos. Como exemplo disso, cabe citar os diferentes grupos empresariais, a origem do capital, abrangência e porte da empresa, a política de incentivos do poder público à industrialização, os vínculos existentes entre o setor empresarial e as disputas entre os grupos

político-partidários, as influências socioeconômicas do setor agroindustrial na formação do espaço urbano-industrial na cidade e no Extremo Oeste do Paraná.

A categoria dos trabalhadores no setor de carne permanece até hoje como sujeito anônimo na história, principalmente em se tratando da versão oficial. Diferentemente desta visão, é oportuno recuperar suas origens e suas experiências, norteadas pelas relações que mantiveram com as várias empresas, com os governos municipais e com a cidade. Cabe mostrar o fazer-se da classe trabalhadora como sujeito histórico (THOMPSON, 1997, p.10).

Neste sentido, uma fonte fundamental para a pesquisa é a memória produzida, transmitida e mantida pela oralidade. No entanto, a compreensão das entrevistas numa pesquisa e o seu uso como fonte, têm por base a visão que o historiador Eric Hobsbawm desenvolveu sobre o assunto: “a primeira lição que aprendi foi que nem mesmo valia a pena entrevistá-los, a menos que eu tivesse descoberto mais sobre o tema da entrevista do que poderiam se lembrar” (HOBSBAWM, 1988, p. 247).

O Loteamento Ceval teve sua origem numa negociação envolvendo o governo municipal e empresa Ceval, sendo que a empresa adquiriu outra área contínua a sua, no lado Sul do frigorífico e permutou-a (revendeu) para a Prefeitura, representada no contrato de compra e venda⁶² pela Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Município de Marechal Cândido Rondon. Desse modo, pela própria ação jurídica das partes descrita na escritura, a Sociedade Comunitária de Habitação Popular representava, de fato, a municipalidade na negociação que beneficiou a indústria Ceval, pois trocou a área pelos serviços de pavimentação asfáltica e obras de infraestrutura nas mediações e no espaço interno da indústria (ACPA, 2005).

No entanto, se evidenciarmos nesta história apenas a ação dos sujeitos oficiais, como os governos e as empresas, os trabalhadores permanecem ausentes, ou enfeitam a cena como figuras de fundo, como se não tivessem participado na construção histórica de Marechal Cândido Rondon. Assim, é fundamental também destacar a ação dos trabalhadores enquanto sujeitos dessa história, que através de suas práticas cotidianas resistiram ou não ao processo de dominação. Porém, é pertinente observar que estas lutas sociais fazem parte da formação do complexo do frigorífico de carne suína, da Vila Operária e, posteriormente, do Loteamento Ceval.

⁶² Escritura Pública de compra e venda da Matrícula 19.081 do Lote Rural nº. 50 A/B, do 11º perímetro, da fazenda Britânia, com área de 24.000 m². (PAM, 2003, p. 46)

Além disso, as empresas possuem grande mobilidade em termos de fronteiras do mercado, sendo assim, o frigorífico local esteve submetido às variações e mudanças e a rápida transição entre diferentes grupos empresariais. Entretanto, muitos trabalhadores continuaram no mesmo local, as empresas, os empresários chegavam e partiam, porém estes trabalhadores e trabalhadoras continuaram vivendo os problemas sociais herdados, dentre os quais, se destacam as ilegalidades do projeto de loteamento, os riscos à saúde pública causado pela poluição, as inúmeras agressões e desrespeito ao meio ambiente e aos direitos dos cidadãos.

Portanto, torna-se importante compreender a multiplicidade dos sujeitos envolvidos na formação do loteamento Ceval, suas dinâmicas e o processo de formação do bairro e da cidade. Nesta perspectiva, cabe recuperar a experiência da luta desses trabalhadores como um momento da formação da classe. Nesse caminho, propõe Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos, interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção tratadas em termos culturais (THOMPSON, 1997, p.10).

Essa problemática, colocada como universo da pesquisa, só foi possível de ser visualizada a partir de algumas leituras, dentre as quais, destaca-se o estudo da Heloisa de Faria Cruz que problematiza o campo de investigação histórica da seguinte maneira:

Nos debates empreendidos e nas pesquisas desenvolvidas, vem sendo possível refinar perspectivas teóricas que, no interior da história social, destacam-se dos grandes modelos explicativos que põem em destaque as variáveis estruturais dos processos históricos para a experiência social e os modos de viver e trabalhar dos sujeitos históricos. Na formulação do campo de reflexão sobre os temas da cidade e do trabalho, as indagações deslocam-se para o estudo das práticas e das experiências dos sujeitos; do trabalho como categoria abstrata para os trabalhadores, tematizando as experiências sociais de homens, mulheres, jovens, migrantes, negros, diferentes momentos e situações históricas; dos estudos sobre o processo de urbanização e formação do mercado de trabalho para os modos de trabalhar e sobreviver dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como das populações empobrecidas em geral (CRUZ, 1999, p. 302).

A pesquisa não se limita ao estudo, em si, do processo de industrialização. No entanto, faz-se necessária essa compreensão, em virtude de que a história dos trabalhadores está intimamente ligada a essa formação urbano-industrial. Esses sujeitos se fazem nas

várias lutas sociais presentes na formação histórica de Marechal Cândido Rondon. Compreender os modos de viver dos trabalhadores e trabalhadoras, da população pobre do Lotamento Ceval, é demonstrar, dialeticamente, a ação dos diferentes sujeitos sociais envolvidos na problemática. É nesse sentido que o diálogo, mediado pelas fontes, apresenta as experiências dos trabalhadores como parte necessária para a compreensão dos antagonismos e das formas de resistência e de dominação de classes e dos sujeitos sociais envolvidos.

As entrevistas permitiram compreender as práticas sociais vividas pelos moradores ao longo desse período histórico. São fontes históricas imprescindíveis para a visualização e compreensão das classes sociais enquanto relação (THOMPSON, 1987, p. 11). Essas lutas contêm caráter de classe na medida em que homens, mulheres, crianças e idosos foram submetidos ao descaso dos órgãos públicos e dos interesses dos empresários do setor industrial, sofrendo na pele, nos olhos, no corpo e na consciência, as conseqüências históricas de um processo de dominação. Dar voz a estas pessoas é muito mais que escrever a ‘história dos dominados’, é, sim, aprender como as pessoas percebem e praticam outras racionalidades, que operam em outros contextos a partir de outros valores e que apresentam outras perspectivas à sua existência.

De forma geral, as entrevistas orais utilizadas como fonte, proporcionam a recuperação das vivências e das experiências dos moradores, o que permite pensar a cidade como um campo socialmente constituído nos embates em torno do direito⁶³ à cidade, direito este que se expressa nos sonhos, expectativas e memórias revividas nas narrativas destas pessoas. No entanto, devemos observar algumas características da memória:

A memória é a vida carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas transformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações (NORA, 1985, p. 9).

A preocupação com o uso da entrevista oral como fonte, é a de dar voz aos sem-voz, aos renegados pela história oficial que são vistos pela historiografia tradicional como sem importância ou invisíveis (WEBER, 1996, p.158). Embora a memória sofra alterações diante de experiências no dia-a-dia, em geral, como trata (HALL, 1981, p. 158) parece mais seguro confiar nos acontecimentos que causaram maior impacto na vida dos entrevis-

⁶³ O termo “direito à Cidade” não tem conotação jurídica, mas o sentido de pertencer à cidade.

tados. Em relação aos moradores, é necessário destacar que os acontecimentos analisados estão num passado ainda recente, pois as pessoas ainda vivem as consequências cotidianamente. Nesse sentido, a história oral traz uma contribuição diferente, pois ela:

É aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (PORTELLI, 1997, p. 31).

Devido às próprias características da pesquisa, e pelo contato com os moradores, fez-se necessário compreender a metodologia participante (BRANDÃO, 1992, p.223). Esta metodologia possibilita o envolvimento dos sujeitos históricos nas decisões tomadas, pois estão diretamente envolvidos com o próprio saber orgânico da classe. Saber esse que, nem por ser popular deixa de ser crítico e que orienta a ação coletiva, refletindo a prática de um povo, a partir do seu ponto de vista. As pessoas envolvidas possuem a capacidade de determinação do uso e do destino político do saber produzido pela pesquisa. E, finalmente, é no trabalho com os moradores do loteamento que se gerou a necessidade da pesquisa, e a própria pesquisa gerou a necessidade da participação. Nesse sentido, Carlos Brandão define participação nos seguintes termos:

Participação, participar são palavras que traduzem aí, portanto, a possibilidade do envolvimento do trabalho popular na produção de conhecimento sobre a condição da vida do povo. Homens e mulheres de comunidades populares são convidados a serem sujeitos das pesquisas de que eram antes o objeto de estudo (BRANDÃO, 1992, p. 224).

A participação dos moradores na pesquisa ocorre principalmente porque foram eles os responsáveis pelo fornecimento dos principais documentos averbados no Procedimento Administrativo (PAM) nº 01/2003, e na Ação Civil Pública Ambiental (ACPA) Autos nº 225/05, que serve como fonte importantíssima para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em relação à participação dos moradores nesse processo, a petição inicial do Ministério Público do Estado do Paraná, assim conclui:

Aflitos com a situação em que se encontram, os moradores do 'Loteamento Ceval' vêm ao longo dos últimos anos se mobilizando, promovendo reuniões e encaminhando requerimentos aos órgãos públicos, inclusive ao Ministério Público do Estado do Paraná, (o que deu ensejo à instauração do presente Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003), bus-

cando providências para os problemas que enfrentam (ACPA, 2005, p. 05).

A petição inicial trata de proposta do Ministério Público da Comarca de Marechal Cândido Rondon, 2ª Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente, protocolada na Vara Cível da Comarca, que, propõe a instauração da Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005. Tal documento é assinado pela Promotora de Justiça Drª Silvia Tessari Freire em 26 de abril de 2005.

2.1 - A VILA OPERÁRIA E AS CLASSES TRABALHADORAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON NA DÉCADA DE 1970/80

(...) A ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarização dos camponeses: através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis ‘bóias-frias’ (GRAZIANO DA SILVA apud ADAS, 1988, p. 71).

As vilas operárias aparecem dentro do contexto da industrialização trazendo uma nova forma de morar e conviver. No início dos anos de 1970, quando se implantou a industrialização de carne em Marechal Cândido Rondon, os proprietários do frigorífico também construíram casas para os trabalhadores contratados, fato este muito presente naquele período e característico da formação industrial brasileira.

Claudia Corrêa de Almeida Moraes pesquisou as Vilas Operárias no contexto da industrialização brasileira, tendo como caso específico, a criação das vilas operárias de Barrageiras, em particular a vila de Primavera construída pelas Centrais Elétricas de São Paulo (CESP). A autora procurou compreender a dinâmica das relações Sociais e o espaço habitado. Para ela, as cidades seguem um projeto padrão obedecendo a forma de ocupação capitalista da terra e a micropolítica da família burguesa. Sobre o surgimento e os motivos da formação das vilas operárias, Claudia Moraes assim concluiu.

Com a era industrial nos séculos XVIII e XIX, houve um grande esforço para reorganizar o trabalho e controlar os trabalhadores em todas as circunstâncias de seu cotidiano. As Vilas Operárias aparecem como tentativas de solucionar o problema da habitação operária e da estabilidade social. As iniciativas eram geralmente dos próprios industriais, através de relações paternalistas entre patrões e empregados, visando inclusive baratear o custo da mão-de-obra (MORAES, 2008, p. 3).

Deve-se atentar, ainda, à análise de Moraes, segundo a qual as vilas operárias visavam, principalmente, controlar e disciplinar a vida dos trabalhadores e garantir o lucro ao capitalista. Além de serem um fator necessário para atender a necessidade de habitação e favorável para a migração de trabalhadores.

As Vilas Operárias foram tentativas de estender para a vida cotidiana do operário o controle que já era exercido na fábrica. Um princípio moralizador perpassava esses projetos com o intuito de controlar os instintos e introduzir novos costumes e padrões morais, da ética do trabalho, da disciplina, do respeito à propriedade e aos patrões (MORAES, 2008, p. 4).

Sobre a história das vilas operárias no Brasil e a construção de habitação operária junto aos espaços produtivos das empresas, a autora ainda expõe que.

A partir dos anos de 1950 aparecem além das vilas de caráter definitivo, as vilas de uso temporário destinadas aos trabalhadores absorvidos no período de obras. Esses núcleos eram importantes para resolver o problema do recrutamento dos recursos humanos de menor qualificação para a empresa, e por outro lado, era um investimento que se perdia rapidamente, depois de terminada a obra (MORAES, 2008, p. 4)

Em Marechal Cândido Rondon no final dos anos 60, o Frirondon começou a construir as primeiras casas junto ao complexo de carne suína, essas casas foram importantes para resolver o problema da contratação de “mão-de-obra” especializada no setor de frigoríficos e servia de barganha para contratar trabalhadores que atuavam em outros frigoríficos na região Sul do país.

Em 1970, Afonso Diesel, um dos diretores do Frirondon, através de um telegrama entrou em contato com Alcides Massaro na cidade de Guarapuava/PR⁶⁴. No início de 1970, Massaro veio conhecer o frigorífico e aceitou a proposta da empresa, mudando-se, logo em seguida, com a família para Marechal Cândido Rondon. Sobre esse momento e a proposta recebida, Massaro recordou que: “Eu vim. Ficamos aqui o dia inteiro. Conhecemos o Frigorífico, aqui me davam a casa, lá eu ganhava menos e aqui me deram 300 mil reis por mês” (MASSARO, 2007).

Massaro relata as suas impressões que teve sobre a cidade e as condições de acesso dos trabalhadores ao frigorífico.

⁶⁴ Afonso Diesel já conhecia Massaro desde quando morava na cidade de Pirituba/SC, antes dele, Massaro ter migrado para Guarapuava/PR.

Em 1970, aqui não tinha nada, essa vila do portal pra cá tinha uma casa ali perto da Reveral, não tinha nada era puro barro. Ali no lago que estão fazendo era puro barro. Afonso Diesel era dono do Frigorífico, trazia os empregados da cidade, chegavam atrasados porque ali não podia subir, tinha que empurrar a Kombi de tanto barro, não tinha condições (MASSARO, 2007).

Uma das estratégias utilizadas pelos empresários ligados ao Frirondon para atrair mão-de-obra especializada era oferecer melhores salários e condições favoráveis como moradia aos trabalhadores no início do Frirondon foram construídas algumas casas e uma república para abrigar os solteiros. Essa política empresarial proporcionou a formação de uma vila dentro da área da empresa e o conjunto das casas dos funcionários do frigorífico passou a ser denominado de Vila Operária.

A foto 11 mostra o frigorífico, Frirondon, com as primeiras casas em madeira destinadas aos gerentes ou funcionários especializados. Ao lado direito das 4 casas encontra-se a futura Rua São Marcos que será o único acesso ao Loteamento Ceval. Ao fundo atrás das 4 casas a seqüência da Rua São Marcos encontra-se uma construção de madeira que era conhecida como ‘república’ destinada aos trabalhadores solteiros do Frirondon.



FOTO 11: Visão área do parque industrial (anos de 1960/70)

Fonte: Acervo fotográfico da Casa Gasa – M. C. Ronon/PR Visão aérea do Parque Industrial (anos 1960/70)

Na década de 70, o grupo empresarial Frimesa/Ruaro gerenciou o Frigorífico local e manteve a construção das casas na Vila Operária. Conforme relato de Dorvalino Bombardelli (2006) foi a sua empresa que forneceu a madeira para construção das casas. A

Frimesa/Ruaro ampliou a planta do frigorífico e construiu novas casas na Vila Operária. Segundo Roberto Herdt, até 1975 a Vila Operária era formada por seis casas, e neste ano a empresa construiu também um refeitório e uma ‘república’ para solteiros. As casas destinadas aos trabalhadores da linha de produção eram todas de madeira e possuíam a mesma planta. No entanto, as casas destinadas aos encarregados e gerentes eram de alvenaria e localizadas próximas ao setor administrativo da empresa.

Geraldo Pacheco⁶⁵, natural de Promissão/SP, chegou a Marechal Cândido Rondon em 1974 e trabalhava como pedreiro. Em 1977, começou a trabalhar de guarda no frigorífico Frirondon, depois continuou trabalhando no Grupo Frimesa/Ruaro, na Swift-Armour e a Ceval Alimentos. Sobre sua trajetória de vida Pacheco, diz que:

Eu vim do Estado de São Paulo para o Paraná. Eu era pequeno, tinha pelo menos uns 2 anos de idade. Meus pais vieram pra colher café, trabalhar em fazendas, morávamos pelo menos 2 anos em cada lugar. Viemos morar em Maringá, Santa Fé. De Maringá viemos pra Cruzeiro do Oeste no norte do Paraná, ali moramos muito tempo, uns 15 anos por aí. Daí os velhos vieram pra Toledo, ali em São Sebastião. Trabalhamos em fazendas de bóia-fria, tudo de bóia-fria, lavrador, não tinha profissão pra morar na cidade, essa cidade aqui, Marechal Cândido Rondon é única cidade que a gente tá morando (PACHECO, 2007).

A trajetória de vida do Geraldo Pacheco não é diferente de muitos outros trabalhadores que no período foram “empurrados” do campo para a cidade. Em 1978 Pacheco começou a trabalhar no frigorífico Frirondon. Mesmo durante o período em que o Grupo Frimesa/Ruaro entrou em concordata e o abate foi interrompido, ele continuou trabalhando de guarda, pois a vigilância continuou mesmo no período da concordata. A família de Geraldo Pacheco também morou na Vila Operária. Questionado sobre esse período e como conseguiram a casa, ele respondeu:

Eu morava numa casa muito ruim. Era meia-água, não tinha nem condições de morar, eram duas pecinhas e moravam eu, minha mãe e minha irmã e dois velhos, meu pai e minha mãe. Eu cheguei fui pro Diretor dizer que precisava de uma casa, expliquei a situação pra ele e ele mandou um dos chefes dele ir lá pesquisar. O cara foi olhar e voltou pro Diretor. Lá né, entre eles, lá conversaram e no outro dia disseram: vai lá e escolhe uma casa, porque existia casa média, pequena e grande. Vai lá e escolhe uma casa pro senhor, daí eu cheguei ali escolhi uma casa (PACHECO, 2007).

⁶⁵ PACHECO, Geraldo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 29 abr. 2007.

Geraldo Pacheco, mesmo não exercendo a função na linha de produção, conseguiu uma casa na Vila Operária. No entanto, a pelo visto, era o único trabalhador da empresa que não atuava na linha de produção e que morava na Vila Operária. A empresa Frimesa/Ruaro utilizou-se das casas para formar seu quadro de trabalhadores. A foto nº 12 registra uma visão aérea da Vila Operária situada nos fundos do complexo frigorífico. A foto nº 13 ilustra algumas das casas que formavam a Vila Operária de Marechal Cândido Rondon.



FOTO 12: Vila Operária 1980
Fonte: Acervo particular Roberto Alzáibar



FOTO 13: Casas da Vila Frigorífico ou Vila Operária
Fonte: Acervo particular Semilda Kuhn.

Com a falência da Frimesa/Ruaro, um número considerável de trabalhadores foi diretamente atingido em toda a região, conforme destaque na notícia “fim do império econômico” (FAN, v 139, 29/11/1977). Os trabalhadores da unidade de Marechal Cândido Rondon também vivenciaram este problema.

Desde quinta-feira última, dia 12, às 10 horas, os moradores da Vila Operária do Frigorífico Rondon S/A estão sem luz e água. É que as ligações de luz partem de um transformador geral que fornece energia ao Frigorífico, e a Copel desligou-o. Conseqüentemente, as bombas que funcionam o poço artesiano estão paralisadas, interrompendo a distribuição. Os funcionários do frigorífico, apesar de estarem sem luz e água, ressentem ainda de falta de pagamento dos salários do mês de dezembro. Segundo um deles, é provável que recorram ao Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Paraná, para que este interceda em favor da classe operária, pressionando para que os salários sejam postos em dia (FAN, v 41, 17/1/1978).

O clima de incertezas e de dificuldades vivido pelos trabalhadores do frigorífico sensibilizou o governo municipal, tanto que o prefeito Almiro Bauermann demonstrou estar ciente do grave problema gerado com o pedido de concordata, do grupo Frimesa/Ruaro. Além das famílias ficarem desempregadas e os salários atrasados, passaram a enfrentar o problema da falta de água e luz.

Estas famílias, que residem no Conjunto Habitacional do próprio Frigorífico e arredores, além de problemas que enfrentam com água e luz, sem emprego e sem dinheiro, começam a ter problemas com sua própria subsistência. O prefeito municipal Almiro Bauermann, sabedor da situação, determinou que funcionários da municipalidade comessem na manhã de hoje um levantamento completo da situação, ao que posteriormente a Prefeitura em conjunto com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, fará entrega de mantimentos para estas famílias, até que a situação das mesmas se regularize. Por outro lado, assim que o deputado Werner Wanderer chegar a Mal. Cdo. Rondon, ele será cientificado do levantamento e da situação reinante, para uma possível medida para solução do caso (FAN, v 41, 3/2/1978).

As principais empresas ligadas ao grupo Frimesa/Ruaro entram em concordata no dia 22 de novembro de 1977 e a unidade local entrou em concordata no dia 2 de dezembro de 1977. Além de perderem os empregos, os funcionários da unidade local ficaram quase 3 meses sem receber os salários. A situação foi retratada da seguinte maneira pela Rádio Difusora:

A partir de hoje, os funcionários do Frigorífico Rondon S/A começam a receber seus vencimentos. Divididos em turmas, passam a receber seus vencimentos, relativos ao aviso prévio dado no dia 3 de janeiro, e vencido no último dia 3, e demais obrigações. Uma série de problemas tem atingido a vila operária do Frigorífico Rondon, com a luz cortada, sem dinheiro para suprir as necessidades, e a eminente dispensa de 170 funcionários que buscarão outros locais de trabalho (FAN, v 41, 13/2/1978).

O Frirondon, idealizado como progresso, marca a vida dos trabalhadores, dos agricultores e empresários ligados a essa empresa. O Estado interveio ora procurando salvar o interesse geral da política econômica, ora os interesses da classe empresarial, ora procurando proteger os agricultores, porém pouco agiu em relação à situação dos trabalhadores do frigorífico e quando o fez foi de forma assistencialista. E na esfera municipal tudo indica que o clima de instabilidade social vivido na região, principalmente pelos agriculto-

res que estavam sendo pressionados pelos bancos e pelos trabalhadores desempregados, fez com que algumas autoridades agissem na tentativa de solucionar os problemas.

Com a concordata da empresa local da Frimesa/Ruaro, Frirondon, a energia elétrica da indústria foi cortada pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), em 12 de Janeiro de 1978, deixando os moradores da Vila Operária sem água e sem energia, pois a água do poço artesiano era bombeada com a energia do frigorífico. A energia elétrica e, conseqüentemente, a água só foi restabelecida na Vila Operária no dia 14 de Agosto de 1978, quando o frigorífico voltou a abater suínos para um supermercado de São Paulo.

Sobre este período Vinilda Maria Herdt lembra com emoção as dificuldades enfrentadas “o Roberto saía no domingo para trabalhar de bóia-fria e eu ficava em casa com as crianças, tinha semanas que só tinha arroz para comer”. A memória⁶⁶, como a história, não se encontra como algo dado, ela é sempre reconstruída a partir das condições do presente (NORA, 1985). Vinilda Herdt na primeira entrevista não relatou com detalhes as dificuldades enfrentadas no período que a empresa estava desativada, esse relato foi exposto com muita emoção na segunda entrevista realizada em 2008.

As condições de vida e de salubridade, no espaço interno da Vila Operária e proximidades, representavam um perigo à saúde dos trabalhadores. Em 1979, José de Oliveira encontrou um bicho barbeiro, transmissor da doença de Chagas, em uma das casas da Vila operária. O caso foi noticiado pelo FAN no dia 6 de Outubro de 1979, e um funcionário da SUCAM foi entrevistado no programa da rádio. Eduardo Galiciani, assim explicou o caso do bicho barbeiro:

O bicho barbeiro transmissor da doença de chagas é encontrado principalmente onde dormem animais, principalmente aves e pássaros, informou que ele pode ser encontrado dentro de casa, próximo à cama, nas frestas da parede e atrás de quadros e entulhos, motivo pelo qual, a casa deve ser mais limpa possível (FAN, 6/10/1979).

Os anos de 78 e 79 foram difíceis para os trabalhadores, do ponto de vista econômico no período Marechal Cândido Rondon, tinha um perfil essencialmente agrícola. Uma das principais indústrias, idealizada como símbolo do progresso, entra em falência. Além da falência do frigorífico, o período de 1978/1979 foi assolado por uma grande estiagem que causou grandes prejuízos com a quebra da produção agrícola. Nas regiões de Marechal

⁶⁶ Não pretendo discutir as questões referentes à memória, porem cabe destacar a “dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1985, p.9). Vinilda Herdt não fez questão de lembrar os momentos de extrema dificuldade enfrentados pela família no período.

Cândido Rondon e Palotina ultrapassaram 70%, isso contribuiu para o aumento da crise na agricultura de grãos e conseqüentemente, na suinocultura.

Sobre a situação enfrentada no ano de 1978, principalmente em relação aos problemas sociais e ao emprego disponível, a rádio difusora assim noticiou.

A frustração da safra de soja e a perspectiva pouca alentadora de uma safra agrícola, ameaçam a dispensa uma massa de empregados. Como se não bastasse a concordata do Frigorífico Rondon que deixou desempregado um número expressivo de funcionários, tanto empresas de pequeno e médio porte, ameaçam a eliminar de seus quadros, pelo menos os funcionários melhor remunerados. A queda do movimento econômico e financeiro do município tem diminuído a receita das empresas, que se vêem num ponto insustentável de manutenção da despesa fixa a níveis anteriores. A ordem federal tem sido de contenção de despesas. A falta de dinheiro vem degolando o próprio comércio, enquanto que as construções são paralisadas e a demissão de operários torna-se mais freqüente. O trabalhador não encontrando oferta de emprego, se evade do município, buscando centros menos dependentes de safras agrícolas, ou onde pelo menos as frustrações não foram sentidas. A maior expressão em movimento de pessoal está representada pela Coopagril, que no auge das safras se utiliza de um quadro de 320 funcionários. Normalmente, no término de cada safra 40 operários safristas são demitidos. No entanto o pessoal concentrado na sede da cooperativa, entrepostos de Guairá e Entre Rios e postos de compra de São José, Sub-Sede e São Clemente, no município de Santa Helena, Bela Vista em Guairá e Mercedes, Margarida e Marechal Cândido Rondon, neste município começam a ser gradativamente dispensados. Atualmente o número de efetivos no quadro de funcionários da Copagril baixou para 250, isto é 30 a menos do que ocorre normalmente ao término de cada safra. Representa que o pessoal fixo começa a ser dispensado, porque as receitas não mais correspondem e os custos permanecem estáveis.

A situação poderá se agravar, diante do quadro atual, pois uma vez não havendo safras, o quadro de funcionários da Cooperativa deverá ser ainda mais reduzido, haja vista que não há qualquer possibilidade de ser mantido o pessoal com ociosidade, por tempo indeterminado. Esta colocação na Copagril demonstra claramente o que está ocorrendo no município de Marechal Cândido Rondon, gerando sob todos os pontos de vista, uma evasão de mão-de-obra em busca de melhores locais de sobrevivência, ou ainda permanecendo, o que faz gerar um grave problema social (FAN, v 43, 27/4/1978).

Neste período, o presidente da câmara dos vereadores, Werno Scherer⁶⁷ assumia o executivo municipal, e conforme destacou o FAN, passou a conviver com os problemas existentes em Marechal Cândido Rondon.

⁶⁷ Prefeito de 1/3/1979 a 4/6/1985 foi nomeado pelo governador Jaime Canet Junior. Nesse período exercia o mandato de vereador e era o presidente da câmara. (WEIRICH, 2004, p.66).

Um percentual de 40 por cento das pessoas que se dirigem ao gabinete do prefeito Werno Scherer durante as audiências abertas de quarta-feira é gente desempregada e que encaminham suas reivindicações ao chefe executivo. Destes muitos pedem auxílio diretamente, pedidos que variam de acordo com a necessidade, fatos que chegaram ao extremo, fazendo com que o prefeito fique propriamente inteirado da situação originada ultimamente com a onda de desempregos e outros fatores mais, somando-se ao período diretamente ligado com a situação atual, de dificuldades financeiras (FAN, v 44, 25/5/1978).

Existe relação entre o aumento da pobreza e da exploração da classe trabalhadora em Marechal Cândido Rondon com as condições econômicas do Brasil na década de 1970? Para Sonia Mendonça o período de 1968-74 é caracterizado como fase da retomada do crescimento industrial, ou simplesmente “milagre econômico brasileiro”, é importante destacar que é justamente no período de 1970-1975 que a empresa Frimesa/Ruaro promove a ampliação e readequação da planta do frigorífico Frirondon. A matéria apresentada no programa da Rádio Difusora traz a tona os efeitos colaterais do milagre econômico brasileiro, ou simplesmente revela a essência do milagre de “expropriar a classe trabalhadora”, o arrocho salarial é o mais antigo remédio para superar as crises econômicas do capitalismo (MENDONÇA, 1995, p. 68).

É justamente após o período do milagre econômico que as condições de sobrevivência das classes trabalhadoras, tanto operários da indústria de carne como pequenos agricultores fornecedores de matéria-prima apresentam maiores dificuldades. No entanto, o período aponta para o crescimento econômico do município, segundo os números apresentados pela Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon (FUNDEMAR), Marechal Cândido Rondon teve um acréscimo de 57% na movimentação econômica e a arrecadação do ICM, nos anos 1970, tendo um aumento de 29 vezes, o que colocou Rondon como sendo a 9ª economia municipal do Estado do Paraná. Esses dados possibilitam concluir que crescimento econômico não significa necessariamente melhorias na condições de vida dos trabalhadores, pelo contrário, significa aumento das desigualdades entre ricos e pobres. Significa mais poder ao capitalista e conseqüentemente miséria para o trabalhador.

2.2 - A TRANSFERÊNCIA DA VILA OPERÁRIA E A FORMAÇÃO DO LOTEAMENTO CEVAL

A partir de 1991 as relações entre o grupo empresarial Ceval e os trabalhadores do complexo frigorífico sofrem significativas alterações. O vínculo entre trabalho e capital passa por mudanças. No início da formação da indústria de carne havia a necessidade de oferecer moradias aos trabalhadores, como estratégia para atrair mão-de-obra especializada, ou como forma de disciplinar o trabalhador. Até então, as empresas Frirondon, Frimesa/Ruaro haviam investido na construção de casas dentro da área do frigorífico, que favorecia a atração de trabalhadores especializados provindos de outros municípios do Estado do Paraná, RS, SC e SP dentre outros.

A Swift-Armour (1979-1989) não construiu novas casas na Vila Operária que já havia sido ampliada, mas utilizava as casas da Vila Operária como meio para prestigiar os “bons funcionários” ⁶⁸ da empresa. A Ceval Alimentos (1989-1996) alterou este vínculo com os trabalhadores e negociou com o Governo municipal a retirada da Vila Operária. Sobre a estreita relação entre capital e trabalho, Ricardo Antunes assim observou.

Assim como o capital torna “supérfluas” suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo capital torna “supérflua” sua mercadoria força de trabalho, sem a qual também não pode sobreviver (ANTUNES, 2005, p. 28)

O capital representado no início dos anos de 1990 pela empresa Ceval Alimentos e pelo Governo municipal considerou desnecessária e incomoda a Vila destinada aos operários da fábrica e articulou a transferência da Vila Operária para o local que veio a ser o Loteamento Ceval.

Os diferentes grupos que administraram o frigorífico trataram a Vila Operária de maneira diferenciada. O Frirondon construiu as primeiras casas, a Frimesa/Ruaro ampliou a quantidade e a qualidade das casas, a Swift-Armour como também as empresas anteriores usavam as casas como prêmio aos bons operários. No entanto, foi a Ceval Alimentos que deu fim à Vila Operária.

A história da transferência da Vila Operária iniciou em 1991, quando a empresa Ceval Alimentos, através de uma negociação envolvendo o governo municipal e Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Marechal Cândido Rondon⁶⁹ (anexo 1) retiraram as

⁶⁸ Bom funcionário estava relacionado a capacidade de produção individual e ao comportamento social.

⁶⁹ SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR. *Estatuto*. Comarca de Marechal Cândido Rondon – Estado do Paraná, Registro de títulos, documentos e pessoa jurídica, registro sob nº. 251 as folhas 171 a 172 do livro “A” de registro de

casas da área da indústria. Como já foi indicado, a Ceval comprou uma área e permutou, revendeu esta área para Prefeitura Municipal, representada no contrato de compra e venda pela Sociedade Habitação. Enquanto parte da negociação realizada entre a Empresa e o Poder Público, coube à Prefeitura realizar melhorias na parte interna da empresa e asfalto na rua adjacente ao frigorífico. Desse modo, a permuta da área serviu como forma de pagamento dos serviços públicos prestados à empresa Ceval. Foi a partir desse momento que iniciaram as transferências das moradias dos funcionários do frigorífico (PAM, 2003, p. 20).

Sobre a participação Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Município de Marechal Cândido Rondon (Sociedade Habitacional) nas decisões sobre a transferência das casas da Vila Operária para o Loteamento Ceval, a primeira parte do Procedimento Administrativo (PAM) nº 01/2003, assim conclui sobre a participação no processo de transferência das casas.

Foi nesta condição que a Sociedade Comunitária teve participação na origem do “loteamento Ceval”, situação esta que pode ser explicada, entendida e comprovada a partir do fato dela passar a ser a legítima proprietária da área nas negociações estabelecidas entre a CEVAL e o Poder Público Municipal no ano de 1991. Além disso, o fato dela ser a responsável pelo estabelecimento do projeto habitacional destinado aos funcionários da Empresa confirma sua finalidade e continuidade na sua ação local, além de dar corpo formal aos acertos estabelecidos (serviços públicos e forma de pagamento) entre ambos (PAM, 2003, p. 21).

É de fundamental importância destacar que as informações constantes no Procedimento Administrativo foram confirmadas, afinal de contas o Procedimento Administrativo nº 01/2003 foi transformado em Ação Civil Pública Ambiental nº 225/05. Ou seja, a promotora pública, Dr.^a Silvia Tessari Freire, indicou o Município e a Sociedade Habitacional como réu e os moradores como litisconsortes e a indicação não foi contestada no processo jurídico.

Ao indicar os réus, a promotoria, comprovou com documentos legais e oficiais o vínculo entre o Município e o Agente Habitacional. Conforme certidão do CNPJ (anexo 2), a Sociedade Habitacional possuía sala na própria prefeitura, o “conselho deliberativo” da Sociedade Habitacional, conforme seu estatuto era formado por seis pessoas, sendo quatro delas indicados pelo poder executivo. Portanto, todos estes elementos e provas foram ane-

peças jurídicas. Oficial: Levi Martins Gomes, Data 17 de Novembro de 1987(PAM, 2003, p.79). Para efeitos de escrita desta dissertação é identificada como (Sociedade Habitacional).

xados no procedimento Administrativo nº 01/2003 e serviram de base para a elaboração da Ação Civil Pública Ambiental, nº 225/05, e a indicação dos réus.

Conforme consta no Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003, a Sociedade Habitacional foi fundada em 1987.

A Sociedade comunitária foi fundada no dia 04 de Novembro de 1987 e devidamente registrada junto ao Registro de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica, da Comarca de Marechal Cândido Rondon, no dia 17 daquele mês, conforme certificado e publicação oficial do Extrato de seu Estatuto, com CGC/CNPJ nº 77.816.726/0001-21, expedido pela Receita Federal/Ministério da Fazenda (PAM, 2003, p.21).

No período de criação da Sociedade Habitacional, o prefeito municipal era o Ilmar Priesnitz, (1986-1988) do PMDB, primeiro prefeito eleito após 16 anos de nomeações, pois Marechal Cândido Rondon era área de segurança nacional. Foi durante esse governo que a Sociedade Habitacional foi idealizada e fundada e teve como primeiro presidente o vereador Ário Pedro Martiny (PMDB), pelo fato de ter assumido a Secretária Municipal de Assuntos Comunitários (SMAC). Na época da aquisição da área, em 1991, o presidente da Sociedade Habitacional era Verno Scherer, então vice-prefeito na gestão municipal do P-FL/PTB, que tinha como prefeito Dieter Seyboth (1989–1992).

O Art. 2º do Estatuto da Sociedade Habitacional definia sua principal finalidade nos seguintes termos:

A SOCIEDADE tem por finalidade suprir a necessidade de habitação da população carente e de baixa renda, admitidos como tal os indivíduos que não possuem casa própria e que percebem rendimentos mensais de 0 a 2 salários mínimos (PAM, 2003, p.80)

Dado este caráter, a Sociedade Habitacional constituía-se como entidade “sem fins lucrativos”, e seu estatuto estabelecia seus vínculos com o poder público municipal.

(Art. 1º) vinculada localmente ao Poder Público Conveniado para promover suas finalidades. Sua estrutura organizacional, atribuições e funcionamento foram estabelecidos no Estatuto Social, em caráter definitivo, sem previsão ou possibilidade de qualquer alteração (Art. 23). Pelas informações obtidas junto ao atual Presidente, pelos termos estatutários e pela trajetória da Sociedade, os principais cargos do Conselho Comunitário, Presidente e Tesoureiro, eram indicados pelo Executivo (Poder Público Conveniado e SEAC) (Art. 14º), tanto assim que o Sr. Ário Pedro Martiny foi seu Presidente fundador (PAM, 2003, p. 21).

Um motivo que levou o Procedimento Administrativo ser acatado e transformado em Ação Civil Pública foi justamente o vínculo existente entre a Sociedade Habitacional e o Município, bem como a participação da Sociedade Habitacional nas negociações envolvendo a empresa Ceval Alimentos e o governo municipal.

A transferência das casas foi negociada porque existiam múltiplos interesses no momento, tanto da empresa como do governo municipal. A Ceval Alimentos estava interessada em adequar suas instalações para produção destinadas à exportação de carne para Argentina, pois naquele momento, com a eleição do presidente da república Fernando Collor de Mello e a adoção de uma política econômica de abertura comercial, os interesses de algumas empresas nacionais se voltaram para o mercado internacional. Sendo assim, as adequações implantadas na empresa local passavam pela transferência dos moradores, como também o processo de adequação ao novo padrão de acumulação do capital internacional. Outro motivo seria o de racionalizar os custos da empresa, pois as casas da Vila Operária tinham as contas de água e luz mantidas pela empresa. Por outro lado, o governo municipal, através de incentivos fiscais, interessava-se na geração de empregos e no aumento futuro da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS).

No contexto do aprofundamento neoliberal do início dos anos 90, a Ceval passou a realizar algumas mudanças profundas na linha de produção o modelo de produção fordista foi gradativamente substituído pelo toyotista. O novo padrão de fábrica enxuta (qualidade total) foi adotado e, nesse sentido, não cabia mais na racionalidade da empresa permanecer com os moradores sob sua tutela e vivendo dentro do terreno da própria fábrica. Atualmente é definido como transformação produtiva que teve implicações na reengenharia nos aspectos tecnológicos, científicos, sistemas produtivos, perfil empresarial, concorrência no mercado, bens e salários, relações capital-trabalho, dentre outras.

Sobre as mudanças na linha de produção e as novas intenções da indústria Ceval, o testemunho da Madeleine Carla Rocha reflete a posição social que ocupava na empresa, pois trabalhou no setor administrativo da empresa e possuía outras informações em relação ao processo de transferência das moradias, como também da avaliação positiva que fazia da empresa.

O problema que ocorreu foi quando a Ceval começou a fazer exportação, na época querendo exportar alguns suínos que eles tinham. Então começou aí o problema deste loteamento Ceval. Então quando foi, deixa ver, onze, doze anos atrás que a gente está aqui, então, para exportar a Ceval teria que asfaltar fazer algumas melhorias na empresa. E com is-

so, nós que morávamos dentro do pátio que eram as casas da Ceval, então, mas para que isso acontecesse para essa exportação acontecer nós teríamos que sair, era uma das coisas que foi exigida... (ROCHA, 2004).

O conhecimento que Madeleine Carla Rocha teve do processo explicita os principais motivos pelos quais a Ceval planejou a transferência da Vila Operária. Nas negociações que a Ceval fez com o governo municipal ficou acertada a transferência das casas da Vila Operária. A Ceval adquiriu a área de Norberto Griep Hatleben e repassou a mesma para a Sociedade Habitacional como forma de pagamento pelos serviços prestados (asfalto e melhorias internas), realizados através da Secretaria Municipal de obras (Coodecar) na parte interna da empresa. A documentação do Procedimento Administrativo nº 01/2003 apresenta os detalhes da escritura da área:

Em meados do ano de 1991, a unidade da CEVAL Alimentos S/A, de Marechal Cândido Rondon, localizada na área Sul da cidade (Av. Rio Grande do Sul, no acesso à PR 239, e esquina com a Rua São Marcos) já vinha adotando medidas para adequar sua infra-estrutura industrial para atender as exigências de exportação de sua produção local (carne suína e derivados). Dentre estas medidas constava a necessidade de pavimentação asfáltica do seu pátio interno e de ruas que integravam ou davam acesso à unidade, assim como a transferência das residências/casas dos trabalhadores da área interna da empresa para outro local. (PAM, 2003, p. 20).

A transferência dos moradores atendia os interesses da empresa Ceval, a base das negociações eram apenas os interesses privados da empresa e, efetivamente do seu maior parceiro naquele momento, o governo municipal, fato este provado nos autos da Ação Civil.

Das negociações realizadas entre a CEVAL e o Poder Público Municipal, foi acordado que a empresa iria adquirir a área que seria destinada à transferência dos trabalhadores (casas e/ou moradias), repassaria a mesma para a Prefeitura como forma de pagamento do asfalto (e outros serviços) que o Município iria fazer nas dependências da empresa (PAM, 2003, p. 20,)

Esta negociação ocorreu da seguinte forma:

Na data de 18 de Setembro de 1991 foi firmada a Escritura Pública de Compra e Venda entre o Sr. Norberto Griep Hatleben, sua esposa a Sr^a. Irene Hatleben (vendedores) e a CEVAL Alimentos S/A, (compradora) representada, no ato, por seus Procuradores, o Sr. Alzemiro Haut e o Sr.

Aloísio Grunow (ambos dirigentes da unidade local). O imóvel do Lote Rural n.º 50/A/B, do 11º Perímetro, da Fazenda Britânia, com área de 24.000 m², foi negociado pelo valor de Cr\$ 4.500.000,00 (PAM, 2003, p. 20).

Com a aquisição da área pela Ceval Alimentos a propriedade foi repassada (revenida) pelo mesmo valor para Sociedade Habitacional, no dia 15 de outubro de 1991, conforme consta no Procedimento Administrativo.

Na data de 15 de Outubro de 1991 foi firmada a Escritura Pública de Compra e Venda entre a CEVAL Alimentos S/A, (vendedora) representada novamente por seus Procuradores, o Sr. Alzemiro Haut e o Sr. Aloísio Grunow, e a “Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Marechal Cândido Rondon” (CGC/MF n.º 77.816.726/0001-21), representada, no ato, pelo seu Presidente, o Sr. Verno Scherer. O valor da área foi mantido nos mesmos Cr\$ 4.500.000,00 (PAM, 2003, p. 21).

Em relação à participação dos moradores na escolha do local e conseqüentemente a aprovação ou não daquele que seria o destino dos trabalhadores do frigorífico, assim lembram alguns dos antigos operários do frigorífico, hoje moradores do Loteamento Ceval.

Pelo que eu sei a Ceval na época está se preparando para a exportação. Então o que é que aconteceu? O pessoal veio fazer a avaliação para ver o que poderia ser feito para a exportação. Uma das coisas que eles exigiram era o asfalto. Nessa época não tinha asfalto ali, que é da escola pra baixo ali, não tinha asfalto, era tudo estrada de “chão”. Por isso eles exigiram asfalto. E o asfalto tinha que ser ali naquela rua, dentro dali onde descarregava os suínos. Então o que é que eles fizeram? Na verdade eles fizeram uma troca com a prefeitura, daquele terreno lá pelo pagamento deste asfalto. Eles trocaram, fizeram uma troca deste asfalto, eu acho que aquela área lá do Loteamento Ceval eles tinham comprado. Eu não sei bem certo como é que foi o rolo, porque nesta época também foi o Aluísio tá mais por dentro, e eu sei que eles fizeram uma troca disso daí. Entre prefeitura e a Ceval Alimentos para exportação, porque a empresa precisava daquele asfalto, daí eles acabaram trocando. Foi aí que começou toda esta transação. Só que, como fala, eles eram muito fechado e eles não abriam pra ninguém, só que depois que a gente ficou sabendo que eles compraram a área lá que eles disseram: “olha, vocês tem uma área lá em cima, o loteamento está medido, e nós vamos fazer um sorteio pra entregar isso aí pra vocês. Vocês retiram a casa do lugar e colocam lá então” (ROCHA, 2007)

Sobre esta questão, Carla Rocha assim conclui sua fala: “Ninguém participou. Simplesmente eles decidiram e fizeram as coisas por conta. E tava todo mundo louco para não

perder a casa. Então, fomos na deles e foi, então, onde começou todo este rolo do terreno (ROCHA, 2007).

Mafalda Hinkel⁷⁰ e Celso Hinkel⁷¹ Moraram na Vila Operária de 1986 a 1992 e sobre as negociações entre empresa e prefeitura e a transferência para o novo Loteamento, Mafalda também analisou o acordo, “a Prefeitura que fez, que comprou, que dividiu em lotes e sorteou, porque nós, como empregados da Ceval, não tinha direito a escolher esse lote ou aquele, foi sorteio” (HINKEL.Mafalda, 2007)

Francisco Antonio This⁷² lembrou-se daquele fato: “foi feita a inscrição e passada para eles, num sábado pela manhã, eu tava trabalhando, daí fizeram o sorteio. Mas, eu tinha que trabalhar, daí meu irmão assistiu, deram os nomes e os números dos lotes (THIS, 2007). Bernadete Taube confirma a forma adotada: “não houve participação, eles falaram que iriam dar um lote, que fariam sorteio. Aí o Mário veio olhar o loteamento, mas eu só vim depois do sorteio “(TAUBE, 2007).

Uma vez adquirida e revendida a área a Sociedade Habitacional, representante do município, ainda em fins de 1991, a área foi loteada informalmente e os lotes foram distribuídos, por sorteio, aos funcionários, sendo que durante todo o processo de negociação entre governo municipal e a Ceval, os funcionários da Ceval Alimentos, que moravam na Vila Operária, não participaram, ou seja, não foram convidados, nem convocados a participar das discussões em relação ao futuro deles. Sobre esse processo excludente e seus desdobramentos históricos, Madeleine Carla Rocha, uma das primeiras moradoras na nova área, onde residiu até 2005, como liderança dos moradores, assim se referiu a questão:

Lá no início da formação, eu acho o seguinte, pra começo de assunto, eu acho que tinha que ter sido feito uma reunião com os moradores, com a Ceval e com a prefeitura, que foi na época negociado, pra ver se o pessoal todo concordava ou não. Mas isso não foi feito então o problema começou já ali, pra nós (ROCHA, 2004).

Em meio a estes encaminhamentos autoritários, tanto por parte da empresa como do governo municipal, os diretores apresentavam o mapa daquilo que seria o novo loteamento,

⁷⁰ HINKEL, Mafalda. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 06 Nov. 2004.

⁷¹ HINKEL, Celso. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 06 Nov. 2004. Na época da entrevista Celso tinha 53 anos e faleceu em 2006, vítima de câncer no pulmão.

⁷² THIS, Francisco. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 30 out. 2004. Francisco Antonio This concedeu nova entrevista no dia 13 de maio de 2007 para Paulo José Koling e Carlos Alberto Seibert.

contendo a distribuição e a numeração dos lotes para onde seriam transferidas as casas da Vila Operária. Conforme levantamento apresentado no Procedimento Administrativo Ministerial isso ocorreu da seguinte forma.

Uma vez adquirida e revendida a área à Sociedade Comunitária/Prefeitura, ainda em fins de 1991, os lotes foram distribuídos, por sorteio, aos funcionários. Segundo relatos (testemunhos de vida) dos moradores, que na época eram funcionários da empresa e residiam em sua área interna, onde também havia área de lazer (campo de futebol) e pavilhão, as reuniões eram realizadas nas dependências da empresa. Em meio a estes encaminhamentos e materiais constava um mapa daquilo que seria o novo loteamento, contendo a distribuição e numeração dos lotes. Pelo que os atuais moradores dizem, a distribuição e a numeração inicial dos lotes no mapa da área passaram por mudanças, já naquela fase. Naquele período os moradores já questionavam se não haveria problemas com o loteamento (?), entretanto, como também sonhavam com um terreno e a casa própria (moradia), visualizavam sua realização naquele fato e acreditavam nas ações dos responsáveis, seja da Empresa e/ou do Município (PAM, 2003, p. 22).

O sonho da casa própria falou mais alto e foi a proposta apresentada pela empresa e a municipalidade naquele momento. Como uma das estratégias de convencimento da transferência, na época, a Ceval Alimentos ofereceu as casas de madeira para os moradores por um preço simbólico.

Como a Empresa não tinha mais interesse em manter uma área residencial interna, também acertou com os funcionários (a)s/trabalhadores (a) a venda das próprias casas que ela possuía fato este facilitado por tratar-se de construções em madeira. Porém sobre seu transporte, apesar da proximidade do novo local, não apresentou a mesma facilidade, haja vista seus aspectos geográficos, principalmente no que se refere à declividade e os meios disponíveis ao acesso, até porque o “loteamento” foi encravado em meio a um espaço rural (sem vizinhança habitacional e deficiência de vias públicas, apesar do arruamento) (PA, 2003, p. 22).

As casas de madeira foram vendidas pela empresa a um preço módico, porém cada morador tinha que pagar o transporte, que acabava sendo mais caro do que a própria casa. Celso Hinkel pagou CR\$ 15.000,00 pela casa e CR\$ 150.000,00 pelo transporte. As mudanças das casas eram feitas somente nos finais de semana e em forma de mutirão (HINKEL. Celso, 2004).

No início de 1992 os trabalhadores da Ceval começaram a transferir as casas para o novo loteamento. Mafalda Hinkel lembrou com emoção aquele momento, “Não esqueço, até hoje, o dia que mudei que levaram minha casa lá pra baixo. Tremi mais que folha no

vento, pra ver descer aquele morro lá a casa em cima do caminhão” (HINKE. Mafalda, 2007). O testemunho do casal Celso e Mafalda Hinkel enriquece a percepção da realidade vivida pelos trabalhadores no processo de transferência das casas. Segundo o casal Hinkel, durante quase seis meses tiveram que morar sem energia elétrica, pois no início havia apenas a rede de água. O arruamento passou por várias modificações, inicialmente tinha cascalho, um tempo depois a rua foi dividida em dois níveis, um para cada sentido. Não faltaram problemas com a água das chuvas que entrava nas casas no lado de baixo da rua. O calçamento com pedra irregular só foi feito no ano de 2000, às vésperas do período eleitoral (HINKEL. Celso 2004).

Para Mafalda Hinkel, não foram somente as reformas e as melhorias na empresa que exerceram influência na transferência, mas também outro fator importante para a mesma: o econômico. Segundo ela, na Vila Operária, a própria empresa pagava as taxas de água e de luz de todas as casas onde moravam os funcionários, além do que, como as casas já estavam velhas, era mais prático vendê-las a preço modesto e simbólico para que os funcionários pudessem reconstruir suas residências no espaço do futuro loteamento.

A família Hinkel não morava na Vila Operária, no entanto conseguiu uma casa no Loteamento Ceval. Sobre este aspecto, Mafalda expõe que: “É a gente preencheu uma ficha e ficamos aguardando, só davam a casa para os funcionários mais eficientes no trabalho e, sorte que o Celso era bom empregado daí a gente ganhou a casa” (HINKEL. Mafalda 2007).

A Ceval, ao ofertar o loteamento aos funcionários, por um preço simbólico, motivou-os pela real possibilidade de acesso ao terreno e à casa própria. Mesmo com as dificuldades e com a aparência desagradável do local, a empresa obteve apoio da grande maioria dos operários no processo de transferência, até porque não teve alternativa ou possibilidade de se contrapor à proposta patronal. Passada a transferência e a luz do processo atual vivido pelos moradores, Francisco Antonio This, tece críticas à forma como foi realizada a transferência.

Ninguém pediu nada, se nós aceitávamos o loteamento ou não. Disseram que o loteamento pro pessoal era aqui e não tinha outra solução. Vinha ou comprava outro lugar, como muitos compraram em outro lugar e não vieram pra cá. Quem tinha condições, nem que foi meio lote, no das Torres, o lugar era muito feio. Foi passado trator pra colocar as casas, desbarrancaram tudo com a esteira. Teve casa que não chegou ao local. A minha, eu queria ponha mais pra cima ainda, e não teve, chegou na pedreira e ficou (THIS, 2004).

Embora as transferências aparentemente tenham ocorrido de forma tranqüila, percebe-se que houve algumas estratégias de convencimento, tanto por parte da Ceval Alimentos como do governo municipal. A Ceval utilizou-se dos funcionários com função de chefia, chamados dentro da empresa de “encarregados”, como exemplo para os demais funcionários, pois estes aceitaram as deliberações da empresa em virtude do cargo que ocupavam. Com relação à obrigatoriedade da transferência para o bairro, parece que os moradores não agiram ingenuamente, houve a percepção dos problemas que já se apresentavam naquele momento, como destaca This.

(...) Eu não queria nem mudar pra cá. Eu vi que isso aí tinha erro desde o começo. Eu era um que não queria mudar, eu fui um dos últimos. Não tinha muito como reagir, porque não tinha como comprar em outro lugar. Tinha que vir, porque os caras que eram encarregados foram os primeiros que vieram, nós tivemos que baixar a cabeça e concordar com a firma (THIS, 2004).

A primeira casa transferida foi da Semilda Terezinha Kuhn (48 anos), que começou a trabalhar no frigorífico com 14 anos, quando a empresa pertencia ao Frirondon, depois continuou trabalhando na Swift-Armour e na Ceval Alimentos. A foto 14 é o registro da primeira casa retirada da Vila Operária e levada para a área destinada ao Loteamento Ceval no início de 1992, hoje, situada na Rua São Marcos, nº 688. A foto 15 Semilda Terezinha Kuhn e José Alves dos Santos, em visita aos amigos no loteamento Ceval (30/10/2004).



FOTO 14: 1ª casa transportada da Vila Operária para o Loteamento Ceval
Fonte: Paulo José Koling 30 out. 2004



FOTO 15: Semilda Terezinha Kuhn e José Alves dos Santos. Lot. Ceval
Fonte: Paulo José Koling 30 out. 2004

Em 2001, a Semilda vendeu seu lote e casa no Loteamento Ceval para o Márcio Taube, filho do Mário e da Bernadete Taube pelo valor de R\$ 2.000,00 e adquiriu a casa nº 628 no mesmo loteamento. Em junho de 2004, a Semilda e seus familiares venderam a casa que tinham e saíram do loteamento irregular Ceval. Os valores negociados permitem perceber a desvalorização imobiliária das moradias, reflexo das irregularidades e das condições mórbidas do local. No entanto, a casa é tudo que conseguiram, em termos de propriedade, com uma vida de trabalho, mas, a moradia não é compreendida pelos moradores exclusivamente como propriedade privada e bem de mercado. É sim, condição básica à existência e ao pertencimento (ARENDT, 1997) para própria sobrevivência.

Celso Hinkel foi empregado da Swift-Armour durante o período de 24 de abril de 1985 a 31 de maio de 1989, com registro do cargo de Auxiliar de Matança “B”. No frigorífico Ceval foi ajudante de Expedição Frigorífica, cabendo-lhe a tarefa de levar as peças de carne para a câmara fria. Trabalhou na Ceval Alimentos a partir de 1 de junho de 1989 a 29 de agosto de 1996.

Mafalda Hinkel⁷³ é natural de Bituruna/PR em 1970 migrou para União da Vitória/PR e em 1978 migrou para Marechal Cândido Rondon. No ano de 1979, durante dez meses, trabalhou como telefonista na Swift-Armour. Mafalda relembra que conheceu Celso em Porto Mendes onde sua irmã morava, após o casamento mudaram-se Toledo onde viveram por 3 anos trabalhando numa fazenda. Após esse período retornaram a Marechal Cândido Rondon e começaram a trabalhar no frigorífico.

A casa da família Hinkel foi a segunda transferida para o Loteamento Ceval, A foto 16 mostra a casa na Rua São Marcos, nº 693, Loteamento Ceval, e a foto 17 registro do casal Hinkel em sua residência no Loteamento Ceval.



⁷³ HINKEL, Mafalda. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 20 abr.2007. Após a morte do esposo Celso Hinkel, a senhora Mafalda Hinkel mudou-se para a Rua Rio de Janeiro nº 1647, centro.

FOTO 16: Casa da família Hinkel no Loteamento Ceval

Fonte: Paulo José Koling 30 out. 2004

FOTO 17: Registro do casal Hinkel na cozinha da casa

Fonte: Paulo José Koling 30 out. 2004

Na época da primeira entrevista a família Hinkel ainda morava no Loteamento Ceval. Celso foi um dos últimos trabalhadores da unidade local da Ceval a ser demitido, continuou trabalhando na empresa no período em que a Ceval Alimentos havia transferido para Dourados/MS, e mantinha um entreposto na unidade em Marechal Cândido Rondon

As experiências vividas e compartilhadas pelos moradores, as memórias socializadas remetem ao momento de transferência do Loteamento com muito resguardo. Os moradores, mesmo não gostando do local não tiveram outra escolha e foram sujeitados e empurrados pelas ações da empresa e do município para a área do atual Loteamento Ceval.

Mesmo que sua ação seja condicionada pela própria condição social em que constroem suas vidas, o testemunho de vida da Bernadete Taube⁷⁴ instiga à reflexão sobre a condição humana, como mãe de uma filha portadora de necessidades especiais, praticamente não sai de casa, pois precisa tomar conta da filha 24 horas por dia.

Quando a gente, nós viemos olhar aqui ninguém gostou muito porque era muito barranco. Eu gostei que ganhei um lote, que ia ter um lote, né. Mas quando eu vim olhar, eu não gostei muito do lugar (...). Aqui para chegar até na casa, era só barranco (...) e como eu tinha a menina que anda em cadeira de rodas, como é que eu ia subir barranco? (TAUBE, 2004).

Bernadete Taube, (59 anos), nasceu em Vargem do Cedro/SC. Migrou para Marechal Cândido Rondon em 1970, casada com Mário Taube (50 anos), que nasceu em Ijuí/RS e migrou para Marechal Cândido Rondon em 1971. Mário Taube trabalhou na Swift-Armour e na Ceval Alimentos e hoje é pescador registrado na colônia de pesca Marreco no lago internacional da Itaipu. O casal Taube são pais da Maria Ângela (23 anos) portadora de paralisia cerebral, desde os 4 meses. Sobre sua trajetória de vida, Bernadete Taube, diz que: “meu finado pai veio ver uma terra. Ele nunca teve terra, sempre morava de agregado. Ai veio ver uma terra aqui, gostou daqui e veio morar pra cá. E os filhos tinham que vir junto” (TAUBE, 2007).

⁷⁴.TAUBE, Bernadete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 25 out. 2004. A segunda entrevista da família Taube foi realizada por Carlos Alberto Seibert em 20 abr. 2007.

A foto nº 18 registrou a primeira entrevista com o casal Taube realizada em 2004 e a foto nº 19 Maria Angela Taube (23 anos) que vive sujeitada aos efeitos das infiltrações (odores e umidade) da lagoa de decantação do Frigorífico de Peixes⁷⁵. O lote da Família Tauber vem a ser um dos casos mais grave de dos riscos sócio-ambientais existentes no entorno do loteamento (ARDECS, 2005)



⁷⁵ Esse assunto será tratado no capítulo seguinte.

FOTO 18: Casal Mário e Bernadete Taube
Fonte: Paulo José Koling 30 out. 2007

FOTO 19: Ângela Taube
Fonte: Valdemir José Sonda 19 nov. 2003

Aos poucos a paisagem urbana era transformada e a Vila Operária ia desaparecendo. Francisco This foi o último morador a transferir sua casa para o novo endereço, no final de 1992, um pouco antes das eleições municipais.

Francisco This (52 anos) é natural de Criciúma/ RS, em 1975 mudou-se para São José do Cedro/ SC, em 1983 para Dionísio Cerqueira/SC, em 1984 chegou a Marechal Cândido Rondon. Trabalhou como operador na fábrica de ração da Swift-Armour e também da Ceval Alimentos. Casado com Nelci Delara This (44 anos) com quem teve dois filhos, This como é conhecido no bairro e tem destacada liderança junto à comunidade.

A foto 20 registra Francisco e Nelci This no momento da primeira entrevista realizada em 2004. As condições de vida dos moradores do Loteamento Ceval foram alvos de algumas coberturas jornalísticas ocorridas após a instauração da Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005. A imagem 01 mostra matéria do jornal *O Presente*, do dia 15 de Dezembro de 2006, na imagem é possível observar o Francisco This sentado ao lado de sua casa e perceber a formação geológica do solo, e os efeitos da erosão e os fundos a casa de Vanise Schuster Vieira, no lote vizinho.



IMAGEM 1: Capa do Jornal
O Presente com destaque
ao caso Ceval

Fonte: Jornal *O Presente*. 15 dez. 2006

FOTO 20: Nelci e Francisco This
Fonte: Carlos Alberto Seibert 30 out. 2004

Na forma de mutirão, nos fins de semana, e na base do improvisado e da solidariedade, as casas foram sendo transferidas para a área do Loteamento Ceval, com ônus dos trabalhadores.

Vamos dizer, nós fizemos tipo mutirãozinho, pagava um caminhão, pegava um caminhão pra trazer a casa inteira em cima do caminhão. Daí o pessoal mesmo, um ajudava o outro, mudava duas, três casa por sábado e domingo. Fazia só no fim de semana (THIS, 2004).

Os moradores que tinham casa na Vila Operária transferiram a casa inteira para o novo local, porém existiam os funcionários da Ceval Alimentos que não moravam na Vila Operária, pagavam aluguel nas proximidades da indústria e com a formação do novo loteamento novo alguns adquiriram um lote e iniciaram o sonho da casa própria.

Nos construímos nossa casa no chão. Nós não tínhamos a casa da firma. Alguns ganharam a casa, mas, quem não tinha casa da firma tinha que começar do chão, do primeiro tijolo até o telhado. Mais pessoas não ganharam a casa da firma: o Arnaldo, o Vovô, e mais algumas que não lembro, a Lurdes. As casas de madeira eram todas da firma a única que não era é a do Antonio Cunha, eles compraram a casa e trouxeram inteira para cá, o resto das casas de madeira eram todas da firma. As de material foram todas construídas com recurso próprio, para nós construirmos no começo três peças para sair do aluguel. Tivemos que pegar dinheiro emprestado da minha mãe (TAUBE, 2007).

A empresa Ceval planejou, juntamente com o governo municipal, a “limpeza” da área, ou seja: a saída das famílias dos trabalhadores da parte interna da indústria. Madeleine Carla Rocha recorda da transferência da seguinte forma:

Foi na verdade feito um loteamento, estacaram tudo. Então, aí eles chamaram, reuniram o pessoal que tinha na época, que morava nas casas, porque as casas nós ganhamos. Nós só compramos o terreno. As casas foram dadas pra nós pela Ceval (...). Então eles fizeram isso: só tem uma opção pra vocês: ou vocês saem de lá e compram um terreno e colocam as casas ou nós temos os terrenos pra dá pra vocês. Na verdade, foi venda desses terrenos. O pessoal, todo mundo gostou, adorou a idéia porque ganhou um terreno, pra você ter uma casa, porque o sonho de todo mundo é ter sua casa própria. Então, aquela época daí todo mundo concordou. Viemos pra cá, colocaram, até o primeiro que trans-

portou a casa foi o Celso⁷⁶, ali. Foi o primeiro que veio pra cá, eu fui à segunda, só que eu morei, coloquei a casa, arrumei tudo. Então, a gente aceitou, não tinha outra opção, ou nós que estávamos morando lá saíamos de lá sem nada, ou porque a gente não tinha outra condição de comprar outro terreno e transportar as casas. Então, foi que a gente veio pra cá (ROCHA, 2004).

Na Vila Operária moravam 56 famílias, destas, 52 mudaram para o loteamento, as outras optaram em mudar para outro local, principalmente para o loteamento Das Torres, ao lado do frigorífico.

Mais ou menos que viemos pra cá, pra esse loteamento, veio 50 famílias, 50, 51 famílias. Que hoje estão todos aqui. E algumas que foram pro loteamento das Torres, que eu lembre assim foram em torno de 05 ou 06 famílias, pra lá. Então foram estas negociações que foram feitas. Tinha mais famílias, só que algumas, que tiraram a casa do local, hoje tão nesse loteamento aqui das Torres. Eles compraram. Alguns conseguiram comprar um lotezinho, meio lote, e colocou as casas lá (...) enquanto que os outros não tinham lote, e não tinham como adquirir, né(...) Então foi que a Ceval teve essa idéia de dar esses lotes pra nós (...), quer dizer, dado dado, se pagamos, nós pagamos por esses lotes. Foi feito assim em 24 meses. Foram, é lotes que foram feitos, que custou muito barato, assim pra nós, né (ROCHA, 2004).

A imagem 02 mostra a área industrial, possibilita perceber a presença da Vila Operária em 1980, sua ausência nos anos 90 e o Loteamento Ceval no ano de 2005.

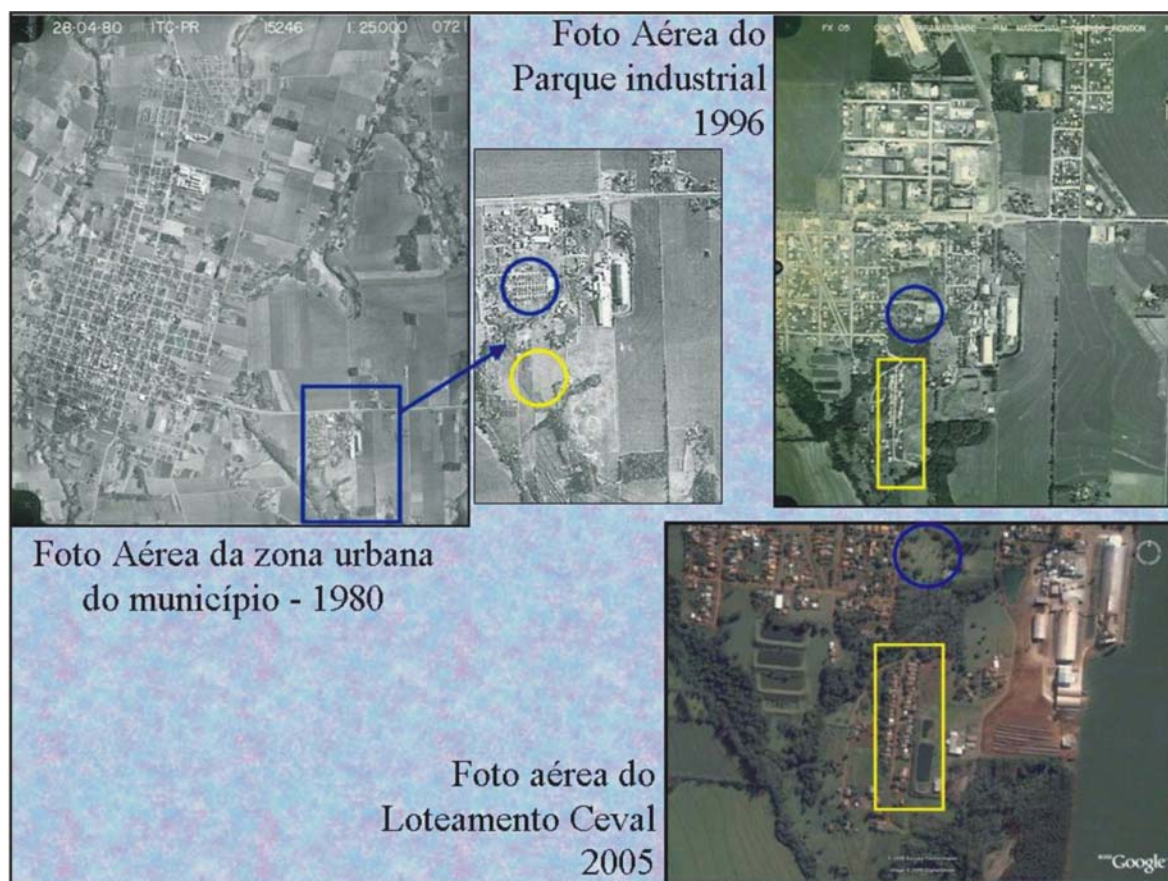


IMAGEM 2: Imagens aéreas de 1980, 1996 e 2005, da área industrial, com detalhe para a área da Vila Operária (1980) e do Loteamento Ceval (1996)

Fonte: KOLING, 2006

A trajetória da construção do espaço urbano-industrial de Marechal Cândido Rondon se deu a partir da ação das empresas e do governo municipal que empurraram os trabalhadores da indústria de carne para a área do Loteamento Ceval. A noção de classe vai se constituindo a partir das experiências vividas no processo de enfrentamento com os interesses do capital e de seu principal aliado, o governo municipal. Compreender o processo de formação do Loteamento Ceval, através das experiências vividas pelos moradores, permite visualizar outro lado da industrialização e as consequências sociais do progresso que não são abordados pela historiografia oficial.

Em relação às condições da nova área destinada aos operários do frigorífico, o Procedimento Administrativo alerta sobre a falta de estrutura oferecida aos moradores.

No início do ano de 1992 os primeiros funcionários/moradores transportaram (com ônus próprio) as casas para a nova área e, desde então, investiram em melhorias, benfeitorias e novas construções, segundo os recursos pessoais. Quanto aos investimentos em infra-estrutura e serviços públicos (a rede de água e energia resultou da ação da própria Sociedade Comunitária, a situação permanecia problemática, do ponto de vista da qualidade deles para os usuários (moradores) (PAM, 2003, p. 22).

Com relação às condições de vida e acesso a serviços básicos no novo Loteamento, Mafalda Hinkel recordou da situação inicial e dos problemas que existiam:

Quando nós mudamos ficamos 6 meses sem energia elétrica e depois o problema era a rua, aquele trequinho ruim de rua até lá no asfalto. Não tinha telefone por um tempo, ônibus lá a gente nunca teve meio de transporte, meio de comunicação, foi muito tempo que lá não tinha correio, não passava, depois eles puseram uma caixa postal na escola daí facilitou porque na época a gente nem tinha como receber uma correspondência. Depois ficou aquela caixa postal, daí melhorou (HINKEL, 2007).

A história do Loteamento Ceval torna evidente que este local foi escolhido para atender os interesses do capital, e que o governo municipal teve suas ações voltadas para atender esses interesses, sem considerar as consequências dessas ações do ponto de vista jurídico, ambiental e de saúde pública.

2.2.1 - O Loteamento Ceval e as primeiras “Irregularidades”

Conforme consta nos anexos do Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003, a implantação do Loteamento Ceval ocorreu nos anos de 1991 e 1992 a partir da transferência das casas da Vila Operária para o Loteamento Ceval. No entanto, somente em 1994 que foi iniciado a regulamentação do loteamento, no que diz respeito aos procedimentos e aspectos legais previstos na legislação habitacional, principalmente em relação ao uso e parcelamento do solo urbano. No PAM foram indicadas as dificuldades de acessar os documentos sobre a formação do loteamento.

Sobre os documentos do projeto inicial do loteamento, no período de 1991/1992, exigidos pela Lei nº 6.766/79⁷⁷, não se têm, ou melhor, não se obteve informações. Caso estes existam devem estar em mãos do Município/Prefeitura e/ou nos arquivos da Sociedade Comunitária (PAM, 2003, p. 22).

A Lei Nº 6.766, de dezembro de 1979, no capítulo V, parágrafo único do Art. 12, estabelece as regras para aprovação de um projeto de loteamento e desmembramento. “O projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os artigos, 6º⁷⁸ e 7º⁷⁹ desta Lei, salvo a exceção prevista no artigo seguin-

⁷⁷ A Lei Nº 6.766, de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano

⁷⁸ Art 6º. Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos:

I - as divisas da gleba a ser loteada;

II - as curvas de nível à distância adequadas, quando exigidas por lei estadual ou municipal;

III - a localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;

IV - a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

V - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

VI - as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas.

te”. Conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo Ministerial o Loteamento Ceval foi constituído sem levar em conta os critérios estabelecidos pela referida Lei.

As ações do governo municipal em relação à formação do Loteamento Ceval seguiram mais ou menos na seguinte ordem. No dia 24 de abril de 1992, o prefeito Dieter Seyboth sancionou a Lei nº 2.601 (anexo 3) que tornou urbanizável a área do Loteamento Ceval. No dia 28 de junho de 1994, portanto, mais de 2 anos após a lei nº 2.601, o então prefeito municipal, Ademir Antonio Bier, assinou o Decreto Municipal nº 054/94, (anexo 4) que criou o Loteamento Ceval.

O Decreto Municipal no 054/94, de 28 de junho de 1994, em seus considerados apresenta o atendimento das exigências legais do Município para a aprovação do Projeto de Loteamento. Entretanto, até aquela data a documentação e os procedimentos exigidos pela Lei no 6.766, de 19 de Dezembro de 1979, de alguma forma não tinham sido cumpridas em sua totalidade. Portanto, passados os anos de 1992, 1993 e metade de 1994, a regularização do projeto do loteamento ainda não havia sido concluída, independentemente de haver prazo à execução em se considerando a existência de um projeto inicial (Parágrafo Único do Art. 12, da Lei Lehmann). Ou melhor, pelo visto: ou até então ainda não havia sido aprovado um projeto de loteamento; ou, se havia um, o Decreto no 054/94, revogou as disposições em contrário e/ou matérias anteriores; ou, o Decreto no 054/94 constituiu-se no próprio projeto de loteamento (PAM, 2003, p.22).

É importante compreender a disputa pelo governo municipal no sentido que a alternância entre as forças políticas influenciou nos rumos e nas ações em relação à criação e à tentativa de regularizar o loteamento. Nesse sentido, é necessário compreender o cenário eleitoral e seus resultados nos pleitos de 1985/88 e 92.

A eleição municipal de 1985 marcou o fim da Lei nº 5.449⁸⁰, de 04 de junho de 1968. Essa lei havia vigorado no período de 1969 a 1985 e considerava Marechal Cândido Rondon como município de Área de Segurança Nacional, pela sua localização fronteiriça

⁷⁹ Art 7º. A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal:

I - as ruas ou estradas existentes ou projetadas, que compõem o sistema viário da cidade e do município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;

II - o traçado básico do sistema viário principal;

III - a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;

IV - as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis;

V - a zona ou zonas de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis. Parágrafo único - As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

⁸⁰ Amparada no Art. 16 da Constituição de 1967, esta Lei declarou “de interesse de segurança nacional” 68 municípios brasileiros, localizados em pontos estratégicos, de acordo com a ótica do regime (URNAU, 1988, p.41).

ao Paraguai. Na análise de Roberto Alzáibar é possível perceber a posição da empresa Swift-Armour, segundo ele, nas eleições de 1985, a empresa apoiou abertamente a candidatura do Dieter Seyboth (PDS) para vereador, e para prefeito apoiou Ilmar Priesnitz (PMDB). Sobre essa opção e o contexto político partidário no período, Roberto Alzáibar assim comentou:

Bom, eu, vamos dizer assim: quando nós chegamos a Marechal Rondon o cacique de Marechal Rondon era o deputado Werner Wander, ele também fez muito esforço pra nós irmos pra lá, para a Swift ir pra lá. E eu me relacionava muito bem, porque eu sempre tive acesso à prefeitura sem problema, nessa vamos dizer, troca de favores, esse convívio de que preciso de uma máquina, preciso ir para tal lugar, sempre nos receberam bem, eu sempre tive trânsito livre na prefeitura e, na verdade, em 85, vamos dizer assim, nós tínhamos apoiado na eleição para vereadores o Dieter Seyboth, e o Dieter meio nos deixou de lado então nós passamos a trabalhar com o Ilmar em 85 (ALZÁIBAR, 2007).

Portanto, não houve conflitos de interesses entre patrões e empregados da Swift-Armour em relação a apoiar o candidato a prefeito do PMDB Ilmar Priesnitz, pois, segundo Francisco This e Alcides Massaro os trabalhadores da Swift-Armour votaram no PMDB.

Em 1988, Dieter Seyboth foi eleito prefeito, tendo como vice Verno Sherer, pela Coligação Rondonense de partidos (CRP), esta coligação era formada pelos seguintes partidos: Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Democrático Social (PDS) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (URNAU, 1988, p. 51). Dieter exerceu o mandato de prefeito de 1989 a 1992.

Nas eleições de 1988, conforme relatou Carla Rocha, a direção da empresa persuadia os funcionários a votar no seu candidato Dieter Seyboth (PDS). Sobre este fato, Carla Rocha comentou que.

Na época em que foi a eleição do Dieter, o seu Roberto obrigou os funcionários a votarem no Dieter. Essa aí eu lembro, mas do Ilmar eu não lembro. Do Ilmar foi tudo calma, mas agora do Dieter a gente já foi até (...) O pai, aquela época, teve uma discussão e disse: “não vou votar”. E seu Roberto disse: “vai votar”, “não vou votar, o voto é meu, faço o que quiser ...”. Quase que ganhou a conta ... O seu Roberto era carrasco. Meu pai disse: “não vou dar o voto, vou dar o voto pra quem eu quero”. Daí ele disse “mas vai votar ...” (ROCHA, 2007).

Na comparação entre as eleições de 1985 e 1988, Carla Rocha, expôs uma das disputas entre os interesses do Roberto, gerente do frigorífico, e seu pai, um dos trabalhadores. Para ela em 1985 foi “tranquilo” porque o patrão tinha a mesma posição em votar no PMDB. No entanto, em 1988 esse “consenso” deixou de existir e a empresa passou a apoiar o PFL.

Em 1988, Dieter Seyboth e Verno Scherer da CRP derrotaram Ademir Bier e Lídio Schneider da CRA com apoio declarado da direção da Swift-Armour. No entanto, pelo visto, boa parte dos trabalhadores da indústria votou no candidato derrotado do PMDB. No ano seguinte, em 1989, a Swift-Armour foi vendida e a Ceval Alimentos acabou assumindo o frigorífico em Marechal Cândido Rondon. A troca de proprietários não alterou o quadro de apoios nas eleições municipais, a direção continuou apoiando a base partidária ligada ao PFL e em grande parte os trabalhadores continuaram votando na base política ligada ao PMDB.

Em 1992, este grupo político disputou as eleições municipais tendo como candidatos Verno Scherer e Arno Kunzler e perderam as eleições para a Coligação Rondonense de Ação (CRA). Esta coligação era formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e Partido Democrático Cristão (PDC). A CRA elegeu Ademir Antonio Osmar Bier, prefeito, e Ariston Luís Limberger, vice-prefeito para a gestão de 1993 a 1996.

Sobre o processo eleitoral de 1992 e a vitória do PMDB, Francisco Antonio This analisou a vitória de Ademir Bier.

Werno Scherer e Dieter Seyboth fizeram comício para ganhar as eleições e daí que eles perderam. Já era Ceval, e a Ceval apoiava o Dieter e o Werno Scherer. Eles perderam a eleição depois na época eles nos empurraram para cá. Lembra que eles perderam por duzentos e sessenta (260) votos, e duzentos e sessenta funcionários tinha a Swift-Armour todo mundo votou contra a Ceval e a favor da Swift-Armour. Daí perderam por 260 votos e nós até comemoramos porque foi com nossos votos que eles perderam a eleição (THIS, 2007).

Nas eleições de 1992, o frigorífico já pertencia à Ceval Alimentos, e os diretores dessa empresa apoiaram os candidatos da CRP, Verno Scherer e Arno Kunzler. No entanto a grande maioria dos funcionários da Ceval, já morando no loteamento, votou no candidato da CRA, Ademir Bier e Ariston Limberger que venceu as eleições com uma diferença de

362 votos. Como não havia muita diferença eleitoral entre os dois grupos político-partidários, o PFL considerava a Ceval estratégica para a eleição.

Segundo a Semilda e o This “o PFL vivia na Ceval”, o fato da maioria dos moradores do Loteamento Ceval pela segunda vez não votarem no candidato indicado pelo patrão pode indicar que as condições encontradas no Loteamento Ceval já explicavam nas escolhas, pois o governo Dieter só terminaria no final de 1992. No contexto eleitoral daquele ano. Francisco This avaliou o momento e a relação que Ceval praticava com os trabalhadores.

Mudou o salário, o custo do que a gente pegava no frigorífico no tempo da Swift-Armour. Na Swift-Armour pegávamos carne, banha tudo a preço de custo e a Ceval não. A Ceval começou mudar não era o produto que queria. As vezes você fazia um pedido, vamos dizer: se era um produto que era bem vendido a Ceval não deixava pegar. Mas, quando não vendiam eles colocavam na lista do que podia comprar. Na Swift-Armour se quisesse pegar o porco inteiro pegava (THIS, 2007).

A opção de votar contra o candidato apoiado pela chefia revela a racionalidade da classe trabalhadora, que dentro da conjuntura política partidária apresentada no momento, optou pelo apoio ao grupo político de “oposição” a diretoria da empresa Ceval Alimentos. Esta diferença, mesmo que pontual, pode indicar um vínculo de classe, pois a empresa, naquele momento, além de transferir a Vila Operária implantava novas regras que alteravam os costumes dos trabalhadores do frigorífico, como foi o caso da oferta de carne a preço de custo aos trabalhadores da indústria.

De fato, o processo eleitoral do município teve peso nas ações que tentaram regularizar o Loteamento Ceval. Sobre o período de 1991 a 1994 o Procedimento Administrativo analisa os possíveis fatos que agravaram os erros iniciais no processo de formação do Loteamento.

Dois fatos podem ter pesado muito na descontinuidade do caso em seus primeiros anos (1991-1994), ou, ao menos podem ter influenciado significativamente na continuidade da irregularidade: a mudança no Governo Municipal; e, o fechamento da unidade industrial da Ceval em 1994, e sua transferência para Mato Grosso (PAM, 2003, p.23).

Em relação à primeira das questões, a argumentação apresentada no Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003 conclui que:

Quanto ao primeiro deles não é possível aprofundá-lo sem uma abordagem mais pertinente (que ultrapassa esta apresentação), até porque os tra-

balhadores da CEVAL certamente não participavam das/nas negociações entre a CEVAL e a Prefeitura (incentivos fiscais, investimentos e atuação da empresa), tampouco deveriam ter poder de decisão nos assuntos que diziam respeito à escolha da área ou no planejamento do novo loteamento, seja no período de 1991 a 1992, quanto no período de 1993 a 1994. Certamente ansiavam, tão somente, em obter um terreno e a casa própria (PAM, 2003, p.23).

Sobre a mudança no governo e sua influência na formação do Loteamento Ceval, o documento assim indaga a questão:

A mudança no Poder Executivo, em 1993, desdobrou-se isso sim, na substituição da Direção da Sociedade Comunitária (o Sr. Ário Pedro Martiny passou a ser o novo Presidente), que, por sua vez, assumiu-a com o caso do “loteamento Ceval” em andamento, estando ou não, até aquele momento, em conformidade com a lei. Quanto a este aspecto, a nova direção deparou-se com as condições pré-existentes, todavia, com a responsabilidade institucional de dar seqüência ao caso até sua conclusão. Pelo visto, este fato explica os passos dados em 1994 (PAM, 2003, p.23).

Conforme consta no Estatuto da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Município de Marechal Cândido Rondon, o presidente e tesoureiro eram indicados pelo prefeito, tanto que, na gestão Ilmar Priesnitz (1986-1988) o presidente foi Ário Pedro Martiny. No entanto, quando o prefeito era o Dieter Seyboth (1989 a 1992), o presidente da Sociedade Habitacional foi Verno Scherer. Com a vitória eleitoral de 1992, o então prefeito Ademir Bier (1993-1996) indicou novamente Ário Pedro Martiny para presidência da Sociedade Habitacional.

2.2.2 – O loteamento Ceval e a primeira iniciativa de regulamentação

No ano de 1994, a Sociedade Comunitária deu início a uma tentativa de regularização do caso CEVAL, ao encaminhar o pedido de aprovação do loteamento da referida área, o que resultou no Decreto no 054/94. Na seqüência a Sociedade Comunitária obteve o Alvará de Licença para Loteamento, datado em 13 de julho de 1994 (PAM, 2003, p.24).

Sobre a assinatura do Decreto municipal nº 054/94, de 28 de junho de 1994, pelo então prefeito Ademir Bier, o assunto foi apresentado no PAM.

Independentemente de se pensar em prazos legais para a execução de um projeto inicial, em se considerando a existência (Parágrafo Único do Art. 12, da lei Lehmann), durante este período nada foi realizado, pois os moradores não possuem qualquer documentação dessa natureza. Ou melhor, pelo visto: ou até então ainda não havia sido aprovado um projeto de loteamento; ou, se havia um, o Decreto nº 054/94, revogou-o e as demais disposições em contrário e/ou matérias anteriores; ou, o Decreto nº 054/94 veio a ser uma das medidas legais do próprio projeto de loteamento, iniciado *naquele* momento (PAM, 2003, p.22).

Com base nos documentos conseguidos com os moradores e no Cartório de Registro de Imóveis, o PAM expõe outras possíveis razões para a irregularidade na formação do Loteamento

Com base no conhecimento que até então se tem, e por ignorância de qualquer outra legislação sobre parcelamento do solo urbano e ou projeto inicial de loteamento daquela área (Matrícula nº 19.081), apesar dos esforços realizados para a obtenção dos documentos, pelo visto o loteamento foi iniciado informalmente, porém sem atendimento à Legislação pertinente. Outra hipótese, que não exclui as demais, seria a descontinuidade do e no processo (os erros iniciais, a permanência do estado de desacordo legal nos passos seguintes e seu “arquivamento”, esquecido em alguma gaveta qualquer, pois qualquer solução implicaria em ônus dos promotores do loteamento e/ou indenização dos atingidos) (PAM, 2003, p.23)

Esta tentativa de regularização do Loteamento Ceval foi uma forma encontrada pela Sociedade Habitacional para solucionar as irregularidades existentes desde o princípio da formação do loteamento. Além disso, criou condições para receber dos trabalhadores o pagamento indireto do asfalto feito pela prefeitura para a empresa Ceval, pois após dois anos da transferência das casas, os lotes que seriam “dados” aos trabalhadores, passam a ser cobrados em 24 parcelas.

Em 1994 a Sociedade Habitacional assinou o Contrato de Compra e Venda com os moradores. Efetuado esse contrato, cada morador recebeu um carnê com 24 parcelas referentes ao pagamento do lote. Sobre a assinatura dos contratos a análise apresentada no PAM afirma que:

Com base nesses documentos a Sociedade Comunitária (Direção/Conselho Comunitário), por fim, assina “Contrato de Concessão de Direito Real de Habitação” (Contratante/Concedente) com cada morador (Concessionário), estabelecendo a identificação das partes, os dados da localização do imóvel (número do lote e da quadra), o valor e a forma de pagamento, as obrigações e restrições da partes, a promessa de venda (escrituração dos lotes), etc. Efetuado o contrato com a Sociedade Comuni-

tária cada morador recebeu um carnê de pagamento para quitação da dívida do imóvel/lote, contendo 24 parcelas (PAM, 2003, p.24).

A assinatura do contrato entre moradores e Sociedade Habitacional deu base para a cobrança dos lotes que havia sido negociada ainda em 1991/1992. Os moradores consideraram os carnês como a prova da compra dos lotes e que dadas às condições econômicas de algumas famílias o pagamento das parcelas afetou o orçamento familiar, conforme disse Mafalda Hinkel.

Eles fizeram o carnê para gente pagar as prestações do lote e deram a certeza que assim que pagássemos a última prestação a Prefeitura iria escriturar. A prestação pesava bastante, mas como a gente tinha a esperança de ter nosso lote, nossa casa, a gente fez o sacrifício de pagar (HINKEL. Mafalda, 2007).

A promessa da escritura do terreno, aliada ao sonho da casa própria motivou a assinatura do contrato com a Sociedade Habitacional, inclusive, pelo ato, deu base “legal” juntamente com as leis e decretos municipais, para a cobrança do IPTU. Outra moradora do Loteamento, Bernadete Taube, assim lembrou os primeiros anos de vida no Loteamento Ceval e das dificuldades para construir a casa e pagar o lote à prefeitura.

Quando nós viemos morar aqui, eu tive que arrumar um serviço de diarista, tive que deixar a minha filha deficiente com um piá de onze anos e a menina de dez anos para eu trabalhar, para poder conseguir feijão e arroz e as coisas dentro de casa pra comer, porque o salário dele ia na construção (TAUBE,2004).

Esta condição de mãe e da família Taube tornou a situação da Bernadete ainda mais complicada, e se mantém até hoje.

Na análise de Carla Madeleine Rocha, as prestações não foram de valor elevado, no entanto, cabe destacar que a Carla trabalhava no setor administrativo e que efetivamente tinha salário melhor do que os trabalhadores da linha de produção.

Quando os moradores transferiram as casas para o novo loteamento, não iniciaram de imediato o pagamento dos lotes, pois a cobrança efetiva dos terrenos teve início somente em meados de 1994.

Depois que foi sorteado, que foi feito o loteamento, o pessoal chegou e falou: “só com uma condição, que a gente vai cobrar um valor simbólico, pra não dizer que foi de graça”. Aí começou o negócio de vir carnezinho,

daí o pessoal falou que “não, que quando vocês pagarem tudo vocês vão lá e pegam a escrituração do terreno...”. Então, no começo o pessoal adorou, porque não tinha onde ficar, para onde ir... Então foi bom! (ROCHA, 2007).

A empresa e a prefeitura articularam as transferências das casas sem a participação dos moradores da Vila Operária, em relação aos procedimentos tanto da empresa como da prefeitura, Carla Rocha assim descreveu.

Não fizeram nenhuma reunião com os moradores, simplesmente disseram tem que sair do pátio da empresa. Mas não houve explicação, nada nada nada. A negociação que a Ceval fez com a prefeitura foi em 1991, início de 1992, as pessoas começaram a mudar as casas lá, só que o contrato foi feito só em 1994, e o sorteio dos lotes foi feito só no final de 1991. Então em final de 1991 ninguém falava nada na questão de pagar o terreno ou depois é que surgiu a questão (ROCHA, 2007).

Em 1992, Verno Scherer foi candidato e teve que se afastar da presidência da Sociedade Habitacional e, pelo visto, o processo legal do loteamento ficou parado. Como o PFL perdeu a eleição e a Ceval era um reduto do PFL, o PMDB deixou o assunto de lado ou teve outras prioridades. O Plano diretor de 2004 colocou o Loteamento como ‘irregular’ pois este foi feito antes do decreto de criação do Loteamento Ceval. Os documentos do Loteamento Ceval, de 1991/92, não atenderam às exigências da legislação. Depois, entre 1994/96, como o IAP não deu o licenciamento do loteamento, o presidente da Sociedade Habitacional deixou o caso como estava.

Com a assinatura do contrato, a prefeitura passou a receber pelo pagamento dos serviços de infra-estrutura, realizada na empresa Ceval Alimentos em 1991/92. Essa foi à conclusão apresentada no PAM 2003.

Como os “contratos de concessão” foram assinados em setembro de 1994 e, em tese, se somando os 24 meses, estimar-se-ia que a partir de setembro de 1996 seria possível iniciar os encaminhamentos de escrituração. No entanto, este fato não chegou a ocorrer, sendo isso um dos pontos-chaves das reivindicações e queixas dos moradores: **até hoje não possuem escritura nominal dos lotes, mesmo tendo firmado contrato de concessão, têm comprovante de pagamento, já se passaram os 24 meses e mesmo caducado o prazo legal de conclusão de qualquer projeto de loteamento, e, por outro, até hoje recebem carnês de IPTU sem identificação pessoal, por outro** (PAM, 2003, p.25, grifo do autor).

Em 1996 os terrenos estariam quitados, porém, aqueles que tinham quitado foram tentar fazer a escritura da propriedade não obtiveram êxito. Carla Rocha analisou a reação dos moradores quando tiveram conhecimento desse fato.

Bem, desse clima todo, o pessoal já veio dizendo, nós vamos perder tudo, isso aqui tudo, tudo o que foi feito, não tem mais conserto, e nós vamos acabar perdendo tudo. Porque isso aí tá tudo enrolado, e a gente não tem escrituração. Então eles vão acabar tirando nós daqui. Então foi o primeiro impacto. E aí um já foi passando para o outro. E aí deu aquele alvoroço todo, só que eu já sou mais tranqüila. A gente que tem um pouquinho mais de prática no negócio, já sabe... A gente foi conversando com eles que não era isso, que as coisas não eram assim, de se tirar, tinha seus trâmites legais. Então, começamos a conversar bastante com o pessoal pra ter calma e foi onde que eles começaram também diminuir um pouquinho os falatórios. Então foi o primeiro impacto do pessoal, foi esse medo de que ia perder tudo, que era o pouquinho que eles tinham construído, o pouquinho que eles tinham pago, eles iam perder (ROCHA, 2004).

Diante da impossibilidade de escriturar o terreno, alguns moradores temiam perder a casa que haviam construído com muito esforço. É significativo perceber que a casa nesse contexto não representa necessariamente “propriedade” no seu sentido burguês, o real significado da casa para esses trabalhadores é que através dela é possível garantir um ‘lugar seu’ o que esta em questão é o direito social à moradia.

Diante de tal ameaça, os moradores procuraram a Sociedade Habitacional e a própria empresa Ceval para esclarecer os fatos, Carla Rocha explicou a situação e a busca pela solução das irregularidades.

Quando os primeiros terminaram de pagar. Foram atrás da escrituração, fomos na prefeitura. O pessoal da prefeitura alegou que todos teriam de ter pago para fazer a escritura. E aí, tinha alguns que estavam atrasados, tinha outros que não tinham pago. Foi aí que a gente foi deixando, porque tinha que estar todo mundo pago. E foi uma vez que a gente comentou com o Luiz, eu lembro que eu comentei com ele, Luiz, como é que vai ficar? “Não sei, tem que todo mundo pagar, todo mundo tem que pagar pra fazer a escrituração”. Só que até hoje acho que tem gente que não pagou? Daí vão deixando, vamos deixando... Vai ficando, vai ficando... Paga um, paga outro... “mas, o pessoal não terminou de pagar ainda. Tem que pagar todo mundo”. E aí que foi ficando, foi ficando... (ROCHA, 2007).

A primeira justificativa dada pela Sociedade Habitacional/prefeitura foi que a escritura não se efetivava porque alguns moradores não haviam quitado todas as prestações dos terrenos. Todavia, do ponto de vista da legislação habitacional, uma escrituração urbana num loteamento, só é possível de ser realizada após a aprovação final do projeto de parce-

lamente do solo urbano. Na realidade, até o final do ano de 1996, o agente habitacional, no caso a Sociedade Habitacional, não havia obtido o licenciamento. O aspecto do pagamento dos carnês e a exigência de que todos deveriam quitar as parcelas não respondia aos problemas das irregularidades, conforme foi exposto no PAM.

Pelos depoimentos dos moradores a explicação dada pela Prefeitura e pela Sociedade Comunitária, nos últimos anos, era que o processo de regularização e conclusão (escrituração) do loteamento havia parado em decorrência do fato de que os órgãos ambientais (IAP e IBAMA) não licenciaram a área para fins de loteamento, uma vez que o imóvel não atende às exigências ambientais. Confirmando a explicação, novamente constavam-se dois pesos e duas medidas: por um lado, sabia-se que a área não seria licenciada por motivos legais de inadequação ambiental; por outro, não se adotava as medidas legais e necessárias para resolver a irregularidade do loteamento. Era mais fácil ignorar o problema e deixar o caso como estava (PAM, 2003, p.25).

A falta de procedimentos corretos em relação ao processo inicial da formação do loteamento, ocorrido desde 1991 é a principal causa das irregularidades. No entanto, essa questão não era preocupação naquele momento, nem da Sociedade Habitacional nem da prefeitura, a preocupação era retirar os moradores da parte interna da Ceval Alimentos. A área escolhida para fazer o loteamento com certeza teve por base o preço, quanto custou para a empresa e para a prefeitura lotear uma área rochosa, com declínio acentuado e distante do perímetro urbano da cidade, com certeza um valor insignificante para a empresa, diferente se a área escolhida fosse outra, com melhores condições.

Após os equívocos iniciais, as tentativas de regulamentação foram pautadas pelos interesses político-partidários e não pela busca de justiça em relação às condições vividas pelos moradores do Loteamento Ceval.

2.3 - A DÍVIDA ATIVA (IPTU) E A AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Em setembro de 1994 foram assinados os “Contratos de Concessão de Direito Real de Habitação” ⁸¹ (anexo 5). Neste mesmo mês, a Sociedade Habitacional passou a efetuar a cobrança dos terrenos dos moradores mediante “Carnê de Pagamento de 24 Prestações

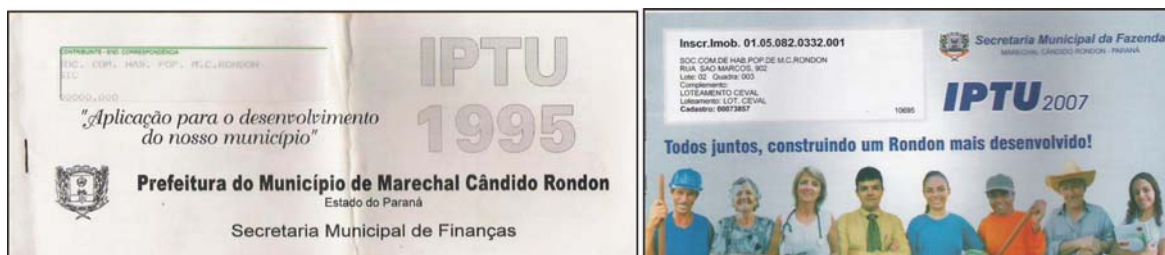
⁸¹ Contrato firmado entre a Sociedade Comunitária e os moradores, datada em 20/09/1994 (PA, 2003, p.101).

dos Lotes para Quitação da Dívida do Imóvel em Benefício da Sociedade Comunitária” (PAM, 2003, p. 104).

A não regularização do loteamento torna-se a principal reivindicação dos moradores após setembro de 1996 e até hoje, não possuem escritura nominal dos lotes, mesmo tendo contrato de concessão e comprovante de pagamento das parcelas. A partir do contrato de concessão de direito real de habitação, com o decreto nº. 054/94 e com o Alvará, de 1994, a prefeitura passou a cobrar o Imposto Territorial Urbano IPTU⁸² em 1995, os carnês eram expedidos sem a identificação pessoal dos moradores. Como, após o pagamento das 24 parcelas muitos não conseguiram a escritura, deixaram de pagar o IPTU nos anos seguintes. No último ano do governo Ariston Limberger (PMDB), o município passou a cobrar judicialmente a dívida ativa do IPTU. O PAM trata da questão do IPTU da seguinte forma.

Como o IPTU é um tributo municipal e documento oficial do Município pode servir como prova e garantia legal na reivindicação do direito à moradia e exigência legal para a execução de contrato (Código Civil e Novo Código Civil). Como todos os carnês de IPTUs têm como titular Sociedade Comunitária persistem os problemas de identificação dos lotes e confusões na entrega dos carnês. Houve vários casos de pagamento de IPTU com carnê errados, que não correspondiam ao lote e/ou ao proprietário (concessionário) (PAM, 2003, p. 25).

Como os carnês de IPTU não possuíam identificação dos moradores, mas apenas identificação da Sociedade Habitacional, muitos carnês foram pagos por engano, ou seja, mesmo efetuando o pagamento do tributo o morador não sabia se era realmente o seu imposto que estava sendo pago. A Imagem 03 e 04 mostram, respectivamente, os carnês de IPTU de 1995 e de 2007, onde consta a identificação da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Marechal Cândido Rondon como proprietária.



⁸² Imposto Predial e Territorial Urbano é um tributo cobrado anualmente pelas prefeituras de todas as pessoas que têm a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis localizados nas cidades.

IMAGEM 3: Carnê de IPTU 1995
Fonte: Roberto Herdt

IMAGEM 4: Carnê de IPTU 2007
Fonte: Roberto Herdt

O IPTU foi cobrado pela prefeitura a partir de 1995 até 2007. Durante esse período, esta ação do Governo municipal gerou vários enfrentamentos dos moradores em relação a esta cobrança. Novamente as palavras da Bernadete Taube são importantes, pois, permitem dimensionar alguns detalhes em torno deste fato.

O primeiro carnê de IPTU que eles trouxeram aqui não tinha nome em cima. Daí eu falei pro cara. Isso aqui eu pago se eu quero! Daí eles falaram. “Mas por quê?” Eu falei: “onde está o meu nome ou o nome dele?” Onde? Não tem nem o meu nome nem o dele! Eu não devo isso. Só vinha como Sociedade Habitacional, mas isso aqui não era pra ser uma associação habitacional, era pra ser um Loteamento com escritura e tudo ... No IPTU vinha Conjunto Habitacional e a hora que eles fizessem os lotes aqui não era pra ser isso, era pra ser um loteamento que cada um iria ganhar a sua escritura do lote e tudo. E onde que ta? (TAUBE, 2007)

Bernadete Taube indagou o funcionário municipal no momento da entrega do carnê do IPTU, primeiramente porque em tal carnê não constava nem o seu nome, nem o nome do seu marido, Mário Taube. Em virtude das irregularidades do Loteamento Ceval e, neste caso, da cobrança indevida (irregular ou incorreta) do IPTU, alguns moradores como foi o caso da Bernadete Taube, manifestaram sua resistência contra as ações governamentais, negando-se a pagar o tributo municipal. Essa forma de resistência foi adotada por vários moradores como foi exemplificado no PAM.

Muitos moradores não pagaram o IPTU como forma de contestação do fato de não recebimento do imposto em seu nome. Isso, por si só confirma a continuidade da irregularidade e a lesão pela qual estão submetidos. Outra discordância deve-se a desproporcionalidade entre o valor do “imóvel/lote ilegal” e o valor do imposto. Para os moradores, se a prefeitura tinha e tem informações para cobrar o IPTU, também teria e tem que ter a mesma postura na solução do caso, ainda mais conhecendo as irregularidades do Loteamento. Eis aí mais outro caso de aplicação de dois pesos e duas medidas: ao exigir o imposto dos moradores a prefeitura tinha e tem conhecimento dos lotes e dos endereços residenciais; mas, não os usa para resolver os problemas, ou exigir dos responsáveis uma ação correta (PAM, 2003, p. 25).

Diante da presença do Estado para cobrar os tributos e da ausência deste para solucionar as irregularidades, vários moradores deixaram de pagar o IPTU. Em relação aos outros moradores do Loteamento, Bernadete Taube, assim comentou.

Ah, uns pagaram tudo certinho, com medo de perder o lote. Outros foram pagando um tempo e depois enjoaram, porque continuava tudo na mesma coisa. Mas, os carnês vinham todo ano, sem o nome. O pessoal foi parando de pagar. Eu mesmo aqui em casa parei de pagar (TAUBE, 2007).

Ao tratar do problema dos carnês de IPTU, Bernadete Taube questiona o duplo tratamento dado pelo Poder Público aos moradores do loteamento. A municipalidade está presente para cobrar os impostos, tanto que recorreu à Justiça para cobrá-los, mesmo conhecendo as irregularidades e não age para solucionar os problemas vividos pelos moradores do Ceval.

Da mesma forma, outros moradores, demonstraram resistência em pagar algo a partir de carnê que nem constava o nome deles ou de pagar por um imposto que deveria vir após a urbanização do imóvel. Nesse sentido, também o morador Francisco This explicita sua maneira de se contrapor ao pagamento deste imposto.

Paguei uns dois ou três anos. Daí eu parei. Só que comuniquei à prefeitura que não ia pagar mais. Porque nós não tínhamos o carnê no nosso nome. Era um rolo de carnê, um pagava do lote do outro. Tem cara lá que não pagou que pagou e foi chamado na Justiça. Tem gente que não pagou e tem o lote quitado. Tá o maior rolo. (...) Até quando tivemos reunião com o prefeito, eu fale pra ele porque que não faz um carnê cobra o arrecadado do lixo e taxa de iluminação pública? Ninguém ia se negar a pagar. Mas IPTU não, ninguém quer paga mais. Falei pra ele mesmo (THIS, 2004).

Francisco This não paga o imposto há 8 anos devido à situação irregular causada pela falta de documentação comprobatória de propriedade do terreno. Segundo consta nos autos esse foi o motivo porque a maioria dos moradores do Loteamento Ceval deixou de pagar o importo. Com a falta de pagamento do IPTU o município moveu diversas ações de execução fiscal contra a Sociedade Habitacional por dívida ativa. Sobre esse assunto o PAM exemplifica.

O Município de Marechal Cândido Rondon moveu diversas Ações de Execução Fiscal contra a Sociedade Comunitária, tendo por matéria a dívida ativa originária do não pagamento do IPTU. Sabe-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) submete o Poder Público ao cumprimento fiscal, obrigando-o a exigir a execução de dívida ativa. No entanto, não foi a LRF que gerou a causa primeira do fato, mas sim, a longa continuidade da irregularidade do loteamento (PAM, 2003, p. 27).

No ano de 2000 o Município moveu ação de cobrança judicial da dívida ativa do Imposto Territorial Urbano (IPTU), com penhora do imóvel, contra a Sociedade Habitacional, sem o conhecimento dos terceiros implicados, os moradores. Em relação aos desdobramentos da cobrança judiciária movida pelo governo municipal, a questão foi levantada no PAM da seguinte forma.

O caso passou a ter outra dimensão a partir do conhecimento da existência de vários “Autos de Execução” movidos contra a Sociedade Comunitária, com penhora da área total da Matrícula nº 19.081, e/ou de “lotes”. Para agravar ainda mais o caso, cabe informar que um desses Autos (nº 422/00), o mais “antigo” deles, chegou ao conhecimento público dos moradores há poucos dias (no dia 13/03/2003). Nesse processo a área do loteamento já foi penhorada (avaliada) e depositada junto à Justiça (PAM, 2003, p. 27).

Os autos nº 422/00 ⁸³ (anexo 6) procederam à penhora do “lote Rural nº 50/A/B, do 11º perímetro, da Fazenda Britânia, neste município e comarca, com área de 24.000m², matrícula nº 19.081 do Cartório de Registro de Imóveis CRI” (PAM, 2003, p.133). A área do Loteamento Ceval foi avaliada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil). O PAM relaciona a existência de outros autos e a constatação que a matrícula nº 19.981(anexo 7), continua sendo lote rural do Loteamento Ceval.

A partir da cópia do processo de Autos nº 631/2001, obtida somente na data de 11/02/2003, foi possível recuperar a documentação histórica do loteamento e mesmo desembrulhá-la do ponto de vista dos moradores. Na folha 19 do processo consta a informação de vários outros na seguinte ordem de distribuição, nºs: 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654 e 655. Em consulta ao Registro de Imóveis da Comarca, realizado nos últimos dias, obteve-se a informação que a Matrícula nº 19.981, continua sendo lote rural, portanto, vinculado ao INCRA, no entanto, sobre esta área existem 28 (vinte e oito) processos de penhora, fato este que dificulta atualização do seu registro e onera a própria obtenção desse documento (PAM, 2003, p. 27).

O Procedimento Administrativo apresenta uma análise da Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis em 30 de janeiro de 2002, que trata do histórico da Matrícula nº 19.081 e, concluiu que até aquela data não havia existência do projeto de loteamento e parcelamento da área em lotes urbanos: “Portanto, até o início de 2002 a área apresen-

⁸³ Ação de Execução Fiscal, em que é exequente: MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDON, e executado: SOC. COM. HAB. POP. M. C. RONDON (PA, 2005, p. 133).

tava o mesmo histórico desde a data de 03/04/1996” (PAM, 2003, p. 28). Ao buscar a história da Matrícula nº 19.981 o PAM esclareceu a situação dos moradores do Loteamento Ceval, parte mais afetada com a penhora:

Analizando os autos nº 637/01, verifica-se nas defesas das partes a polarização do objeto de execução (o não pagamento do IPTU ou sua invalidade, pois a área ainda está sujeita ao pagamento de ITR). Da mesma forma permanece a contraditoriedade na atribuição e participação ou não de cada uma das Partes (Prefeitura e Sociedade Comunitária) na trajetória do loteamento e na indicação de responsabilidade para a solução da irregularidade (PAM, 2003, p. 28).

O PAM comprovou a indiferença tanto da Sociedade Habitacional como da prefeitura em relação à Terceira Parte direta e indiretamente implicada nos Autos, os moradores. Existem 28 Autos de Execução Fiscal movidos pelo Município contra o Agente Habitacional, e, indiretamente contra os moradores, por dívida ativa e/ou cobrança judicial de IPTU, mesmo que a área não tenha sido parcelada como solo urbano e que o imóvel continue ligado ao INCRA, e sua natureza tributária, enquanto imóvel rural seja à União, através do Imposto Territorial Rural (ITR).

Sobre o Registro do Imóvel o escrivão Noroaldo Boska negou a penhora dos imóveis e, utilizou-se da seguinte justificativa para isso:

PORQUE não possuímos quaisquer espécie de averbação, inscrição ou protocolo, mencionando REGISTRO DE LOTEAMENTO, como foi mencionado no AUTO DE PENHORA e AVALIAÇÃO, só possuímos no Registro R-2-19.081 a SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, como proprietária do imóvel RURAL descrito retro, ENTÃO só poderemos registrar desta forma como ÍMOVEL RURAL. Não existe qualquer amparo legal para procedermos o Registro de qualquer espécie sob a alegação de **REGISTROS FUTUROS** (PAM, 2003, p. 56).

Durante o período de 1992 a 1996, em que os moradores aguardavam a escrituração, o governo municipal ficou alheio aos problemas, tanto em relação a documentação quanto em relação as condições vividas pelos moradores no Loteamento Ceval, fato este que caracteriza a ausência do Estado quando é para atender demandas sociais e pela presença do Estado para cobrar tributos.

2.4 - A LUTA DOS MORADORES PARA MUDAR A RUA SÃO MARCOS E PARA DAR FIM À RETIRADA DE CASCALHO PELA PREFEITURA MUNICIPAL

No transcorrer dos anos de 1992 a 1994 alguns fatos demarcam a resistência destes moradores no tocante à própria organização espacial e às condições de vida neste loteamento. Primeiramente, diante do incômodo em ter duas ruas de terra, cada uma compreendendo uma via, (mão paralelas), e que em dias de chuva ocasionava inundação, notadamente para 50% dos moradores que tinham suas casas localizadas no lado de baixo da Rua São Marcos, pois, as vias tinham um desnível de aproximadamente um metro de altura. Para que houvesse a modificação, transformando as duas vias, numa única via, os moradores organizaram-se em comissão e foram buscar apoio na Prefeitura Municipal, já que a pista de cima também desbarrancava, mesmo quando não chovia.

Francisco This faz a seguinte análise sobre essa questão específica, posicionou-se do seguinte modo:

Eram duas pistas. Daí fomos procurar os caras da Prefeitura pra arruma. Desbarrancava, né, a pista de cima desbarrancava dentro da outra. Era uma mais alta que a outra. Eu fui. Batemos o pé com eles pra daí vieram fazer reunião aqui com o cara que era o chefe das máquinas, que na época era o Pedro Rauber. Ele mesmo que vinha tirar o cascalho e arrumar as ruas. Daí entramos num acordo com ele. Daí eles fugiram do acordo e daí nós apelemos e atropelamos eles (THIS, 2004).

Sendo um líder da comunidade, Francisco This demonstrou-se orgulhoso do enfrentamento com o chefe das máquinas, Pedro Rauber, então secretário municipal de obras, também era o responsável pela retirada do cascalho do lado de baixo da área do loteamento e nos fundos da Rua São Marcos.

Nos primeiros anos do Loteamento Ceval, além da questão da remodelação da rua, outro fato foi constantemente lembrado pelos moradores. Trata-se da retirada de cascalho, no lado de baixo e nos fundos da Rua São Marcos do loteamento Ceval, realizado pela Secretária de Viação e Obras da Prefeitura Municipal. Madeleine Carla Rocha ainda que não tenha participado de forma mais direta das ações pelo impedimento da retirada de cascalho, dá a sua versão sobre a resistência dos moradores diante de mais este desrespeito aos moradores do loteamento. Em relação a este fato, Madeleine Carla Rocha, comenta:

Eu não lembro em que época que isso aconteceu. Eu sei que a prefeitura começou a tirar, e como a gente trabalha o dia inteiro fora, a gente nunca está em casa pra saber os detalhes. Mas o pessoal se revoltou muito, por-

que inclusive tem aquela pedreira toda ali, tem um barranco muito alto. Mas que os próprios moradores foram ali, eles começaram a tirar lá no fundo da vila, a tirar cascalho lá também. Viram que daqui já tinham tirado o suficiente deixaram aquele barranco todo pros moradores debaixo, então começaram no outro lado. Então o que foi que eles fizeram? As mulheres aqui do bairro, simplesmente elas trancaram a rua. Não deixaram mais o pessoal retirar. Nesta época, assim, o pessoal começou a fazer manifestação no próprio bairro, trancou a rua, não deixou mais ninguém retirar. E com isso eles se retiraram também, eles viram que realmente não iam conseguir tirar, e se retiraram. Porque se tivessem deixado acho que hoje nem a vila aqui não existia mais, porque algumas casas até estão desbarrancando já. Então foram os próprios moradores do bairro que fizeram isso daí, não deixaram mais tirar (ROCHA, 2004).

Segundo Carla Rocha a primeira ação contra a retirada do cascalho pela prefeitura foi movida pelas mulheres, algumas mulheres colocaram cadeiras e bancos na rua e ficaram sentadas, impedindo a passagem das máquinas e caçambas, isso ocorreu, em tese, porque eram elas que ficam mais tempo em casa, pois, era nos horários que os maridos trabalhavam no frigorífico da Ceval Alimentos. Outra razão que motivou a ação das mulheres foi o risco que as escavações representavam aos seus filhos, pois um enorme barranco começou a se formar no fundo das casas do lado direito da Rua São Marcos. Além desses fatores, a formação de poeira devido à ação das máquinas, também somava na revolta das mulheres do Loteamento Ceval contra a retirada do cascalho.

A ação das mulheres teve resultados significativos, pois gerou indignação junto à população da comunidade e gerou também apoio dos maridos. Passados alguns dias após a ação das mulheres, a Prefeitura voltou a retirar cascalho, isso fez com que alguns homens se mobilizassem contra a Prefeitura. É o que comenta Francisco Antonio This:

Mais ou menos uns três meses ficaram tirando cascalho. Nós reclamando, não tinha solução. Daí chegou um certo ponto que eu fechei a rua. Tinha sete caçambas, carregadeira, trator. Eu fechei a rua num sábado. Quando ia trabalhar, eles tiravam cascalho. Quando era horário de eu vir do trabalho, quando chegava em casa, eles já tinham parado, pra não impedir. Nós estávamos em cima reclamando, procurando eles na prefeitura, marcou reunião, ficamos lá esperando até meio dia, não fomos atendidos, aí nós viemos pra casa, naquele sábado eu não trabalhei e então fechei a rua. Daí era pra vir o prefeito, diz que não encontraram o prefeito nem o vice-prefeito, daí veio o Pedro Rauber que era o chefe do maquinário. Veio e quis jogar o pessoal contra eu. Aí as pessoas falaram aquilo que o Chico fez está bem feito. Ele teve que juntar o maquinário e ir embora. Eles desistiram (THIS, 2004).

A interpretação esclarecida do Francisco This sobre a sua condição enquanto morador de um bairro pobre e dos abusos realizados pelos agentes municipais, está relacionado com sua experiência e com o conhecimento que possui tanto da comunidade em que vive, quanto da cidade de Marechal Cândido Rondon e das formas de ação dos representantes do poder político local da época.

Em relação ao relevo do solo da área do loteamento, o mesmo apresenta acentuado grau de declividade, a formação do solo é basáltica com preponderância rochosa na superfície. A retirada do cascalho acabou acentuando o processo de desmoronamento do solo em pelo menos 12 dos 25 lotes do lado de baixo da Rua São Marcos e também na parte dos fundos. O efeito da retirada do cascalho formou um barranco com aproximadamente 10 metros de profundidade presente no local até hoje, conforme é possível de visualizar na foto 21.

A Imagem 05 foi retirada do Google Earth permite visualizar o Loteamento Ceval e a localização dos pontos de retirada do cascalho.



IMAGEM 5: Imagem aérea do Loteamento Ceval, com detalhe circular onde foi retirado o cascalho

Fonte: Google Earth, acesso 2007



FOTO 21: Barranco provocado pela retirada do cascalho

Fonte: Carlos Alberto Seibert 29 out. 2005

Com relação ao fato da retirada do cascalho dos fundos dos terrenos, em pesquisa de campo, procedeu-se à medição dos lotes em questão, que possuía como dimensão original 10 metros de largura por 26 metros de comprimento. Num dos lotes com maior grau de desmoronamento constatou-se que o comprimento do lote foi reduzido para 23,5 metros. Desse modo, essa residência está assentada em um lote que está localizado às margens de um barranco de aproximadamente 10 metros de profundidade (PAM, 2003, p. 40).

Como consequência das marcas históricas da formação desta comunidade, a retirada irresponsável do cascalho na chácara ao lado do loteamento, afetou a estrutura das moradias que possuem paredes de concreto, sendo que estas começaram a apresentar algum grau de rachadura. Além do mais, não pode ser relegado a plano menor, também a própria segurança das crianças. Assim, a maioria dos proprietários plantou grama e outras espécies vegetais a fim de evitar maiores problemas com a cratera aberta nos fundos destes lotes. A retirada de cascalho ainda se encontra na memória dos moradores do loteamento.

Com base no laudo de Inspeção Ambiental nº 029/DEPOL/ERTOL/2002⁸⁴, o PAM assim descreve as questões referentes às alterações geológicas provocadas pela retirada do cascalho:

(...) o local da existência do loteamento caracteriza-se por ser uma área de relevo acidentado com declividade... Com ocorrência de formações de cascalho e levantes rochosos no interior dos terrenos (...). Características estas que talvez estejam ainda mais evidentes em função da grande presença dos locais com infiltrações das águas das lagoas de tratamento dos afluentes do frigorífico Vital Peixes. Em consequência desta especificidade geológica, acrescida das infiltrações e da retirada de cascalho, em duas áreas adjacentes, por parte do Poder Público Municipal, quase todas as casas de concreto estão com preocupantes rachaduras em suas paredes, assoalhos, muros (In: PAM, 2003, p.8).

No PAM também foi incluído um breve histórico sobre as alterações geológicas provocadas pela retirada de cascalho:

No transcorrer do ano de 1992, principalmente o Poder Municipal, através da Secretaria Municipal de Viação e Obras, procedia à exploração relativa à retirada de pedras e cascalho, que eram então transportados para outras regiões do município. Alguns moradores comentam também a ocorrência de comércio de tais materiais para municípios Sul-matogrossense. Houve a retirada, num primeiro momento, de uma chácara ad-

⁸⁴ RELATÓRIO DE INSPEÇÃO AMBIENTAL Nº029/DEPOL/ERTOL/2003, destinado aos moradores do loteamento Ceval e Ario Pedro Martiny – presidente da Comunidade Habitacional de Marechal Cândido Rondon. Protocolo 5.487.891-5 de 05/02/03 e 5.487.957-1 de 13/02/03, Adir Airton Parizotto: ENGº AGRICOLA – CREA 18859-D DEPOL/ERTO. Toledo, 06 de Março de 2002.p.1. (PAM, 2003, p.15).

jacente (de propriedade do município) do lado direito da Rua São Marcos. Quando, depois de alguns meses, começou a haver desmoronamento. Procedeu-se a retirada de cascalho em outra parte, em área adjacente ao final da Rua, onde, durante aproximadamente 3 meses, tirou-se tal material, até por volta de 1996 (PAM, 2003, p.40).

A ação da municipalidade de retirar o cascalho das proximidades do Loteamento Ceval colabora no sentido de compreender às práticas de desrespeito ao ser humano, principalmente a classe trabalhadora que vive nas periferias da cidade. Após a resistência dos moradores, o Poder Público municipal passou a depositar serragem, materiais de construção e entulhos e transformou o buraco num lixão a céu aberto, durante um certo período, depois, houve a interrupção desta prática, mas, desde então, nenhum programa de recuperação da encosta ‘cratera’ foi realizado. Em relação às consequências da retirada do cascalho o PAM faz a seguinte denúncia:

Tais desmoronamentos representam sérios riscos à integridade física dos residentes nas casas instalados no referido loteamento. Esses riscos podem ser constatados com base em perigosas rachaduras em quase todas as habitações. Rachaduras estas que se agravam mais explicitamente nas casas assentadas sobre os 11 lotes em processo de desmoronamento. Além do mais, a própria situação geológica também ocasiona danos ao bem-viver com qualidade dos moradores, que se vêem de mãos amarradas, pela impossibilidade latente de não poderem ver seus imóveis melhorados, pintados, ampliados. Sem contar no próprio agravante do perigo que tais encostas representam para a segurança das muitas crianças que vivem nesta parte da cidade. Para evitar os desmoronamentos mais acentuados, a maioria dos proprietários plantou grama e/ou espécimes vegetais (PA, 2003, p.41).

Segundo alguns moradores, quando começaram a pressionar a prefeitura e questionar a formação do barranco nos fundos dos 11 primeiros lotes situados à direita da Rua São Marcos, a prefeitura foi no local e colocou uma cerca de arame farpado com três fios, o que deixou os moradores mais indignados. A ação imprudente dos agentes municipais, ao retirar o cascalho do local, foi seguida de várias negligências, principalmente em relação à segurança física e a qualidade de vida dos moradores.

Este capítulo possibilitou pensar o Loteamento Ceval a partir de duas questões: a primeira em relação ao direito de morar e, a segunda se refere ao processo de formação urbano-industrial que caracteriza as cidades no sistema capitalista. Com relação ao direito de morar, que no Loteamento Ceval não é garantido legalmente, tornasse evidente a relação entre poder político local e as empresas que gerenciaram o frigorífico local, essa rela-

ção gerou o Loteamento Ceval e conseqüentemente afetou a vida dos moradores, muitos dos quais ex-trabalhadores do frigorífico. A segunda refere-se ao processo de formação urbano-industrial, que no caso de Marechal Cândido Rondon, apresenta seu caráter dialético e conservador, onde o subdesenvolvimento é o produto das contradições e das opções de classe na construção da hegemonia interna.

Faz-se necessário aprofundar os principais problemas presentes no Loteamento Ceval, relacionados ao meio ambiente, à saúde pública e à qualidade de vida. Além disso, no capítulo seguinte são discutidas as ações do Ministério Público e a ampliação da luta dos moradores pelo direito à moradia e pelo pertencimento à cidade. Luta esta que conseguiu nova dimensão após a inserção social da Unioeste, através do projeto de extensão universitária e da instauração da Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005.

CAPÍTULO III

MORADORES DO LOTEAMENTO IRREGULAR CEVAL PARA ALÉM DO LOTEAMENTO

Esse é o palco da história que por mim será contada
O homem na estrada
Equilibrado num barranco incômodo, mal acabado e sujo,

Porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio.
Um cheiro horrível de esgoto no quintal,
Por cima ou por baixo, se chover será fatal.
Um pedaço do inferno, aqui é onde estou.
Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou.
Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas.
Logo depois esqueceram, filhos da puta.

Racionais, MC'S

A luta dos moradores pelo direito à moradia e ao pertencimento teve outros desdobramentos a partir de fins do ano de 2002, contou com o envolvimento de integrantes da comunidade acadêmica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Resultando dessa relação entre universidade e sociedade, trabalhadores/moradores do Loteamento Ceval, o projeto de extensão “*Loteamento Ceval (1991 -): memórias e imagens dos problemas sócio-ambientais*”⁸⁵, institucionalizado em 2004, consiste numa interação entre a universidade, Pastoral Operária e a comunidade do Loteamento Ceval. A busca pelo entendimento da origem e dos problemas do Loteamento Ceval proporcionou a elaboração do já citado Procedimento Administrativo Ministerial 01/2003, que fundamentou a Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005.

A luta dos moradores do Loteamento Ceval também passou a ter outra dimensão a partir do contexto do processo eleitoral de 2002. Naquele ano, Valdemir José Sonda⁸⁶ ao fazer a campanha dos candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) começou a conhecer a realidade dos moradores do Loteamento Ceval. Sobre esta circunstância Sonda relembrou que:

O meu contato com o loteamento Ceval deu-se no transcurso do processo eleitoral do ano 2002, enquanto militante do Partido dos Trabalhadores. Fazíamos campanha, à época, para o Lula à Presidência, ao Padre Roque, Governador, para o Drº Rosinha, para Deputado Federal e para o Flávio Arns, nosso candidato a Senador (SONDA, 2008).

⁸⁵ Projeto de extensão cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), sob coordenação do professor Paulo José Koling

⁸⁶ SONDA, Valdemir José. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 20 abr. 2008. Valdemir José Sonda (41 anos) nasceu em Medianeira/ PR, no dia 28 de outubro de 1966. Filiou-se no Partido dos Trabalhadores (PT) em fevereiro de 1988, foi candidato a vice-prefeito junto com Alberto Feiden na eleição municipal de 1988 e foi novamente candidato a vereador nas eleições de 2000 e 2004. Foi militante do movimento estudantil entre 1988 até 1990, primeiro enquanto aluno do curso de letras e depois no Curso de História. Durante a realização do primeiro curso foi secretário do centro acadêmico e depois, em história, presidente do centro acadêmico entre 1994 e 1995. Foi presidente da associação dos moradores do jardim Ana Paula, durante 04 anos, entre 2003 até 2006. Em 2003, ajudou a fundar a Associação Regional em Defesa da Ecocidadania e da Cidade Sustentável (ARDECS), sendo coordenador-geral em duas gestões de 2003 até início de 2008. Também foi professor colaborador na Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon no período de 1998-2002 e 2004-2005.

Valdemir José Sonda têm uma trajetória de vida engajada na militância política, cultural e socioambiental. Sobre sua trajetória de vida e primeiro contato com o Loteamento Ceval, Sonda assim esclareceu:

Nesse dia mesmo, juntamente com mais alguns companheiros do PT, num primeiro momento nos chamou a atenção a receptividade dos moradores. Muitos dos quais já conheciam de uma forma ou de outra, o Flávio Arns, possivelmente, através da Pastoral da Criança e da APAE. Assim, em determinada moradia, três senhoras tomavam chimarrão debaixo de um pé de manga. Ao divulgarmos os candidatos falou que: “è todo mundo vem, pega o voto e vai embora”. Ao falar isto, ponderei que não, que não estávamos unicamente interessados no voto, mas que, ainda antes do término do segundo turno eu voltaria ao loteamento para conversar mais com elas. Eu já tinha uma caminhada muito incipiente no que tange a luta socioambiental. Havia documentado e posteriormente denunciado junto ao Ministério Público do Estado do Paraná, a situação do antigo lixão da Carpizza, que acabou sendo interditado pelo Instituto Ambiental do Estado do Paraná – Escritório Regional de Toledo. Também, já havia acionado o Ministério Público, diante do despejo clandestino das folhas e outros lixos que a Work estava depositando em chácaras, numa delas, bem numa localizada nos fundos da garagem da Princesa dos Campos defronte ao Jardim Ana Paula, que também acabou sendo multada, entre outras providências. Nesse sentido, percebi, num primeiro momento, naquela tarde de campanha e contato primeiro com os moradores, os problemas ambientais daquele local. Pensei então, logo, que caberia talvez uma ação de denúncia junto ao Ministério Público (SONDA, 2008).

A partir desse contato com o bairro e sua atuação como professor na Unioeste foi possível sua participação no projeto de extensão que tratava da história do Loteamento Ceval. Em 2007 foi apresentado um relatório⁸⁷ dos resultados do projeto de extensão acima citado e neste relatório o processo de constituição da Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005 foi resumido nos seguintes termos:

Em fins de março de 2003, os moradores protocolaram junto ao Ministério Público do Estado do Paraná (MP), através da 2ª. Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente da Comarca de Marechal Cândido Rondon, a documentação que abriu o Procedimento Administrativo Ministerial nº. 01/2003, solicitando os devidos encaminhamentos. Conforme sua rotina e competência, a Promotoria local instaurou o processo a fim de investigar a procedência ou não das irregularidades do loteamento e verificar a possibilidade da sua regularização, bem como de confirmar a

⁸⁷ Trata-se de uma apresentação de trabalho no VII seminário de Extensão da UNIOESTE. KOLING, P. J. ; SONDA, Valdemir José; SEIBERT, C.; MAIA, A. K. ; BADE, C.. “Pelo direito de morar em situação regular”. In: *Anais (do) VII Seminário de Extensão da UNIOESTE: a práxis social na dimensão popular*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

existência ou não de riscos à saúde pública e à integridade física e dos danos ambientais (KOLING, 2007, p.4).

A documentação que deu início ao Procedimento Administrativo Ministerial nº. 01/2003 foi organizada pelos integrantes do projeto de extensão através de reuniões com os moradores do Loteamento Ceval. Sobre os encaminhamentos do Ministério Público do Estado do Paraná o relatório acima citado mencionou que:

Dentre os encaminhamentos adotados pelo MP, durante aquele ano e em 2004, a promotora, Dr^a. Silvia Tessari Freire requereu que o Escritório Regional do Instituto Ambiental do Paraná (IAP/ERTOL) procedesse a vistoria do local e do projeto de loteamento, obtendo Laudo Técnico desse órgão que confirmou a impossibilidade legal de conceder licenciamento ambiental àquela área e a inexistência de projeto de loteamento e da caducidade da proposta iniciada em 1994. Em fins de 2004, uma equipe do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente do MP/PR (CAOP), de Curitiba, também realizou vistoria no local e produziu um laudo, datado aos 15/02/2005. Ambos os laudos confirmaram que a área não é passível de parcelamento para implantação de projeto habitacional nem de licenciamento ambiental. Partindo destas provas, em abril de 2005, a Promotoria requereu a abertura de processo civil junto a Vara Cível local, propondo uma Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005 (KOLING, 2007, p.4).

Depois de confirmado os problemas de ordem ambiental e a não observação dos pré-requisitos da legislação ambiental para implantação de loteamento urbano, a promotora, Dr^a. Silvia Tessari Freire moveu uma Ação Civil Pública e em sua exposição dos motivos, a Promotora fundamentou o estado irregular e ilegal do loteamento e os problemas sócio-ambientais, afirmando: *“Enquanto isso, os moradores do Loteamento Ceval continuam a viver em condições insalubres e de risco à suas integridades físicas, sofrendo ainda danos de ordem moral e social”* (MP, Autos nº. 225/2005 apud KOLING, 2007, p. 4).

O artigo também apresenta as principais alegações que a promotoria utilizou para instaurar a Ação Civil Pública Ambiental.

Conforme a legislação ambiental, o espaço físico do loteamento deve ser recuperado enquanto área de preservação ambiental, pois pela formação física e geológica do solo a área é imprópria para o estabelecimento habitacional (declividade do terreno igual ou maior do que 30°, o solo superficial é formado por cascalhos e afloramento basáltico e é susceptível à erosão e às infiltrações de dejetos domésticos e das estações de tratamento de efluentes do frigorífico de peixe). Afirma também que há incompatibilidade entre a área residencial e industrial, fato que expõe os moradores à poluição atmosférica e às infiltrações de resíduos orgânicos e químicos.

cos pelo ar e pelo solo, incluindo o lençol freático, colocando em risco à saúde da população e da cidade, pois abaixo da área encontra-se um poço artesiano de captação de água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), empresa municipal. Por indicação do IAP e do CAOP, os Autos também fazem referência aos riscos que a rede de alta tensão pode provocar à população (KOLING, 2007, p.4).

As várias irregularidades, os riscos ambientais e a saúde pública foram relevantes e decisivos na análise que a Dr^a. Silvia Tessari Freire fez sobre o caso indicada na PAM e na decisão para encaminhar a Ação Civil Pública. No que tange à ação dos integrantes do projeto de extensão e à ação desses junto aos moradores do Loteamento Ceval, notadamente, que esta participação se deu de forma diferente do que ocorreu em 1991 quando as negociações sobre a transferência da Vila Operária foram feitas sem a participação dos moradores.

Portanto, essa luta popular por moradia, teve seu início em 1991, com a transferência das casas da Vila Operária para o Loteamento Ceval, e continua, até hoje, sem solução. Essa luta envolve os moradores do Loteamento Ceval, cuja população atinge 200 pessoas e envolve 52 residências e famílias.

3.1 – AS CONSEQUÊNCIAS DA POLUIÇÃO GERADA PELA INDÚSTRIA DE ÓLEOS SPERAFICO E PELO FRIGORÍFICO VITAL PEIXES SOBRE OS MORADORES DO LOTEAMENTO CEVAL

Além das questões referentes aos efeitos da erosão, da permeabilidade do solo, da declividade do relevo e da retirada do cascalho do lado de baixo e ao fundo do Loteamento discutidos, indicados no capítulo anterior s moradores da região Sul da cidade, principalmente os que vivem no Loteamento Ceval, têm a qualidade de vida⁸⁸ e, conseqüentemente, a saúde afetada em função da ação poluente das indústrias vizinhas: frigorífico Vital Peixes⁸⁹ e a Indústria de Óleos Sperafico⁹⁰. As ações dessas indústrias desrespeitam a LEI Nº

⁸⁸ O conceito de qualidade de vida é um conceito abrangente e no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas normalmente relacionadas às condições objetivas e ou subjetivas dos indivíduos moradores de uma determinada área. Não pretendemos aprofundar as questões subjetivas em relação à qualidade de vida, mas, apenas aquelas relacionadas aos “aspectos que se referem às condições gerais da vida individual e coletiva: habitação, saúde, educação, cultura, lazer, alimentação, etc. O conceito se refere, principalmente, aos aspectos de bem-estar social que podem ser instrumentados mediante o desenvolvimento da infraestrutura e do equipamento dos centros de população, isto é, dos suportes materiais do bem-estar”. (SAHOP, 1978). In: VOCABULÁRIO BÁSICO DE MEIO AMBIENTE. FEEMA, Rio de Janeiro: FEEMA. 1990.2ª ed. 246 p.

⁸⁹ Instalado em 1999, no lado de cima do Loteamento Ceval (PAM, 2003, p. 37).

⁹⁰ Indústria de Óleos Sperafico, instalada há mais de dez anos, que, anteriormente, pertencia ao Grupo Soccepar, que operava o mesmo ramo industrial. Inclusive, o Grupo Sperafico adquiriu posteriormente, o terreno onde funcionava, até meados dos anos 90, a Ceval Alimentos (PA, 2003, p. 37).

9.605 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, conforme Art. 54:

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora (LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998).

A imagem 06, retirada do Google Earth permite visualizar a localização das indústrias e do Loteamento Ceval. As indústrias estão instaladas, geograficamente, na parte mais alta da área, a imagem possibilita ter a noção da distância entre as indústrias e as moradias.



IMAGEM 6: Imagem aérea do Loteamento Ceval

LEGENDA: 1) Loteamento Ceval; 2) frigorífico Vital Peixes; 3) Indústria de Óleos Spera-
fico; 4) área da ex-Vila Operária

Fonte: Google Earth, acesso 2007 pelo autor

A foto 22, na seqüência, destaca a emissão de poluente atmosférico provenientes da caldeira da Indústria de Óleos Sperafico. A foto 23 possibilita uma visão parcial das lagoas de decantação do Frigorífico Vital Peixes.



FOTO 22: Fumaça da Caldeira da Indústria de Óleos Sperafico 25/10/2004

Fonte: Valmir José Sonda (2004)



FOTO 23: Lagoas do Frigorífico Vital Peixes

Fonte: Carlos Alberto Seibert (2004)

Em relação aos problemas ambientais gerados a partir das infiltrações oriundas das lagoas de decantação do frigorífico Vital Peixes, o PAM apresentou o seguinte relato:

Um dos primeiros e mais explícito problema em consequência da existência das lagoas de decantação existentes próximas do *Loteamento Irregular da Ceval* resultam da infiltração provocada, desde pelo menos março de 2002. Estas infiltrações acontecem principalmente sobre os terrenos do lado esquerdo, a jusante das lagoas de decantação do Frigorífico Vital Peixes. Tais infiltrações existentes nesta parte do loteamento provocam em várias casas preocupantes rachaduras, nas paredes de concreto, nos azulejos das paredes, nas lajotas do piso (PAM, 2003, p. 37).

Em 2002 o frigorífico de Peixes construiu três lagoas para tratamento dos resíduos de peixes provenientes do processo de industrialização. A água depositada nas lagoas infiltra no solo e chega até as residências, provocando rachaduras nas paredes e nos pisos, além de mau cheiro, por vezes insuportável, devido à decomposição dos peixes. As infiltrações são decorrentes das condições geológicas da área onde está localizado o Loteamento Ceval. O Relatório de Inspeção Ambiental nº. 029/2003⁹¹ (anexo 8), do Instituto Ambiental

⁹¹ RELATÓRIO DE INSPEÇÃO AMBIENTAL Nº029/DEPOL/ERTOL/2002, destinado aos moradores do loteamento Ceval e Ario Pedro Martiny – presidente da Comunidade Habitacional de Marechal Cândido Rondon. Protocolo 5.487.891-5 de 05/02/03 e 5.487.957-1 de 13/02/03, Adir Airtton Parizotto: ENGº AGRICOLA – CREA 18859-D DEPOL/ERTO. Toledo, 06 de Março de 2003 In: (PAM, 2003, p. 15).

do Paraná – Escritório Regional de Toledo (IAP-ERTOL), assim concluiu sobre as condições geológicas do local:

Uma área de relevo acidentado com declividade em direção a Sanga Surucuá (Beija-Flor), com ocorrência de formações de cascalho e levantes rochosos no interior dos terrenos, o que impossibilita a implantação adequada de dispositivos de coleta e tratamento das constituições sanitárias residenciais, assim como, torna a área susceptível à emergência de infiltrações do lençol freático e de águas industriais armazenadas a montante (PAM, 2003, p. 38).

Como consequência da característica geológica da área, a água das lagoas de decantação do frigorífico Vital Peixes infiltra-se em algumas casas do Loteamento Ceval trazendo prejuízos de ordem material e afetando profundamente a qualidade de vida e a saúde dos moradores. Em relação às infiltrações e às condições do solo urbano onde estão assentadas as moradias os autos do procedimento Administrativo concluíram:

Assim, tais infiltrações, somadas às condições inerentes a um terreno com presença de material rochoso e formação de cascalho, aliado à existência das fossas sépticas das residências, e a partir das chuvas, certamente tornam a problemática explicitamente mais preocupante, sob o ponto de vista das questões ambientais, no tocante também à própria segurança física dos que vivem em tais condições (PAM, 2003, p. 38).

Além do relatório do IAP-ERTOL, anexado ao PAM citam o Ofício nº 63/02 de 23 de setembro de 2002 expedido pela Vigilância Sanitária do município de Marechal Cândido Rondon, esse documento foi encaminhado à Promotoria de Justiça local e, indica que: “a lagoa de efluentes da Indústria Vital Peixes, apresenta vazamento e cheiro desagradável que incidem diretamente sobre a população do local, provocando desconforto generalizado e prejuízos à Saúde Pública” (PAM, 2003, p. 38).

Foi a partir do Ofício nº 63/02, que a Drª Vera Guiomar Moraes, que respondia, à época pela 2ª promotoria, requereu do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) Escritório Regional de Toledo (ERTOL), a execução de relatório e/ou demais peças produzidas pela sindicância, bem como a existência de licença ambiental junto ao órgão para a atividade industrial da empresa supracitada. Sobre as irregularidades ambientais da empresa Vital Peixes, consta no PAM que:

Além destas infiltrações, há a ocorrência dos odores que ela provoca, em alguns momentos mais fortes, em outros menos; além dos perigos que tais infiltrações provocam na camada de solo em área geologicamente

não recomendável para a edificação de moradias; além das consequências que tais infiltrações provocam às edificações, não menos preocupante vem a ser a existência de uma tubulação de concreto, que despeja, constantemente, principalmente no período noturno, águas remetidas das lagoas do Frigorífico Vital Peixes, existente há poucos metros da ponte sobre a Sanga Beija Flor, na entrada de acesso ao referido Loteamento Irregular da Ceval (PAM, 2003, p. 38).

A empresa Vital Peixes construiu dois canais de tubo para escoar o excesso de água das lagoas de decantação de resíduos de peixe, um canal despejava a água na Sanga Beija-Flor e o outro canal conduzia a água poluída em direção Sul, passando na parte de cima da Rua São Marcos e sendo jogada a céu aberto num terreno vazio. A soma dos fatores, odores emanados das lagoas e o despejo a céu aberto da água poluída afetam diretamente o meio ambiente, a qualidade de vida e a saúde pública dos moradores do Loteamento.

Do mesmo modo, a *Indústria de Óleos Speraífico*, a partir das suas lagoas de decantação igualmente despeja águas junto ao curso da *Sanga Beija-Flor*. Em relação a essa indústria e os ilícitos ambientais por ela cometidos, o PAM destaca:

Enquanto unidade industrial de transformação do cereal soja em farelo e em óleo utilizados em outros ramos da indústria, a *Indústria de Óleos Speraífico* faz intenso uso de fornos e caldeiras para o processamento dos mesmos. Assim, tais queimas não somente se fazem a partir de material de combustão, tais como madeira e/ou serragem. Há tempos constata-se, principalmente na transição do período vespertino para o noturno, a formação de espessa fumaça negra saindo dos fornos da indústria supracitada. *Tal fumaça enegrecida, certamente está sendo formada a partir da queima de borrachas de pneus, conforme sugere a presença deles junto à indústria.* Dessa forma, os moradores não somente do Loteamento Irregular da Ceval, mas de outras regiões da cidade, estão sendo afetados na qualidade ambiental do ar que respiram, podendo assim, tal ilícito ambiental, estar provocando uma série de doenças afetas aos problemas respiratórios e outros, a partir do poluente atmosférico (PAM, 2003, p. 41 grifos do autor).

Os poluentes emitidos pelas chaminés da *Indústria de Óleos Speraífico* incidem sobre a saúde dos moradores do loteamento, principalmente devido à direção dos ventos. O Relatório de Inspeção Ambiental Nº 019/Depol/Ertol/2003, discutido no PAM apresentou a seguinte conclusão sobre a poluição atmosférica no local.

Destacamos também que o loteamento encontra-se situado em área industrial cuja direção predominantemente dos ventos no local propicia a fluência de forma constante de gases e odores, qualificados como poluentes

atmosféricos, deteriorando assim, a qualidade do ar, incumbindo em risco à saúde e a incolumidade humana. Cabe salientar que a área em que se encontra o loteamento caracteriza-se por um terreno em depressão o que favorece a confinação dos poluentes atmosféricos no local, especialmente quando da ocorrência de calmarias e/ou de baixa incidência de ventos (PAM, 2003, p. 40).

Diante das condições sub-humanas enfrentadas cotidianamente pelos moradores, estes se organizaram e, uma forma de buscar a solução dos problemas foi acionar os organismos ambientais. Nesse sentido, foi enviado um ofício coletivo, subscrito pelos moradores ao Instituto Ambiental do Paraná – Escritório Regional de Toledo (IAP-ERTOL). Após visita técnica, este órgão respondeu o Ofício através do Relatório de Inspeção Ambiental nº. 029/2003. O relatório apresentou as seguintes conclusões:

Em vistoria técnica realizada na data de 06/03/03, no loteamento localizado no endereço acima nomeado, constatamos tratar-se de empreendimento imobiliário implantado de forma irregular, com inobservância da legislação ambiental, especialmente no tocante à ausência de licenciamento. Ressaltamos, outrossim, que o local de existência do loteamento caracteriza-se por uma área de relevo acidentado com declividade em direção a Sanga Surucuá (Beija-Flor), com ocorrência de formações de cascalho e levantes rochosos no inteiro dos terrenos, o que impossibilita a implantação adequada de dispositivos de coleta e tratamento das contribuições sanitárias assim como torna a área susceptível a emergência de infiltrações do lençol freático e de águas industriais armazenadas a montante (In: PAM, 2003, p. 15).

O referido relatório concluiu sobre a impossibilidade de conceder o licenciamento ambiental para o Loteamento Ceval, pois a área não apresenta as condições ambientais mínimas quanto a sua viabilização e localização.

Outro documento que torna mais clara a situação da insalubridade vivida pelos moradores foi o ofício encaminhado pelo Médico Veterinário e Diretor da Vigilância Sanitária do Município de Marechal Cândido Rondon, Pedro Seyboth, à Promotoria de Justiça da Comarca. Neste documento, o médico relatou o vazamento de resíduos da lagoa da Indústria Vital Peixes e que essa negligência da empresa contribuiu para a produção do cheiro desagradável que afetou a população local, provocando desconforto generalizado e prejuízos à saúde pública (In: PAM, 2003, p. 38).

Em relação aos ilícitos ambientais praticados tanto pela Indústria de Óleos Sperafico como pelo frigorífico Vital Peixes, o PAM esclarece que:

Tanto as infiltrações, quanto os odores delas emanadas, somadas ao despejo junto à Sanga Beija-Flor, podem estar incidindo em descumprimento diante da **Constituição Federal**, em seu “Art. 225. *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*” (PAM, 2003, p. 38, grifo original).

Segundo alguns moradores, a *Indústria de Óleos Sperafico* costuma utilizar-se da queima de pneus usados, para aquecer as caldeiras da fábrica. Esse fato foi constatado pela formação de espessa fumaça negra saindo das chaminés principalmente no período noturno e em fins de semana, pois são horários que dificultam a fiscalização ou denúncia aos órgãos competentes. De acordo com os mesmos, a queima de pneus libera fuligem que se deposita no chão e sob os móveis, além de provocar alergias respiratórias nos moradores e principalmente nas crianças.

As agressões ambientais existentes no Loteamento Ceval podem ser divididas em duas origens principais: uma decorrente das lagoas de decantação do frigorífico Vital Peixes e, a outra, em função da emissão de poluentes atmosféricos pela Indústria de Óleos Sperafico. Com isso, essas duas empresas contribuem para agravar os problemas de saúde pública que atinge os moradores. Além do mais, as infiltrações, as condições inerentes ao terreno com presença de material rochoso e com formação de cascalho aliado à existência das fossas sépticas residenciais, tornam a problemática ambiental mais preocupante, principalmente nos períodos de chuva, aumentando os riscos à integridade física dos que vivem no local.

Nos relatos dos moradores do Loteamento Ceval, especialmente os que permanecem mais tempo em casa, como é o caso da Bernadete Taube, são constantes as falas referentes aos efeitos das infiltrações, dos odores e da alta umidade do local.

Com estas infiltrações de água ali atrás, agora minha casa ta sujeita numa hora dessas a desabar, a minhoca come tudo por baixo do piso, porque isso vive úmido (...). No meu banheiro cada pouco tem minhoca que sai do meio dos tijolos (...). Ah, Marechal Cândido Rondon é uma cidade boa de mora... Eu sempre gostei daqui, mas esse nosso loteamento aqui ta terrível. Pra mim isso não significa nada, já deviam ter trocado o nome desse bairro porque, o que tem a ver com a Ceval ainda, não tem mais nada a ver com a Ceval... Ceval era a firma, e eles já se pinotearam daqui faz tempo (...) (TAUBE, 2004).

Essa fala, a exemplo de outras, mostra que o trabalhador ao narrar a sua vida, revela outras histórias, muitas vezes ocultadas e silenciadas. Relatos que destoam da história oficial de Marechal Cândido Rondon que a colocou, em 1997, como a 3ª cidade do Paraná com melhor qualidade de vida. Ora, esse ‘nobre’ título oficial não se refere aos moradores do Loteamento Ceval, fato registrado nas fotos 23 e 24, que registram o fundo da casa da Bernadete Taube.



FOTO 24: Infiltração de resíduos proveniente das lagoas da Vital Peixes
Fonte: Valdemir José Sonda 25 out. 2004



FOTO 25: Infiltração de resíduos proveniente das lagoas da Vital Peixes
Fonte: Valdemir José Sonda 25 out. de 2004

Na segunda entrevista realizada com Bernadete Taube, em 20 de abril de 2007, foi feito uma pergunta semelhante e a resposta dada por ela caracteriza a permanência dos problemas:

Estou cada vez pior, nunca tinha nada, agora estou direto com tosse, nariz trancado, falta de ar,... Aliás, antes de sair este frigorífico de peixe aqui não tinha nada, agora me deu problema no coração, que eu nunca tinha, não vou dizer que veio do frigorífico, mas que ajudou, ajudou. Parece gripe, mas é tipo uma alergia da poeira e do mau cheiro do frigorífico de peixe. Não vou dizer que o problema do coração é disso, mas um pouco ajudou é muito pó que vem da Sperafico é carvão, casquinha de milho, soja. A minha casa está sempre molhada ao redor, lá no fundo não dá pra pisar sempre tem banhado (TAUBE, 2007).

Em relação ao mau-cheiro provocado pelas lagoas de decantação do Frigorífico Vital Peixe, Madeleine Carla Rocha falou que:

(...) com o frigorífico de peixes, hoje nós temos problemas aí por causa das águas, que as lagoas estão correndo dentro de casa. O mau-cheiro, também, tem gente que mora no fim da vila aí, que é insuportável o cheiro. Então como é que isso vai fazer bem pra saúde (ROCHA, 2004).

Ainda em relação ao problema da poluição, Carla Rocha, novamente ilustra seus sentimentos diante de mais esta triste situação vivenciada pelos moradores do loteamento Ceval.

(...) a Sperafico aqui tem muita queima de pneus. Então se você chegar aqui uma hora da manhã, ou que seja à tarde, mas geralmente é mais à noite. Então, de manhã, você caminha aí pela área, pela calçada, você vê a queima, como é essa fuligem, afeta bastante. A gente que não fica durante o dia aqui, tudo bem, passa. Mas e as crianças, que respiram esse ar. Então é muito prejudicial (ROCHA, 2004).

Conforme relatos as crianças e as donas de casa são as pessoas que mais sofrem com os efeitos da poluição, pois são eles que passam a maior parte do dia no bairro.

Francisco Antonio This destacou as inúmeras dificuldades e problemas por eles enfrentados cotidianamente no Loteamento Ceval e relacionou a sua condição vivida com a noção de que Marechal Cândido Rondon é caracterizada como possuidora de boa qualidade de vida. Sua expressão foi de indignação e falou o seguinte:

Do tempo que eu estou aqui, vamos dizer, de uns cinco anos pra cá, só problema, só dificuldade. Quer dizer que quando Marechal Cândido Rondon foi considerada a 3ª cidade em qualidade de vida, nós já estávamos morando aqui, mas, era o começo. Fazia pouco tempo nós estávamos morando aqui, agora, hoje, não tem nem comparação, nem com 3ª, 4ª, nem sei o quê... Porque não é só esse loteamento que é irregular. Em Marechal existe quatorze, quatorze, processos de loteamentos, só que um dos piores é o nosso. Aqui é zero, que qualidade de vida vai ter aqui? Com essa contaminação, problema, rachadura das casas, água, poeira, fumaça, cheiro, não tem. Aqui não tem qualidade nenhuma, assistência da prefeitura não tem, a única coisa que eles fazem é vir recolher o lixo, duas vezes por semana, segunda e sexta-feira nenhuma (THIS, 2004).

De algum modo, Francisco This destacou a natureza da sua indignação, pois para ele os problemas o Loteamento Ceval, e de outros tantos da cidade, são conseqüências das

políticas públicas adotadas pelos vários prefeitos, que não tratam as questões ligadas às classes trabalhadoras como prioridade.

A família de Antonio Jozir Rodrigues da Cunha⁹² é marcada por problemas de saúde, muitos deles desenvolvidos pelo contato direto com a poluição. Durante a entrevista, Antonio da Cunha, respondeu com emoção as questões relacionadas à saúde familiar.

Pra começar vamos falar o seguinte: a minha mãe morreu de câncer, aqui. Meu pai morreu de câncer, aqui. E volta e meia eu to com as meninas na farmácia, médico, com gripe... É coisurada, ânsia de vômito e coisurada... Então tá acontecendo isso. Até ontem a minha nenê tava desse jeito. Meu pai tinha câncer na garganta. Minha mãe câncer de pele. Quando ficou doente e foi mandado fazer a biópsia, daí foi levado o exame para Cascavel, até o resultado voltar ela faleceu daí abri o exame em casa e tava lá, origem cancerosa, por toda a pele, quando eles descobriram tinha pegado o corpo inteiro (CUNHA, 2007).

Segundo os moradores, desde o início do Loteamento Ceval até hoje, nove pessoas, tiveram como causa da morte, o câncer, o que leva a questionar se há alguma relação com os efeitos da poluição que estão submetidos diariamente. Ainda sobre as condições de saúde da família, Antonio da Cunha complementa:

Meus filhos já tiveram renite, gripe, febre, ânsia de vômito. Isso é de ficar trancado dentro de casa. Não da pra sair, vem um fedor lá de cima. A causa dessas doenças é! Eu acho? Em primeiro lugar é o Sperafico... Aquela poluição... Aquele pó, porque tudo fica branco de pó aqui dentro de casa, e vem de lá. E outro este frigorífico de peixes aí que solta muita bactéria... Estas coisas (CUNHA, 2007).

Em relação às influências desses fatores e os danos provocados ao meio ambiente e à saúde dos moradores, na Ação Civil, a Dr^a. Silvia Tessari Freire tratou das poluições existentes naquela região da cidade:

Constata-se, ainda, pela farta documentação juntada, que os moradores do empreendimento sofrem com a **poluição atmosférica** ocasionada pela emissão de poluentes pelas indústrias instaladas na área vizinha ao 'loteamento' (Indústria de Óleos Sperafico e frigorífico de Peixes Vital), bem como com os problemas resultantes das suas lagoas de tratamento (como

⁹² CUNHA, Antonio. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 28 abr. 2007. Antonio Jozir Rodrigues da Cunha é natural de Serafina Correia/RS, migrou para Marechal Cândido Rondon em 1982. Trabalhou em vários frigoríficos: Sudcoop e Frimesa na cidade de Medianeira/ PR, Coopavel em Cascavel/PR, Perdigão na cidade de Videira/SC. Em Marechal Cândido Rondon trabalho na Swift-Armour e na Ceval Alimentos, atualmente trabalha no frigorífico Beker em Quatro Pontes. Antonio comprou um lote da Ceval Alimentos e construiu com recursos próprios a casa no Loteamento Ceval.

fortes odores exalados, infiltrações de águas das lagoas da Vital Peixes, que ‘brotam’ do chão nas casas dos moradores), o que vem provocando graves, se não irreversíveis, danos à saúde daquela população que constantemente se vê acometida de enfermidades como dores de cabeça, gripes intermitentes, alergias respiratórias, bronquite, feridas na pele, cansaço (FREIRE, In: ACPA, 2005, p. 6 grifo no original)

O texto da ACPA da Dr^a. Silvia Tessari Freire contribuiu para compreender o quanto que os moradores do Loteamento Ceval estão sujeitos aos riscos, provocados pelos ilícitos ambientais produzidos pela indústria de Óleos Sperafico e pelo Frigorífico Vital Peixes. Desta forma, o Ministério Público confirmou a influência da poluição produzida pelas indústrias na qualidade do meio ambiente e na saúde dos moradores. A ACPA conclusiva em relação aos danos ambientais presentes no referido loteamento, conforme destacou Freire:

Por fim, é possível verificar, outrossim, que a erosão ocasionada pela ocupação desenfreada da área onde se encontra o Loteamento, bem como pela retirada de cascalho do local, que foi efetuada pelo próprio Município de Marechal Cândido Rondon, somadas à característica geológica da área – *que tem relevo acidentado e ondulado, com declividade acentuada, em torno de 30 %, e com levantes rochosos* -, contribuíram e vêm contribuindo para a ocorrência de importantes alterações geológicas da região e para a deposição de materiais soltos em área de preservação permanente, para a turbidez das águas e o assoreamento do Rio Beija-Flor, com a conseqüente alteração da qualidade das águas do manancial, o que representa **sérios danos ao Meio Ambiente** (FREIRE, In: ACPA, 2005, p. 6, grifo no original).

A promotora conclui ainda que os moradores estão submetidos a uma série de malefícios à saúde, especialmente as crianças que vivem diariamente no local, sob os efeitos dos odores liberados pelas lagoas de decantação do Frigorífico Vital Peixes e da fumaça tóxica oriunda da caldeira da Indústria de Óleos Sperafico (FREIRE, In: ACPA, 2005, p. 6).

Outro ilícito ambiental praticado por uma das indústrias vizinhas ao Loteamento Ceval, a Indústria de Óleos Sperafico, ocorreu no mês de fevereiro de 2006, durante os dias do carnaval. Esse fato foi apresentado e discutido em evento ocorrido na cidade de Rio Grande/RS em 2006.

Algum produto, altamente poluente, originário da indústria cerealista e de óleo vegetal, atingiu a Sanga Beija-Flor, a Matilde Cuê e o Rio Arroio Fundo – da Bacia do Paraná III –, matando todos os peixes e, inclusive, gado, por uma distância de 10 km. Tanto o IAP, quanto a Promotoria do Meio Ambiente foram mobilizados e a empresa foi autuada. Entretanto, a

imprensa local não divulgou o nome da empresa, obviamente, por motivo de ordem política e de influência do(s) proprietário(s). Como alguns moradores do loteamento Ceval são empregados na empresa, por fontes não oficiais ou oficiosas, sabe-se a origem do caso e os motivos do fato (uso de produtos químicos para limpeza de equipamentos) (KOLING, 2006, p. 4)⁹³.

Diante dos ilícitos cometidos pelas indústrias e das condições insalubres e de risco à integridade física, o Loteamento Ceval, que deveria ser um espaço de moradia, de vivência, de organização espacial, acaba por se tornar um espaço de risco, de preocupações; um espaço de tristeza, de revolta, de indignação e de resistência.

3.1.1 – Qualidade de vida e saúde dos moradores do Loteamento Ceval

Além das questões ambientais apresentadas anteriormente é necessário analisar as consequências da incidência desses poluentes na saúde e na qualidade de vida dos moradores do Loteamento Ceval. Certos de que estas duas questões estão umbilicalmente entrelaçadas, sendo as duas faces da mesma moeda, e que somadas às irregularidades já apontadas na parte inicial deste capítulo, tornam a situação desta localidade ainda mais problemática. Em relação aos principais problemas de saúde dos moradores do Loteamento Ceval o PAM avalia:

Enquanto moradores deste Loteamento “Irregular” da Ceval, os seres humanos sujeitos aos Ilícitos Ambientais acima arrolados, estão sofrendo uma série de interferências maléficas em seus organismos, notadamente sobre as inúmeras crianças que neste espaço municipal vivem. Muitas destas crianças praticamente viveram toda sua vida no referido lugar, já que algumas delas contam com 10, 11, 12 ou 13 anos. Na verdade, enquanto espaço habitacional formado exclusivamente por trabalhadores de baixa renda, os malefícios decorrentes às interferências dos aspectos relativos à poluição ambiental, se revestem de maior gravidade, pelas próprias condições sanitárias do bairro, bem como em função da não possibilidade, de se alimentarem de forma adequada, de acordo com as necessidades nutricionais prescritos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (PAM, 2003, p. 41).

⁹³ Trata-se de uma comunicação apresentada no XXIV Seminário de Extensão Universitária da Região Sul Rio Grande/RS. KOLING, P. J. ; SONDA, Valdemir José. “Construindo Direitos e Buscando a Justiça: os moradores do Loteamento Ceval e a luta pelo direito de morar, Marechal Cândido Rondon/PR - de 1991 a 2006.. In: XXIV Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2006”, Revista Expressa *Extensão*. Rio Grande/RS: Editora e Gráfica Universitária - FURG, 2006. v. 11. p. 1-11

Enquanto locus de moradia e de sociabilidade familiar desde o final do ano de 1992, inúmeros problemas de saúde existentes no Loteamento apontam, para a influência da emissão de poluentes atmosféricos da indústria Sperafigo, das infiltrações provocadas pelas lagoas de decantação da empresa Vital Peixes e pelas características geológicas do solo. A presença de laje na superfície e a inclinação do terreno não possibilitam a construção de fossas sanitárias. A soma desses problemas afeta a saúde e a qualidade de vida dos moradores do Loteamento Ceval, conforme foi frisado no PAM,

Com relação aos principais focos propulsores de doenças, há que se destacar, então, as inúmeras poças de águas das infiltrações das lagoas de decantação do Frigorífico Vital Peixes. Águas estas que podem ficar ininterruptamente expostas a céu aberto. Outro foco propulsor, e agente de enfermidades decorre da poluição atmosférica (PAM, 2003, p. 42).

Dessa forma, tais infiltrações, somadas às condições inerentes a um terreno com presença de material rochoso e formação de cascalho, aliado à existência das fossas sépticas residenciais, e a partir das chuvas, certamente tornam a problemática mais preocupante. Principalmente, sob o ponto de vista das questões ambientais, bem como em relação à segurança física daqueles que vivem em tais circunstâncias.

Conforme levantamento, por amostragem, incluído na ACPA em quase todas as famílias consultadas, a ocorrência de casos de gripe, de alergia respiratória e doenças de pele. Em relação à qualidade de vida de quem mora e vive no Loteamento Ceval é significativo o relato apresentado no PAM, de uma senhora que estava saindo do bairro em decorrência dos efeitos da poluição.

Na última casa do lado esquerdo a senhora comentou a forte carniça, o fedor dos peixes mortos, vindos das lagoas da Vital Peixes, que lhe deixa, bem como em sua filha, com constante dor-de-cabeça. Como mora de aluguel, a partir do auxílio de outra filha, irá se mudar do lugar, pois não suporta mais a situação (PAM, 2003, p. 42).

Conforme informações contidas no processo, as casas do lado esquerdo ficam mais próximas das lagoas do frigorífico Vital Peixes, pois são vizinhas de cerca e as lagoas estão a pouquíssimos metros da divisa. Em decorrência dessa localização, estão mais sujeitos aos odores provenientes da decomposição dos peixes. Em levantamento realizado no local e questionário aplicado com os moradores no ano de 2006, foi possível fazer algumas obser-

vações em relação às agressões ambientais das indústrias e às consequências à saúde e à qualidade de vida dos moradores.

Na penúltima casa sentido Norte-Sul, lado esquerdo, onde vivem Clair Paulo Belíssimo (36 anos) e Eli Belíssimo (37 anos), juntamente com quatro filhos, Alex (15 anos), Alan (09 anos), Alisson (06 anos) e Aline (05 anos) a principal incidência de enfermidade é a alergia e gripe intermitente. A senhora Eli contou sentir dor de cabeça e cansaço no corpo. Neste local ocorrem infiltrações no terreno e acúmulo de água debaixo do assoalho das casas, o que torna o odor permanente, piorando em épocas de chuvas ou de acordo com o sentido do vento.

Na antepenúltima casa do mesmo sentido residem Francisco This e Nair This, juntamente com os dois filhos, Anderson (21 anos) e Robson (12 anos). Essa família é afetada diretamente pela poluição do frigorífico Vital Peixes e pela erosão do solo. O terreno onde está assentada a casa da família This sofre efeitos constantes da erosão do solo e está permanentemente suscetível a odores desagradáveis e infiltrações. Na parte da cozinha, azulejada, há incidência de rachaduras. Em relação às enfermidades, Nelci sofre de alergia pulmonar desde 1999, quando houve a instalação do referido frigorífico de peixes.

O frigorífico de peixes começou a funcionar em 1999. Conforme Francisco This, os moradores do loteamento denunciaram sistematicamente o mau cheiro à Vigilância Sanitária do município, mas, a prefeitura não tomou providências. Outra medida tomada pelos moradores era ligar para o proprietário do frigorífico. Ao ser indagado sobre o que os moradores fizeram em relação aos odores gerados pelo frigorífico, This assim respondeu que:

Reclamamos para os donos, fomos na saúde, na prefeitura, mas, a prefeitura não tava nem preocupada com o que acontecia. Teve domingo que nós saíamos de casa porque não agüentávamos dentro de casa. Tinha dias que 2 da madrugada ligávamos o ventilador dentro de casa e não agüentávamos o cheiro, mesmo com a casa fechada, só faltava sentar corvo. O Roni nós cansamos de fazer ele vir aqui, ligávamos pra ele e ele respondia: Não, não tá cheirando. Como é que não tá cheirando então vem aqui, ele vinha aqui, nós fazíamos ele vir aqui e, ele vinha (THIS, 2007).

Diante da pressão dos moradores, o proprietário do frigorífico Vital Peixes fez algumas adequações, construiu uma valeta entre as casas e o frigorífico e colocou uma tubulação esgotando a água das lagoas na sanga Beija-Flor para evitar as infiltrações dentro das casas. Em relação a essas ações do proprietário do frigorífico, Francisco This assim explicou:

A valeta foi do tempo do Roni, mas, ele disse que foi a Prefeitura que mandou fazer. Ele falou que ali era dele ele fazia o que queria. Mas, ali é reserva da prefeitura, uma área da prefeitura, mas, mesmo assim eles começaram a fazer aquela valeta e começou a rolar pedra nas casas, nos carros ali na frente, daí eu liguei pro Roni e o Roni veio e disse: é porque aqui nós vamos fazer a valeta! E eu falei! Não, no meu lote vocês não vão passar, se você quer fazer do lote do vizinho pra lá faz se o vizinho concordar, agora, aqui no meu lote não. E começaram a fazer a valeta e foram rolando pedras nas casas, nos carros e daí eu já tive uma briga com o Roni. Daí ele veio e falou que ali eles podiam fazer porque a prefeitura mandou. Daí eu já peguei no pé do bicho. Daí começou a rolar pedra na casa, no carro e, ele veio, daí sobraram umas pedras ficaram no meu lote e eles passaram igual a máquina daí eu liguei pro Roni e falei vem aqui ver o que ta acontecendo que ta caindo até a casa com as pedras e ninguém vai tomar providência? Daí ele veio e eu fiz eles juntar todas as pedras que ficaram no meu lote, uma por uma, ele mandou o funcionário vir juntar, mas tudo a baixo de brigas (THIS, 2007).

Inconformado com os problemas gerados pelo frigorífico Vital Peixes, Francisco This não se intimidou, mesmo com a indiferença da municipalidade em relação às condições sub-humanas vividas no local procurou exigir do proprietário da empresa a solução para o mau cheiro. Sobre os motivos que o proprietário do frigorífico insistiu em fazer a valeta, This esclareceu:

Ele fez a valeta pra desviar a água que sobrava do esgoto da fossa. A idéia dele era fazer aquela valeta pra terminar a contaminação que vinha aqui pra baixo, a água ia correr naquela valeta até na laje, saí onde a laje tá de fora. Ele achava que a água ia saí de lá e correr. Ele encanou a água de dentro das lagoas do frigorífico com aqueles canos grossos, chegou a largar nas valetas pra secar as fossas. Daí eu liguei de novo e o Roni veio e eu falei dá uma olhadinha, como é que ta que eu vou ligar pro agente de saúde. Eu liguei pro agente de saúde, veio um monte de gente de saúde olhar. Só que daí elas também não podiam fazer nada. Daí eu falei que vou ligar pro prefeito e ver o que ele acha. Daí o prefeito desceu também. Daí eu falei pra ele: “daí como é que é vai ficar isto aqui?” O prefeito falou que ele não poderia fazer nada porque tinha que ver com as indústrias (THIS, 2007).

O então prefeito Ariston Limberger (PMDB) não fez nada para solucionar o problema, em tese, porque o frigorífico fora montado com apoio e com incentivos do governo municipal. Nesse caso, do ponto de vista da prefeitura, o melhor a ser feito era deixar as coisas como estavam, ou seja, deixar o mau cheiro para os moradores do Loteamento Ceval. Após essa tentativa de resolver o problema pelo frigorífico, houveram outras, como relatou This.

Aqui, uma temporada eles largavam um produto ali que não dava muito cheiro, cortava o cheiro da água, só que se deixava de usar Deus me livre o bicho pegava porque uma época de tanta pressão que nós fazíamos, o cara me falou: “não, nós vamos resolver o problema”. Vamos comprar um produto, mas aí já tava o processo porque eu fui lá na Sílvia, daí não tinha mais jeito eu fui lá na Sílvia, a Promotora. Daí ela ligou pra eles e o cara falou que eles iam tomar providência que, o produto deles tinha acabado e não tinha chegado e, daí resolveu. Começaram a usar um tipo de produto, depois quando acabava o produto e não vinha na temporada, Deus me livre. Mas tem produto, claro que tem, tem tratamento pra água só que é um tratamento caro (THIS, 2007).

Francisco This está se referindo à Ação Civil Pública Ambiental, Autos nº. 225/2005, porque depois que a Promotoria Pública começou a acompanhar a situação do Loteamento Ceval, criou-se um canal de diálogo entre os moradores e o Ministério Público. Com isso, ampliou-se o poder de luta dos moradores, criando inclusive possibilidades de ruptura com as práticas clientelistas⁹⁴ de alguns políticos do município.

Outra situação incômoda vivida pelos moradores do Loteamento Ceval, diz respeito ao isolamento social ao qual estão submetidos, pelo fato de não poder receber visitas de parentes e amigos. Conforme relatou Francisco This,

O cara desembarcava e eu já falava não repara o cheiro que ta feroz. Aqui em casa, falando a verdade, eu perdi vários amigos que vinham aqui e não vêm mais, porque, tu faz um chimarrão, você oferece um chimarrão, alguma coisa pra comer, quem vai comer com um cheiro desses? Quem não era acostumado com o cheiro não demorava e ia embora. O Vando vinha aqui até quando nasceu minha netinha, depois não deixava nem trazer aqui, não deixava mesmo. A minha filha tinha até medo de acontecer um aborto por causa do cheiro, não deixava a menina ficar aqui. Os 15 anos que nós moramos aqui, eu acho, que nós tivemos muitas perdas. Perdemos até hoje, desde o começo, a gente acreditou na história e no fim nos ferramos. Ainda hoje, a gente não pode fazer nada aqui. Então, já não era bom, você tinha um projeto de melhorar, aí tava segurando uns trocos pra melhorar alguma coisa na casa, era a única coisa que podia fazer e até hoje não pudemos fazer nada, tempo parado, acho que foi só prejuízo para nós (THIS, 2007).

As consequências da poluição não afetam apenas a saúde dos moradores do Loteamento, afetam também as relações sociais e os processos de socialização dessas pessoas,

⁹⁴ Sobre esta questão foi apresentado um trabalho na III Expedição Geográfica da UNIOESTE. SEIBERT, C. A. O Clientelismo como Negação da Democracia em Marechal Cândido Rondon: O Caso do Loteamento Ceval. In: Anais da III Expedição Geográfica da UNIOESTE Marechal Cândido Rondon, 2003. v. 1. p. 1-9.

afetam também a auto-estima, ao refletir sobre sua condição, enquanto trabalhador, Francisco This emocionou-se e comentou:

Estamos aqui porque somos teimosos, não estamos por quê? Como é que vamos pagar aluguel? Já ganhamos pouco, pra sobreviver, vai só aumentar as despesas, se tivesse condições não ficaríamos aqui mais nem um minuto. Teve uma época que eu convidei a mulher pra pagar aluguel pra sair daqui, mas como pagar aluguel, ganhando uma mixaria e ainda pagar aluguel por cima. Daí o bicho pega e sempre gastando com doença. Vocês tinham que entrevistar a Rose do Mário que foi embora. Teve criança que agora deu uma endireitada depois que saíram do bairro (THIS, 2007).

A Oraide e o Sérgio eram vizinhos do This, tiveram que sair do Loteamento em consequência dos problemas de saúde dos filhos, ao retornar para visitar os amigos do bairro, o casal de amigos contou que o problema de saúde dos filhos era causado pela poluição e a simples mudança de local resolveu o problema.

A vizinha do This, Vanise Schuster Vieira⁹⁵ é viúva e mora juntamente com dois irmãos e quatro filhos, com idades de 08, 10, 12, 13 e 14 anos. Conforme relato da mãe, as crianças já foram várias vezes internadas com bronquite asmática, também apresentam micoses nos dedos das mãos e feridas pelo corpo, Vanise relatou ainda, que desde que passou a morar no Loteamento Ceval começou a sentir dores de cabeça.

Do outro lado da casa da Vanise Vieira reside a família Mendes, constituída por José Francisco Mendes Filho⁹⁶ (70 anos) e Rosalina Pereira Mendes (58 anos), juntamente com os filhos Osvaldo (39 anos), Anésio (20 anos) e Valdomiro (14 anos). A família migrou por várias cidades em busca de trabalho. No período de 1970-2001 moraram no Km 18, em *Puerto Marangatú*, no *Departamento de Kanindeyu*, Paraguai. Após esse período no Paraguai a família veio a Marechal Cândido Rondon. José Mendes já passou por três cirurgias (pulmão, estômago e coração) e, segundo avaliação da família, o principal problema do bairro é justamente o mau cheiro proveniente das lagoas do frigorífico de peixes.

O casal Jores Ademir krein (38 anos) e Solange da Cruz Krein⁹⁷ (28 anos) possuem três filhos: Maicon (11anos), Mônica (05 anos) e Marcelo (04 anos). Conforme relatos do casal, as crianças têm vômitos e o Marcelo teve pneumonia. De acordo com a Solange em

⁹⁵ VIEIRA, Vanise Schuster. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 29 mar. 2007.

⁹⁶ FILHO, José Francisco Mendes. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 29 mar. 2007

⁹⁷ KREIN, Solange da Cruz. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 05 maio. 2007.

alguns dias, quando da presença de fumaça enegrecida, não é possível estender roupas no varal. A família Krein mudou para o Loteamento Ceval em 2002, anteriormente moravam no Km 18, em Puerto Marangatú, no Departamento de Kanindeyu, no Paraguai.

Existem vários moradores oriundos do Paraguai, na maioria dos casos são pessoas que trabalhavam em fazendas naquele vizinho país e, com a expansão do agronegócio, foram expulsos do campo e obrigados a retornar para o Brasil. Como se trata de moradores novos no bairro, esses também produzem reflexões pertinentes sobre as condições encontradas neste local. Solange Krein relacionou os principais problemas e dificuldades que encontrou ao morar o Loteamento Ceval: mau cheiro, pó de milho proveniente da Indústria de Óleos Sperafico, dificuldade de transporte e acesso ao bairro e, principalmente, a discriminação que ela sente em relação ao fato de morar no Loteamento Ceval.

Estes casos citados são apenas uma amostra dos problemas que afetam os moradores do Loteamento Ceval. Por fim, diante de tantos problemas, cabe citar que há casos em que os médicos recomendam o uso de máscara para amenizar as alergias respiratórias e afirmaram que só com a saída do local as pessoas que moram lá poderão curar estas doenças (alergia de pele, dores de cabeça, renite, resfriados constantes). Assim, pelo próprio levantamento feito sobre as questões de saúde pública e incorporado ao PAM, a pedido da Dr^a. Silvia Tessari Freire, bem como, pelos questionários aplicados aos moradores, é possível perceber que as crianças e as mulheres são as principais vítimas destas doenças.

Diante dessa realidade, em que as pessoas estão submetidas diretamente aos efeitos da poluição industrial, onde a saúde pública e a qualidade de vida são renegadas aos interesses do capital, onde o Estado é o maior parceiro do capital e muitas vezes maior inimigo das classes trabalhadoras, cabe refletir, sobre o que prevê a constituição federal: “a Saúde pública é um direito de todos. É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública”, (inciso II, art. 23 da CF).

3.1.2 – Moradores em situação de risco

Em consequência das ações da municipalidade e da poluição gerada pelas indústrias sobre a infra-estrutura das casas, algumas dessas casas passaram a representar perigo aos residentes, como ocorreu com a casa de Marcio Taube e Sirley dos Santos:

No dia 24 de dezembro de 2005, em torno da meia-tarde, ocorreu o desabamento parcial da casa de Márcio Taube e Sirley Francisca dos Santos, situada em um dos terrenos atingidos pela retirada de cascalho o desabamento atingiu a parte da casa de alvenaria (cozinha, banheiro e área de serviço), permanecendo a parte de madeira que foi trazida da Vila Operária da Ceval, tendo sido a primeira casa do loteamento, cuja primeira proprietária foi a Semilda Kuhn (ex-funcionária da empresa Ceval) (KOLING, 2006, p. 4).

A precariedade da construção, os efeitos da erosão, as características geológicas do solo, a declividade e as infiltrações dos resíduos das lagoas do frigorífico Vital Peixes, somadas à ação da retirada do cascalho da parte de baixo da Rua São Marcos podem ter contribuído para o desmoronamento de parte da residência de Sirlei Francisco dos Santos, no dia 24 de dezembro de 2005. Sirley, que estava na casa no momento do desabamento, descreveu o acidente:

No dia do desabamento eu estava no tanque lavando os calçados, quando o tanque rolou e eu saí correndo. Só não me machuquei porque o telhado não caiu na mesma hora. Eu fiquei apavorada porque eu tenho um filho de 18 meses que estava em casa. Os vizinhos escutaram o barulho e vieram me ajudar. Salvaram os móveis que estão, no momento, com minha sogra. Eu tenho uma irmã que morava comigo. Estamos num aperto na casa minha [da sogra] o guarda roupa para guardar as roupas não cabe na casa dela (SANTOS apud KOLING, 2006, p. 4).

Após o desmoronamento a família de Sirlei dos Santos foi morar junto com a sogra Bernadete Taube.

As fotos 26 e 27 mostram o desabamento parcial da casa onde moravam Sirlei Francisco dos Santos e Márcio Taube, as evidências indicam que a estrutura da casa foi afetada, porque após a retirada do cascalho o terreno cedeu em direção ao barranco. A gravidade da situação enfrentada pelos moradores, e a situação de risco que enfrentam cotidianamente fizeram com que o poder judiciário determinasse que a municipalidade pagasse o aluguel de quatro casas para as familiares que residiam no loteamento Ceval e que apresentavam maior risco, à integridade física. Além disso, neste período a justiça determinou a realização de perícias para levantamento das condições geológicas, ambientais, de engenharia e das benfeitorias no loteamento, como havia sido solicitado na ACPA.



FOTO 26: Desmoronamento da casa da Sirlei Francisco dos Santos
Fonte: Valdemir José Sonda, 24 dez. 2005



FOTO 27: Desmoronamento da casa da Sirlei Francisco dos Santos
Fonte: Valdemir José Sonda, 24 dez. 2005

Após o desmoronamento da casa de Sirlei Francisco dos Santos, a advogada dos moradores, Dr^a. Angélica Koefender Maia entrou com um *pedido cautelar incidental* para retirada e realocação dos moradores que estavam em maior situação de risco. A liminar foi deferida, em 13 de fevereiro de 2006, pela Juíza da Vara Cível da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Dr^a Berenice Ferreira Silveira Nassar. Em decorrência dessa liminar a prefeitura passou a pagar o aluguel de 04 famílias, sendo elas: Márcio Taube, Ivani Teresinha dos Santos, João Batista Rodrigues e Carlos Alberto Rodrigues da Cunha.

O Município foi indicado como parte responsável, uma vez que as 4 casas faziam parte dos 11 terrenos atingidos pela retirada de cascalho, cabendo-lhe, portanto, a obrigação de custear o aluguel das 4 moradias (no valor individual de 1 salário mínimo) até a definição do “caso Ceval” (KO-LING, 2006, p. 4)

Este fato foi de grande importância para os moradores, pois confirma a responsabilidade direta do Município para com os problemas das irregularidades e ilegalidades que afeta todos os moradores.

Em 2007, Dr^a. Angélica Koefender entrou com outro *pedido cautelar*, solicitando a realocação da família de Lorena Post, por apresentar problemas de saúde decorrentes da poluição existente no local. A liminar foi deferida pela mesma juíza em 12 de setembro de 2007 e a família mudou-se do bairro e o aluguel passou a ser pago pelo município.

Ao entrar com o primeiro *pedido cautelar incidental* a advogada solicitou de alguns moradores um depoimento descrevendo as condições de vida em que estavam submetidas.

O depoimento de Ivani Terezinha dos Santos da Silva⁹⁸, assinado na data de 30 de dezembro de 2005, assim relatou:

Quando compramos os lotes em 91, mediam 10X26 [metros] e não havia barranco, apenas o terreno em declive. Depois que estávamos morando aqui é que a prefeitura fez a retirada de cascalho em 93, nos fundos dos lotes, chegando até a divisa, formando um buraco de mais ou menos uns 10 metros de altura. Os moradores reclamaram antes que o fato chegasse até tal ponto e a resposta que tivemos é que a área pertencia à prefeitura e que tinham direito de tirar até a divisa. Novas reclamações dos moradores, alertando do perigo para as crianças caírem no barranco a baixo. Foi então, que a prefeitura construiu uma cerca de arame farpado [três fios] próximo ao barranco [veja a consideração] a qual despencou pouco tempo depois. Plantamos bananeiras e capim cidreira para tentar segurar a terra, mas foi em vão. A cada chuvarada despencava um pouco mais e, o terreno foi baixando e as casas começaram a rachar as paredes e o [chão] piso. Depois fizeram um lixão, onde jogavam inclusive animais mortos, restos de construção. A cada dia, as paredes racham mais e o piso está afundando. Hoje meu lote, está faltando quatro metros, foi tudo para baixo (SILVA, 2005).

Na moradia da Ivani Terezinha dos Santos da Silva (34 anos), reside também o seu marido, Adair Rodrigues Barreto (32 anos), além de Eduardo dos Santos Barreto (1 ano e 8 meses) e Maico da Silva (17 anos). Ivani relata ainda que seu filho Eduardo sofre de renite alérgica e necessita de medicamentos, inclusive anexou uma receita médica junto ao depoimento. Diante da realidade dramática em que vivia, Ivani concluiu o depoimento da seguinte forma: “É horrível, quando chove estrala tudo, tenho medo que vá cair tudo, porque está tudo rachado, o buraco é muito alto, quando chove ou faz vento, a gente acende uma vela e reza pra passar” (SILVA, 2005).

Antonio Renato Rodrigues⁹⁹ (42 anos) reside juntamente com a sua esposa Rosimar Edcléia de Souza Rodrigues (24 anos), na primeira casa do lado direito da Rua São Marcos. Antonio Rodrigues comprou o terreno do ex-funcionário da Ceval Alimentos José Varonil. Pagou o terreno em prestações e construiu a casa trabalhando aos sábados e domingos. No depoimento entregue à Promotora, declarou a seguinte situação.

⁹⁸ SILVA, Ivani Terezinha dos Santos. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda, 30 dez. de 2005. Na ocasião do desmoronamento da casa de Sirleiy dos Santos, a advogada dos moradores solicitou que fizéssemos o registro do incidente, e que, coletássemos depoimentos das famílias em situação de risco, instruiu que os mesmos fossem manuscritos, para ser anexado ao *pedido cautelar*.

⁹⁹ RODRIGUES, Antonio Renato. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda 30 dez. de 2005.

A retirada de cascalho se deu pela prefeitura municipal. Após a retirada, durante alguns meses tentaram aterrar com entulho e outros tipos de lixo, inclusive animais mortos, restos de construção. Na época inclusive o município colocava fogo nos galhos das podas urbanas depositada no local (RODRIGUES, 2005).

Antonio Renato assim referiu-se aos danos causados em sua casa, em relação ao mau cheiro e o estado de saúde de seus familiares.

Os danos na casa começaram a ocorrer a partir de 1997 ou 1998, quando começou a aparecer as rachaduras nas paredes. No piso da casa a partir de 2002. No tocante ao cheiro, teve início mais forte a partir da instalação do frigorífico de peixes (Vital Peixes), em 1999. Já a Sperafico alimentos, larga o esgoto na sanga Beija-Flor, principalmente à noite (RODRIGUES, 2005).

Sobre questões relacionadas à saúde, Rodrigues ainda destacou o falecimento de sua mãe, Inair Custódio Maciel, no dia 16 de novembro de 2005, aos 81 anos de idade, moradora do loteamento desde 1992. Morreu vitimada por câncer de garganta, apesar de nunca ter fumado ou bebido. No que diz respeito ao medo, temor, Antônio e sua esposa Rosimar, manifestaram as preocupações com o possível desmoronamento da casa. Também relataram que, quando ocorrem chuvas com trovões, a casa toda treme. A casa do Antonio Renato Rodrigues foi avaliada, mas o *pedido cautelar incidental* foi indeferido pela Promotoria e a família continua morando no Loteamento Ceval.

Maria Santa da Silva¹⁰⁰ (52 anos) reside juntamente com seu filho Marcelo Matheus Rodrigues das Silva (18 anos), na segunda casa do lado direito da Rua São Marcos. Comprou a casa a aproximadamente 2 anos e a cerca de um ano começou a aparecer as rachaduras nas paredes e afundamento no piso e lajotas. Segundo a moradora, quando há chuvas com trovão a casa treme e o medo de desmoronamento é muito grande. Quanto à saúde, para Maria da Silva o que mais desagrada é a fumaça da Indústria de Óleos Sperafico, cuja queima de pneus impregna a casa, as roupas e as paredes, já o problema do mau cheiro é muito grave, notadamente do frigorífico de Peixes, conforme destacou a moradora: “Tem dia que a gente tá vendo a carniça na frente” (SILVA, Maria 2005). O pedido de *cautela* dessa casa não foi deferido e a família ainda continua no bairro.

¹⁰⁰ SILVA, Maria Santa Da. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda, 30 dez. de 2005. Idem SILVA, Ivani Terezinha dos Santos.

Dulce dos Santos¹⁰¹ (54 anos) reside juntamente com seu esposo João Batista Rodrigues (56 anos) e a filha Eloana Tamara dos Santos Rodrigues (14 anos) na terceira casa do lado direito da Rua São Marcos. Dulce teve sua casa interditada pela justiça, e no depoimento anexado ao pedido de *cautela* relatou a sua experiência de vida no Loteamento Ceval,

A casa foi feita em 1992. Nós mudemos para esta casa no dia 05 de julho no mesmo ano. Começaram a tirar cascalho, depois que a maioria dos moradores estava morando nesse lugar. Eles continuaram tirando o cascalho até que os moradores impediram, pararam, mas continuaram do outro lado do loteamento, novamente foi impedido. A nossa casa tem rachadura no banheiro, na dispensa, nos quartos, no corredor da casa. A casa cedeu do lado de baixo e já desmoronou dois metros do lote, a rachadura já tem oito anos (RODRIGUES, Dulce 2005).

Conforme relato feito a próprio punho, Dulce disse que permanentemente possui alergias respiratórias e gripe constante que, para ela, são causadas pela poluição da Spara-fico. Alegou que possui medo de morar na casa: “tenho medo da casa ir pra baixo, o espelho do banheiro já rachou e quando dá trovão treme tudo” (RODRIGUES, Dulce 2005). O *pedido cautelar incidental* dessa residência foi deferido e a família esta morando na Rua Deonato Schwab, nº 5505, no Jardim Flórída.

Geraldo Pacheco¹⁰² (54 anos), Zenir Zanette (46 anos) Adilson Pacheco (24 anos), Marisa Pacheco (23 anos) e Aristides Pacheco (20 anos), residem na Rua São Marcos, 716, lado de baixo da rua. A família Pacheco morou na Vila Operária e participou da transferência para o Loteamento Ceval inclusive mora na mesma casa de madeira.

No relato entregue à advogada Angélica Maia, Pacheco explica que, além da retirada do cascalho pela prefeitura, outro problema grave prejudica a qualidade de vida de quem mora no lado de baixo da Rua São Marcos, situação esta, que faz parte da vida dos moradores desde 1992. Notadamente, uma das consequências do declive acentuado do terreno é a enxurrada que invade as casas, causando prejuízos e gerando medo aos familiares, conforme recordou: “Teve uma tarde que pensamos que a casa ia cair, e nos escondemos no banheiro, isso foi em 2002, depois desse dia tiramos todas as telhas da casa e trocamos por brasilit, que não é tão pesado” (PACHECO, 2005). Além da situação exposta, a

¹⁰¹ RODRIGUES, Dulce dos Santos. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda 30 dez. de 2005. Idem SILVA, Ivani Terezinha dos Santos.

¹⁰² PACHECO, Geraldo e Zenir Zanette. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda 30 dez. de 2005. Idem SILVA, Ivani Terezinha dos Santos.

parede lateral da casa está se deslocando o que gera mais insegurança à família. Segundo Geraldo Pacheco, todos da família já apresentaram e ainda apresentam, com certa regularidade, dores de cabeça, gripes quase que permanentes e alergia respiratória.

A casa localizada na Rua São Marcos, 758, lado de baixo da rua, também foi interditada pela justiça. Nela residiam Carlos Alberto Rodrigues da Cunha (43 anos), Roseli Kuhn¹⁰³ (33 anos) e Diana Graciele Kuhn da Cunha (10 anos). Roseli Kuhn escreveu seu depoimento que:

Moramos na casa há oito anos, antes morávamos com meu sogro, o Chirão. Moramos no bairro desde o início. Os primeiros problemas começaram a surgir quando a prefeitura começou a retirar o cascalho. Depois disso, as coisas só agravaram. Tivemos que desativar parte da casa, a lavanderia, a dispensa e a churrasqueira, porque as rachaduras são muito grandes, ocupam toda a extensão das paredes, em alguns locais já possuem 10 centímetros de abertura. Não tinha mais como usar, e hoje quase metade da nossa casa é uma ruína. Nossa filha tem rinite alérgica e usa bombinha de spray nasal desde os primeiros dias de vida (KUHN, 2005).

Roseli Kuhn complementa seu depoimento da seguinte forma: “Temos medo que a casa vai cair pra baixo, a parte da cozinha, da lavanderia e do banheiro, evitamos ficar, quando dá trovão, treme tudo, quando meu marido não está em casa corremos para a casa da minha cunhada, porque temos medo de ficar aqui e cair junto com a casa” (KUHN, 2005).

Ademir Avelino dos Santos, mora de aluguel, no loteamento, na casa do senhor Sérgio Cunico, a casa está gravemente afetada pelo deslocamento do terreno e pelas condições geológicas da área. As paredes possuem rachaduras grandes e profundas, a churrasqueira está se deslocando para baixo, o piso da cozinha está em processo acentuado de afundamento. Esta casa também teve *pedido cautelar incidental* indeferido e o morador continua na casa.

A Promotora Pública, Dr^a. Silvia Tessari Freire, com base nos laudos ambientais, incluiu no pedido da ACPA a existência de alguns fatos que determinaram as rachaduras e, conseqüentemente, os riscos de desabamento de algumas casas e de desmoronamento dos lotes.

Por tais fatos (declividade do solo, retirada de cascalho, infiltrações, falta de vegetação, falta de drenagem das águas, falta de adoção de medidas

¹⁰³ KUHN, Roseli. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda 30 dez. de 2005. Idem SILVA, Ivani Terezinha dos Santos

conservacionistas, etc.), várias residências do ‘ Loteamento Ceval ‘ apresentam rachaduras estruturais em suas paredes, assoalhos e muros, bem como vários lotes estão desmoronando ou prestes a desmoronar, o que representa **risco grave à integridade física** da poluição que lá reside (FREIRE, In: ACPA, 2005, p. 6 grifo no original)

As conclusões da Promotora de justiça são de grande importância para os moradores, pois comprova a responsabilidade direta do Município para com os problemas do loteamento, tanto em relação às irregularidades e ilegalidades, como em se tratando dos riscos a integridade física, à saúde pública e a qualidade de vida que afeta todos os moradores do Loteamento Ceval.

3.2 – BUSCANDO OUTROS CAMINHOS

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele (FREIRE, 1996, p. 54).

A nossa interação com os moradores do Loteamento Ceval iniciou em 2002, conforme apresentado no início do capítulo, porém esse intercâmbio tornou-se um projeto de extensão em 2004. No entanto, para compreender estes novos passos em busca de uma solução, recorreremos novamente à entrevista com Valdemir José Sonda, que lembrou dos primeiros procedimentos e das primeiras estratégias de ação elaboradas no contato com os moradores:

Nós não sabíamos de nada no início. Fomos, digamos assim, impulsionados a participarmos da mobilização dos e com os moradores. Logo após a primeira reunião, em dezembro de 2002, com a participação do Márcio Pessati, suplente do Flávio Arns, senador, assessor do Rosinha e também vice-presidente do PT estadual e a Débora Albuquerque, esposa do assessor jurídico do Rosinha, geógrafa e membro da direção estadual da APP sindicato, começamos a perceber que os problemas eram muito mais complexos e variados do que já seriam se fossem somente questões socioambientais. Nesse dia mesmo, que foi num sábado, Nesse dia mesmo, que foi num sábado¹⁰⁴, não me lembro exatamente a data, mas da para descobrir, nos reunimos defronte um contato que eu tinha no Loteamento Ceval, defronte a casa do seu Knapp, próximo a um pé de mangueira. Juntamos o povo, que veio com criança no colo, sem camisa, com chimarrão, entre velhos e adolescentes e dei início à fala, explicando o que estávamos fazendo ali, o meu compromisso assumido com as senhoras dias atrás de que voltaríamos ao bairro.

¹⁰⁴ A primeira reunião foi realizada no final da tarde do sábado dia 14 de dezembro de 2002, de forma improvisada no meio da Rua São Marcos. Além dos moradores também participaram Márcio Pessati, Débora Albuquerque, Paulo José Koling, Valdemir José Sonda e Carlos Alberto Seibert.

Em seguida o Marcio Pessati falou quem era ele, também a Débora e o Paulo Koling falaram. Eu sei que em determinado momento das falas, da conversa com os moradores, alguém trás uma cópia do contrato de uso real dos lotes. No final o Marcio pediu que eu reproduzisse tal documento e enviasse via fax para Curitiba, que veria com o Carlos Albuquerque, o que significava aquele documento, qual a legalidade jurídica daquele papel, para a partir dele e concomitante a ele, continuarmos dialogando com os moradores. O que de fato aconteceu e acontece ainda hoje (SONDA, 2008).

Diante da revolta e das palavras fortes ditas pelos moradores em relação aos problemas do loteamento e do desinteresse das autoridades competentes do município, Valdemir José Sonda, de forma simbólica, demonstrou que seria necessária a união dos moradores para que conseguissem resolver os problemas do loteamento. Sonda, de posse de um graveto, chamou a atenção dos moradores, forçou o graveto até quebrá-lo, em seguida, de posse de vários gravetos nas mãos, forçou novamente e não conseguiu quebrá-los, demonstrando assim, de forma didática, o sentido coletivo da luta dos moradores por justiça social.

Perante os problemas relatados nesse primeiro encontro, foi sugerido que cada morador buscasse o máximo de informações, documentos sobre a situação das irregularidades (cobranças de IPTU, carnês de pagamento dos lotes, contratos, fotografias, etc.), objetivando buscar subsídios a fim conhecer com mais clareza a própria situação em que se encontravam.

Neste mesmo dia Márcio Pessati solicitou dos moradores uma cópia do *contrato de concessão do direito real de habitação*, sendo que este documento foi encaminhado a Curitiba para ser analisado pelo advogado Carlos Albuquerque¹⁰⁵.

Sobre a relação universidade e moradores do Loteamento Ceval, Valdemir José Sonda assim explicou:

Eu creio que a relação com a UNIOESTE se deve ao fato de todos nós que fomos naquela campanha buscar votos para os candidatos estarmos vinculados a instituição e, termos vivido em nossas vidas com a pesquisa, seja na área de história e mesmo de agronomia, já que a professora Marinelva Curti, que hoje faz doutorado se não me engano em Botânica, também estava conosco naquela campanha. O professor Paulo, creio que a partir de sua experiência na Pastoral da Juventude, nas leituras de Paulo Freire e nas aprendizagens advindas do seu mestrado em história e todas as orientações que dera na UNIOESTE, e eu de forma muito mais modesta, *percebemos que a instituição não poderia fazer de conta que a história daquela gente não era para ser a nossa também*. Ou seja, com base em nossa parca experiência de pesquisa, víamos a necessidade de aliar nossa militância mais partidária, ainda que o PT de Rondon nunca estivesse ligado ao caso, mas sim nós individualmente fazendo a ponte com

¹⁰⁵ Ligado ao mandato do deputado Federal Dr. Rosinha.

Curitiba, com a necessidade de entender as raízes de todo aquele processo. Tínhamos assim que recuperar as memórias, que acabaram vindo a tona durante aproximadamente 05 meses, de dezembro de 2002 até março de 2003. Como eu falei anteriormente, em cada reunião surgia uma informação nova, que íamos checando, para ver a veracidade ou não dela, a pertinência ou não, da mesma. Íamos, então juntando depoimentos, documentos, informações outras, para irmos montando, digamos assim, o quebra-cabeça que representava o caso Ceval. Dessa forma, íamos nos animando a darmos seqüência a nossa inserção solidária junto daquelas pessoas, daquelas famílias (SONDA, 2008).

A partir desse contato com os moradores do Loteamento Ceval foram realizadas inúmeras reuniões com os moradores, para de forma participativa, buscar a solução das irregularidades. No transcorrer do levantamento da documentação os moradores e as lideranças do loteamento também perceberam a necessidade de tornar público tal história através dos meios de comunicação local, bem como junto à universidade. Assim sendo, várias ações foram discutidas e planejadas em conjunto com os moradores.

Dentre as ações planejadas, cabe destaque para elaboração do *Manifesto de Apoio e em Solidariedade à Ecocidadania*¹⁰⁶ e da participação de alguns moradores do Loteamento Ceval no VII Simpósio Interdisciplinar em História: História e Região, realizada no período de 18 a 21 de novembro de 2003, no campus UNIOESTE em Marechal Cândido Rondon.

A foto 28 registra a participação e o testemunho de vida de Madeleine Carla Rocha e Francisco Antonio This durante a oficina, no VII Simpósio Interdisciplinar em História: História e Região.



¹⁰⁶ *Manifesto de Apoio e em Solidariedade à Ecocidadania*, Associação dos Moradores do Loteamento Ceval, 19 de novembro de 2003.

Adaptada pela autora a partir da foto de Francisco Antonio This, 19 de novembro de 2003.

FOTO 28: Madeleine Rocha e Francisco This
 Fonte: Carlos Alberto Seibert, 13 nov. 2003

A partir de ações, como está realizada no Campus universitário a situação dos moradores do Loteamento Ceval começou a ser discutida e expandida pela cidade. Outras ações com esse caráter também foram desenvolvidas, como podem os perceber através da imagem 7, que reproduz O Manifesto de Apoio e em Solidariedade à Ecocidadania (anexo 9).

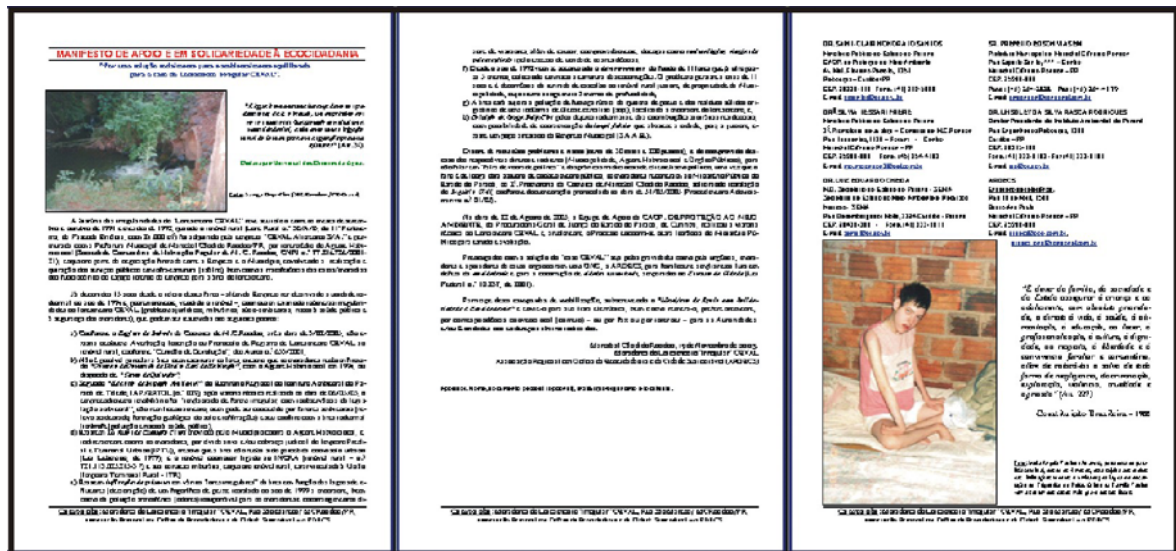


IMAGEM 7: Manifesto de Apoio em Solidariedade a Ecocidadania
 Fonte: ARDECS, 19 nov. 2003

Em relação ao significado do Manifesto e sua importância na luta dos moradores do Loteamento Ceval, Valdemir José Sonda comentou:

O Manifesto foi um documento elaborado pelo Paulo Koling juntamente comigo e, que fazia uma síntese, destacando o que era o bairro, seus principais problemas, entre outras questões. Colocamos este título até como forma de divulgar o caso, bem como assinamos o mesmo enquanto produto documental dos moradores, o que de fato era, já que aprovado na reunião que tivemos quando apresentamos o mesmo lá no bairro, e também o assinamos como ARDECS. A divulgação do documento foi muito interessante, porque ele acabou circulando na 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que aconteceu em Brasília, aonde a nossa companheira Débora Albuquerque participou como uma das delegadas do Paraná. Assim, ela coletou assinaturas de apoio de muitas lideranças do meio ambiental, intelectual e até mesmo de ministros de estado. Posso citar de lem-

branças o endosso do Leonardo Boff, da Benedita da Silva, do Miguel Rosseto e da Emilia Fernandes, estes últimos à época Ministros do Governo Lula. Também há que se destacar as assinaturas do Fábio Feldmann e de mais muita gente de peso na esfera sócio-ambiental e política nacional. Em relação à influência eu diria que foi o documento que acionou definitivamente (SONDA, 2008)¹⁰⁷.

Como destacou Sonda, o Manifesto permitiu divulgar a gravidade da situação dos moradores do Loteamento Ceval. Enquanto experiência de inserção social, e por indicação e insistência da Dr^a. Silvia Tessari Freire foi formada a Associação Regional em Defesa da Ecocidadania e da Cidade Sustentável (ARDCS). Sobre o que há de comum entre o caso Ceval e a ARDCS, Sonda expôs que:

A ARDECS já vinha sendo pensada desde o ano anterior. Não tínhamos o nome ainda, mas vários de nós, principalmente alguns professores e alunos da UNIOESTE, vínhamos já conversando sobre a intenção de criarmos uma ong de cunho ambiental. Percebemos alguns de nós, que nossa inserção junto à luta dos moradores do Ceval poderia ser o batismo do nascedouro da entidade, que acabou por se chamar ARDECS. Tanto é verdade, que alguns moradores até participaram como sócio-fundadores da Associação Regional em Defesa da Ecocidadania e da Cidade Sustentável, como foi o caso do Francisco This, Carla Madeleine Rocha e o José Carlos da Silva (SONDA, 2008).

A ARDCS aparece como uma nova possibilidade de luta, aberta, no sentido que atua em conjunto com diferentes segmentos da sociedade, segmentos ligados às classes trabalhadoras, Pastoral Operária e movimento estudantil. Dessa forma, a ARDCS visa criar um espaço para socializar as diferentes experiências de lutas sócio-ambientais em Marechal Cândido Rondon e região a exemplo da organização do Grito dos/das Excluídos/das¹⁰⁸ no dia 7 de setembro de 2006, no Loteamento Ceval.

¹⁰⁷ Através do manifesto e dos contatos que a Débora Albuquerque tinha em Brasília e em Curitiba e durante a 1^a Conferência Nacional do Meio Ambiente foi entrado em contato com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente SEMA/PR, e agendada a vinda dos peritos do Centro de Apoio de Curitiba para Marechal Cândido Rondon, bem como do IAP (Curitiba e Toledo).

¹⁰⁸ O Grito dos/das Excluídos/das, sempre realizado no dia 7 de Setembro, completou sua 12^a edição em 2006 e, naquele ano teve como tema central *Brasil: na força da indignação, sementes de transformação*. Coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e suas pastorais. Este ato público pretende apresentar a manifestação do povo, denunciar a exclusão e apontar possíveis alternativas de mobilização e de mudança, na perspectiva que aponta para a continuidade do lançamento de sementes de transformação. Em Marechal Cândido Rondon a Pastoral Operária encabeçou o movimento do Grito dos/das Excluídos/das - 2006, e contou com a participação da ARDECS), do Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Grêmio Estudantil do Colégio Eron Domingues, do e do Sindicato dos Metalúrgicos de Toledo e Região. ADUNIO-ESTE

Em 2006, realizaremos um **Culto Ecumênico no Loteamento Ceval**, em solidariedade à luta dos moradores pela solução dos problemas sócio-ambientais e de saúde pública que completarão 15 anos de existência. Além disto, através do **grito dos/das moradores/ras do LOTEAMENTO IRREGULAR CEVAL**, pretendemos mostrar a cara de uma parte da cidade de Marechal Cândido Rondon para toda a população local, tornar público a necessidade de uma solução socialmente justa e ecologicamente sustentável e fortalecer a luta, cobrando das autoridades agilidade nos encaminhamentos da *Ação Civil Pública Ambiental* (Autos nº. 225/2005), em tramitação no Fórum local (Grito dos/das Excluídos/das, 2006 grifos no original).

Desse modo, através do projeto de extensão universitário, da ARDECS dos movimentos estudantis e dos movimentos sociais o caso do Loteamento Ceval foi divulgado em outros lugares. Essa estratégia foi adotada pelos moradores e lideranças envolvidas na busca pela solução dos problemas sócio-ambientais e de saúde pública do Loteamento, uma vez que o caso do Loteamento Ceval não interessa à imprensa patronal de Marechal Cândido Rondon.

3.2.1 – Nova forma de luta: velhos inimigos

Durante o ano de 2005 houve o desdobramento do Procedimento Administrativo Ministerial nº. 01/2003, com a Ação Civil Pública Ambiental, com pedido de concessão de liminar, movida pela Dr^a. Sílvia Tessari Freire, da 2^a Promotoria de Justiça da Comarca de Marechal Cândido Rondon – Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente –, no mês de abril/2005, tendo por réus o Município de Marechal Cândido Rondon e a Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Marechal Cândido Rondon e por litisconsortes os moradores do Loteamento Ceval (KOLING, 2006, p.4)

A primeira *Audiência Pública* da ACPA foi realizada no dia 11 de novembro de 2005, sendo que até a data da inclusão do Termo de Audiência de Conciliação, o processo já possuía 988 (novecentos e oitenta e oito) páginas. Tendo em vista que a 2^a Promotoria Pública iria transformar o PAM em Ação Civil Pública Ambiental, foi preciso realizar um levantamento dos dados pessoais para serem incluídos nos Autos e viabilizar uma assessoria jurídica aos moradores, bem como realizar reuniões com eles para esclarecê-los acerca dos Autos da Ação Civil Pública Ambiental. A Dr^a. Angélica Koefender Maia passou a acompanhar o processo na condição de advogada dos moradores e vem pesquisando a le-

gislação sobre direito ambiental, ação popular e jurisprudências sobre remoção e indenizações.

Outro documento que faz parte da ACPA de caráter importantíssimo É O *relatório autos nº 225/05*¹⁰⁹ feito pela advogada dos moradores, onde constam os desdobramentos da Ação judicial iniciada em 2005 até o final de 2007. A primeira audiência do dia 11 de novembro de 2005 foi descrita no relatório como:

Audiência entre promotora, Juíza, Representante da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Marechal Cândido Rondon, Representantes do Município e moradores: proposta Oficial do Município: compromisso da administração Municipal de encaminhar à câmara legislativa um projeto de lei para aquisição de área onde possa ser relocado o Loteamento Ceval, dentro do prazo de contestação (MAIA apud ACPA, 2005, p.1).

A juíza da Vara Cível da Comarca de Marechal Cândido Rondon acatou em partes a ACPA, considerou o Loteamento Ceval como sendo ‘irregular’ e determinou algumas medidas, tais como: colocação de placa na entrada do loteamento e a notificação das partes. Em relação ao Loteamento Ceval as determinações foram executadas, conforme podemos perceber na Foto 29 e 30 que torna público o estado de irregularidade do Loteamento Ceval.



¹⁰⁹ MAIA, Angélica Koefender. Relatório Autos nº 225/05. 67 pg., 2007. In: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – 2ª. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Autos nº 225/05. Ação Civil Pública Ambiental. Marechal Cândido Rondon. Fórum da comarca de Marechal Cândido Rondon - Vara Cível. Abril/2005.

FOTO 29: Acesso ao Loteamento Ceval
Fonte: Paulo José Koling, 11 nov. 2005

FOTO 30: Placa de Aviso dos Autos nº
225/2005

Fonte: Paulo José Koling, 11 nov. 2005

Por parte da prefeitura as ações determinadas na primeira audiência pública tiveram início no dia 02 de dezembro de 2005 o prefeito Edson Wasem enviou o projeto de Lei 058/2005¹¹⁰ e dia 12 de dezembro a Câmara municipal de Marechal Cândido Rondon, aprovou a referida Lei que consta do seguinte:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a adquirir área urbanizável de até 30.000,00 m², na sede do município, destinada para re-locação dos moradores do denominado “Loteamento Ceval”, bem como arcar com custas relativas a transporte dos pertences dos moradores quando de sua transferência, além de promover a recuperação dos danos ambientais do bem imóvel denominado lote rural nº 50/B/A, com Matrícula nº 19.081, no registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon (Lei 058/2005 apud ACPA, 2005, p.1156).

Os vereadores aprovaram por unanimidade a Lei autorizaram o município a adquirir uma nova área para o Loteamento Ceval com valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). A foto 31 é o registro da audiência pública no fórum de Marechal Cândido Rondon no dia 11 de novembro de 2005. A sessão da câmara de vereadores ocorreu em 12 de dezembro de 2005.

¹¹⁰ Dispõe sobre autorização para aquisição de imóvel, abre o respectivo crédito adicional especial, e dá outras providências. Prefeito municipal Edson Wasem 02 de dezembro de 2005.



FOTO 31: Moradores diante do Fórum, audiência pública

Fonte: Paulo José Koling, 11 nov. 2005

Até 2005 estava acordado entre as partes que o executivo municipal compraria uma nova área para onde seriam transferidos os moradores do Loteamento Ceval e faria um projeto de recuperação ambiental no local.

Em 2006 a Portaria 136/06 nomeou Eliete Aparecida Pedro Wasem como presidente da *Comissão* para realizar levantamentos a avaliação dos imóveis que constituem o Loteamento Ceval e levantar os lotes do município para a permuta (MAIA apud ACPA, 2005, p.1).

No início de 2006, o Município fez a proposta de substituir a permuta não mais por uma área, mas sim por lotes que possuía em vários loteamentos na sede da cidade. Em reunião para tratar do assunto os moradores aceitaram a sugestão, porém, primeiramente queriam analisar a relação dos lotes. Morosamente, durante o ano a municipalidade sistematizou a proposta indicando, em fins de agosto, 53 lotes, distribuídos em vários pontos da cidade,

Em 29 de agosto de 2006 a presidente da *Comissão* Eliete Wasem encaminha ofício em que relaciona e disponibiliza os 53 lotes, e o mapa com a localização dos mesmos, para realização da permuta com os moradores do Loteamento Ceval, afirma ainda que os lotes serão escriturados em favor dos moradores por conta do município (MAIA apud ACPA, 2005, p.1).

No dia 3 de setembro de 2006 os moradores realizam uma reunião na Escola Valdomiro Liessem para tratar do assunto e aprovam as seguintes deliberações:

Aprovada a aceitação dos lotes para permuta. Critérios para distribuição dos lotes: 1º - Cada família poderá se inscrever em três locais de sua preferência; 2º - Possuidores de lotes sem benfeitorias ficarão por último na escolha dos lotes; 3º - Se houver apenas uma família interessada, o lote já estará definido; 4º - Preferência por antiguidade de moradia no Loteamento Ceval; 5º - Havendo empate de condições, será feito o sorteio (MAIA apud ACPA, 2005, p.1).

As fotos 32 e 33 registram a reunião dos moradores do Loteamento Ceval onde foi aceita a proposta feita pelo poder executivo do município.



FOTO 32: Reunião dos moradores do Lot. Ceval com advogada
Fonte: Carlos Alberto Seibert, 3 set. 2003



FOTO 33: Reunião dos moradores do Lot. Ceval com advogada
Fonte: Carlos Alberto Seibert, 3 set. 2003

No dia 7 de setembro de 2006 os moradores foram conhecer os lotes indicados pela prefeitura e no dia 10 de setembro, em nova reunião, os moradores analisaram a relação dos lotes, discutiram acerca da legalidade, das condições de acesso, da localização, da proteção ambiental e do tamanho, pois alguns lotes foram considerados muito pequenos. A partir dessa reunião os moradores encaminharam na data de 14 de setembro um ofício ao município, onde foram sugeridas as seguintes questões:

Os moradores são favoráveis às permutas com os loteamentos Dorzbacher, Nova América, Higienópolis, Port II e Flamengo. Questionam sobre a existência de projeto para abertura de ruas no loteamento Jardim Botânico; questionam se a prefeitura vai aterrar os lotes que apresentam declividade excessiva. Sugeriu-se que nenhum lote tenha menos de 200m² devido ao espaço para calçadas. Questionou-se a legalidade dos lotes do loteamento Neitzke devido à declividade e por constar na Matrícula do Imóveis: exclusivamente para áreas verdes ou de lazer. Sugerem ainda demarcação dos lotes para melhor visualização (MAIA apud ACPA, 2005, p.1).

No dia 24 de outubro de 2006 a *Comissão* responde ao ofício dos moradores.

Afirma que o município vai viabilizar a abertura de ruas; vai promover o aterro dos lotes que tem declividade acentuada; afirma que os lotes do Neitzke podem ser utilizados para construção de casas mesmo sendo áreas verdes após a aprovação da Câmara Municipal; substituição de alguns lotes do Botânico por lotes no loteamento Priesnitz; lotes no Higienópolis serão substituídos porque não comportam a construção de fossas; compromete-se em tomar as medidas necessárias para que os lotes fiquem em condições de construção de moradias (MAIA apud ACPA, 2005, p.2).

No dia 27 de novembro de 2006, Eliete Wasem, através de novo ofício, indica outros dois lotes em substituição aos do Higienópolis.

Em 3 de fevereiro de 2007 foi realizada nova reunião com os moradores e depois de relembrados os critérios, definidos pelos próprios moradores, foram realizados os sorteios dos lotes. No dia 20 de fevereiro os moradores encaminham um ofício ao prefeito, à presidente da *Comissão* e ao presidente Sociedade Comunitária de Habitação popular comunicando que:

O sorteio já foi efetuado e remete a lista dos moradores e dos lotes destinados para cada família. Reitera pedido para que o município providencie as escrituras; abertura de ruas; aterros; verifique junto ao IAP sobre o loteamento Neitzke; que os lotes sejam estaqueados. Solicita levantamento de todas as Execuções Fiscais contra Sociedade Comunitária de Habitação popular de Marechal Cândido Rondon para constar no acordo a extinção de tais ações (MAIA apud ACPA, 2005, p.2).

Decorridos aproximadamente 6 meses, devido à morosidade das ações do executivo municipal, os moradores encaminharam novo ofício no dia 3 de agosto de 2007 onde relataram:

Os moradores estão aguardando a escrituração dos lotes, que estão sofrendo em decorrência da poluição do local, manifesta preocupação com a demora, manifesta preocupação diante das informações extra-oficiais de que haveria uma modificação dos planos (MAIA apud ACPA, 2005, p.2).

Em resposta ao ofício no dia 8 agosto de 2007 é realizada uma reunião entre o prefeito Edson Wasem, Dr. Portela (advogado), Dr. Flávio Schmidt (advogado), Dra. Angélica Maia (advogada), representantes dos moradores: Francisco This, Renato José Antes e Mário Taube. Sobre o conteúdo da reunião Angélica Maia relatou:

O prefeito informa que mudou de idéia, que não fará mais a permuta, que fará um leilão de diversos lotes de propriedade do município para adquirir uma área para construção de habitação popular para 100 famílias. Diz que o projeto de lei vinculará o leilão dos lotes à aquisição de área para as famílias do Loteamento Ceval. É questionado sobre a demora e o custo para instalar rede de água, luz, asfalto, meio-fio, galerias e calçamentos. Disse que é um problema que será solucionado e que pode demorar. Dr. Portela disse que todos os lotes já estão em nome do município e que não dará parecer jurídico favorável à permuta. Questionou-se sobre a seriedade da *Comissão* nomeada pelo próprio prefeito e que tinha o Dr. Flávio, advogado, como integrante. O prefeito disse que os passos não eram aqueles, que não seria a forma correta, que a Sra. Eliete inclusive estaria chateada com ele, mas que o município iria voltar atrás. Obs. Nenhum comunicado oficial é feito aos moradores (MAIA apud ACPA, 2005, p.3).

O prefeito Edson Wasem voltou atrás na proposta de executá-la conforme previsto no projeto de Lei 058/2007. Através desta Lei o município venderia 111 lotes públicos, dentre os quais 26 faziam parte da relação dos lotes indicados para permuta e com o valor arrecadado com a venda dos lotes o executivo compraria uma área para permutar com os lotes dos moradores. Na mensagem de Exposição de Motivos nº. 063/2007, de 8/08/2007, que acompanhou o projeto de Lei 058/2007 consta:

O executivo justificou a necessidade da venda dos lotes do município haja vista os transtornos para a sua manutenção, dificuldade para o estabelecimento de serviços públicos ou áreas de lazer, dada a baixa metragem, e para o aumento do patrimônio e orçamento público. Na mensagem do projeto de lei, o executivo também informa o legislativo que os lotes seriam vendidos através de leilão público, com preço mínimo indicado no anexo do projeto de lei. A tabela de avaliação do preço mínimo de mercado para os lotes havia sido elaborada por uma Comissão Permanente de Avaliação, designada pela portaria nº. 008/2007, de 08/01/2007, formada por representantes do governo e de Imobiliárias que atuam no município (KOLING, 2008, p. 3) ¹¹¹.

O fato é que o governo municipal já havia mudado os planos desde o início de 2007, no entanto, somente no mês de agosto, em reunião informal, a decisão foi comunicada à advogada e aos moradores.

A mudança de planos está articulada a outros interesses do governo municipal. Financiar e subsidiar projetos de desenvolvimento industrial, em particular um projeto de instalação de um frigorífico de suíno e atender aos interesses da especulação imobiliária do

¹¹¹ KOLING, P. J. ; SEIBERT, C. A.; SONDA, Valdemir José; MAIA, A. K. ; BADE, C.. Direitos Negados: a Cidade e a Especulação do Solo Urbano. 2008.

solo urbano (KOLING, 2008, p. 3). Após a indicação dos lotes para permuta com os moradores do Loteamento Ceval, os proprietários dos referidos loteamentos fizeram pressão para que o executivo não realizasse a permuta, alegando que a condição socioeconômica dos futuros proprietários desvalorizaria os demais lotes.

Além desses interesses de especulação, de restrição social e de *status* de agentes imobiliários, houve manifestações de particulares da vizinhança das respectivas áreas dos lotes indicados para permuta que expressavam descontentamento diante da possibilidade de terem novos vizinhos pobres, além de já terem opinião formada, pelo senso comum, sobre quem vive, hoje, no Loteamento Ceval. Todavia, esta discriminação e estigma não estão restritos a este caso, pois se trata, sim, da construção de uma sociedade e de uma moral e cultura hegemônica com caráter de classe, que se expressam em modos de viver e de construção de territórios e espaços sociais na cidade (KOLING, 2008, p. 4).

Para atender os interesses empresariais ligados à indústria e ao setor imobiliário o governo municipal encaminhou para Câmara dos Vereadores a *mensagem de exposição de motivos nº 063/2007*, que autorizaria o executivo a leiloar os já citados 111 lotes. Diante da mudança de posição do governo municipal, foram realizadas várias atividades para pressionar o executivo e os vereadores para evitar a aprovação da lei. Para tanto, representantes dos moradores acompanharam a sessão da Câmara de Vereadores do dia 13 de agosto de 2007.

No dia 18 de agosto de 2007 a Dr^a Angélica K. Maia agendou uma reunião com os moradores, na qual compareceram três vereadores: Walmor Mergener (DEM), João Marcos Gomes (PP) e Albenice Pinto (PPS). Walmor Mergener na época era o presidente da Sociedade Habitacional. Nesta reunião, os vereadores se comprometeram a apresentar emenda no projeto de lei, retirando da relação os lotes que haviam sido indicados pra permuta com os moradores do Loteamento Ceval. Walmor Mergener também informou que o prefeito havia retrocedido na intenção de vender os lotes indicados na ACPA. Mas, é de conhecimento dos envolvidos que o que fez o executivo mudar sua intenção foram as ações dos moradores, da advogada e dos apoiadores.

Outra medida tomada em favor dos moradores foi à elaboração de um *relatório dos autos nº. 225/05*, e sua distribuição para os meios de comunicação local (emissoras de rádio e jornais) e a todos os vereadores. Também foi entregue cópia para os advogados do executivo, ao prefeito e à secretaria municipal de Ação Social, que se viu em “saí curta”, pois suas ações foram inicialmente determinadas pelo executivo e posteriormente desconsideradas pelo prefeito. A Dr^a Angélica agendou a vinda de duas

emissoras de televisão com alcance regional e estadual, a RPC-TV/GLOBO e CATVE, ambas de Cascavel, que fizeram a cobertura *in loco* o caso “Loteamento Ceval”, tendo veiculado a matéria em programas nos dias 28/08/2007 (RPC-TV) e 30/08/2007 (CATVE) (KOLING, 2008, p. 5).

Em decorrência das ações planejadas o prefeito municipal recuou de sua decisão e enviou nova mensagem ao legislativo, *Mensagem e Exposição de Motivos nº. 100/2007, de 9/11/2007*, acompanhada de novo projeto de lei nº. 3.826, de 23/11/2007, aprovado na Câmara de Vereadores. Com essa lei, o executivo manteve o acordo anterior, ou seja, o município se compromete a repassar os lotes à Sociedade Comunitária de Habitação Popular e esta permutará os lotes com os moradores.

Até final de 2007 agregaram também a ACPA, Autos nº. 225/2005, os relatórios ambientais do Loteamento Ceval e das benfeitorias feitas pelos peritos contratados pela Justiça. Até meados de 2008 os documentos dos moradores foram enviados ao Cartório.

No dia 28 de junho de 2008 foi realizada uma reunião, para esclarecer os moradores em relação à ACPA e para que os mesmos verificassem os laudos e as avaliações das suas casas no processo. A imagem 08 mostra a capa da ACPA e a foto 34 registra os moradores do Loteamento Ceval analisando os Autos nº. 225/2005 que até o momento possuem 1710 páginas.

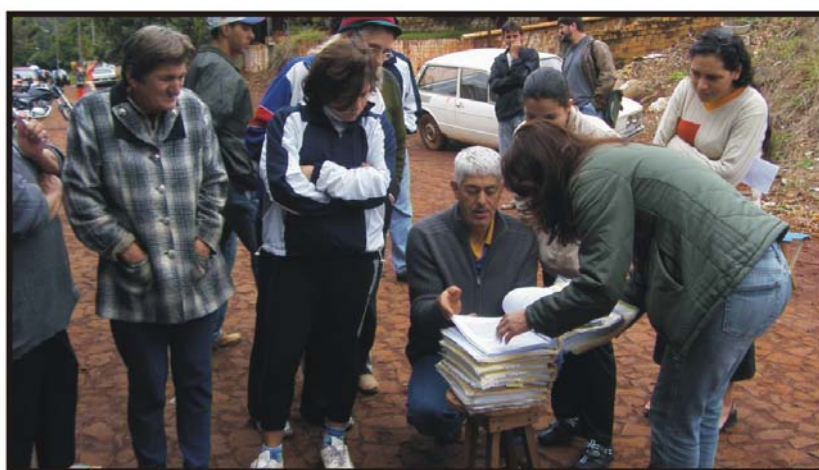
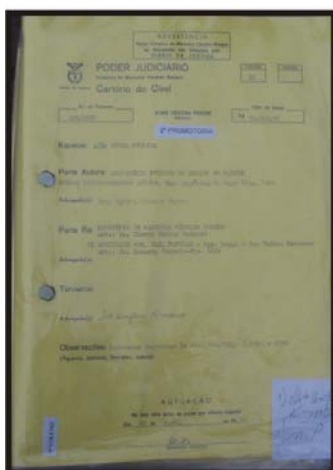


IMAGEM 8: Capa da ACPA

Fonte: Paulo José Koling, 28 jun. 2008

FOTO 34: Moradores do Loteamento Ceval lendo a ACPA

Fonte: Paulo José Koling, 28 jun. 2008

A atividade de extensão caracterizada pelo envolvimento e pela inserção da universidade pública junto à comunidade do Loteamento Ceval tem o propósito de contribuir para uma solução dos problemas das irregularidades existentes no local. No entanto, por se tratar de uma ação jurídica e envolver órgãos e poderes públicos como o Município, IAP e Poder Judiciário e se constituir numa reivindicação à Justiça através da Promotoria de Justiça e Vara Cível da Comarca, os desdobramentos do processo dependeram, por um lado atuação da Promotoria Pública no tratamento da Ação Civil Pública Ambiental e por outro, também está sujeito à própria rotina de tramitação da Justiça e a condição jurídica das partes envolvidas.

Além dessa situação complexa, os Autos têm por réus o Município (pessoa jurídica de direito público) e a Sociedade Comunitária (pessoa jurídica sem fins lucrativos e de direito privado) e por litisconsortes os moradores (pessoas físicas). A ação envolve várias áreas do direito (administração pública, difuso, ambiental, consumidor e saúde pública) e estima-se que seu julgamento (sentença) requererá investimentos e recursos do orçamento da municipalidade, bem como a realização de um projeto habitacional na área a ser adquirida e recuperação ambiental da área onde está o Loteamento Ceval.

A solução do caso também envolverá direito de indenização moral que, até o momento, não foi matéria de ação jurídica, nem de negociação entre as partes. Tratando-se do direito ambiental, pode-se dizer que, as conquistas obtidas pelos moradores e pela 2ª Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente, já garantem jurisprudência, ampliando seu conteúdo na relação entre a sociedade e o meio ambiente, na construção da Ecocidadania e da educação ambiental.

CONCLUSÃO

Esta dissertação sobre a história do Loteamento Ceval proporcionou subsídios para serem desencadeadas novas e mais aprofundadas pesquisas sobre a história local e regional. O trabalho apresentado não esgota o assunto, mas abre inúmeras possibilidades e questões que podem e devem ser investigadas.

Enquanto pesquisa e extensão, o projeto contribuiu decisivamente para a organização do acervo documental que resultou no Procedimento Administrativo Ministerial nº 01/2003 (PAM), a partir do qual os peritos do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, de Curitiba subsidiaram a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Marechal Cândido Rondon na confecção da Ação Civil Pública Ambiental (ACPA). Desta forma, enquanto órgão da Justiça, esta Promotoria atuou visando à defesa dos direitos difusos, especialmente, neste caso, em defesa do meio ambiente e à integridade física e moral dos moradores.

A ACPA apresentou os pontos centrais da história do loteamento, principalmente em relação à legislação que trata do parcelamento e uso do solo urbano, a criação e regularização do projeto do Loteamento Ceval, o descumprimento da legislação ambiental, o desrespeito à saúde pública, e os riscos à integridade física e o prejuízo à qualidade de vida dos moradores. Com base em tais ilícitos, a ACPA indicou como réus o Município e a Sociedade Habitacional. Agindo em defesa dos moradores, o Ministério Público (MP) desempenha um papel importante na luta de classes, pois reduz o risco de retaliações contra os moradores.

Mesmo contribuindo positivamente no caso é necessário problematizar os limites do acesso à Justiça, principalmente, pelas classes trabalhadoras e pelas camadas mais pobres da população. Notadamente, se os moradores de forma organizada fechassem a

prefeitura e empregassem outras estratégias mais ‘radicais’ é provável que o problema estivesse resolvido, mas, diante das condições historicamente colocadas a opção pelo MP, mesmo que este represente um campo do Estado de Direito, também representa um avanço na busca pela solução do caso.

Notadamente as maiores dificuldades de acesso à Justiça aos mais pobres, está relacionada aos altos custos dos honorários estabelecidos pela advocacia comercial e pelos custos processuais, que contribuem para reprodução das desigualdades que o judiciário estabelece na aplicação da lei (SILVA, 2002). Diante desses e outros limites impostos pela estrutura judiciária brasileira, a possibilidade que existe em matéria de acesso à Justiça é o Ministério Público, justamente por ser de sua responsabilidade a defesa dos direitos coletivos relativos ao meio ambiente e à saúde pública.

Entretanto, a pesquisa e a luta dos moradores do Loteamento Ceval e mesmo os elos que unificam estas duas dimensões, ainda estão em andamento. Ou seja, o processo continua, porém, agora com a participação do MP, imprescindível na atual circunstância.

Diante da complexidade do caso, o resultado oriundo da pesquisa e da mobilização dos moradores exige uma visão integrada, quer seja, no âmbito das questões legais e ilegais do loteamento, dos direitos difusos referentes à saúde pública e ao meio ambiente, das barreiras e limitações quanto à participação dos moradores, do Estado, dos poderes executivo e legislativo, do Ministério Público, da imprensa e do projeto de extensão universitário.

Para os moradores do Loteamento Ceval a luta pelo direito de morar em situação regular é possível principalmente a partir do PAM e da ACPA. Todavia, o significado dessa luta não é o mesmo para as 53 famílias. Para muitos, o limite da luta é a garantia da propriedade legalizada, principalmente para aqueles que compraram o lote recentemente ou aqueles que alugam a casa que possuem no loteamento e moram em outro local. Para essas pessoas, a permuta pode representar um bom negócio, uma vez que pagaram pouco pelo lote e muitos não vivem mais no local e não dependem do único lote e da única casa que lá possuem para morar.

Por outro lado, para a maioria dos moradores, especialmente aos que moram no local desde 1992, a permuta do lote não é suficiente, uma vez que só possuem aquele lugar para morar e só sairão do Loteamento Ceval quando tiverem uma nova casa. Para obter este direito, certamente terão que entrar em outro litígio contra o município, cuja questão será as indenizações pelas benfeitorias e pelos danos de ordem moral e social.

A partir da realidade dessas pessoas compreendemos que esta experiência adquire a dimensão de uma luta por pertencimento, no sentido que: “É através do trabalho que o homem, cria coisas, extraídas da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados pelo homem. É a atividade que garante a permanência de um mundo comum, a durabilidade do mundo. É esta durabilidade que empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens que a produziram, garantindo a permanência do mundo” (ARENDT, 1997 p. 15).

Não se trata, portanto, de um mero interesse de especulação do solo urbano ou de afirmação da propriedade privada enquanto princípio fundamental da sociedade burguesa e de sua inviolabilidade, mesmo que estas não lhes sejam garantidas pela lei através da escrituração. Viver e morar em um endereço regular representa, para os moradores, não estar submetido aos problemas e constrangimentos da situação irregular. O nome, *Loteamento Ceval* passou a representar um lugar em que viveram e vivem submetidos aos efeitos da poluição, aos riscos à integridade física, moral e de saúde, aos problemas da degradação ambiental, a baixa qualidade de vida, o desemprego, à marginalização, o descaso do poder público e, principalmente, à discriminação e à segregação social. Ao construir pertencimento, com base no direito ambiental, os moradores estão ampliando o campo do direito difuso para a perspectiva de construção de direitos coletivos.

A participação na pesquisa e levantamento de documentos e provas (BRANDÃO, 1992), para serem anexadas ao PAM, contribuiu para a construção da consciência em relação à condição política, social e ambiental vivida. No transcorrer do trabalho de ajuntamento da documentação, nas inúmeras reuniões visando um entendimento maior em torno das origens e conseqüências das irregularidades e os ilícitos presentes no local, proporcionaram transformações, principalmente no sentido político, pois ao procurar se informar dos seus direitos estas pessoas cresceram em consciência crítica em relação à própria condição vivida.

Em relação ao primeiro capítulo “O Frigorífico de Carne Suína e a Construção da Vila Operária em Marechal Cândido Rondon (1963-1996)” cabe destacar que esta pesquisa permitiu compreender as origens históricas do Loteamento Ceval, não apenas das indústrias, das empresas e dos empresários, dos ‘grandes homens’ que a historiografia ‘oficial’ privilegia (SAATKAMP, 1984) e (WEIRICH, 2004). O que conceituamos como sendo ‘história tradicional’ apresenta esse processo como resultado exclusivo da

ação heróica dos ‘grandes homens’, proprietários e dirigentes da indústria e governantes.

No entanto, esta revisão da história urbano-industrial, desde o início do processo de industrialização, foi fundamental para compreender de forma concreta (MARX, 1984) quem são os principais sujeitos dessa história: a classe trabalhadora, principalmente, neste caso, as que possuíram ou possuem suas vidas vinculadas com a Vila Operária, com o Loteamento Ceval e ou com o ex-frigorífico de carne suína de Marechal Cândido Rondon (1963-1996).

Não se trata de privilegiar a Indústria, mas, sim, de compreender que a classe trabalhadora vive uma relação determinada com o processo de industrialização, processo que caracteriza a sociedade capitalista (LEFEBVRE, 2006), como “o caracol e sua concha” (MARX, 1988). Obviamente, devido às condições de tempo e do objeto da pesquisa não estar voltado totalmente para esse período histórico, muitas questões ficaram carentes de análise mais crítica. Apesar disso, certamente este trabalho apresenta a possibilidade de *re-escrever* a história de Marechal Cândido Rondon a partir da experiência e do fazer-se da classe trabalhadora e das suas relações com as instituições (Estado), com as empresas e com os poderes constituídos.

Em relação a principal fonte utilizada no primeiro capítulo Frente Ampla de Notícias (FAN). Este arquivo permitiu compreender aspectos do processo histórico da construção do complexo frigorífico, do espaço-urbano industrial e das condições vividas pelas classes trabalhadoras no referido período. Obviamente que essas matérias não foram as mais abundantes encontradas nos arquivos do FAN, dado ao caráter essencialmente burguês (ora conservador ora liberal). Portanto, não era nossa intenção discutir o papel da Rádio Difusora na construção da hegemonia burguesa rondonense enquanto “aparelho ideológico de construção de hegemonia” (SMANIOTTO, 2007).

Em relação à perspectiva utilizada em torno da análise da memória dos moradores, entendemos que estes sujeitos sociais, além de preservar os aspectos negativos e o sofrimento a qual estão submetidos, também preservam as várias formas de resistência emanadas de muitas ações desencadeadas no transcorrer da existência no Loteamento. Ações contra a retirada do cascalho, pela mudança da Rua São Marcos, pelo fim da poluição gerada pelas indústrias Vital Peixes e Indústria de Óleos Sperafico, pelo não pagamento do IPTU quando não identificado individualmente, e pela luta cotidiana em busca do direito de pertencer à cidade.

Estas são situações concretas da resistência cotidiana que sempre ocorreram no Loteamento Ceval, de forma isolada, pontual e sem continuidade. Com as reuniões e com a ‘mobilização’ em torno da ACPA essas resistências começam a se mostrar de forma mais organizada, como num jogo de memórias: “A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação a memória coletiva (LE GOFF, 1988, p.214).

Essa perspectiva possibilita pensar a memória dos moradores enquanto práxis social e o projeto de extensão da Unioeste e esta dissertação, enquanto parte desse projeto compreende que é papel e faz parte do fazer-se do historiador recuperar e registrar a memória coletiva e as resistências cotidianas, neste caso, dos moradores do Loteamento Ceval.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES ORAIS

BOMBARDELLI, Dorvalino. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 7 nov. 2006.

BRESCIANINI, Jacób. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 8 nov. 2006.

BURG, Arnaldo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 20 abr. 2007.

CUNHA, Antonio Jozir Rodrigues da. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 28 abr. 2007.

FILHO, José Francisco Mendes. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 29 mar. 2007.

HERDT, Roberto e Vinilda Maria Herdt. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling. Marechal Cândido Rondon, 28 mai. 2007.

HINKEL, Celso e Mafalda Hinkel. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 6 nov. 2004.

HINKEL, Mafalda. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon. 20 abr. 2007.

KUHN, Roseli. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda 30 dez. 2005.

KREIN, Solange da Cruz. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 05 mai. 2007.

MASSARO, Alcides. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling. Marechal Cândido Rondon. 22 abr. 2006.

_____. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling. Marechal Cândido Rondon. 29 abr. 2007.

PACHECO, Geraldo e Zenir Zanette. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda 30 dez. 2005.

_____. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 29 abr. 2007.

ROCHA, Madeleine Carla Massaro da. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon. 23 Out. 2004.

_____. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling. Marechal Cândido Rondon, 18 mai. 2007.

RODRIGUES, Antonio Renato. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda 30 dez. 2005.

RODRIGUES, Dulce dos Santos. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda 30 dez. 2005.

SANTOS, Davino Vieira dos. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 28 abr. 2007.

SANTOS, Sirley Francisca dos. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 30 dez. 2005.

SILVA, Maria Santa Da. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda, 30 dez. 2005.

SILVA, Ivani Terezinha dos Santos. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda, 30 dez. 2005.

SONDA, Valdemir José. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 20 abr. 2008.

TAUBE, Bernadete. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 25 out. 2004.

_____. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 20 abr. 2007.

THIS, Francisco Antonio. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Valdemir José Sonda. Marechal Cândido Rondon, 30 out. 2004.

_____. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 14 abril 2007.

_____. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert e Paulo José Koling. Marechal Cândido Rondon, 13 mai. 2007.

VIEIRA, Vanise Schuster. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 29 mar. 2007

FONTES PROCESSUAIS

FREIRE, Silvia Tessari. Promotora de Justiça. MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Paraná. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente. Marechal Cândido Rondon, 26 abr. 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – 2ª. PROMOTORIA DA COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Procedimento Administrativo Ministerial nº. 01/2003**. 2ª Promotoria Pública do Estado do Paraná – Defesa do meio-ambiente, Marechal Cândido Rondon, ajuizada em 31 mar. 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – 2ª. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Autos nº 225/05. Ação Civil Pública Ambiental**. Marechal Cândido Rondon. Fórum da comarca de Marechal Cândido Rondon - Vara Cível. abr. 2005.

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON **Lei nº. 2.601**, DISPÕE SOBRE URBANIZAÇÃO DO LOTE RURAL Nº. 50/A/B, DO 11º PERIMETRO, APROVA LOTEAMENTO SOBRE O MESMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Prefeito Municipal: Dieter Leonhard Seyboth; Ouvidor Municipal: Verno Scherer; Secretário Municipal de administração: Elemar Hensel. Gabinete do prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon 24 abr. 1992. In: Procedimento administrativo nº. 01/2003.

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Decreto nº. 054/94**. / Prefeito Municipal: Ademir A. Bier; Secretario municipal de governo: Aríston Luís Limberger; Secretário Municipal de administração: Vilson Leites de Oliveira; Secretária Municipal de Coordenação e Planejamento: Odete L. Bedin/. 28 jun. 1994. In: Procedimento administrativo nº. 01/2003.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO AMBIENTAL Nº029/DEPOL/ERTOL/2002, destinado aos moradores do loteamento ceval e Ario Pedro Martiny – presidente da Comunidade Habitacional de Marechal Cândido Rondon. Protocolo 5.487.891-5 de 05/02/03 e 5.487.957-1 de 13/02/03, Adir Airton Parizotto: ENGº AGRICOLA – CREA 18859-D DEPOL/ERTO. Toledo, 06 mar. 2003. In: Procedimento administrativo nº. 01/2003.

SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR. **Estatuto**. Comarca de Marechal Cândido Rondon – Estado do Paraná, Registro de títulos, documentos e pessoa jurídica, registro sob nº. 251 às folhas 171 à 172 do livro “A” de registro de pessoas jurídicas. Oficial: Levi Martins Gomes, Data 17 nov. 1987. In: Procedimento administrativo nº. 01/2003.

FONTES DE IMPRENSA

FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Rádio Difusora – Imprensa, de 1966 a 1996.

JORNAL O ALENTO, Ano I nº. 18 – Marechal Cândido Rondon, de 30/11 a 06/12/1979.

JORNAL *O ALENTO*, Ano I, nº. 29 – Marechal Cândido Rondon, de 29/02 a 06/03/1980.

O PRESENTE. Ano 15 – nº 2135 05/07/2007.

TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS E TCCs

BARRIVIERA, Antônio, D. **Crescimento Urbano de Marechal Cândido Rondon.** Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1994.

RIPPEL, Ricardo. **Os Encadeamentos Produtivos de um Complexo Agroindustrial: Um Estudo de caso da Frigobrás-Sadia de Toledo e das Empresas comunitárias.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná UFPR, dissertação de mestrado, 1995.

SCHLOSSER, Marli T. S. **Modernização Agrícola: um Estudo de Discursos Jornalísticos na Região Oeste do Paraná (1966 - 1980).** In: Espaços da Memória. Fronteiras. In: LOPES, Marcos A. (org.) Cascavel - PR: Edunioeste, 2000.

_____. **Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (Extremo Oeste do Paraná).** Presidente Prudente, 2005. 259 p. Tese de Doutorado. UNESP.

SMANIOTTO, Marcos. **A Burguesia Rondonense Em Ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979).** 2008

SSPECK, L. S. **A organização do espaço físico e social em Marechal Cândido Rondon 1950-1992.** Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1995

URNAU, Iraci Maria W. **Autoritarismo, rádio e a idéia de nação (1985-1992).** Rio de Janeiro, 2003. Universidade federal Fluminense: dissertação de Mestrado.

_____. **Descontinuidade política na ditadura militar e seus reflexos em Marechal Cândido Rondon.** Marechal Cândido Rondon, 1998. 111 p. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

ARTIGOS

GONZALEZ, Emilio. **“As Camadas da Memória: Perfil da Produção Historiográfica e Memorialista sobre a Cidade de Marechal Cândido Rondon/PR”.** Revista *Tempos Históricos*. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, vol. 5/6, 2003/2004, p.185-219.

MORAES, Claudia Corrêa de Almeida. **Memórias a Preservar: Vilas Operárias Barrageiras.** Artigo apresentado na XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

SALOMÃO, Alexa. **Os bilionários da carne: A incrível história dos empreendedores brasileiros que ajudaram o país a conquistar a liderança mundial no mercado de carne.** Revista Exame. Disponível em: <http://www.londrinatecnopolis.org.br>. Acesso em 30 de maio 2008.

ARTIGOS RELACIONADOS AO PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE O LOTEAMENTO CEVAL

KOLING, P. J. ; SEIBERT, C. A.; SONDA, Valdemir José; MAIA, A. K. ; BADE, C.. **Direitos Negados: a Cidade e a Especulação do Solo Urbano. 2008.** (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

KOLING, P. J; SONDA, Valdemir José; SEIBERT, Carlos Alberto. **Construindo Direitos e Buscando a Justiça: os moradores do Loteamento Ceval e a luta pelo direito de morar, Marechal Cândido Rondon/PR - de 1991 a 2006.** Extensão (UFPEL), Rio Grande/RS, v. 11, p. 1-11, 2006.

KOLING, P. J; SONDA, Valdemir José. **Construindo Direitos e Buscando a Justiça: os moradores do Loteamento Ceval e a luta pelo direito de morar, Marechal Cândido Rondon/PR - de 1991 a 2006..** In: XXIV Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2006, Rio Grande/RS. Revista Expressa Extensão. Rio Grande/RS: Editora e Gráfica Universitária - FURG, 2006. v. 11. p. 1-11.

KOLING, P. J. ; SONDA, Valdemir José; SEIBERT, Carlos Alberto. **Educação Ambiental: direito ambiental e luta pela moradia em Marechal Cândido Rondon/PR - o loteamento Ceval (1991-2006).** In: V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, 2006, Joinville. Anais [do] V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental. Joinville, 2006.

KOLING, P. J.; SONDA, Valdemir José; SEIBERT, C. A.; MAIA, A. K. ; BADE, C.. **Pelo direito de morar em situação regular.** 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). VII SEU 2008.

SEIBERT, C. A. **O Clientelismo como Negação da Democracia em Marechal Cândido Rondon: O Caso do Loteamento.** In: III Expedição Geográfica da UNIOESTE, 2003, Marechal Cândido Rondon. Anais da III Expedição Geográfica da UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2003. v. 1. p. 1-9.

SEIBERT, C. A., KOLING, P. J. **A Construção do Complexo Agroindustrial de carne suína no extremo Oeste do Paraná (1970-1990): estratégias e o fazer-se dos trabalhadores.** In: VII Encontro Internacioanl da ANPHLAC, 2006, Capinas/SP. Anias do VII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campinas/SP : ANPHLAC; PUC-Campinas, 2006. p. 1-11.

BIBLIOGRAFIAS

ADAS, Melhem. **A fome: crise ou escândalo?** 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1988.

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 6ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Introdução às Diretrizes Curriculares: Diretrizes curriculares da Educação básica para a Rede Pública Estadual de Ensino**. SEED, 2006.
- ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. **O frigorífico Armour na fronteira Santana do Livramento - Riveira**. 2ª ed. Porto Alegre: Pallotti, 2000.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa. Referendo, plebiscito e iniciativa popular**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodriguez. **A participação da pesquisa no trabalho popular**. – Documento apresentado durante o II Seminário Latino-Americano de pesquisa participante, Pátzcuaro, México, 9 a 13 mai. 1992. – Antropólogo, professor do departamento de Ciências Sociais da UNICAMP.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – de 5 out.1988. São Paulo: Atlas, 1988
- BURKE, P. **A Escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A visão do historiador moderno**. In: AMADO, Janaina, Marieta de Moraes Ferreira (Coord). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Getulio Vargas, 1996.
- CRUZ, Heloisa de Faria. **Trabalhadores em Serviços: dominação e resistência (São Paulo – 1900-1920)**. São Paulo: Marco Zero, 1991.
- FEEMA. **Vocabulário Básico de Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: FEEMA., 1990.2ª ed. 246 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 29º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FUNDEMAR, Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon – **Lei Municipal nº 1297 de 28/8/1978**, processo (DEL. 66/72) – Parecer Técnico Prévio, (datilografado) p. 109.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FONTES, Virgínia Maria. **A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica**, In: NAÇÃO E PODER: As dimensões da história / Sônia Mendonça, Maria Motta (organizadoras). Niterói: Ed FF, 1998.

_____. **História, poder e práticas sociais**. In. Tempos históricos / Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Marechal Cândido Rondon. Colegiado do curso de história. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Líder 2005.

_____. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: bom tempo, 2005.

_____. **A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980**, 2006 (texto inédito)

GIANNOTTI, Vito. **Teoria e Prática da Comunicação Sindical**. Programa de Formação da CNTE, um novo conceito de atuação sindical, Fascículo 2, Brasília/ DF, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. III.

HALL, Michael M. **história oral: os riscos da inocência**. Departamento de história da UNICAMP. São Paulo, 1991.

HOBBSBAWM, Eric J. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HOGGART, Richard. **Quem são as classes trabalhadoras? As Utilizações da Cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KIRINUS, Gernot. **Entre a Cruz e a Política**. Paraná: Editora Beija-flor, 1979.

KOWARIK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

_____. **As lutas Sociais e a Cidade, São Paulo passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do Extremo-Oeste Paranaense (1970-2000)**. Niterói: UFF, 2003, Tese de Doutorado em História.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____, Henry. **A revolução urbana**. 2ª ed. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

LE GOFF, Jacques. Apud: NEVES, Margarida de Souza. **“Os jogos da Memória”**. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (Org.). **Ler e Escrever para contar** - Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro, 1998

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 12^a Ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil S.A. 1988.

_____, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann** / tradução de Leandro e Renato Guimarães. 4^a Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____,. **“O método da economia política”** In: MARX/ENGELS: História. São Paulo: Ática, 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró. **História: pensar e fazer** - Marcelo Badaró Mattos (org.). Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MENDONÇA, Regina Sonia. **A industrialização Brasileira**. 3^a Ed. São Paulo: Editora Moderna, Coleção polêmica, 1995.

_____. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2^a Rio de Janeiro: Graal, 1985

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: projeto história. São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5^a Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. 4^a Ed. Sp, paz e terra, 2000.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: projeto história, São Paulo: 1997.

PROGRAMA EDUCATIVO DÍVIDA EXTERNA, **O caderno Nº 3 – O Neoliberalismo**. São Paulo: Edição: Railda Herrero, 3^a edição, março de 1995).

PFLUCK Lia Dorotéia. **Mapeamento Geo-ambiental e Planejamento Urbano (Marechal Cândido Rondon-PR/1950-1997)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

PAWELKE, J. **Ficando Rico no Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: igreja Martin Luther, 1971. 89 p.

ROLNIK, Raquel. **Lei e política: A Construção dos Territórios Urbanos. Projeto história**. São Paulo: PUC, nº 1, 1999.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. 1^a ed. Cascavel. ASSOESTE, 1984.

SILVA, Cátia Ainda. **Acesso à Justiça: uma leitura dos direitos e da cidadania no Brasil contemporâneo**. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, Junho/2002. (1ª Versão, 106)

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa**: tradução Denise Bottmann. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Cultura, Trabalhadores e Viver Urbano**. Projeto História. São Paulo, PUC/SP, nº 18, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: historia oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VILELA, Pierre Santos. **Distribuição de hortifrutis no Brasil: uma nova oportunidade para os produtores rurais**. Belo horizonte: FAEMG, 2006. Disponível em: www.faemg.org.br. Acesso em 17/04/2008.

WEIRICH, Udilma Lins. **História e atualidades: perfil de Marechal Cândido Rondon**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

_____. **Conheça seu município: geografia e história**. Marechal Cândido Rondon: editora Germânica Ltda. 2007. 60 p.

WEBER, Regina. **Relato de quem colhe relatos**. Rio de Janeiro: Revista de ciências sociais, 1996.

FONTES DA WEB

BANCO CENTRAL. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br>>. Acesso em 11 de maio de 2008.

BUNGE, Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br> Acesso em: 25 mai. 2007.

COOPAGRO,In: <http://www.frimesa.com.br/principal.php?linha=3&menu=1&submenu=0>. Acesso em 4 Jul. 2007.

FRIEDRICH Nilton Miguel. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/constituicao20anos/parlamentaresconstituintes/parlamentaresconstituintes/bioconstituintes.html?pk=10332> >. Acesso em 30 jun.2008.

IBGE. Base Cartográfica: www.ibge.gov.br Acesso em 25 jun. 2007.

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Página Oficial do Município, disponível em: <<http://www.mcr.pr.gov.br>>. Acesso em: 3 fev. 2007.

ANEXOS

